

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



NEOFASCISMO E DIREITAS RADICAIS
NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL

VOLUME 42. 2.^a SÉRIE - 2024

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Revista de História das Ideias

Vol. 42 . 2ª Série - 2024

Estatuto editorial / Editorial guidelines

A Revista de História das Ideias foi criada no âmbito do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Todos os artigos publicados nesta revista anual são objeto de rigorosa arbitragem científica, que compreende a triagem inicial da direção editorial e a revisão cega de, pelo menos, dois pares. A Revista de História das Ideias centra-se na história intelectual e na história cultural. Publica artigos sobre história das ideias em diferentes campos: pensamento político, pensamento económico, filosofia, relações internacionais, ciência, religião, artes e literatura.

The Revista de História das Ideias (Journal of History of Ideas) was created under the Institute for the History and Theory of Ideas of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra. All articles published in this annual journal have undergone a rigorous peer-review process, including an initial editor screening and a blind review by at least two referees. The Revista de História das Ideias is devoted to intellectual history and cultural history. It publishes articles on the history of ideas in different subject fields, such as political thought, economic thought, philosophy, international relations, science, religion, arts and literature.

Antigos diretores | Past directors

J. S. da Silva Dias (fundador), Manuel Augusto Rodrigues, Luís Reis Torgal, Fernando Catroga e Ana Cristina Araújo
Directora | Director

Isabel Ferreira da Mota | ifmota@fl.uc.pt

Vice-diretora | Assistant director

Joana Brites | brites.joanac@gmail.com

Coordenação científica | Scientific Coordination

Bruno Madeira | brunomadeira@ics.uminho.pt
Conceição Meireles Pereira | mcoelho@letras.up.pt
Manuel Loff | mloff@letras.up.pt

Secretária editorial | Secretary of the editorial board

Carla Rosa | gapci@fl.uc.pt

Conselho editorial | Editorial board

João Maria André, University of Coimbra, jmandre@sapo.pt

José Antunes, University of Coimbra, antunesjose@gmail.com - Portugal

Ana Cristina Araújo, University of Coimbra, araujo.anacris@sapo.pt

David Armitage, Harvard University, armitage@fas.harvard.edu - USA

Pierre-Yves Beaurepaire, University of Nice Sophia Antipolis, pybeaurepaire@gmail.com - France

Rui Bebião, University of Coimbra, ruibebião@gmail.com - Portugal

Alberto de Bernardi, University of Bologna, alberto.debernardi@unibo.it - Italy

Caio Boschi, Pontifical Catholic University of Minas Gerais, caioboschi@hotmail.com - Brazil

Peter Burke, University of Cambridge, upb1000@cam.ac.uk - UK

Joaquim Ramos de Carvalho, University of Coimbra, joaquimrcarvalho@mac.com - Portugal

Fernando Catroga, University of Coimbra, fcatroga@hotmail.com - Portugal

Gianluca Cuozzo, University of Turin, gianluca.cuozzo@unito.it - Italy

Michel Delon, Pantheon-Sorbonne University, michel.delon@paris-sorbonne.fr - France

Javier Fernandez Sebastián, University of La Rioja, javier.fsebastian@telefonica.net - Spain

Francisco Fuentes Aragonés, Complutense University of Madrid, jffuentes@wanadoo.es - Spain

Amadeu Carvalho Homem, University of Coimbra, amadeu.homem@gmail.com - Portugal

Kurt Villads Jensen, Stockholm University, kurt.villads.jensen@historia.su.se - Sweden

Ulrike Krample, University of Tours, ulrike.krampel@univ-tours.fr - France

Anna Krasteva, Sofia University, anna.krasteva@gmail.com - Bulgaria

Estevão de Rezende Martins, University of Brasília, echarema@gmail.com - Brazil

Rui Cunha Martins, University of Coimbra, rcmartin@fl.uc.pt - Portugal

Sérgio Campos Matos, University of Lisboa, sergiocamposmatos@gmail.com - Portugal

Stéphane Michonneau, Charles de Gaulle University - Lille III, stephane.michonneau@univ.lille3.fr - France

João Gouveia Monteiro, University of Coimbra, joao.g.monteiro@sapo.pt

Isabel Ferreira da Mota, University of Coimbra, ifmota@fl.uc.pt - Portugal

Vítor Neto, University of Coimbra, vitormpneto@sapo.pt - Portugal

António Resende de Oliveira, University of Coimbra, aresendeo@gmail.com - Portugal

Anthony Pagden, University of California, Los Angeles, pagden@polisci.ucla.edu - USA

Ana Leonor Pereira, University of Coimbra, aleop@fl.uc.pt - Portugal

Rafael Ramón Guerrero, Complutense University of Madrid, rafael.ramonguerrero@gmail.com - Spain

Maria Manuela Tavares Ribeiro, University of Coimbra, mtribeiro7@gmail.com - Portugal

Quentin Skinner, University of Cambridge, q.skinner@qmul.ac.uk - UK

Manuel Suarez Cortina, University of Cantabria, manuel.suarez@nican.es - Spain

Luís Reis Torgal, University of Coimbra, lreistorgal@gmail.com - Portugal

Enzo Traverso, Cornell University, vt225@cornell.edu - USA

Isabel Vargues, University of Coimbra, ivargues@fl.uc.pt - Portugal

Joana Brites, University of Coimbra, brites.joanac@gmail.com - Portugal

FACULDADE DE LETRAS | UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

Revista de História das Ideias

Vol. 42 . 2ª Série - 2024

NEOFASCISMO E DIREITAS RADICAIS NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

E-mail: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

DESIGN

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Acrílico sobre tela de Cristina Valadas (2002), coleção particular

Fotografia de Sérgio Azenha

PRÉ-IMPRESSÃO

Mickael Silva

ISSN:

0870-0958

ISSN digital:

2183-8925

DOI

https://doi.org/10.14195/2183-8925_42

DEPÓSITO LEGAL

67998/93

Imprensa da Universidade de Coimbra

<https://digitalis.uc.pt/rhi>

<http://www.uc.pt/en/fluc/ihiti>

CONTACTOS

A correspondência relativa a colaboração, pedidos de permuta, oferta de publicações e assinaturas deve ser dirigida ao

Gabinete de Apoio a Projetos e Centros de Investigação

da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Largo da Porta Férrea

3004-530 Coimbra Telef. 239 859 986 E-mail: gapci@fl.uc.pt

Índice

Nota de apresentação	9
Caderno Temático: Neofascismo e direitas radicais no pós-II Guerra Mundial	
Cómo el nacionalcatolicismo se impuso al fascismo en los imaginarios culturales del franquismo. Análisis microhistórico de la ciudad de Sevilla, 1937-1945	
How national catholicism prevailed over fascism in the cultural imaginaries of Franco's dictatorship. Micro-historical analysis of the city of Seville, 1937-1945	
<i>César Rina Simón</i>	13
The circulation of a «fascist literature» in the italian democracy.	
The case studies of Graziani's «I defended the fatherland» and Bottai's «Twenty years and one day»	
<i>Andrea Martini</i>	35
Uma fénix à procura das cinzas?	
Palingénese e comunidades imaginadas no jornal <i>A Nação</i> (1946-1948)	
A phoenix searching for the ashes?	
Palingenesis and imagined communities in the newspaper <i>A Nação</i> (1946-1948)	
<i>Susana Borges, Sérgio Gonçalves Neto e Clara Serrano</i>	57
Plínio Salgado e o fascismo brasileiro pós-Segunda Guerra Mundial:	
a coluna «Carta de Princípios» no semanário português <i>A Nação</i>	
Plínio Salgado and brazilian fascism post-World War II: the «Letter of principles» column in the portuguese newspaper <i>The Nation</i>	
<i>Leandro Pereira Gonçalves e Gabriela Santi Pacheco</i>	87
Posfascismo en España: el franquismo después del fascismo (1945-1975)	
Post-fascism in Spain: francoism after fascism (1945-1975)	
<i>Javier Muñoz Soro</i>	111

Conspiracionismo de extrema-direita entre Estado Novo e transição democrática (1945-1975)	
Far-right conspiracism between the New State and the democratic transition (1945-1975)	
<i>Riccardo Marchi</i>	145
António de Spínola e a democracia portuguesa.	
Narrativas sobre o processo revolucionário	
António de Spínola and portuguese democracy.	
Narratives on the revolutionary process	
<i>Pierre Marie</i>	167
Do pensamento à estratégia na metapolítica do radicalismo de direita	
From thought to strategy in the metapolitics of right-wing radicalism	
<i>Afonso Silva</i>	187
 <i>Varia</i>	
Origens da sensibilidade devocional da narrativa de Fátima	
Origins of the devotional sensibility of the Fatima narrative	
<i>José Eduardo Franco e Porfírio Pinto</i>	209
Combater a fome oculta:	
entendimentos médicos sobre consumos alimentares e bem-estar em Portugal no século XX	
Fighting hidden hunger:	
medical views on food consumption and well-being in Portugal in the 20th century	
<i>Leonardo Aboim Pires</i>	229
Paul Zumthor: entre a História e a Literatura.	
Um estudo crítico da obra <i>A letra e a voz. A “literatura” medieval</i>	
Paul Zumthor: between History and Literature. A critical study of the work <i>The letter and the voice. Medieval “literature”</i>	
<i>Beatriz A. Caldeira</i>	255
 Recensões	
Seth, Sanjay (2022). <i>História e Pós-Colonialismo. Ensaios sobre conhecimento ocidental, Eurocentrismo e Ciências Sociais</i> . Traduções de Rita Narra Lucas, Elisa Lopes da Silva, Marcos Cardão, José Miguel Ferreira e José Neves. Revisão de Miguel Cardoso. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea	
<i>Amélia Polónia</i>	279

Lopes, Quintino (2020). <i>Uma periferia global. Armando de Lacerda e o Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra (1936-1979)</i> . Lisboa: Caleidoscópio	
Isabel Pereira	285
Queiroz, Ana Isabel, Direito, Bárbara, Silva, Helena da, Pinto, Lígia Costa (coords.) (2022). <i>Pobreza e fome, uma história contemporânea. Temas, metodologias e estudos de caso</i> . Lisboa: Imprensa de História Contemporânea	
Alexandra Esteves.....	289
Oliveira, Ana (2022). <i>Assédio: abordagens sociojurídicas à sexualidade</i> . Lisboa: Imprensa de História Contemporânea	
Andreia Nunes	293

Nota de apresentação

O século XXI tem sido marcado, política e socialmente, pela ascensão, pelo crescimento eleitoral e organizacional e, em alguns casos, pela conquista do poder por parte de correntes de extrema-direita (incluindo as suas dimensões neo e pós-fascista) no mundo euro-americano. Não apresentando um *corpus* doutrinário e político unificado em torno de questões de política externa – veja-se o diferente posicionamento dos partidos da extrema-direita europeia em relação à Rússia de Vladimir Putin –, parece existir um conjunto de tópicos discursivos e, sobretudo, uma mimetização de estratégias e práticas de intervenção política e mediática que nos permite olhar – salvaguardando as particularidades nacionais de cada uma destas forças – para o recrudescimento deste campo político na Europa, nos Estados Unidos da América e na América Latina como um movimento internacional e histórico de reação à ordem económica, social, política e cultural que as democracias liberais consolidaram no Ocidente.

O debate científico, político e mediático tem girado mais em torno da designação politológica a atribuir a cada um destes fenómenos – quase sempre individualmente considerados – e a procurar destrinchá-lo da tradição do fascismo histórico. Os conceitos com os quais se procura sintetizar a orientação política e ideológica e a práxis destes partidos tem-se centrado em substantivos como populista, antissistema ou nacional-populista e direita radical, extrema-direita ou ultradireita. São análises que, por norma, enfermam de duas limitações capitais. Por um lado, o presentismo com que se olha para estes movimentos, tendendo a ignorar a evolução das ideias, das organizações, das militâncias e das lideranças

do campo político da extrema-direita desde o final de Segunda Guerra Mundial. Por outro, o essencialismo imobilista com que se olha o corpo doutrinário e de intervenção política do fascismo histórico. Por mais distante que o entendimento da democracia liberal esteja daquele que caracterizava os regimes liberais oligárquicos do início do século XX, ninguém enjeita a evidente ligação histórica e as imensas transformações que esse campo político viveu nos últimos 120 anos. Por mais que os partidos comunistas da atualidade se assemelhem cada vez menos ao Partido Bolchevique que fez a Revolução de Outubro de 1917, e por mais que a ideia de comunismo tenha evoluído, ninguém hesita em reconhecer que os comunistas de hoje, por mais diferentes que sejam dos de 1917, continuam a ser comunistas. Deste modo, apenas os partidos, as ideias e as estratégias do vinténio do fascismo parecem não ter deixado qualquer lastro temporal.

Com efeito, embora o desfecho da Segunda Guerra Mundial – e o mundo bipolar que dele emergiu – tenha sido interpretado, sobretudo no campo liberal, como o encerramento definitivo do capítulo fascista da história da humanidade, as ditaduras fascizadas de Salazar e Franco, ao verem a sua sobrevivência tolerada, e até garantida, por norte-americanos e britânicos, demonstraram que a derrota não fora total e que continuava a haver espaço no mundo euro-americano para esse tipo de regimes. O derrube das ditaduras portuguesa e grega em 1974 e a transição democrática espanhola em 1977 pareceram, por isso, reforçar a convicção de que o fascismo ficara definitivamente no passado. Pouco mais de uma década depois, a implosão da União Soviética deu até azo a entusiasmados vaticínios de que a história havia chegado ao fim: a democracia liberal e a economia de livre mercado tinham triunfado em toda a linha e jamais voltariam a ser desafiadas.

Contudo, desde a derrota do nazi-fascismo que antigos quadros daqueles partidos e dos regimes se empenharam no recrutamento, na formação e na radicalização de novos quadros que mantivessem o movimento vivo, procurando, simultaneamente, adequá-lo aos novos tempos e às possibilidades de organização e de intervenção em cada país – em Itália, o *Movimento Sociale Italiano* atuou livremente sem qualquer tipo de constrangimento legal, enquanto na Alemanha Federal a ideologia e as organizações neonazis foram criminalizadas pelo Tribunal Constitucional. O número 42 da *Revista de História das Ideias*, dedicado ao tema Neofascismo e direitas radicais no pós-II Guerra Mundial procura, justamente, refletir sobre as estratégias e os percursos deste campo político em Itália, Espanha e Portugal.

Com contributos vindos, eminentemente, da História Contemporânea, neles se discute o processo de hegemonização do fascismo falangista na Espanha de Franco pelo nacional-catolicismo (César Rina Simón); a circulação de literatura fascista na democracia italiana do pós-Guerra (Andrea Martini); a defesa do ideário nazi-fascista e dos exemplos de Mussolini e Hitler nas páginas do jornal ultra *A Nação* (Susana Borges, Sérgio Gonçalo Neto e Clara Serrano) e a colaboração do chefe fascista brasileiro, Plínio Salgado, nas páginas dessa mesma publicação (Leandro Pereira Gonçalves e Gabriela Santi Pacheco); os caminhos do fascismo na Espanha franquista do final da 2.^a Guerra até à morte do ditador espanhol (Javier Muñoz Soro); a estratégia, as ações e as ideias da direita ultra portuguesa entre o final da II Guerra Mundial e o encerramento do ciclo revolucionário em Portugal (Riccardo Marchi); o papel desempenhado pelo General António de Spínola enquanto articulador dos sectores mais reacionários das Forças Armadas Portuguesas e da extrema-direita nas ações contrarrevolucionárias e terroristas empreendidas durante a Revolução Portuguesa (Pierre Marie); e, por fim, da conversão de parte dessa direita neofascista aos postulados teóricos da *nouvelle droite* e à estratégia metapolítica (Afonso Silva).

Consistindo, essencialmente, em estudos de caso geográfica e temporalmente situados, os artigos presentes neste número da *Revista de História das Ideias* ilustram o caminho de transformação – entre cedências táticas, adaptações motivadas pela necessidade de sobrevivência, inovações suscitadas pela alteração e evolução da realidade com que se foram deparando e manobras discursivas que visaram, justamente, iludir a ligação à tradição política do fascismo – que a extrema-direita foi protagonizando até assumir as formas que hoje adota.

BRUNO MADEIRA

Universidade do Porto, CITCEM | Universidade do Minho, ICS | Lab2PT
<https://orcid.org/0000-0003-1555-3786>

CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

Universidade do Porto, CITCEM, Faculdade de Letras
<https://orcid.org/0000-0002-3359-3215>

MANUEL LOFF

Universidade do Porto, Faculdade de Letras | Universidade NOVA de Lisboa, IHC,
FCSH | In2Past
<https://orcid.org/0000-0001-5958-650X>

**CÓMO EL NACIONALCATOLICISMO SE IMPUSO AL
FASCISMO EN LOS IMAGINARIOS CULTURALES DEL
FRANQUISMO. ANÁLISIS MICROHISTÓRICO DE LA CIUDAD
DE SEVILLA, 1937-1945**

**HOW NATIONAL CATHOLICISM PREVAILED OVER
FASCISM IN THE CULTURAL IMAGINARIES OF FRANCO'S
DICTATORSHIP. MICRO-HISTORICAL ANALYSIS OF THE CITY
OF SEVILLE, 1937-1945**

CÉSAR RINA SIMÓN
UNED
cesarrina@geo.uned.es
<https://orcid.org/0000-0002-8082-9171>

Texto recebido em / Text submitted on: 03/07/2023
Texto aprovado em / Text approved on: 21/12/2023

Resumen:

Este artículo analiza las tensiones políticas entre los sectores falangistas y católicos durante los primeros compases de la dictadura franquista, abordándolas con un enfoque microhistórico en la ciudad de Sevilla. Ambos vectores nutrieron los parámetros ideológicos y nacionalistas del régimen a partir de un complejo equilibrio determinado por el contexto internacional y por la correlación interior de fuerzas. En Sevilla las tensiones se dirimieron en el plano simbólico y ritual. El cardenal Segura puso su empeño en evitar la simbiosis entre las prácticas católicas y los modelos seculares fascistas, prohibió el saludo fascista a las imágenes religiosas, se negó a rendir culto a los «caídos», a escribir el nombre de José Antonio

en la fachada de la Catedral y expulsó a FET y de las JONS –siglas del partido fascista español– de la principal fiesta de la ciudad, la Semana Santa, alejando al falangismo de los principales mecanismos legitimadores e identitarios de la ciudad.

Palabras Clave:

Fascismo; Nacionalcatolicismo; Cultura popular; Tradición; Ritual.

Abstract:

This article analyses the political tensions between the Falangist and Catholic sectors during the early stages of Franco's dictatorship. It is approached from a microhistorical perspective in the city of Seville. Both vectors shaped the ideological and nationalist parameters of the regime from a complex balance determined by the international context and the internal correlation of forces. In Seville, tensions were resolved on the symbolic and ritual level. Cardinal Segura tried to avoid symbiosis between Catholic practices and fascist secular models, prohibited the fascist salute to religious images, refused to pay homage to «the fallen», to write the name of José Antonio on the Cathedral and expelled FET y de las JONS -fascists party- from the city's main festival, Holy Week. In this way he succeeded in expelling Falangism from the city's legitimising and identifying mechanism.

Keywords:

Fascism; National-Catholicism; Popular culture; Tradition; Ritual.

Introducción

El 12 de octubre de 1937 entró triunfalmente en la ciudad de Sevilla –la mayor población entonces en manos del bando sublevado– un nuevo arzobispo: el cardenal Pedro Segura⁽¹⁾. Se trataba de una de las figuras más representativas de la reacción de la Iglesia católica a las transformaciones políticas y culturales experimentadas por la sociedad española en las dos últimas décadas. Gracias a su buena sintonía con el rey Alfonso XIII y a su perfil ideológico, tradicionalista y nacionalcatólico, había recibido rápidos ascensos: obispo de Coria (1920-1926), de Burgos (1926-1927) y de Toledo y Primado de España (1927-1931), ciudad a la que llegó ya como cardenal

(1) Crónica del rito de entrada en *Boletín Oficial Episcopal del Arzobispado de Sevilla (BOEAS)* 01/11/1937: 263.

nombrado por Pío XI y proclamado en un rito celebrado en el Palacio Real presidido por el propio rey. Durante el período republicano, fue el prelado español más beligerante contra el régimen constituido, identificándolo desde los primeros compases como «enemigo de Dios» y llevando a cabo todo tipo de acciones conspirativas que contravenían las posiciones más posibilistas y adaptativas del Nuncio Federico Tedeschini. El 13 de mayo de 1931 fue llamado a consulta. El gobierno republicano presionó al Vaticano para que fuera sustituido ante su declarada incompatibilidad con el régimen democrático. El 10 de junio regresó a España. Fue interceptado en Guadalajara y, finalmente, expulsado. Pío XI lo integró en la curia pontificia, nombrando como sustituto en Toledo a Isidro Gomá. Desde el «exilio» Segura continuó desarrollando una estrategia combativa contra la República. La sublevación militar del 18 de julio de 1936 –tipificada rápidamente como cruzada cristiana– abrió una posibilidad para regresar a una España acorde con su perfil ideológico: integrista y nacionalcatólico.

El 10 de agosto de 1937 falleció el cardenal de Sevilla, Eustaquio Illundain. La vacante fue cubierta por el cardenal Segura. Sevilla era un ariete simbólico de la construcción de la «Nueva España» por haber sido un nicho ideológico de los partidos republicanos y de izquierda. Además, los ritos identitarios de la comunidad estaban muy vinculados con formas religiosas, tradicionales y populares: Semana Santa, verbenas patronales, fiestas de las cruces, Corpus, romerías, etc.; y la memoria pública de la ciudad, por su condición de haber sido durante dos siglos el puerto de Indias, se proyectaba hacia narrativas imperio-nostálgicas de la Hispanidad. El poder estaba en manos de Gonzalo Queipo de Llano, uno de los generales sublevados que había conseguido hacerse con el control de la ciudad tras una semana de combate callejero en julio de 1936 (Serém 2017). Éste actuaba como capitán general del ejército de Andalucía, sólo un peldaño por debajo del caudillaje de Francisco Franco.

Pronto Segura y Queipo de Llano manifestaron su buena sintonía, hasta el punto que el cardenal le obsequió con el nomenclátor a él y a su esposa de dos parroquias de nueva construcción: San Gonzalo en 1942 y Santa Genoveva en 1944⁽²⁾. Les unía además su animadversión hacia Pedro

(2) BOEAS 15/01/1944: 70-71. «Esta iglesia (...), que inició e impulsó el valeroso general (...) Gonzalo Queipo de Llano, se ha puesto bajo el título de Santa Genoveva, Patrona de la distinguida esposa del esforzado general». El cardenal Segura en el discurso de bendición agradeció que Queipo «salvara» la ciudad y le presentó como donante y patrono de la

Gamero del Castillo (Salas 1993), gobernador civil de Sevilla, falangista de la hornada de la guerra, filonazi y hombre de confianza de Ramón Serrano Suñer, que le había encargado explícitamente limitar el poder de Queipo de Llano –en febrero se suspendieron sus charlas radiofónicas– y destituir al alcalde Ramón de Carranza (Langa Nuño 2014). Gamero del Castillo ocupó el Gobierno Civil durante el año 1938, entre agosto de 1939 y mayo de 1941 fue ministro sin cartera y vicesecretario de FET y de las JONS, el partido único fascista que integraba diferentes sensibilidades reaccionarias. El gobernador civil consiguió restar poder a Queipo pero no consiguió que Segura acatara la legislación más fascistizada, ni que celebrara misas de campaña⁽³⁾ en honor a José Antonio, ni que inscribiera su nombre y el del resto de los «caídos» en la fachada de la catedral. Las relaciones de Segura con Franco y los sectores fascistas y falangistas fascistizados del régimen fueron tensas desde su toma de posesión como arzobispo de Sevilla. Segura participaba ideológicamente de los postulados nacionalcatólicos que habían tipificado la guerra en términos de cruzada, pero defendía el papel esencial y preeminente del factor católico en la configuración de la identidad y de la narrativa histórica española. Su apoyo explícito a la sublevación militar estaba motivado por su rechazo al republicanismo, al laicismo y a la secularización y por su proyecto de restaurar el Reino de Cristo en la tierra volviendo a una supuesta edad dorada española (Montero y Louzao 2015; Botti, Montero y Quiroga 2013). Las propuestas modernistas, palingenésicas y seculares del fascismo –proyectadas en España por la cultura de la victoria, la legitimidad de la sublevación militar y la revolución nacionalsindicalista– chocaban con su proyecto teocrático, restauracionista y tradicionalista. La Iglesia consideraba que era la tradicional fuente de poder y legitimidad en España y, como tal, su legislación canónica estaba por encima de la legislación civil, y sus símbolos, representantes y rituales debían prevalecer ante las nuevas fórmulas de la política moderna. Segura fue el único prelado del bando sublevado que contradijo en sucesivas ocasiones las propuestas más fascistizadas del régimen y desairó a Franco y a las autoridades falangistas de la ciudad. Expuso ampliamente su pensamiento político en

construcción. «Su eminencia significó su gratitud al generoso bienhechor de este nuevo templo, que ha querido dejar a la ciudad el recuerdo de dos iglesias. Otros recuerdos tal vez no sean tan duraderos».

(3) Prohibición de celebrar Misas de campaña al aire libre en *BOEAS* 01/01/1938: 15.

cartas pastorales y otros escritores publicados en el *BOEAS*, así como en las charlas sabatinas que pronunciaba en la catedral semanalmente, donde llegó a criticar en 1940 la figura del caudillaje, «sinónimo de demonio o bandido» (Barrios 2003: 14) y a defender la restauración monárquica, según Ramón Garriga (1977: 274-275), actor histórico de la época.

Los símbolos

Segura se opuso a la simbiosis entre rituales, símbolos y narrativas nacionalcatólicas y fascistas que estaban dando forma al régimen franquista, significativamente tras el Decreto de Unificación del 20 de abril de 1937 por la que Franco desarticulaba todos los partidos políticos que habían participado en la sublevación y los integraba en una nueva formación: FET y de las JONS –Falange Española Tradicionalista y Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista–, bajo su control. El partido único, inspirado en el fascismo italiano, pretendía, en el plano ideológico, aunar propuestas de las culturas políticas reaccionarias, nacionalcatólicas y fascistas, descabezadas y unidas por la tendencia confluyente de la guerra y por la sumisión absoluta al líder del nuevo partido, Franco, que también era el Generalísimo de los Ejércitos, Jefe del Estado y «enviado de la providencia» (Saz 2003; Saz 2019; Moradiellos 2016: 29-96). El cardenal también se mostró contrario a que símbolos fascistas y seculares se integraran en el espacio público o se entremezclaran en el rito católico, como las misas de campañas celebradas por el falangismo o el culto a los caídos.

Quizá el gesto más representativo de esta actitud fue su negativa a acatar la Orden del 16 de noviembre de 1938 que marcaba el 20 de noviembre como día de «luto nacional» y que obligaba a inscribir en las paredes de las catedrales e iglesias principales de cada municipio el nombre de José Antonio encabezando una lista de «caídos» por la España «nacional». Incluso llegó a amenazar con excomulgar al entonces Gobernador Civil, Pedro Gamero, que renunció a su cargo ante su incapacidad de imponerse a Segura. En 1939, durante los traslados de los restos de José Antonio a El Escorial, nuevamente desde el Gobierno Civil y desde FET y de las JONS se solicitó al cardenal que cumpliera la ley y realizara la inscripción en la catedral. El 22 de noviembre de ese año, el cabildo de la catedral rechazó la petición y prohibió que los sacerdotes

de la archidiócesis participaran de los actos en memoria de José Antonio y en el culto a los caídos. También rechazaron tocar las campanas de las parroquias marcando los relevos del traslado del «Ausente» (AGAS, Archivo Arzobispal, Justicia, sign. 11.198, exp. 10). Como le explicaba en carta privada al cardenal Eugenio Pacelli, futuro Pío XII

el partido político viene imponiendo estas misas de campaña como un número más del programa, cosa que constituye en realidad una profanación de la santidad de la misa. Además de que el acto, muy vistoso, llama la atención y sirve para justificar la religiosidad del partido político (Garriga 1977: 260).

El 24 de marzo de 1940, Domingo de Resurrección, tras una Semana Santa marcada por la presidencia de Franco y la ausencia del Cardenal Segura, visibilizando sus desavenencias con el dictador (Salas 2010), varios falangistas pintaron en la fachada del palacio arzobispal yugos y flechas –símbolos de Falange– con la aquiescencia y colaboración de las autoridades políticas locales (Martínez Sánchez 2004: 424-490). De esta forma se pretendía forzar que el cardenal inscribiera el nombre de José Antonio y de los caídos en la catedral, así como representar por la fuerza la primacía del nacionalismo falangista sobre el católico. El gobernador civil de Sevilla y jefe del Movimiento, José Tomás Valverde, recordó por escrito al cardenal, el 28 de marzo, la obligatoriedad de realizar las inscripciones, poniéndole como fecha límite el día 1 de abril, coincidente con el primer aniversario de la toma de Madrid y de la «victoria». Estaba en juego la primacía simbólica de la fuente de poder político: la nación o la Iglesia, así como la significación de los horizontes sagrados de la comunidad que articulaban formas de pertenencia y lealtades primordiales.

Segura no se amedrentó y respondió a la carta amenazando con excomulgar al gobernador civil, a las autoridades falangistas, a quien pintara nuevamente inscripciones políticas en la fachada del palacio y a quienes impedian con las armas que se borrarán las pintadas que ya habían sido realizadas. Si éstas no eran borradas, el sábado 31 de marzo de 1940 el cardenal excomulgaría al gobernador civil (BOEAS 01/04/1940: 246-247). El 2 de abril, el secretario de Cámara del arzobispado remitió una carta al gobernador civil en la que recordaba la amenaza de excomunión dándole un ultimátum de 24 horas para

que borrara las pintadas (BOEAS 14/01/1940: 296). Éstas no fueron borradas y Segura no excomulgó al Gobernador Civil, pero sí resistió a los embistes diplomáticos contra él que el régimen franquista desplegó en la diplomacia vaticana. La Santa Sede le pidió, a través del Nuncio Gaetano Cicognani, mayor contención y que paralizase la excomunión⁽⁴⁾. Segura acató sin renunciar a sus postulados teocráticos. El que sí dimitió y fue reemplazado fue José Tomás Valverde, al no encontrar el apoyo público de sus superiores⁽⁵⁾, en una derrota del falangismo frente al cardenal. Ante la férrea negativa de Segura, la inscripción en honor a los caídos y la cruz de los caídos –que por estas tensiones no revistió la monumentalidad que sí adquirió en otras localidades de menor población– se instaló en los Reales Alcázares, de titularidad municipal, justo en frente de la catedral pero no en el espacio de la Iglesia.

Dos semanas después, Segura publicó en el *BOEAS* una amplia carta pastoral titulada «Por los fueros de la Verdad y de la Justicia», donde expuso con detalle los acontecimientos, el cruce de misivas amenazantes y desarrolló sus ideas en torno a la relación de la Iglesia con el Nuevo Estado. Comenzaba el texto recordando su apoyo a la cruzada y su colaboración con la recristianización y renacionalización del país, así como su «acatamiento» al Jefe del Estado, «por quien rogamos a Dios diariamente». La Iglesia, según Segura, no contaba con «los recursos del poder temporal, ni con la propaganda de prensa, ahora totalmente intervenida por el Poder público, ni con bienes de fortuna, ni con la fuerza de las armas». En primer lugar, denunciaba que las pintadas falangistas realizadas en el palacio arzobispal no «aparecieron como expresión de entusiasmo de la población» ni fueron «anónimas». El cardenal responsabilizaba directamente al Gobierno Civil y al «Partido Político» –al que nunca nombra–, ya que para realizarlas se cortaron de madrugada las calles adyacentes y desde su realización venían siendo custodiadas por cuerpos armados para evitar que fueran borradas. El objetivo era «que reconociéramos el predominio del Partido Político

(4) Carta reproducida en *Ibid.*

(5) En misiva dirigida a Pedro Gamero del Castillo el 19 de julio de 1940, José Tomás Valverde se lamentaba de no haber tenido apoyos superiores en el Estado para enfrentarse al cardenal: «porque no es posible actuar con la eficacia bajo las constantes condenaciones dogmáticas y morales que venimos soportando sin que haya habido, hasta ahora, una voz más autorizada que públicamente nos rehabilite.» (AGA, Presidencia, Secretaría General del Movimiento, caja 42).

sobre Nuestra jurisdicción». Se trataba de un ataque contra «una de las columnas fundamentales de la Patria», la Iglesia, «maestra de doctrina (...) en todos los tiempos, para todos los pueblos y para toda clase de personas (...)». Segura, contradiciendo el entusiasmo de la Iglesia por la causa sublevada, afirmaba que ésta «no se mezcla en la política de los hombres», pero recordaba «la significación católica del nuevo Estado, en el que trabajan (...) distinguidos católicos». Por esto mismo «no podía callar ante el atentado» a los derechos inherentes de la Iglesia sobre España. Ya en *Syllabus* del papa Pío IX de 1864 aparecían tipificados como errores de la modernidad –número 20, 41 o 44– que las autoridades civiles se entremetieran en asuntos religiosos o pretendieran que prevaleciese el Derecho Civil sobre el Eclesiástico. En alusión a la fascistización del régimen y a las alianzas y simpatías de Franco con el nazismo y el fascismo, condenaba los «intercambios culturales» por los «riesgos de perversión de la fe y costumbres que acechan». El «culto a los caídos» era una «violación» de los «derechos sagrados de la Iglesia. (...) se coacciona la voluntad de la Iglesia cuando se organiza por la potestad civil un acto patriótico o político incluyéndose en él (...) la celebración de una Misa llamada de Campaña». «Una cosa es el culto católico y otra cosa, esencialmente diversa, son los homenajes de carácter cívico». La Iglesia no podía estar al servicio de la política ni servirle de fuente de recursos simbólicos, rituales, tradicionales y trascendentes. Por si había dudas, Segura enumeraba los «actos cívicos»: Cruces de los caídos, «evocaciones de los muertos», desfiles ante las Cruces, «discursos profanos», «coronas de flores», saludos fascistas, etc. Para él la clave estaba en que eran formas procedentes de «otros países» –se refería a Alemania e Italia– y, por lo tanto, no consustanciales a la historia, la tradición o las esencias de España. Además, recordaba que «todos los que mueren en pecado mortal, donde quiera y como quiera que mueran, van al infierno para ser en él eternamente atormentados», independientemente de que hayan muerto por la patria. Así mismo, señalaba que la Iglesia era la única institución que podía «prescribir oraciones» y que el término «caídos» no estaba dentro de su vocabulario. El concepto de «caridad» cristiana estaba siendo sustituido por el laico de «auxilio o justicia social» –organización y lema falangista respectivamente– y por «tendencias tan erróneas y nocivas» que representan un «peligro para la piedad». En conclusión, era «necesario distinguir perfectamente lo

que por su naturaleza es un acto cívico o político, de lo que es un acto estrictamente religioso»⁽⁶⁾.

Durante el conflicto civil y la consolidación del régimen franquista se fue configurando un Estado que emulaba en múltiples aspectos los del fascismo europeo, especialmente en lo relativo a la propaganda o a los asuntos exteriores. Incluso se fue configurando, sobre todo en los círculos intelectuales falangistas de las principales ciudades, un culto patriótico cercano a la tipificación de religión política (Box y Saz 2011), es decir, la atribución a una entidad secular de caracteres sagrados, situándola en el centro del sistema cultural de creencias, ritos, mitos, símbolos y memorias y convirtiéndola en el fin último de los individuos y del colectivo (Gentile 2019: 219-245). La batalla de la Iglesia, específicamente la del cardenal de Sevilla, iba encaminada a contrarrestar el peso de la fascistización del Estado y proponer un sistema político tradicional que sustentara sus fuentes de legitimidad en la historia y lo sagrado.

A comienzos de mayo de 1940 Segura denunció un intento de agresión al sacerdote Javier Alert, director del *BOEAS*, la noche del 30 de abril, y acusó directamente a FET y las JONS. Los dos atacantes le amenazaron por la publicación en el *BOEAS* de la carta pastoral que detallaba las tensiones entre Segura y Falange. Esta violencia era para el cardenal una consecuencia de la brutalización de la guerra, que «provoca los instintos más bestiales en el hombre y quebranta los diques de la moral cristiana». «Cada guerra que pasa por un pueblo, lejos de purificarle y ennoblecerle, deja en él una ciénaga de vicios y concupiscencias que traen en pos de sí deplorables consecuencias por mucho tiempo». Al margen de los dos atacantes, ponía la responsabilidad en los que «mandan, aconsejan, consienten, ratifican o impiden», proyectando la responsabilidad en las autoridades falangistas de forma velada por la «propaganda lamentable contra la Autoridad de la Iglesia».

Con una grande inconsciencia (...), un día tras otro se han venido sembrando en los ánimos de la juventud principios peligrosos (...). Se les habla frecuentemente de la Revolución nacional y se les dice que su estilo prefiere lo directo y combativo.⁽⁷⁾

(6) Carta Pastoral «Por los fueros de la Verdad y de la Justicia» (*BOEAS* 15/04/1940: 262-295). El documento también reproduce la versión falangista publicada por la prensa sevillana el 31 de marzo de 1940 y por el diario *Arriba* el 2 de abril de 1940: «Nota oficial del Jefe Provincial y Gobernador Civil de la Provincia», donde el líder falangista señala que las pintadas fueron realizadas por el entusiasmo popular.

(7) «El privilegio clerical del canon» (*BOEAS* 15/05/1940: 338-354).

Los ritos

La apropiación de la cultura devocional y la resignificación de los ritos festivos fue una de las estrategias de la dictadura franquista para consolidar su legitimidad sobre principios «sacro-populares» y facilitar la confluencia simbólica de las culturas políticas franquistas –reaccionarias, tradicionalistas y fascistas– en una dramatización en el espacio urbano de la redención nacional (Rina Simón 2020a). Las celebraciones de la religiosidad popular representaron el orden de jerarquías de las autoridades y el pacto nacionalcatólico entre Ejército, Iglesia y Estado en un horizonte comunitario de amplia visibilidad. Imágenes religiosas recibieron títulos, honores y condecoraciones militares, presidieron actos políticos y se «movilizaron» para constatar la protección sobrenatural y el proyecto restaurador de la sublevación militar, la cruzada y la victoria franquista. La simbiosis entre referentes religiosos-identitarios y Franco reforzó su sacralización y su construcción carismática «por la gracia de Dios». Durante la guerra y la postguerra, los imaginarios culturales se tiñeron de un nacionalismo y un catolicismo extremo (Saz 2003).

El cardenal Eustaquio Ilundain no había puesto impedimento, como la mayor parte del episcopado español, a la simbiosis de formas, funciones y significados entre la Iglesia y el falangismo. En Sevilla presidió misas de campaña por los «caídos» y actos falangistas. En febrero de 1937, llegó al palacio arzobispal un pleito protagonizado por las organizaciones juveniles de Falange y del carlismo: los flechas y los pelayos, dos meses antes del Decreto de Unificación. En Puebla de Cazalla (Sevilla) se había producido un altercado entre el jefe local de Falange y el cura y el mayordomo de la cofradía del Nazareno. Éstos habían situado en lugar preeminente a los pelayos –por representar a un partido católico y tradicionalista– y en un segundo plano a los flechas. La lógica era que los carlistas tenían más derechos de jerarquía y de representación en los actos católicos. Ilundain planteó una solución salomónica: que las asociaciones se colocaran cada una a un lado del paso⁽⁸⁾. El conflicto traslucía los combates de partido por ocupar el centro hegemónico de generación de significados identitarios, históricos, tradicionales y sagrados. Esta cuestión fue rápidamente zanjada por la Secretaría General del Jefe del Estado,

(8) AGAS, Archivo Arzobispal, Gobierno Asuntos Despachados, sign. 05.110. Fechado a 23 de febrero de 1937.

que determinó el papel secundario de FET y de las JONS ante el resto de autoridades. El Estado se imponía en el plano simbólico al Movimiento⁽⁹⁾.

Segura, recién instalado en el arzobispado hispalense, conocedor de la religiosidad festiva y heterodoxa de la ciudad, dedicó una de sus primeras cartas pastorales a las procesiones de Semana Santa. En *Las cofradías y la vida cristiana* reconocía que las fronteras entre lo religioso, lo patriótico y lo bélico no siempre eran nítidas, si bien había que trabajar por purificar el rito de elementos populares, festivos y políticos. El objetivo era la «floración de la piedad cristiana», contraria a «actos meramente espectaculares sin espíritu de piedad (...)» (BOEAS 15/03/1938: 128). La Semana Santa era una celebración poliédrica, convertida desde el romanticismo en una fiesta de la ciudad en la que los significantes religiosos eran superados por otros referentes festivos, identitarios o turísticos (Rina Simón 2020b). Limar de estos elementos seculares, purificar los ritos festivos y convertirlos en herramientas de evangelización fueron los objetivos intervencionistas del cardenal Segura, aspectos en los que nuevamente rozó con las pretensiones de las autoridades políticas, que se apoyaron en la dimensión tradicional y popular de las fiestas para construir sus narrativas legitimistas y escenificarlas en el espacio público.

Una vez celebrada la victoria con ritos de sacralización de la política y festejada con procesiones extraordinarias con las imágenes más representativas de la religiosidad popular revestidas con atributos y honores militares y saludadas con el brazo en alto al modo fascista, las autoridades eclesiásticas y los publicistas católicos comenzaron a poner en duda esta simbiosis cultural, haciendo reiterados llamamientos a la purificación de los ritos y a desterrar prácticas fascistas seculares que no eran propias de la tradición católica y, por tanto, no eran consustanciales a la identidad nacional española. Esto ocurría en un contexto geopolítico marcado por la tentativa de la dictadura de entrar en la guerra mundial apoyando a las potencias del Eje y en el que los modelos nazi y fascista contaban con especial predicamento en el gobierno. El nacionalismo fascista o fascistizado era visto con suspicacias por parte de la Iglesia. Pío XI ya había advertido en marzo de 1937 en la Encíclica *Sobre la situación*

(9) Archivo Histórico Municipal de Sevilla (AHMS), Comisión de Ferias y Festejos, exp. 33. Resolución de la Secretaría General del Jefe del Estado, misiva remitida a los gobernadores civiles, 06/09/1937.

Iglesia Católica en el Reich alemán que el nazismo pretendía erigirse como religión sustitutiva en torno al culto a la nación, al líder y al «movimiento». También había criticado la política racial del Estado nazi, contraria al universalismo católico⁽¹⁰⁾. El cardenal Segura, a comienzos de 1944, publicó la declaración pastoral *Sobre los principales errores modernos*, en la que incluía el racismo como doctrina «en el nombre de la ciencia» cuyo objetivo era «extinguir la verdadera religión». Era un alegato contra las doctrinas racistas del nazismo primando una vez más el universalismo católico frente al biologicismo nazi y al totalitarismo, que definía como «conjunto de doctrinas que constituyen esta paganización de los pueblos (...) de las cuales (...) se derivan funestas consecuencias»⁽¹¹⁾.

Las tensiones entre fascistización y desfascistización (Thomàs 2019: 241) no sólo derivaron de los innegables intereses de la dictadura por sumarse al caballo ganador de la guerra, sino que también respondieron a las presiones internas del nacionalcatolicismo que pugnaba por hegemonizar las prácticas y discursos del nacionalismo franquista. El desenlace de la guerra mundial decantó definitivamente la balanza hacia los postulados más nacionalcatólicos, que permitieron a la dictadura presentarse en el ámbito internacional como una vía alternativa al fascismo.

Una de las voces críticas con la fascistización de los rituales religiosos fue el periodista católico aragonés Ramón de Lacadena y Brualla, marqués de la Cadena. Para el autor, la colonización fascista de las celebraciones religiosas populares requería «un límite, un cauce» que evitara la confusión entre lo sagrado y lo secular. Rechazaba el saludo con el brazo en alto a imágenes religiosas o a la Custodia del Corpus:

Ante Dios, en la calle o en el templo (...), se descubre uno o se postra de rodillas. Eso hicimos siempre los católicos, y creíamos que hacíamos bien sin esperar lecciones de los que ahora se creen más católicos que nadie, más patriotas que nadie (...) (Cadena 1939: 209-2010).

La prensa católica se hizo eco de estas propuestas y contribuyó a purificar el espacio no sólo del laicismo y el anticlericalismo sino también

(10) Su publicación fue paralizada por orden de Serrano Suñer y se publicó un año después por fragmentos en algunos boletines episcopales, como en *BOEAS* 01/04/1938: 166 (Álvarez Bolado 1995: 171; Raguer 2017: cap. 5).

(11) «Sobre los principales errores modernos» (*BOEAS* 01/01/1944: 7-8).

de elementos fascistas o seculares. Sin embargo, la Iglesia no tenía autoridad para imponer o prohibir determinados comportamientos en el espacio público. De hecho, «el saludo nacional» era obligatorio –BOE 25/04/1937–, adoptado como «exponente del sentir popular» y como demostración de «respeto (...), hermandad, disciplina y justicia social que conducen al engrandecimiento de la Patria». El saludo era preceptivo al paso de la bandera y al «entonarse el himno y Cantos Nacionales». El cardenal Segura recurrió a dos estrategias complementarias. Por un lado, premiar económicamente a las cofradías que se comportaran acordes con las formas de entender el rito por parte de la Iglesia, tratando que las corporaciones más «populares» emularan a las más burguesas y aristocráticas. Y por otro, aunando voluntades con las autoridades municipales, que sí tenían capacidad para regular los comportamientos en la vía pública. Así consiguió que el alcalde Eduardo Luca de Tena publicara unas disposiciones con motivo de la Semana Santa de 1940 –la que presidió Franco– cuyo primer punto era reservar el «saludo nacional» a los cuerpos armados, no para «los devotos de las sagradas imágenes, que procede dirigir oraciones y plegarias» (BOEAS 15/03/1940: 226). Las peticiones para que el público no realizara el saludo fascista a las imágenes religiosas fueron anuales, lo que constata, también como podemos comprobar en las fototecas, que fue una práctica generalizada hasta 1944. Aquel año Segura rechazó la introducción de «nuevos usos» porque eran «completamente ajenos a la tradición de la Iglesia, tales como dar vivas, aplausos, el de levantar la mano al paso de las sagradas imágenes (...)»⁽¹²⁾. El Estado derogó la obligatoriedad del saludo el 14 de septiembre de 1945 –BOE– porque era interpretado «torcidamente»: «Al iniciarse el dieciocho de julio (...), ante el materialismo comunista (...), frente al puño cerrado, símbolo de odio y de violencia que el comunismo levantaba» se propuso el saludo con brazo en alto que ya no es tipificado como fascista sino como «de rancio abolengo ibérico, saludo que ya en los albores de nuestra historia patria constituyó símbolo de paz y de amistad entre hombres». Sin embargo, en aras de la desfascización y para evitar lecturas «torcidas» se aconsejaba que «en servicio de la Nación, debe abandonarse en nuestra vida (...) aquellas formas de saludo que, mal interpretadas, han llegado a privar a las mismas (...) de su auténtica expresión de amabilidad y cortesía (...)».

(12) «Las fiestas de Semana Santa en Sevilla» (BOEAS 15/03/1944).

Para ahondar en los procesos de moralización del rito era necesario configurar una entidad superior bajo presidencia episcopal que coordinara la actividad de las cofradías y funcionara como correa de transmisión de los postulados del cardenal, velando por el cumplimiento de sus disposiciones, multando con sanciones económicas o con destituciones a las corporaciones que no las acataran e integrándolas en Acción Católica. En 1941, en el marco de la celebración de la I Asamblea Diocesana de Cofradías, se creó la Comisión de Cofradías, heredera de la antigua Federación Hermandades (BOEAS 15/05/1941: 289-291). El cardenal ya no tendría que negociar cofradía por cofradía sus disposiciones, sino que una entidad superior se encargaría de imponer su criterio purificador de la celebración y de «contribuir celosamente a que las estaciones de penitencia se efectúen con la debida compostura y religiosidad»⁽¹³⁾.

Esta comisión, liderada por el vicario de la archidiócesis, Jerónimo Gil Álvarez, y por el Alcalde delegado de Festejos, Joaquín Romero Murube, facilitó la persecución a la cofradía de Jesús Despojado, creada en 1937 por unos jóvenes falangistas, que fue expulsada de la celebración y, por extensión, del horizonte simbólico e identitario que se reproduce en la ciudad durante sus ritos festivos. La cofradía había surgido en plena guerra civil en el barrio de San Marcos, de honda tradición sindical y conocido popularmente durante la II República como «el Moscú sevillano», en un contexto de inflación del fenómeno devocional y tradicional marcado por el espíritu de cruzada y los proyectos de recristianización de la sociedad española (Romero Mensaque 2003: 37-125). La fiesta de la Semana Santa se había convertido en fuente de legitimidad sacro-popular del nuevo Estado y en fiesta oficiosa del régimen. Participar en ella era una forma de conciliar las tradiciones locales con el proyecto franquista y de manifestar en el espacio público adhesión a la dictadura.

La cofradía la formaban un grupo de jóvenes falangistas impulsados por José Laborde González y en un principio contó con el apoyo eclesiástico. Encargaron la talla del Cristo a Antonio Perea Sánchez, que estaba encarcelado por auxiliar a las milicias que combatieron la conquista de la ciudad por las tropas de Queipo de Llano. Para ello, el imaginero tomó como modelo a un compañero de prisión condenado a muerte, lo que a la larga provocaría el rechazo de la Iglesia y de ciertos

(13) AGAS, Archivo Arzobispal, Justicia, sign. 10.027. Reglamento de la Comisión de Cofradías.

sectores políticos (Romero Mensaque 2003: 43)⁽¹⁴⁾. Fue bendecida en diciembre de 1939. Debido a la juventud de sus promotores, nombraron responsable de la Junta Organizadora al padre de José Laborde, el líder falangista José Laborde Foyo. Padre e hijo se repartieron los cargos representativos de la hermandad, si bien el padre participó para avalar las gestiones de su hijo y conseguir la sanción eclesiástica ganándose el apoyo del párroco. Implicaron en el proyecto al jefe provincial y después regional de Falange y uno de los fundadores del partido en la ciudad, José Miranda González, filonazi, que presidió alguno de los cultos religiosos –llegó a ser nombrado hermano mayor honorario, gobernador civil de Huelva, procurador en Cortes y miembro del Consejo Nacional de FET y de las JONS–, junto a escuadras de flechas. En 1938 consiguieron que el arzobispado aprobara sus reglas, que eran propias de una corporación rigurosa «de silencio» y de perfil penitencial, propia de los imaginarios de la guerra y la postguerra⁽¹⁵⁾. La actividad de la cofradía se ralentizó por la movilización al frente de varios miembros fundadores, entre ellos, José Laborde González. En 1941 procesionaron por primera vez y las crónicas destacaron el espíritu penitencial y de redención de los pecados de la cofradía⁽¹⁶⁾. Sin embargo, no fue la opinión de los informantes del arzobispado que determinaba el reparto de las subvenciones. La cofradía obtuvo cero puntos en todas las secciones en que fue valorada: orden y comportamiento, mérito artístico y colaboración con el Ayuntamiento (ACGHC, Actas de la Comisión de Cofradías. Libro I. Acta Capitular, 27/09/1941). Para la Semana Santa siguiente, José Laborde Foyo realizó nombramientos honoríficos a personajes influyentes de las cofradías sevillanas con la voluntad de que la suya fuera vista con mejores ojos por parte del arzobispado. Así, nombró Consiliario de Honor a Luis Ybarra Osborne y otorgó otras distinciones a Eladio García de la Borbolla y a

(14) Según detalla Romero Mensaque (2003: 51), la imagen podía estar inspirada en Juan de Dios Creagh Arjona, que fuera el Jefe de Negociado de Telégrafos, masón, miembro de Acción Republicana y personaje clave en el fracaso de la intentona golpista de Sanjurjo en 1932.

(15) Decreto del Vicario General, Jerónimo Armario, del 2 de abril de 1938. AGAS, Archivo Arzobispal, Justicia.

(16) *El Correo de Andalucía*, 28/03/1941; 05/01/1941. También véase “Acta capitular del 16 de mayo de 1941”, Archivo de la Hermandad de Jesús Despojado, cit. en Romero Mensaque (2003: 58). En la prensa, la cofradía es presentada como la corporación local de Falange y procesiona con la banda de Milicias de Falange.

Joaquín Sáinz de la Maza y Tobias (Romero Mensaque 2003: 63). Pero este sistema de reparto de capital simbólico no consiguió que la cofradía recibiera buenas valoraciones en su procesión de 1942. Ni el propio Luis Ybarra Osborne firmó una valoración positiva (AGAS, Archivo Arzobispal, Sección 3, Serie Hermandades, leg. 248). El aristócrata y cofrade, máximo responsable de la cofradía de El Silencio, modelo de comportamiento ortodoxo, remitió un informe reservado el 4 de abril de 1942 al vicario denunciando el mal comportamiento de algunas cofradías. Formaba parte de la élite que actuaba como informante seleccionado para denunciar ante el vicario aquellas actitudes que la Iglesia pretendía erradicar. De la cofradía de «los Despojos» denunció que «cuando llegó a la calle Argote de Molina, todos los nazarenos (...), se metieron en la taberna de las Escobas y estuvieron parados más de veinte minutos» (AGAS, Archivo Arzobispal, Justicia, sign. 10.027). La cofradía no era la única señalada. En realidad, se trataba de comportamientos comunes entre las hermandades de los barrios periféricos y de extracción socio-económica más humilde. Sin embargo, el cardenal Segura, que trataba de impedir que los falangistas se integraran en los ritos festivos católicos y de reproducción de identidades de la ciudad, aprovechó estos informes para acabar con la cofradía.

Días antes de la Semana Santa, el 18 de marzo de 1942, el cardenal envió una carta a la Comisión de cofradías amenazando con que aquel año no toleraría comportamientos «indebidos» y «escandalosos», amenazando con destituir a las directivas de las Cofradías, como así haría con la de Jesús Despojado. En paralelo, la vicaría había activado un sistema opaco de evaluación por puntos del comportamiento de las cofradías en la calle. Según sus baremos actitudinales, éstas recibirían más o menos subvención económica. En contexto de carestía y en un rito marcado por la competitividad entre asociaciones por exhibir mayor riqueza y mayor boato, esta medida alentó, sin lugar a dudas, la resignificación y purificación de cofradías que fueron abandonando las prácticas más románticas y regionalistas, sustituyéndolas por una fiesta penitencial y nacionalcatólica.

Para acabar con la tentativa falangista de participar en la fiesta de la ciudad, el vicario Jerónimo Gil y el sacerdote cofrade José Sebastián y Bandarán declararon una serie de hechos con el fin de motivar su suspensión. El Cardenal no quería compartir con FET y de las JONS los beneficios propagandísticos y simbólicos que podía otorgarles la

participación en una fiesta que consideraba propiedad exclusiva de la Iglesia. José Sebastián y Bandarán declaró haber sorprendido al Diputado Mayor de Gobierno bebiendo en una taberna con otros hermanos, lo que motivó su enfado y que el religioso le arrancara en el bar la capa y el escudo de su traje de nazareno.

El testimonio de los miembros de la hermandad «falangista» difirió bastante de estas acusaciones. Según José Laborde, José Sebastián y Bandarán con «formas impropias de un sacerdote», le obligó a descubrirse en plena calle. En aquel momento el sacerdote le presentó a un nazareno sin capa amenazándole con que «daría cuenta de la conducta (...) a la Autoridad Eclesiástica». El hermano mayor entonces expone que ha investigado qué ocurrió con ese nazareno, constatando que era «completamente falso que fuera sorprendido (...) bebiendo vino en una taberna (...), pues se trata de un joven que ustedes perfectamente conocen y que su conducta privada y pública no puede ser más ejemplar». El sacerdote además arrancó las tapas y algunas páginas del libro de reglas en mitad de la procesión⁽¹⁷⁾. Para la Hermandad, se trataba de una artimaña trenzada por el sacerdote y la vicaría para sancionarla. Sin embargo, la familia Laborde no podía imaginar hasta dónde llegaría la sanción eclesiástica. El 13 de abril de 1942, la Comisión de Cofradías decidió expedientar a seis cofradías por «desórdenes y abusos». En el caso de Jesús Despojado, se le retiraba la subvención, haciendo inviable económicamente la continuidad de la cofradía⁽¹⁸⁾. El 18 de septiembre, el Vicario destituía a las Juntas de Gobierno de las seis cofradías expedientadas, nombrando comisiones rectoras que en el caso de la cofradía de Jesús Despojado tendrían el objetivo de prohibir su salida procesional, expulsar «a los hermanos que por su vida escandalosa no sean dignos», cambiar el recorrido procesional para que estuviera el menor tiempo posible en el barrio de San Marcos, una sanción de 1.500 pesetas e, indirectamente, no reactivar la hermandad ya que es la única cofradía en la que no se nombraron miembros de la comisión

(17) Acta capitular del 12 de abril de 1942, Archivo de la Hermandad de Jesús Despojado, Libro I, cit. en Romero Mensaque (2003: 71-72).

(18) ACGHC. Actas de la Comisión de Cofradías. Libro I. Acta Capitular, 13/04/1942. Sin embargo, la Comisión de Cofradías no notifica a la Cofradía de Jesús Despojado la decisión hasta un mes después, el 14 de mayo, y lo hacen a través de la prensa, dejándoles sin capacidad de respuesta o de poner una reclamación. ACGHC, Oficio del Hermano Mayor al Secretario de la Comisión.

gestora (Romero Mensaque 2003: 75-76.). Los Laborde abandonaron la hermandad y a los pocos meses se extinguió la tentativa más firme del falangismo de entrar en los ritos católicos identitarios de la ciudad.

Segura tampoco permitió que símbolos falangistas se integraran en las cofradías de su archidiócesis. Así, el 17 de mayo de 1938 el vicario general ordenó la retirada de unas hojas de inscripción de la Cofradía de la Soledad de San Buenaventura porque incluía los escudos de Falange (AGAS, Archivo Arzobispal, Gobierno, Asuntos Despachados, sing. 5.122). La directiva de la Cofradía tenía simpatías por Falange y ofreció títulos honoríficos a José Antonio y a Pilar Primo de Rivera (Rina Simón 2015: 125).

Los argumentos tomaban como referencia el papel del catolicismo en la definición y legitimación del régimen, así como en la sacralización de la política y las tensiones entre palingenesia y apocatástasis, entre la tradición y la modernidad. En nuestro análisis microhistórico sobre la postura del cardenal Segura y su celosa protección del catolicismo de los ritos festivos, hemos podido comprobar cómo para ciertos sectores de la Iglesia sí había diferencias sustanciales e incompatibilidades entre los nacionalismos católico y fascista. Hasta el punto de sostener en una misiva a la Santa Sede que Falange era «el gran enemigo de la Iglesia española: donde se han guarnecido todos los enemigos antiguos de la Iglesia (...)» (Garriga 1977: 273).

Además, Segura incentivó el culto católico a iconos devocionales de impronta nacionalcatólica cuya gestión devocional recaía en el cabildo de la catedral o en asociaciones de fieles más maleables y más eclesiales que las cofradías, cuyos imaginarios escapaban de los límites, en nombre de lo popular o de la tradición, del control eclesiástico. Frente a la amplia panoplia de imágenes devocionales sacro-identitarias, Segura promovió el culto a referentes de la vinculación entre Nación y recristianización: Cristo Rey –en memoria de la España tradicionalista–; Sagrado Corazón –consagrado como culto nacional por su benefactor, el rey Alfonso XIII, titular del mausoleo que proyectó el cardenal en San Juan de Aznalfarache entre 1942 y 1948⁽¹⁹⁾, entronizado en el Ayuntamiento y protagonista de

(19) A los actos de inauguración del monumento al Sagrado Corazón, celebrados el 11 de octubre de 1948, acudió Franco y su esposa. Segura aprovechó la oportunidad para rechazar en el protocolo que la mujer de Franco ocupara la presidencia de la cena. Ante Franco, Segura señaló que «todo lo bueno que sucede en España, esta paz que se disfruta, este ambiente de religiosidad, todo ello se debe a Alfonso XIII (...)» (Franco Salgado-Araujo 1976: 229).

un año santo en 1942 (BOEAS 15/12/1041: 622-627)–; la Virgen del Pilar –referente de la Hispanidad y de la intercesión divina en el transcurso de la guerra–; la Inmaculada Concepción –modelo devocional español y ariete del papado frente a la secularización–; la Virgen los Reyes –a la que se concedieron los máximos honores militares (BOE 27/05/1939), presidió las celebraciones de la «victoria» como copartícipe de la misma y el cardenal fomentó su culto como alternativa a otras imágenes marianas más festivas creando en 1942 una asociación de fieles y consiguiendo el nombramiento papal como patrona de la archidiócesis en 1946, año en el que el ayuntamiento de Sevilla aprobó la inclusión del título de «la muy mariana» en el nomenclátor de la ciudad–; y la Virgen de Fátima –icono transnacional del anticomunismo y manifestación de la presencia de lo milagroso y lo sobrenatural en las sociedades contemporáneas–. Estos referentes devocionales fueron compartidos por el resto de las diócesis españolas (Di Febo 2012) ya que se integraban en una estrategia de mayor recorrido histórico de la Iglesia católica para hacer frente a la modernidad de una manera transnacional y participar en los debates públicos potenciando determinados cultos del horizonte de la piedad popular (Menozzi 2022).

Conclusiones

Durante la guerra civil y la postguerra, en un contexto de profunda fascistización del régimen franquista, el cardenal Segura disputó la hegemonía de los ritos simbólicos e identitarios con los sectores falangistas, sabedor que en los horizontes de la cultura popular se cifraban los imaginarios en torno a lo que era consustancial para la comunidad, tradicional o sagrado. Cuando consiguió imponer su voluntad confesional sobre el falangismo con la ayuda del contexto internacional, Segura centró su labor pastoral en el combate a otros peligros de la modernidad: el comunismo y la inmoralidad. La dictadura forzó sus perfiles ideológicos nacionalcatólicos para ocultar sus vinculaciones y mimesis con los fascismos derrotados en Europa. Este análisis microhistórico confirma las múltiples aristas de la acción política de la Iglesia y pone el foco en las experiencias locales y en las pugnas por significar la tradición o lo sagrado. El proceso que hemos constatado en la archidiócesis de Sevilla de tensión entre fascistización

y recatolización es extensible a otros territorios o ritos festivos, como a las fallas de Valencia, donde las pretensiones más fascistizadas de la posguerra perdieron la «partida» frente a una fiesta purificada con rituales ex novo como la ofrenda floral a la patrona (Hernández 1996).

En 1945, Segura participó en una peregrinación multitudinaria al Cerro de los Ángeles –a la que asistieron las máximas autoridades del Estado– para celebrar la definitiva victoria del nacionalcatolicismo como principal vector ideológico del régimen. El pacto nacionalcatólico quedó refrendado con la firma del Concordato con la Santa Sede en 1953. En este contexto propicio, la diplomacia franquista consiguió que en Roma se nombrara como arzobispo coadjutor de Sevilla con plenos poderes a José María Bueno Monreal, lo que suponía una destitución velada de Segura. Franco lo celebró porque «lo había aguantado [al cardenal] como una cruz que Dios me mandaba y la llevaba con la máxima paciencia. (...) en Sevilla su marcha fue acogida con una sensación de alivio grande, era una pesadilla que padecían los sevillanos.» (Franco Salgado-Araujo 1976: 27-28). Un año después de la muerte de Segura, la dictadura aprobaba la Ley de Principios del Movimiento Nacional donde en su artículo segundo orientaba la nación hacia el «acatamiento de la ley de Dios, según la doctrina de la Santa Iglesia Católica (...), única verdadera y fe inseparable de la conciencia nacional» que «inspirará su legislación» (BOE 19/05/1958).

Fontes

Fontes de imprenta

Arriba.

Boletín Oficial Episcopal del Arzobispado de Sevilla (BOEAS).
El Correo de Andalucía.

Fontes de Archivo

Archivo General Arzobispado de Sevilla (AGAS), Archivo Arzobispal, Justicia, sign. 11.198 e 10.027.

AGAS, Archivo Arzobispal, Gobierno Asuntos Despachados, sign. 05.110 e 5122.
AGAS, Archivo Arzobispal, Sección 3, Serie Hermandades, leg. 248.
Archivo del Consejo General de Hermandades y Cofradías (ACGHC),
Actas de la Comisión de Cofradías. Libro I. Acta Capitular.
Archivo de la Hermandad de Jesús Despojado, Actas capitulares, Libro II.
Archivo Histórico Municipal de Sevilla (AHMS), Comisión de Ferias y
Festejos, exp. 33.
Archivo General de la Administración (AGA), Presidencia, Secretaría
General del Movimiento, caja 42.
Boletín Oficial del Estado.

Bibliografía

Álvarez Bolado, Alfonso (1995). *Para ganar la Guerra, para ganar la Paz. Iglesia y Guerra Civil: 1936-1939*. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas.

Barrios, Manuel (2003). *La Sevilla del Cardenal Segura*. Sevilla: Espuela de Plata.

Botti, Alfonso, Montero, Feliciano, Quiroga, Alejandro (eds.) (2013). *Católicos y patriotas. Religión y nación en la Europa de entreguerras*. Madrid: Sílex.

Box, Zira, Saz, Ismael (2011). "Spanish Fascism as a Political Religion (1931-1941)", *Politics, Religion & Ideology*, 12, 4, 371-389.

Cadena, Marqués de la (1939). *Entre rojos y entre azules*. Zaragoza: Heraldo de Aragón.

Di Febo, Giuliana (2012). *Ritos de guerra y de victoria en la España franquista*. Valencia: PUV.

Franco Salgado-Araujo, Francisco (1976). *Mis conversaciones privadas con Franco*. Barcelona: Planeta.

Garriga, Ramón (1977). *El Cardenal Segura y el Nacional-Catolicismo*. Barcelona: Planeta.

Gentile, Emilio (2019). *Fascismo, Historia e interpretación*. Madrid: Alianza.

Hernández, Gil-Manuel (1996). *Falles i franquisme a València*. Valencia. Afers.

Langa Nuño, Concha (2014). "De Sevilla la roja a la tierra de María de Santísima: la recatolización de Sevilla", in J. L. Ruiz Sánchez (ed.), *La*

- Iglesia en Andalucía durante la guerra civil y el primer franquismo*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 15-47.
- Martínez Sánchez, Santiago (2004). *Los papeles perdidos del cardenal Segura, 1880-1957*. Pamplona: Eunsa.
- Menozzi, Daniele (2022). *Il potere delle devozioni. Pietà popolare e uso politico dei culti in età contemporanea*. Roma: Carocci.
- Montero, Feliciano, Louzao, Joseba (coords.) (2015). *La restauración social católica en el primer franquismo, 1939-1953*. Alcalá de Henares: UAH.
- Moradiellos, Enrique (dir.) (2016). *Las caras de Franco. Revisión histórica del caudillo y su régimen*. Madrid: Siglo XXI.
- Raguer, Hilari (2017). *La pólvora y el incienso. La Iglesia y la Guerra Civil española (1936-1939)*. Barcelona: Península.
- Romero Mensaque, Carlos José (coord.) (2003). *La Hermandad de Jesús Despojado. Historia y Patrimonio*. Sevilla: EDISEV.
- Rina Simón, César (2015). *Los imaginarios franquistas y la religiosidad popular, 1936-1949*. Badajoz: Diputación de Badajoz.
- « — » (2020a). “Antropología. Cultura y ritos festivos. En torno a la legitimidad sacro-popular de la dictadura franquista”, in Z. Box y C. Rina (eds.), *El franquismo en caleidoscopio. Perspectivas y estudios transdisciplinarios sobre la dictadura*. Granada: Comares, 53-75.
- « — » (2020b). *El mito de la tierra de María Santísima. Religiosidad popular, espectáculo e identidad*. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces.
- Salas, Nicolás (2010). *Sevilla en la posguerra. Cuna del Nacional-Catolicismo y del antifranquismo (1939-1975)*. Sevilla: Guadalturia.
- « — » (1993). *Sevilla. Crónicas del siglo XX*. Vol. III. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Saz, Ismael (2003). *España contra España. Los nacionalismos franquistas*. Madrid: Marcial Pons.
- « — » (2019). “Entre el nacionalcatolicismo y el fascismo. Las religiones del franquismo”, *Storicamente*, 15, 1-22.
- Serém, Rúben (2017). *Conspiracy, Coup d'état and Civil War in Seville, 1936-1939. History and Myth in Francoist Spain*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Thomàs, Joan Maria (2019). *Los fascismos españoles*. Barcelona: Ariel.

**THE CIRCULATION OF A «FASCIST LITERATURE»
IN THE ITALIAN DEMOCRACY. THE CASE STUDIES OF
GRAZIANI'S «I DEFENDED THE FATHERLAND» AND
BOTTAI'S «TWENTY YEARS AND ONE DAY»**

ANDREA MARTINI

Istituto Veronese per la Storia della Resistenza e dell'Eta' Contemporanea

andrea.marti@hotmail.it

<https://orcid.org/0000-0002-5788-1019>

Texto recebido em / Text submitted on: 24/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 21/12/2023

Abstract

In an article published in *The Wiener Library Bulletin* in 1951, the historian and former partisan Giorgio Vaccarino broached the subject of the «fascist literature» circulating in Italy. Three years later, the anti-fascist literary scholar Giuseppe Tramarollo revisited the question in *La Voce Repubblicana*, declaring the dissemination of texts with a clear fascist matrix to be a threat to Italian democracy. This essay seeks to shed light on this circulation, which has long been underestimated by historiography and was downplayed by the post-1945 fascist milieu, which sought to portray itself as being excluded from the political arena. Without wishing to overstate the importance of fascist literature in the post-war period, this article aims to describe its characteristics while also highlighting the tolerance of the authorities and the complicity of the publishing market, which, by ignoring political or moral considerations, offered a platform to many fascist personalities.

Keywords

Neo-fascism; book circulation; fascist legacy; Rodolfo Graziani; Giuseppe Bottai.

Abstract

No artigo publicado em The Wiener Library Bulletin em 1991, o historiador e antigo resistente Giorgio Vaccarino abordou a questão da «literatura fascista» que circulava em Itália. Três anos mais tarde, o académico da área da literatura antifascista Giuseppe Tramarollo revisitou a questão em La Voce Repubblicana, declarando-se a disseminação de textos com uma clara matriz fascista era uma ameaça à democracia italiana. Este ensaio procura lançar luz sobre esta circulação, que foi durante muito tempo subestimada pela historiografia e desvalorizada pelo meio fascista pós-1945, que procurou apresentar-se como excluído da arena política. Sem pretender sobrevalorizar a importância da literatura fascista no pós-guerra, este artigo tem como objetivo descrever as suas características, salientando também a tolerância das autoridades e a cumplicidade do mercado editorial, que, ignorando considerações políticas ou morais, ofereceu uma plataforma a muitas personalidades fascistas.

Palavras-chave

Neofascismo; circulação literária; legado fascista; Rodolfo Graziani; Giuseppe Bottai.

Introduction

Immediately after the Second World War, the Italian editorial market was flooded with books written by fascists. Looking only at the period 1945-1950, we find that there were at least forty texts that might be categorised as part of this cultural phenomenon. One of the earliest is a memoir titled *La Guerra, questo sporco affare* (War, This Dirty Business, 1946) by Adriano Bolzoni, a militant of the RSI (Italian Social Republic) who later became a film director and screenwriter. The memoir was published by the small Roman publisher De Luigi. Also noteworthy is the collection of articles, *Chi si ferma è perduto* (Who Stops is Lost, 1948), written by a journalist named Giovanni Tonelli for the fascist weekly *La rivolta ideale* who had expressed enthusiastic admiration for Mussolini during the dictatorship (Pardini 2008).

There were also several early attempts at historical reconstruction, although these were highly substandard in terms of methodology. In 1947, Ugo Manunta, a journalist with close ties to Mussolini, released *La caduta degli angeli* (The Fall of the Angels). Another publication of the period was *La Repubblica di Mussolini* (The Republic of Mussolini)

by Felice Bellotti, who had served in the Italian SS from 1943 to 1945 (Hale 2012: 474-476).

There were also two contributions by Mussolini's widow, Rachele Guidi. The most important one, *La mia vita con Benito* (My Life with Benito), which was realized with the help of Giorgio Pini as ghost-writer, dates back to 1948 and appeared for one of the most prominent Italian publishing house, Mondadori (Luzzatto 1998: 147). Pini, who had been the editor-in-chief of the Duce's newspaper, *Il Popolo d'Italia*, between 1936 and 1943, authored in his turn two volumes of memoirs (Pini 1950a and 1950b) after the war. Even Mussolini's valet, Quinto Navarra, published in 1946 his memoirs with the help of two prominent figures in the Italian cultural scene who for many years had been closed to fascism: Leo Longanesi and Indro Montanelli (Liucci 2016: 41).

Furthermore, the aftermath of the war witnessed numerous notorious forgeries. One example were the alleged memoirs of Roberto Farinacci, one of the most violent and intransigent exponents of fascism (Di Figlia 2007), who was killed during the wave of summary justice at the end of the conflict (Dondi 1999). In the supposed memoirs Farinacci expressed regret for his wrongdoings. The respected publishing house Angelo Rizzoli printed the book without hesitation but was later ordered by the Court of Milan to destroy all copies⁽¹⁾. Another noteworthy forgery was the fictional Churchill-Mussolini correspondence, which included documents claimed to have been signed by Mussolini, as well as letters from Victor Emmanuel III, Hitler, De Gasperi and Churchill, among others (Franzinelli 2015: 7, 13). Finally, there were the fake diaries of the Duce himself, created not only for monetary gain but also to propagate a sympathetic portrayal of him, these diaries were so well received in post-1945 Italy that Bompiani, another major publishing house, reprinted them in 2010 (Franzinelli 2011).

Despite several studies attempting to provide an overview of these so-called «black memoirs» (Isnenghi 1989; Liucci 1996; Germinario 1999; Chiarini 2009), the impact of fascist literary production on shaping the public memory of fascism (Chiarini 2005; Focardi 2005 and 2020) remains insufficiently explored. Historiography have not been prepared to challenge fully the fascist rhetoric, which has managed to present itself as marginal

(1) See Verdict of 22 July 1955, Ufficio d'Istruzione penale of Milan Tribunal in AS – BNR, ARC 20.74 “corrispondenza varia Lettera f-g”, folder no. 2 “Farinacci Mola Adriana”.

and even excluded from the political and cultural sphere of republican Italy, despite the fact that this was not the case (Turi 2013). This article aims to fill at least some of the gaps in our knowledge by focusing in particular on the most significant publishing activities and the contents of certain examples of this «fascist literature», as the Piedmontese scholar Giorgio Vaccarino labelled it in the *The Wiener Library Bulletin* (1951) (a newsletter that closely monitored the resurgence of far-right movements in the public sphere).

Naturally, there is no wish to overstate the importance of fascist literature in the post-war period, but this article wants to illustrate how actively the fascist front took part in the «war of memory» (Focardi 2005) which started in the very last hours of the conflict. The expression «war of memory», used in the Italian context by historian Filippo Focardi, refers to the process of re-elaboration of those events that had just occurred: the dictatorship, the world war and the civil war. This process of re-elaboration involved all the anti-fascist political families, such as the Communist, the Socialist and the Catholic, as well as the so-called «anti-fascist front» (Lupo 2004), whose representatives opposed fascism and even more anti-fascism. But, as the article will illustrate, in that «war of memory» the fascist too had a role. Hence the need to focus the analysis on the period 1945-1950 ca. It was in fact in those years, marked by the initial phase of the Cold War, when a new, at least presumed, threat appeared on the public scene, the communist one, that the first wave of the re-elaboration of the past took place.

But the article is not only intended to give an account of the salient aspects of the fascist literature, it wants also to highlight the tolerance of the authorities and the complicity of the publishing market that by ignoring political or moral considerations, offered a platform to many fascist personalities. It will do it through the analysis of two significant case studies: the book *Ho difeso la patria* (I Defended the Fatherland) written by the RSI Minister of Defence, Rodolfo Graziani in 1948 and *Vent'anni e un giorno* (Twenty Years and One Day) (Bottai, 1949) by Giuseppe Bottai, the former Minister of Corporations and National Education with a controversial biography, both published by the Milanese publisher Garzanti. These volumes differ from each other in terms of contents but also in terms of impact on the readers. Even the life of the two authors both before and after 1945 is significantly different. Yet the analysis of these two books proves particularly valuable to cast light on some patterns of the fascist literature, its circulation and the climate of indulgence towards such a production.

A final introductory note seems necessary (it always is when a work decides to turn to post-1945 fascism), it concerns precisely the use of the term fascism itself. Here the word encompasses those who had embraced the fascist cause, at least in the years 1922-1943, and who were not disposed to reject the political ideology at the end of the conflict, despite any reservations they might have had about Mussolini (such as his decision to ally with Hitler and involve Italy in the war), and even though it was unlikely that fascism would ever regain influence in Europe after 1945.

The European context and the specificities of the Italian case

The establishment of the MSI (Italian Social Movement), a party with clear ties to fascism, immediately following the end of the Second World War (Parlato 2006; Mammone 2015; Tonietto 2019), raises the significant risk of perceiving the Italian case as entirely exceptional. While it is true that Italy was unique in many respects, it is nevertheless essential to place it within a broader framework that encompasses at least the rest of Western Europe. By doing so, it becomes easier to assess accurately the magnitude of the increase in fascist literary production and to approach the ambiguous, if not lenient, stance of the Italian authorities with greater caution.

Let us examine the cases of Léon Degrelle, Maurice Bardèche and Oswald Mosley as examples. Léon Degrelle, a leader of the Belgian pro-fascist Rexist movement and a member of Waffen SS Walloon Legion that fought on the Eastern Front (Conway 1993), was pursued by the Belgian authorities after 1945. He found refuge in Spain, where he spent the remainder of his life (Del Hierro 2022) and wrote two memoirs, *La Campagne de Russie* (The Russian Campaign, 1949) published in France, and *La cohue de 1940* (The 1940 Scramble, 1950), printed in Switzerland. These were banned by the Belgian authorities, and the prohibition on *La cohue* was extended by the Swiss and French authorities upon Belgium's request (Martini 2023).

In France, Maurice Bardèche, one of the most prominent figures of post-1945 fascism and an early Holocaust denier, faced legal consequences for his writings. In particular, his *Nuremberg ou la terre promise* (Nuremberg or the Promised Land, 1948) prompted action from judicial authorities,

who accused him of «apologie de meurtre» (apology for murder), in a rare instance in which the 1881 law guaranteeing the freedom of the press did not apply. Only the intervention of the French President of the Republic, René Coty, prevented Bardèche from being imprisoned (Shields 2007: 57).

On the other hand, in the UK, Oswald Mosley, the undisputed leader of the British Union of Fascists in the inter-war period (Thurlow 1998a), was permitted to reactivate a fascist-inspired party, the Union Movement, and resume his political agenda through the publication of a party newspaper, *The Union*, and several pamphlets (Macklin 2007). Nevertheless, he faced widespread disregard and ostracism. Even within a context that valued freedom of expression and emphasised the strength of democratic culture (which had already been seriously tested in the 1930s), the BBC considered Mosley *persona non grata* for a long time. In fact, the broadcaster did not air an interview with him until 1968, coinciding with the publication of his biography, *My Life* (Thurlow 1998b: 245). The British situation therefore contrasted sharply with that of Italy, where in 1951, one of the country's most popular magazines, *Oggi*, saw fit to feature Benito Mussolini on its cover (Baldassini 2008: 55).

The Italian situation thus stands out for several reasons. Only in Italy could such a significant number of books with a fascist orientation be published. But the Italian case is also unique due to the remarkable ease with which these books circulated. All this is quite astonishing considering the legal measures implemented by the governments of the post-war period to prevent the re-emergence of fascism.

Let us try to summarize them. The Lieutenant Legislative Decree No. 149 of 26 April 1945 not only sanctioned with confinement or internment anyone who committed «acts aimed at encouraging the resurgence, under any form or name, of the dissolved fascist party», but also those who praised «publicly with any written or verbal manifestation the people, institutions and ideologies» that could be linked to fascism (art. no. 3)⁽²⁾. Two years later, on 3 December 1947, Law No. 1546 applied further sanctions to those who engaged in apology of fascism (and of the monarchy, which had been forced to abdicate following the institutional referendum of 2 June 1946, in which Italians voted for a republican form of government). Article no. 6 specified that individuals who «by means of the press or otherwise, publicly incite[d]» the reestablishment of a

(2) See Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia, no. 51, 28 April 1945.

fascist party would face imprisonment ranging from one to eight years. Article no. 7 stipulated prison terms of six months to three years for those who glorified «persons and ideologies associated with fascism» through the aforementioned means, as well as for anyone engaged in «manifestations of a fascist character» (such as parades in fascist uniform). Finally, in 1952 the Scelba Law – named after its proposer, who served as Minister of the Interior and was a leading figure in the party of Christian Democracy – was introduced to combat the re-emergence of a fascist party or movement, which was explicitly prohibited by the Italian Constitution in its 12th transitory and final provision. The law also targeted forms of apology of fascism.

It is in the long lifespan of the fascist regime that we must therefore look for the causes of this proliferation of so-called fascist literature. Twenty years of dictatorship, to which was added a two-year period marked by civil war, cannot be erased by so-called transitional justice, it matters not much whether the retributive measures enacted were more or less severe (in the Italian case, incidentally, historiography agrees that with the exception of the first months in which the purge was particularly harsh, a lenient attitude prevailed from late 1945 onwards, made evident by the generous amnesty proclaimed in June 1946) (Woller 1997). That many Italians therefore perceived themselves as fascists and wrote favourable or at least sympathetic memories of fascism and felt the need to justify their actions is quite understandable. But how to explain, this sort of contradiction between the seemingly firm stance of the Italian government towards the re-emergence of fascism with the tolerance exhibited by the democratic system towards the circulation of such a texts?

A partial explanation can be found in the more general attitude shown towards the re-activation of fascist movements, attested by the decision to consider the establishment of the MSI in December 1946 as a legitimate act. Those attitude was in its turn strictly linked to the prevailing anti-communist sentiment that characterised the early stages of the Cold War and led fascist formations, and fascism as a whole, to be considered something of a secondary threat, to be opposed on a formal level but without devoting great resources to combat it (Brogi 2011).

It should also be noted the complicity of the judiciary. The measures taken to counter fascist literature appear to have been irregular, targeting only the publication of texts that could unquestionably be attributed to the fascist movement. For example, the editor of the aforementioned

fascist weekly *Rivolta ideale* was accused of apology of fascism because of his articles, and the book written by the then MSI's representative Pino Rauti, *Benito Mussolini*, published in 1955 as a supplement to the fascist magazine *asso di Bastoni*, was confiscated⁽³⁾. However, texts with a clear apologetic and revisionist bias that were printed by publishing houses that were not directly related to the fascist front were tolerated. After all, in terms of manpower and mentality the judiciary was still linked to the previous regime and this fostered a tolerant attitude in the courts towards defendants accused of acts of apology of fascism (Meniconi, Neppi Modona 2022).

The gradual establishment of a specific legal interpretation also played a role. According to it, penalties for acts of apology of fascism were to be imposed only when such acts materially promoted – where the adverb plays a key role – the reconstitution of a fascist party (Sentence no 1. of Constitutional Court of January 1957). The publication of books, even by nationally renowned publishers, would not fall under this category.

A general underestimation of the phenomenon by the institutions was also decisive. Similarly to how the MSI was not initially recognised as a party with a clear fascist ideology (at least not by Christian Democracy) (Martini 2023: 300-301), the circulation of apologetic and revisionist texts was not at first held to be dangerous. The authorities likely took into account the small number of readers in postwar Italy (Vicari 1957), in so doing underestimating the various ways in which books could (and can) influence people. As historiography and social sciences have clearly attested, books «communicate» even when briefly skimmed, when made available in bookshops, libraries, and party associations, when their contents are summarised in newspapers and magazines (whose sales increased exponentially in the postwar period), or when they are read aloud in social gatherings (Chartier 1989; Darnton 2009, Bellingrad, Salman 2017).

How fast can books run?

The circulation of fascist books in post-1945 Italy was primarily promoted by the MSI. A notable example is the case of the *Opera omnia*

(3) ACS, MI, Direzione generale pubblica sicurezza, Divisione affari generali e riservati, categorie annuali, 1955, box 39, folder “Neofascismo. Roma”.

di Benito Mussolini, a collection of all the writings and speeches of the dictator dating back to December 1901 and his initial involvement in politics. A similar literary effort had been undertaken during the dictatorship, with the Duce himself selecting what to publish and passing the material to Valentino Piccoli and the Milanese publisher Hoepli (Decleva 2001: 124). The project fitted perfectly within the logic of a dictatorship that had created a veritable «consent factory» [*fabbrica del consenso*] (Cannistraro 1975), but something similar was harder to imagine in post-1945 Italy. The new effort was spearheaded by the Susmel family, and initially conceived by Edoardo Susmel, a politician from Fiume (now Rijeka) and councillor of the Chamber of Fascists and Corporations from 1939 to 1943. After Edoardo's death in 1948, his son Duilio, a historian and journalist, continued the undertaking with great determination and published the first volume in the spring of 1951 and the thirty-sixth and final volume in 1980 (not counting eight volumes of appendices).

Apart from Edoardo Susmel's vision and the resolve of his son, the publication of the *Opera omnia* also relied heavily on the determination of the Stianti brothers, Alfredo and Raffaello, who established the publishing house La Fenice (The Phoenix, an evocative name that perhaps hinted at desire for a fascist renewal), specifically for the project, after that both the Milanese publisher Garzanti⁽⁴⁾ and the smaller Roman publisher Tosi had rejected it⁽⁵⁾. The Stianti brothers invested significant sums of money into the venture and designed a book cover featuring Mussolini's relief against a completely black background, aiming to evoke nostalgia and appeal to the sentiments of fascist sympathisers. They were presumably persuaded by the opportunity to support an initiative to which they were politically aligned and by the conviction that Mussolini's words still appealed to many Italians. The *Opera omnia*, after all, served a political purpose. It aimed to provide comfort to fascist nostalgics by presenting them with the words of Mussolini, but it was also able to engage less radical Italians who were curious about the

(4) AS-BNR, ARC 20.7 "Opera Omnia di Mussolini. Corrispondenza", Folder no. 7 "Corrispondenza G., Garzanti Aldo", See Garzanti's letters of 2 May 1950 and 23 May 1950.

(5) AS-BNR, ARC 20.7 "Opera Omnia di Mussolini. Corrispondenza", Folder no. 4 "Corrispondenza F., Formichella Italo". Susmel's letter to Mussolini family's lawyer, Italo Formichella, 18 January 1950.

dictator's writings and speeches. The absence of critical introductory notes and textual apparatus was therefore intentional, as it discouraged an analytical approach.

The success of the *Opera omnia* was greatly facilitated by advertisements and highly positive reviews from pro-fascist newspapers⁽⁶⁾. However, the MSI played an even more crucial role by enabling readers to pay for the collection in instalments. The party apparently made a direct deal with the publisher, with its constituency parties committing to purchasing all the volumes as they became available (Rossi 2003: 164-165). Even as late as 1969, Nino Tripodi, the MSI's deputy national secretary in charge of cultural affairs, continued to recommend Mussolini's writings and speeches in the version edited by Susmel to his comrades (Zincone 1969).

However, the circulation of fascist and pro-fascist books was also helped by popular publishing houses with efficient distribution systems. Garzanti, despite rejecting the publication of the *Opera omnia* due to cost concerns, did not hesitate to release other books with a clear fascist stance. These included Edoardo Susmel's *Mussolini e il suo tempo* (Mussolini and his Time), published posthumously in 1948, which compared Mussolini's talents to those of Galileo, da Vinci and Columbus (Susmel 1948: 2). Other examples are the memoirs of Giovanni Dolfi, titled *Con Mussolini nella tragedia* (With Mussolini in the tragedy, 1949), and those afore-mentioned of Bottai, *Vent'anni e un giorno*.

It remains difficult to establish how many copies of these books were actually sold. However, it is important to remember that at this time Garzanti was a relatively new publisher determined to compete with more established ones like Rizzoli and Mondadori (Piazzoni 2021: 150). We can therefore suppose that the books would have been on sale in major Italian bookshops. Moreover, in the case of Graziani's memoir, *Ho difeso la patria* we have more precise data. Between 1947 and 1951, eighteen editions were released, and 30,000 copies were sold in the first few months alone⁽⁷⁾. Considering that a few decades earlier, between 1926 and 1943, the series of Mondadori thriller novels, *Gialli economici* printed an average

(6) See, for example, Anna Dinella, "Libri e riviste", *Nazionalismo sociale*, July 1951; Silvio Vitale, "Interventismo di Mussolini", *asso di bastoni*, 12 August 1951; Vittorio Vettori, "Un nuovo scrittore si sta affermando", *Il Secolo d'Italia*, 7 November 1952; Giuseppe Pensabene, "Mussolini scrittore e oratore", *asso di bastoni*, 10 March 1957.

(7) "Come si spiegano 30,000 copie?", *I Libri del giorno*, no. 4-5, May-June 1948, 10.

of 26,000 copies per title and that one of the most successful novels of the period, Riccardo Bacchelli's *Il Mulino del Po* (The Mill on the Po), sold around 100,000 copies in its first four years (1940-1943), the success of *Ho difeso la patria* can be considered really significant (Ferretti 2004: 57-58).

Garzanti was not the only medium to large publisher involved in circulating so-called fascist literature. As previously mentioned, Mondadori did not view the publication of Rachele Mussolini's *La mia vita con Benito* as controversial, despite it constituting a defence of fascism. On the French-speaking market, on the contrary, the book was released in 1948 by Éditions du Cheval Ailé - La Diffusion du Livre, a much smaller company and, more importantly, a publishing house with far-right sympathies. The same publisher, run by the Swiss Constant Bourquin, and created by Jean Jardin, who had previously served as Pierre Laval's head of cabinet (Assouline 2007: 261-264), for example released the afore-mentioned memoir of Degrelle, *La Campagne de Russie*, the leader of the Rexist movement. According to Mondadori, evidently *La mia vita con Benito* could generate considerable interest in the Italian market, thus it was essential to accept the draft without reservations, except for requesting the omission of a few lines from Guidi's dedication that described Mussolini as a «living torch keeping watch over the Fatherland» (Decleva 1993: 389).

Similarly to Garzanti, another young but fast-growing publisher, Longanesi & Co., which was founded by the industrialist Giovanni Monti and the journalist and writer Longanesi, and managed by the latter, offered space to fascists and pro-fascists. Longanesi's provocative nature (Liucci 2016: 60) induced him, for instance, to take the rather eccentric step of publishing a book of rather dubious quality that revisited the 1924 assassination of socialist leader Giacomo Matteotti by fascist hitmen. This murder was a decisive turning point in the history of fascism, as Mussolini took moral responsibility for the act to give his regime a more authoritarian image. The book, *Diciassette colpi* (Seventeen Blows), belonged to one of the fascists' most favoured genres, that of prison literature. It was a memoir written by Amerigo Dumini, one of the killers, who proudly proclaimed his adherence to fascism («I was a fascist, indeed, and I add that I was a fervent, fanatical fascist. And what of it?») Longanesi's intention in publishing this confession was to absolve the fascist regime of any responsibility for the assassination and to accuse the judiciary of having persecuted Mussolini (Dumini 1951: 293).

Longanesi also published Navarra's aforementioned *Memorie del cameriere di Mussolini* (Memoirs of Mussolini's Waiter), as well as Hitler's *Conversazioni a tavola* (Table Talk, 1952) a collection of speeches accurately or erroneously attributed to the Führer. The book was reprinted in the 1960s, 1970s and 1980s and found some success. Longanesi also published Hans-Ulrich Rudel's *Il pilota di ferro* (The Iron Pilot) in 1956, which went through multiple reprints in the 1960s. After the war, Rudel, a Luftwaffe ace, took it upon himself to help his compatriots affected by the denazification process and keep the Nazi cause alive by writing for the far-right newspaper *Der Weg*, which was quite popular in Argentina, the country to which he had moved. In 1949 he had released his memoirs, *Trotzdem* (Nevertheless) through the Dürer Verlag publishing house, which was also responsible for releasing *Der Weg* and new editions of *Mein Kampf* in German and Spanish (Lee 1997: 114). Rudel's memoirs appeared for Longanesi under the more appealing title of *Il pilota di ferro*, in keeping with the French version of the work, *Pilote de Stukas* (1951), which had been printed by the small publisher Corrêa, and the English version, *Stuka Pilot*, which Mosley launched in 1952 through his own company, Euphorion Books.

A few years earlier, Longanesi had also translated Bardèche's controversial book *Nuremberg ou la terre promise*, under the title *I servi della democrazia* (The Slaves of Democracy, 1949).

Beyond the willingness of large- and medium-sized publishers to release such works, and the support provided by the MSI and the so-called neo-fascist circles in re-launching them, it is worth asking how much impact this phenomenon actually had on Italy's new political direction. Examining two specific case studies might help shed light on this matter.

Rewriting history: the examples of the Graziani and Bottai memoirs

Graziani played a significant role within the fascist system. Despite making every effort to distance himself from the regime in *Ho difeso la patria*, he could never have become vice-governor of the Libyan region of Cyrenaica, which was under the control of the Kingdom of Italy, without being loyal to the dictatorship, let alone take command of the 1935 military campaign against Ethiopia. His subsequent positions

confirm this point: he became Governor of Ethiopia and Marshal of Italy, the youngest general to achieve such an honour. While it is certainly true that his relationship with Mussolini was turbulent, this does not mean that the Duce did not recognise his qualities. At the beginning of the Second World War, the dictator appointed him Commander-in-Chief of the Italian troops, though he later dismissed him when needing a scapegoat. But then, when the RSI came into being, Graziani was appointed Minister of Defence.

It is therefore no surprise that after the war Graziani faced multiple trials for his collaboration with Germany, and *Ho difeso la patria* constitutes the starting point of the defence strategy prepared by his trial lawyers (Colao 2015). In the book, Graziani criticises Mussolini and the regime, but it is important to note that he presents a distorted version of the past. While he exalts fascism for its role in «Italy's expansion in the world» (Graziani 1947: 375), he downplays the prevalent violence associated with the regime, particularly the crimes committed by Italy in Libya and Ethiopia. With regard to his tenure as the governor of Cyrenaica, Graziani admitted to a strategy of concentrating the population in certain areas to suppress resistance, but he argued that violence was not employed, and coercion was limited to causing economic damage to communities (Graziani 1947: 54).

Another sensitive issue dealt with by Graziani concerned the massacre of civilians in Addis Ababa perpetrated by fascist blackshirts after an assassination attempt against him on 19 February 1937 (Ertola 2019: 137-139). The author distanced himself completely from the ferocious and unjustifiable reprisal, and did not hesitate to put the blame entirely on a few fanatics. This is a detail of no small importance that, however, should not come as a surprise given that *Ho difeso la patria* served the purpose of self-defence (Graziani 1947: 141). Moreover, this tactic of attributing excesses of violence to mere troublemakers, which had been used by the regime ever since the Matteotti murder, masked a distinctive element of the fascist ideology, which it would nevertheless have been unwise to acknowledge in the postwar period. It is precisely the functional aspect of the discourse that it is necessary to emphasise. Although the fascist front professed that it was excluded and persecuted by democracy, one of the objectives of these texts was to condition the public debate and to make inroads into the country's political and cultural sphere. But to achieve such a goal, downplaying certain historical facts was expedient.

Finally, in *Ho difeso la patria*, Graziani emphasised values such as honour and patriotism. According to him, his collaboration with the RSI was driven by the goal of preserving Italian honour and avoiding an occupation of the peninsula by the Wehrmacht, which would have put Italy's material resources at risk. He portrays the commitment of the Salò fascists as undeniable and presents Mussolini as someone who «tried to oppose the threatened destructive violence of the Germans with all his vigour» (Graziani 1947: 470-471). In so doing he betrayed the apologetic view of the Duce contained in his narrative.

Overall, *Ho difeso la patria* openly exalts the fascist exploits in Africa and the honour and courage of the Salò fighters, while obscuring fascist crimes and violence, including the involvement of RSI soldiers in numerous massacres perpetrated on Italian soil between 1943 and 1945. It is thus a clear attempt to rewrite history.

Giuseppe Bottai's memoirs and diary, *Vent'anni e un giorno*, can be classified in a similar manner. In the book, the author presents his diary entries leading up to the notorious session of the Grand Council of 24 July 1943. During this sitting, the majority of the fascist hierarchs challenged Mussolini, obliging King Victor Emmanuel III to remove and imprison him, appoint General Badoglio to govern, and dissolve the National Fascist Party. But the pages of Bottai's diary are accompanied by an extensive introduction in which he attempts to reconstruct these events, or to be more accurate, to rewrite history.

An early fascist, Bottai had taken part in the March on Rome (Albanese 2019). He subsequently served as Minister of Corporations (from 1929 to 1932), President of the Social Security Institute, Governor of Rome, and Minister of National Education. In the latter role he notably enforced anti-Jewish legislation strictly. Nevertheless, Bottai also played a significant role in the downfall of the regime by giving a vote of no confidence against Mussolini in the afore-mentioned session of the Grand Council of July 1943. This decision placed him at great risk, as he was condemned as a traitor to the fascist cause following Mussolini's liberation by German troops and his resurgence as President of the RSI.

Despite Bottai's decision to not support the RSI, the Italian government initiated an inquiry into Bottai's role in facilitating the rise to power of the National Fascist Party. Faced with this situation, Bottai decided to go into hiding and eventually joined the fight against Axis forces in person, by enlisting in the French Foreign Legion under the pseudonym of Andrea

Battaglia (Guerri 2019). However, it is essential to clarify that even at this crucial turning point in his life, Bottai did not repudiate fascism. Instead, he was convinced of the need to fight Nazism, which he believed was not comparable to fascism. Furthermore, Bottai was confident that his decision to take up arms and fight against the German troops would work in his favour in the showdown with fascism initiated by the judiciary of the Italian Southern Kingdom⁽⁸⁾.

In the postwar period, Bottai no longer felt any emotional attachment to Mussolini, nor was he particularly interested in re-launching his own political career in the MSI. For this reason he took care to differentiate between the behaviour of Mussolini and fascism as a whole (Guerri 2019: 366). This distinction between the dictator and fascism had already been emphasised during the fascist era and became one of the most commonly spread dogmas among Italians, suggesting that Mussolini «would have rectified any mistakes» (Passerini 1991: 69) and «deficiencies of the State» (Duggan 2013: 429). However, in the postwar period, Bottai insisted on this distinction for an entirely different reason, namely to give legitimacy to his own biography. *Vent'anni e un giorno* was particularly severe about Mussolini because his aim was to exonerate himself and regain credibility in the public eye. In the meantime, by distinguishing fascism from Mussolini and directing his criticism exclusively towards the latter, Bottai avoided disavowing his political journey and denouncing the contradictions and criminal nature of the fascist cause. Not by chance, he also emphasised the contrast between Italian Fascism and Nazism. According to Bottai, the alliance with Germany had been counterproductive, not only because it led Mussolini to take part in the conflict, but also because it implied an ideological consonance between the two dictatorships that was not at all demonstrable (Bottai 1949: 72). It is therefore unsurprising that Bottai underscored the international prestige which Italy obtained during the fascist era and the great advances made beyond the Italian borders.

We have elevated the Arab peoples of Libya, we have abolished slavery in Ethiopia, we have given the Albanian people a free constitution

(8) On 27 July 1944 the Bonomi government enacted the Lieutenant Legislative Decree no. 159, which granted reduced sentences or pardons to former members of the hierarchy who had distinguished themselves by fighting against the Nazis (art. no. 16).

against the tyranny of one of its rulers, we have helped and assisted the Croats in their century-long aspiration for independence, we have given the Slovenians an autonomy they had never had before (Bottai 1949: 322).

But the extremely indulgent and dishonest portrayal of fascism presented both by Graziani and Bottai was not only disseminated through *Ho difeso la patria* and *Vent'anni e un giorno*, but also through a parallel channel: a relevant number of apologetic and sympathetic articles with similar political motives.

In the summer 1949, *Oggi*, which would soon reach a circulation of half a million copies (Pizzetti 1982: 62), published a long reportage titled *Graziani l'africano deluso* (Graziani, a Disappointed African) written by Marcantonio Bragadin, an admiral and author known for popular texts reconstructing the history of the Italian navy. The article praised Graziani, emphasising his expertise and highlighting how his colonial policy in Libya minimised the use of force. Bragadin argued that the deportations of the Gebel inhabitants, an area in the north-east of Libya, to the Sirtica concentration camps should not be considered violent since they involved nomadic populations «equipped and accustomed to migrate» (Bragadin 1949: 10–12).

Even after Graziani's death in 1955, his image was further embellished by the magazine *Le Ore*. Between September and November 1961, the magazine claimed to report on Graziani's memoirs, which had supposedly been «locked away in the drawers of a Swiss notary»⁽⁹⁾. However, the text appeared to reproduce what had already been written in *Ho difeso la patria*, accentuating the image of the general who, as Defence Minister of the RSI, safeguarded Italian interests. Thus *Le Ore* reinforced the message that the fighters of the Social Republic deserved to be recognised as genuine patriots.

A similar re-evaluation of Bottai and, consequently, of the fascist cause, came in the columns of *Oggi* in 1948, in a lengthy reportage by Giorgio Vecchietti, Bottai's personal friend. Vecchietti, a journalist from Bologna who began his career in the cultural magazine *Orto*, later becoming co-director of *Primato* alongside Bottai, and eventually working for the national radio-television broadcaster RAI, painted a largely positive

(9) "Il memoriale di Graziani", *Le Ore*, 19 September 1961, 26. The source has been located in AS – DHII Rome.

portrait of his friend. The article emphasised that Bottai had never taken part in blackshirt raids, stating, «In his fascist curriculum [...] there is no important squad action, nor a crime [...] and not even later, an attitude of rebellion carried through to the end.». The piece also highlighted Bottai's constant efforts to devise and implement measures that would have made fascism more liberal, aiming to «reconcile [...] the violated democratic traditions with the new authoritarian spirit» (Vecchiotti 1948: 8-9). The overall conclusion was that had Mussolini followed Bottai's guidance, fascism would not have descended into aggressive and racist totalitarianism. In this way, the reportage constituted another attempt to present an apologetic recasting of fascism, or at least of some of its actions and supporters, thus paving the way for the thesis that while fascism had been an authoritarian regime, it should not be automatically considered a degenerate political model.

Conclusions

The article tried to illustrate the importance of so-called fascist literature and pro-fascist articles, such as those published by *Oggi* and *Le Ore* and dedicated respectively to Bottai and Graziani. With the term importance, I do not intend the stylistic and literary quality of these texts, but their cultural, and thus political, relevance in the Italian context. Although there was no intention to consider the Italian case unique (a tendency, that of stressing the presumed exceptionality of the Italian case, which has certainly proved counterproductive for the understanding of Italian history in the broader European history), I have attempted to illustrate the reasons why in Italy there were so many volumes sympathetic to the Fascist era, and so many works written by fascists (in the broadest sense of the term). The article thus has attempted to fill a gap. Several scholars had already shed light on this literature but they had not entirely grasped its impact, in contrast to what had already been understood by Giorgio Vaccarino in 1951 and three years later by the anti-fascist literary scholar Giuseppe Tramarollo. The latter on 17 December 1954 published an article in the newspaper *La voce repubblicana*, in which denounced the proliferation of the Susmel *Opera omnia* and other fascist texts and noted that contemporary history education in schools and universities did not cover the *ventennio*, allowing the fascist community

to fill the void (which it did enthusiastically) (Tramarollo 1954). In fact, despite their defeat, the fascists managed to propagate their own version of history and that version – Tramarollo believed, an opinion shared by this article – inevitably influenced the broader process of constructing the Italian public memory. After all, considering the persistence of false myths about fascism and Mussolini in Italy's public memory today – as evidenced by recent statements from the President of the Senate, Ignazio La Russa, who called the third Bozen battalion that fell victim to an attack by Roman partisans on 23 March 1944, a «band of semi-retirees» – it is evident that the circulation of fascist texts must have had an impact although the fascists had to contend their vision of history with the narratives developed by the anti-fascist front⁽¹⁰⁾.

Furthermore, I believe that this production had another crucial role. It helped the fascists to maintain a sense of themselves as a living and active «emotional community» (at least on a national level, though expanding the analysis to the transnational level would be interesting) despite the outcome of the Second World War (Rosenwein 2002). That feeling – which has been neglected by historiography, albeit with some exceptions – represented a crucial condition (though not a sufficient one), to secure a political re-activation of the fascist cause, which certainly took place in Italy (think of the long life of the MSI).

The use of two specific case studies made it possible to deepen the level of analysis. The article has illustrated the rhetoric of Bottai's and Graziani's memoirs. It thus showed how these books, although different from each other, had a political purpose, namely that of rehabilitating their respective authors and providing a distorted vision of fascism (although non-renouncing, in the case of Bottai, at least some criticism of Mussolini, which however was very fruitful to dissociate fascism from the Duce). It is more difficult to insist on the circulation of the two texts – since the absence of the archives of Bottai and Graziani's publishing house, Garzanti, archives that have been destroyed – but at least in the case of *Ho difeso la patria*, there is no doubt that we are dealing with a real best-seller. Eventually, we cannot forget the bigger picture: the large circulation of articles dedicated to Bottai and Graziani that amplified the theses of the two fascists.

(10) <https://www.ilsole24ore.com/art/la-russa-via-rasella-pagina-tutt-altro-che-nobile-e-polemica-AE8pXBCD> (last access: 23 May 2023).

In the end, this operation of rewriting the past carried out by the fascist galaxy has managed to contaminate democracy, since a distorted vision of the past leads to misleading perceptions of the present. And it is not by chance, I believe, that even today, as the most attentive scholars on the subject are noticing, the newly emerging extreme right is particularly inclined to construct an alternative view of history, primarily through the internet and web platforms, in addition to traditional print media (Hermansson et al. 2020; Valencia-García 2021).

Sources

AS-BNR, ARC, Duilio Susmel's Archives – National Library of Rome, Archives of Collections and Papers.
ACS, MI: ACS, Central Archives of State (Italy), Minister of Interior.
AS – DHI Rome, Duilio Susmel's Archives – German Historical Institute in Rome.

Bibliography

- Albanese, Giulia (2019). *The march on Rome: violence and the rise of Italian fascism*. London-New York: Routledge.
- Assouline, Pierre (2007). *Une éminence grise. Jean Jardin (1904-1976)*. Paris: Folio.
- Baldassini, Cristina (2008). *L'ombra di Mussolini: l'Italia moderata e la memoria del fascismo (1945-1960)*. Rubbettino: Soveria Mannelli.
- Bellingrad, Daniel, Salman, Jeroen (2017). "Books and Book History in Motion: Materiality, Sociality and Spatiality", in Daniel Bellingrad, Paul Nelles, Jeroen Salman (eds.), *Books in Motion in Early Modern Europe. Beyond Production, Circulation and Consumption*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1-11.
- Bottai, Giuseppe (1949). *Vent'anni e un giorno: 24 luglio 1943*. Garzanti: Milan.
- Bragadin, Marcantonio (1949). "Il mito del generale-vampiro che succhiava il sangue degli arabi", *Oggi*, 32, 4 agosto, 10-12.
- Brogi, Alessandro (2011). *Confronting America: the Cold War between the United States and the Communists in France and Italy*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

- Cannistraro, Philip V. (1975). *La fabbrica del consenso: fascismo e mass media*. Rome: Laterza.
- Chartier, Roger (1989). "Texts, Printing, Readings", in Lynn Hunt (ed.), *The New Cultural History*. Berkley: University of California Press, 154-175.
- Chiarini, Roberto (2005). *25 aprile: la competizione politica sulla memoria*. Venice: Marsilio.
- « — » (2009). *L'ultimo fascismo. Storia e memoria della Repubblica di Salò*. Venice: Marsilio.
- Colao, Floriana (2015). "I processi a Rodolfo Graziani. Un modello italiano di giustizia di transizione dalla Liberazione all'anno Santo", in Giovanni Focardi, Cecilia Nubola (eds.), *Nei tribunali. Pratiche e protagonisti della giustizia di transizione nell'Italia repubblicana*. Bologna: il Mulino, 169-220.
- Conway, Martin (1993). *Collaboration in Belgium. Léon Degrelle and the Rexist Movement 1940-1944*. New Haven: Yale University Press.
- Darnton, Robert (2009). *The Case for Books: past, present, future*. New York: PublicAffairs.
- Decleva, Enrico (1993). *Arnoldo Mondadori*. Turin: Utet.
- « — » (ed.) (2001). *Ulrico Hoepli: 1847-1935*. Milan: Editore Ulrico Hoepli.
- Del Hierro, Pablo (2022). "The Neofascist Network and Madrid, 1945-1953: From City of Refuge to Transnational Hub and Centre of Operations", *Contemporary European History*, 31, 2, 171-194.
- Di Figlia, Matteo (2007). *Farinacci: il radicalismo fascista al potere*. Rome: Donzelli.
- Dondi, Mirco (1999). *La lunga liberazione: giustizia e violenza nel dopoguerra italiano*. Rome: Editori Riuniti.
- Duggan, Christopher (2013). *Il popolo del Duce: storia emotiva dell'Italia fascista*. Rome-Bari: Laterza.
- Dumini, Amerigo (1951). *Diciassette colpi*. Milan: Longanesi.
- Ertola, Emanuele (2019). *In terra d'Africa: gli italiani che colonizzarono l'impero*. Rome-Bari: Laterza.
- Ferretti, Gian Carlo (2004). *Storia dell'editoria letteraria in Italia. 1945-2003*. Turin: Einaudi.
- Focardi, Filippo (2005). *La guerra della memoria: la Resistenza nel dibattito politico italiano dal 1945 a oggi*. Rome-Bari: Laterza.
- « — » (2020). *Nel cantiere della memoria: Fascismo, Resistenza, Shoah, Foibe*. Rome: Viella.

- Franzinelli, Mimmo (2011). *Autopsia di un falso: i diari di Mussolini e la manipolazione della storia*. Turin: Bollati Boringhieri.
- « — » (2015). *L'arma segreta del Duce. La vera storia del Carteggio Churchill-Mussolini*. Milan: Rizzoli.
- Germinario, Francesco (1999). *L'altra memoria. L'estrema destra, Salò e la Resistenza*. Turin: Bollati Boringhieri.
- Graziani, Rodolfo (1947). *Ho difeso la patria*. Milan: Garzanti.
- Guerri, Giordano Bruno (2019, first version 1976). *Giuseppe Bottai*. Milan: Mondadori.
- Hale, Christopher (2012). *I carnefici stranieri di Hitler. L'Europa complice delle SS*. Milan: Garzanti.
- Hermansson, Patrik, Lawrence, David, Mulhall, Joe, Murdoch, Simon (eds.) (2020). *The International Alt-Right. Fascism for the 21st Century?*. New York: Routledge.
- Isnenghi, Mario (1989). "La guerra civile nella pubblicistica di destra", *Rivista di storia contemporanea*, 18, 1, 104-115.
- Lee, Martin A. (1997). *The Beast Reawakens: Fascism's Resurgence from Hitler's Spymasters to Today's Neo-Nazi Groups and Right-Wing Extremists*. Boston: Little, Brown and Company.
- Liucci, Raffaele (1996). "Scrivere e ricordare Salò. La Repubblica sociale italiana, tra storia, memoria e letteratura", *Studi piacentini*, 20, 35-70.
- « — » (2016). *Leo Longanesi. Un borghese corsaro tra Fascismo e Repubblica*. Rome: Carocci.
- Lupo, Salvatore (2004). "Antifascismo, anticomunismo e anti-antifascismo nell'Italia repubblicana", in Alberto De Bernardi, Paolo Ferrari (eds.), *Antifascismo e identità europea*. Roma: Carocci, 365-378.
- Luzzatto, Sergio (1998). *Il corpo del duce*. Turin: Einaudi.
- Macklin, Graham (2007). *Very deeply dyed in black: Sir Oswald Mosley and the resurrection of British fascism after 1945*. London – New York: I.B. Tauris.
- Mammone, Andrea (2015). *Transnational Neofascism in France and Italy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Martini, Andrea (2023). "Travelling to See, Reading to Believe: Being Fascists after the End of the Second World War", *Contemporary European History*, on-line first, DOI:10.1017/S0960777323000073.
- Meniconi, Antonella, Neppi Modona, Guido (eds.) (2022). *L'epurazione mancata: la magistratura tra fascismo e Repubblica*. Bologna: il Mulino.
- Pardini, Giuseppe (2008). *Fascisti in democrazia: uomini, idee, giornali (1946-1958)*. Florence: Le Lettere.

- Parlato, Giuseppe (2006). *Fascisti senza Mussolini: le origini del neofascismo in Italia, 1943-1948*. Bologna: il Mulino.
- Passerini, Luisa (1991). *Mussolini immaginario: storia di una biografia (1915-1939)*. Rome-Bari: Laterza.
- Piazzoni, Irene (2021). *Il Novecento dei libri: una storia dell'editoria in Italia*. Rome: Carocci.
- Pini, Giorgio (1950a). *Filo diretto con Palazzo Venezia*. Bologna: Cappelli.
- « — » (1950b). *Itinerario tragico: 1943-1945*. Milan: Omnia.
- Pizzetti, Silvia Maria (1982). *I rotocalchi e la storia: la divulgazione storica nei periodici illustrati, 1950-1975*. Roma: Bulzoni.
- Rosenwein, Barbara (2002). "Worrying about emotions in history", *American Historical Review*, 107, 821-845.
- Rossi, Gianni Scipione (2003). *La destra e gli ebrei: una storia italiana*. Rubbettino: Soveria Mannelli.
- Shields, James (2007). *The extreme right in France: from Pétain to Le Pen*. London-New York: Routledge.
- Susmel, Edoardo (1948). *Mussolini e il suo tempo*. Milan: Garzanti.
- ThurLOW, Richard C. (1998a). *Fascism in Britain: from Oswald Mosleys blackshirts to the National Front*. London – New York: I.B. Tauris.
- « — » (1998b). "The Guardian of the 'Sacred Flame': The Failed Political Resurrection of Sir Oswald Mosley after 1945", *Journal of Contemporary History*, 33, 2, 241-254.
- Tonietto, Nicola (2019). *La genesi del neofascismo in Italia: dal periodo clandestino alle manifestazioni per Trieste italiana (1943-1945)*. Florence: Le Monnier.
- Turi, Gabriele (2013). *La cultura delle destre. Alla ricerca dell'egemonia culturale in Italia*. Turin: Bollati Boringhieri.
- Vaccarino, Giorgio (1951). "Italy's New Fascists", *The Wiener Library Bulletin*, 1-2/January-March, 5.
- Valencia-García, Louie Dean (eds.) (2021). *Far-Right Revisionism and the End of History: Alt/Histories*. London-New York: Routledge.
- Vecchietti, Giorgio (1948). "Giuseppe Bottai, dal fez al chepi. I. Nasce Andrea Battaglia, legionario di seconda classe", *Oggi*, 4, 25 January, 8-9.
- Vicari, Giambattista (1957). *Editoria e pubblica opinione*. Rome: Ed. 5 lune.
- Woller, Hans (1997). *I conti con il fascismo*. Bologna: il Mulino.
- Zincone, Vittorio (1969). "Da Rocco a Bakunin. Le letture consigliate dai partiti", *Corriere della Sera*, 23 April.

**UMA FÊNIX À PROCURA DAS CINZAS?
PALINGÉNESE E COMUNIDADES IMAGINADAS NO JORNAL
A NAÇÃO (1946-1948)
A PHOENIX SEARCHING FOR THE ASHES?
PALINGENESIS AND IMAGINED COMMUNITIES IN THE
NEWSPAPER A NAÇÃO (1946-1948)**

SUSANA BORGES

Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação de Coimbra |
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20)
susborges@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4242-208X>

SÉRGIO GONÇALO NETO

Universidade do Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e
Memória (CITCEM), Faculdade de Letras
sgdneto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9737-0029>

CLARA SERRANO

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20)
claraisabelmeloserra@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9837-6978>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/07/2023
Texto aprovado em / Text approved on: 06/03/2024

Resumo

Enquanto o regime do Estado Novo, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, se reposicionava perante o crescimento da oposição interna e a nova

geopolítica da Guerra Fria, o jornal *A Nação* (1946-1948) foi um instrumento de propaganda e de doutrinação da extrema-direita. As suas páginas foram pautadas por temas recorrentes do ideário fascista, fazendo o jornal a defesa de Mussolini e do Nazismo. Tendo presente os conceitos de «palingénese» e de «comunidades imaginadas», assim como outros elementos estruturantes do fascismo, este artigo pretende analisar de que modo os seus *leitmotiven* foram pensados numa estratégia discursiva agressiva e mobilizadora. Por outro lado, procura passar em revista outros elementos, como a secção poética, a iconografia e uma certa visão do mundo que, a certo ponto, se julgou transcendente. Sobretudo, a referência à palingénese permitirá mensurar de que modo a hipótese de um «renascimento» foi (ou não) equacionada.

Palavras-chave

Imprensa; Pós-Segunda Guerra Mundial; Fascismo; Comunidades Imaginadas; Palingénese.

Abstract

While the Portuguese *Estado Novo* (New State) regime was reorganizing itself in the face of rising internal opposition and the new geopolitics of the Cold War, the newspaper *A Nação* (1946-1948) was an instrument of propaganda and indoctrination of the far-right in the post-Second World War. Its pages were guided by recurring themes of fascist ideology, with the newspaper defending Mussolini and Nazism. Bearing in mind the concepts of «palingenesis» and «imagined communities», as well as other structuring elements of fascism, this article aims to analyse how its leitmotifs were conceived in an aggressive and mobilizing discursive strategy. On the other hand, it attempts to review other elements, such as the poetic section, the iconography, and a certain vision of the world that, in a certain way, was thought to be transcendent. Above all, the reference to «palingenesis» will allow us to understand how the hypothesis of a «rebirth» was (or was not) considered.

Keywords

Press; Post-Second World War; Fascism; Imagined Communities; Palingenesis.

Introdução

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou na Europa, e as suásticas iam sendo removidas, não tardou a ecoar a questão do retorno do fascismo. Na verdade, embora alguns autores sustentem que os regimes

ditatoriais ibéricos terão sido expressões «epigonais» dessa ideologia no poder (Collotti 1992: 165), o certo é que a maior parte dos estudiosos rejeita a sua inclusão plena neste campo. Assim, em Portugal, a expressão mais acabada do fascismo residiria no movimento do Nacional-Sindicalismo (NS), os Camisas Azuis, liderado por Rolão Preto, ao qual se opôs Salazar, em nome de um «autoritarismo conservador», ainda que eivado de elementos «fascizantes» (Pinto 1992; id. 1994; Paxton 2004: 256). Para este entendimento, por vezes ambíguo, em muito contribuiu a propaganda da época. Veja-se que o estribilho «Tutto nello Stato, niente al di fuori dello Stato, nulla contro lo Stato», de Mussolini, tornou-se, no caso luso, o mais impreciso «Tudo pela Nação, nada contra a Nação», já ao tempo assinalado por Fernando Pessoa. De igual modo se devem recordar as famosas entrevistas concedidas por Salazar a António Ferro, quando o primeiro, apesar de reconhecer semelhanças, procurou, sobretudo, separar as águas entre o Estado Novo e o fascismo italiano.

Num debate que seria longo e que, em boa medida, não cabe no âmbito deste artigo, dir-se-ia que o Estado Novo também tem sido interpretado como um fascismo «genérico», um fascismo «sem movimento fascista» (Lucena 2002), um fascismo «à portuguesa» (Torgal 2009) ou até um fascismo «catedrático», recuperando a aceção de Unamuno (Sousa 2011) – sendo a visão desse regime enquanto «fascismo» aquela que subscrevemos. Com efeito, embora não tivesse sido gerado a partir de um movimento/partido de massas que o alçasse ao poder, ou tivesse alimentando posições revisionistas, a verdade é que o Estado Novo, construído de “cima para baixo”, como “fascismo poder” (Rosas 2019: 27-29), foi imperialista e racista. Neste âmbito, enfatizou uma «mística» (imperial) assente num darwinismo social sublinhado, sobretudo, nas grandes exposições dos primeiros anos (Azevedo 193-). Por outro lado, o seu nacionalismo não deixou de se estribar no mito palingenético (Rosas 2019: 161-162), conceito que dilucidaremos mais abaixo. Em paralelo, procurou moderar o difícil diálogo entre ruralidade e modernismo, proveniente das décadas anteriores, devendo aqui dar-se o exemplo de António Ferro – na Primeira República, editor de *Orpheu* e autor da (censurada) peça *Mar Alto*; admirador de Mussolini e entusiasta das «grandes trágicas do silêncio»; e, depois, «criador» de Monsanto e do *Verde Gaio*. Por último, não deve ser perdida de vista a dualidade «revolução» (nacional) e «contrarrevolução», assim como a adoção da «terceira via» corporativa. Em todo o caso, conforme se referiu, esta

discussão mereceria um escrito próprio, capaz de retomar um debate complexo e antigo na historiografia (Torgal 2009: 53-65).

Porém, ainda que o Estado Novo possa não ser considerado fascismo *tout court*, o mesmo surge em livros versando essa ideologia, com as roupagens de «fascizante» ou enquanto reflexo do *zeitgeist* (Milza 2001: 392-394). Sabe-se que alguns dos apoiantes do regime provinham de sectores mais radicais, os quais saudaram, sem peias, a ascensão de Hitler e as realizações do nazismo: pense-se, por exemplo, em Alfredo Pimenta, uma das figuras centrais nestes entendimentos. O Estado Novo, resultando da coalizão das diversas direitas políticas, incluiu também «a direita populista, ‘revolucionária’, pequeno-burguesa e radical, assumidamente fascista», quer dizer, o NS (Rosas 2012: 134). Segundo alguns autores, a absorção de parte deste movimento nas hostes do regime, assim como o sobressalto nacionalista da Guerra Civil de Espanha, teriam ajudado a conferir uma «estética» decididamente fascista ao regime, que se prolongaria, pelo menos, até ao fim da Segunda Guerra Mundial (Rosas 2001: 1033).

Sem dúvida que importa refletir se esta «estética» e este corpo fundamental de ideias terão sofrido um revés decisivo em 1945, ou se, pelo contrário, sobreviveram em certos meios, mantendo um tom discursivo alheio às operações cosméticas levadas a cabo pelo regime no pós-guerra. Neste âmbito, o jornal *A Nação* (1946-1948) constitui um exemplo significativo, na medida em que corporizou e antecipou um dos vetores da extrema-direita europeia na segunda metade do século XX: firmar-se no campo cultural e ideológico, mais do que no político, depois do descrédito generalizado desses movimentos (Madeira 2021). Como quer que seja, movendo-se no contexto do crescimento da oposição interna ao regime, o periódico acompanhou os Julgamentos de Nuremberga e os passos que conduziram ao nascimento do Estado de Israel, usando um argumentário antisemita. A absolvição do aventureirismo mussoliniano, o discurso a um tempo anticapitalista e anticomunista, a rejeição visceral da maçonaria e o apelo a uma «nova ordem», tutelada pela civilização ocidental, foram outros tantos temas que percorreram as suas páginas.

Tendo presente os importantes estudos de Riccardo Marchi versando as «direitas radicais portuguesas» (2009a; 2009b; 2020) e, mais recentemente, os não menos significativos contributos de Bruno Madeira, no que concerne às décadas da democracia (2020; 2021;

2023), este texto busca analisar, sobremaneira, a dimensão discursiva e mitificadora de *A Nação*. Ou seja, muito embora se pretenda enquadrar os seus colaboradores e a sua «filiação» no universo da extrema-direita nacional e internacional da primeira metade do século XX, o certo é que, dada a existência de outros trabalhos análogos e a opção pessoal de avaliar possíveis metamorfoses, o foco analítico incidirá mais sobre os temas condutores que encadearam a longa sucessão de páginas de *A Nação*, quase sempre incisivas, mas invariavelmente nostálgicas de um passado feito em ruínas.

Neste sentido, particular atenção será prestada aos conceitos de «comunidades imaginadas» de Benedict Anderson e de «palingénese» de Roger Griffin. De facto, a questão do nacionalismo subjaz a estas duas formulações teóricas, uma vez que, segundo Anderson, aquele pressupõe a imprensa como geradora de simultaneidade e de consensos, abrindo espaço à crença em grandes conjuntos humanos irmanados em torno de alguns valores comuns (2005: 55-57). Por outro lado, o mito palingenético, enfatizando a existência de um ciclo de «ascensão e queda», em que a fénix deve renascer das cinzas (Rosas 2019: 160-161), será aqui significativo por duas razões. Em primeiro lugar, porque Griffin atribuiu um lugar central a este mito, quando do surgimento dos fascismos nos escombros da Primeira Guerra Mundial (2018: 42). Nas suas palavras, o apelo à «revolução» resulta nuclear na definição do «fascismo genérico» como uma modalidade de «ultranacionalismo», «que tenta realizar o mito da nação regenerada» (Griffin 2012: 1). Um mito cuja aplicação prática se traduz na criação de um movimento que visa combater a decadência social e cultural e promover um «novo homem», construindo uma modernidade sociopolítica e cultural alternativa ao capitalismo liberal.

Assim, caberia aos fascismos restaurar os orgulhos nacionais feridos, através de um renascimento que, ao mesmo tempo, punha a tónica na ideia de revolução. Por outro lado, cumpre perguntar, após a derrota do «fascismo histórico», na Segunda Guerra Mundial, teriam estes movimentos equacionado um novo renascimento, passe a redundância?

Ora, como se procurará demonstrar, também *A Nação* se alicerçou em tais argumentos, tomando como ponto de partida a derrota do nazi-fascismo, no contexto de um mundo prestes a embarcar na política de blocos da Guerra Fria, mas fazendo-se publicar num país governado por um regime autoritário, que buscava agora ocultar boa parte dos

elementos que o poderiam identificar como um fascismo sobrevivente da conflagração de 1939-1945. Neste âmbito, tendo em conta o tom e os temas de *A Nação*, torna-se possível falar em (neo)fascismo, mesmo que alguns artigos negassem este carácter nas mesmas páginas em que incensavam Mussolini, aniversário após aniversário.

De modo a responder à pergunta acerca do carácter (neo)fascista da *A Nação*, este artigo incluirá diversas alíneas ponderando tal hipótese. A primeira compreenderá um muito breve excursus através das veredas percorridas pelas correntes radicais da direita, no contexto do nascimento da ditadura portuguesa. Por sua vez, a segunda, estabelecendo as necessárias pontes com a primeira fase do Estado Novo, nos anos de 1930/1940, buscará caracterizar o jornal como um inegável instrumento doutrinário, assim como traçar um possível «perfil» dos seus colaboradores. Quanto à terceira alínea, esta versará a problemática da raça e da nação, enquanto entidades imanentes e centrais a uma visão essencialista da história. Esta terceira alínea passará, ainda, em revista o sagrado e o mito, sabendo-se como a sacralização da política e a «religião cívica» são elementos da modernidade, de resto enfatizados pela mesma Revolução Francesa que o pensamento fascista (e conservador) afirmava combater. Já a quarta alínea levará em linha de conta os juízos gizados perante passado e presente, quer dizer, de que modo os acontecimentos da época foram perspetivados e de que modo o «declínio» foi equacionado. Cumprirá à derradeira ensaiar uma análise sobre os poemas e os desenhos publicados no periódico – fontes nem sempre cabalmente exploradas, mas dotadas de grande potencialidade.

Nacionalismo, integralismo e fascismo

Num trabalho, hoje já clássico, António Costa Pinto analisou com detalhe a «ideologia, elites e movimentos fascistas» em Portugal, no lapso entre o início da Grande Guerra e o ano final do conflito mundial seguinte (1994). Apontando para o Integralismo Lusitano (IL), fundado em 1916, como a matriz de uma série de movimentos que viram a luz do dia nos anos de 1920 e 1930, Costa Pinto não deixou de registar o seu tradicionalismo monárquico, o antiliberalismo militante e uma rejeição da modernidade pós-revolucionária, que encontrava respaldo nas formulações da *Action Française* (1994: 24-31). Era assim que

António Sardinha, seu principal teórico e ideólogo, mas desaparecido precocemente, em 1925, se alancorava, a par de Sidónio Pais, a uma espécie de «ausente» ou avatar sebastianista de grande parte da direita portuguesa do entre-guerras. Procurando combater a República «radical», «jacobina» e «maçónica», através de publicações doutrinárias, como *A Nação Portuguesa*, alguns dos seus membros não deixaram de participar nas revoltas monárquicas dos primeiros anos sucedendo ao 5 de Outubro, apoiando, de igual modo, a «República Nova» e a «Monarquia do Norte».

Aliás, de certo modo, à imagem do que sucedeu com a pulverização do «campo partidário republicano» ao centro e à esquerda (Leal 2008), também eventos, como o impacto da Primeira Guerra Mundial e a experiência sidonista, alteraram a configuração da direita, promovendo a sua (des)integração em diversos grupúsculos: a Cruzada Nacional Nun' Álvares Pereira (1918-1938); o Nacionalismo Lusitano (1923-1925); a Liga Nacional 28 de Maio (1927-1974); e o já mencionado NS (1932-1934) – algumas das quais com uma existência fantasmática após a instituição do Estado Novo. Seja como for, o triunfo político de Mussolini gerou uma vertigem fascista, patenteada em diversas publicações, como *A Ditadura* (1923), jornal que chegou a exibir o subtítulo de «periódico do fascismo português», na sua sustentação do movimento do Nacionalismo Lusitano (Pinto 1989: 48).

Não menos relevante foi o facto de diversos jornalistas, como António Ferro, Homem Cristo e Augusto de Castro, que se movimentaram noutros espaços, como os corredores diplomáticos, se terem entusiasmado por ditadores e ditaduras, sendo de sublinhar a admiração que mantiveram por Mussolini e pelo seu regime, na sua crítica à crise do demoliberalismo (Leal 1994: 53-56; Serrano 2017: 297-303). Sem dúvida, que as suas vívidas descrições do «batisseur de l'avenir» italiano (Cristo 1923) contribuíram para a divulgação exaltada de um ideal a concretizar num quadro de suposta «apagada e vil tristeza», em que a «Nova República Velha» deveria dar lugar a um «estado novo» de ressurgimento e de reencontro com a essência nacional. Diversos autores, como António de Cértima, veterano da participação na Primeira Guerra Mundial em Moçambique, que sobre a mesma redigiu memórias desencantadas (1924), afinaram pelo mesmo diapasão (1927).

Por seu lado, uma segunda geração integralista, na qual pontificaram Manuel Múrias, Pedro Teotónio Pereira e Marcelo Caetano – tendo vindo a desempenhar cargos de relevo no regime de Salazar – firmou-se no espaço público e na imprensa, sendo de destacar *Ordem Nova*

(1926-1927). Esta revista, que se declarava «anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-bolchevista e anti-burguesa», mas também «reaccionária», «católica», «monárquica», «intolerante e intransigente», numa sorte de *attrappe-tout* pela negativa, ficou (também) famosa pelos ataques «moralizadores» desferidos contra a pretensa «degradação» da «literatura obscena» de escritores como «um tal Raul Leal», António Botto e «duma desavergonhada chamada Judith Teixeira» (Caetano 1926: 156-158).

Uma outra fonte, que veio a desaguar no Estado Novo, brotou da cisão do NS, em 1933: vejam-se o advogado monárquico José Cabral ou o antropólogo Eusébio Tamagnini (Pinto 1994: 246-248). Cumpre, ainda, destacar o facto de um vulto monárquico e integralista, como Alfredo Pimenta, ter ganhado destaque no seio do regime salazarista, ao mesmo tempo em que se convertia numa das vozes mais tonitruantes na apologia do nacional-socialismo. E vale a pena recordar a sua colaboração na revista *Esfera*, «que devido aos financiamentos da Legação alemã, ela é considerada um instrumento da propaganda bélica do III Reich em Portugal» (Marchi 2009a: 32). Na verdade, ainda segundo Marchi, Alfredo Pimenta teria sido um farol para os jovens fundadores de *A Nação*. As suas elucubrações vincadamente nacionalistas, vindas a lume em diversos periódicos dos anos de 1940, constituíram um catecismo radical acerca das «conspirações» dos «poderes ocultos» da maçonaria e do comunismo internacional (id.). Não deve, pois, estranhar-se que, no contexto do pós-guerra, na primeira grande crise do Estado Novo, com o cerrar de fileiras do regime, o olhar um tanto cético daqueles que poderiam não entender o tacticismo da promessa de Salazar, acerca de promover a realização de «eleições tão livres como na livre Inglaterra», se tivesse virado para Pimenta, na senda de que apadrinhasse o lançamento de um periódico «na hora própria» (O'Neill 1946: 1).

O jornal *A Nação* como instrumento doutrinário

Escassos meses após o fim da Segunda Guerra Mundial, o relançamento de um título que é, em si, um programa doutrinário, *A Nação*, propiciou a reorganização de diferentes grupos nacionalistas portugueses em torno das páginas do jornal, que funcionou, entre 1946 e 1948, como veículo de difusão de um ideário da direita radical portuguesa, de «saudosistas do Eixo» (Marchi 2009a: 83). Outro periódico da época a reter foi *Mensagem*

(1946-1950), que despontou em Coimbra, pela mão dos estudantes monárquicos Caetano de Melo Beirão, António de Faria Pimentel e José João Gonçalves de Proença, também com o encorajamento de Pimenta (id.: 174-175). Numa palavra, um conjunto de «intelectuais militantes que escolheram partilhar, no seu agir político no Portugal autoritário dos primeiros anos do pós-guerra, mitos, símbolos, *slogans* do fascismo» (id.: 19) – mesmo que o mencionado estudioso destas temáticas tenha alimentado algumas reservas sobre a exata natureza deste (neo)fascismo, mais nutrido pelo legado integralista e monárquico, do que pelo fascismo nacional-sindicalista assimilado e derrotado na década anterior (id.: 221-223). Daí que remeta para os anos de 1960 uma nova «militância da direita radical com tentações fascistas [...] quando as crises internas e internacionais do regime» teriam proporcionado «novo fôlego ao nacionalismo radical» (id.: 231).

O jornal *A Nação*, «semanário de actualidade política e literária», resultou de um projeto começado a desenhar, em 1945, por José O'Neill e pelos irmãos João e Manuel da Costa Figueira, respetivamente, diretor e editor, proprietário e redator principal, e administrador. A «seriedade» do momento e a «urgência» do combate eram enfatizadas nos textos de apresentação nas duas primeiras edições do jornal. «Na hora própria» introduzia o primeiro número, a 23 de fevereiro de 1946, sobressaindo os tons carregados – «parece que uma grande noite de treva está a descer por sobre a humanidade» – e o imperativo de consciência que se apresentava: «este semanário surge na hora própria, quando muita cobardia se agacha e se furta às responsabilidades». As referências temporais, quer as patentes nos títulos, quer as que decorrem de fórmulas, como «nesta hora dolorosa e conturbada» (Oliveira 1946), visavam criar nos leitores um sentimento de urgência em relação à revolução, como se se vivesse em contrarrelógio. Já a alusão, recorrente nas páginas do periódico, a tonalidades escuras e sombrias ao que se pretendia retratar de modo negativo, assim como a associação da luz a valores positivos dos ideais ou das personalidades que se visava exaltar, caracterizava uma redação marcadamente visual, que interpelava os sentidos dos leitores, construindo uma imagética dual: «luz/sombra», «bem/mal», «amor/ódio» (Gil 2023: 198-199). Importa insistir no quanto este imaginário metafórico e lexical se encontra presente em quase todas as expressões mitológicas e religiosas, impregnando, também, a paleta simbólico-cromática da religião cívica (veja-se a chama da Pátria), e sob o qual o

fascismo ergueu parte da sua estratégia discursiva e imagética. Ainda assim, este primado da luz, patenteado noutras figurações da «época dos fascismos», como os desfiles noturnos à luz de archotes, diz bem do uso generalizado deste símbolo pelas (e contra as) diferentes ideologias. A este propósito, vale a pena recordar uma passagem do discurso de Winston Churchill, quando da queda da França, em 1940: «but if we fail, then the whole world [...] will sink into the abyss of a new Dark Age made more sinister, and perhaps more protracted, by the lights of perverted science» (BBC 2020).

Deste modo, a «missão» era explicitada na edição seguinte de modo lapidar: «fazer doutrina» (O'Neill 1946b: 1). O compromisso resultaria claro: «a Pátria portuguesa, a Nação, una, indivisível, cuja Unidade e Grandeza Imperial nos propomos fanaticamente defender» é a sua *raison d'être*, não se admitindo «a sua subordinação» a «outros valores». Nessa segunda edição, o texto que, embora não identificado explicitamente como tal, cumpria as funções de editorial, retomava a metáfora das «negras e taciturnas perspectivas» do «minuto supremo e inquietante que vivemos», numa estratégia retórica que assinalaria um argumento nuclear do ideário fascista, segundo a concetualização ideal-típica de Roger Griffin: a crítica à degradação e à decadência das sociedades, ao mesmo tempo que assinalava a urgência da ação (2018). Este período, marcado pelo triunfo militar do liberalismo norte-americano e do comunismo soviético, concitando, ademais, as esperanças da oposição portuguesa ao Estado Novo, apenas poderia ser aqui entendido numa lógica de novo «desconcerto do mundo», como sucedera à geração anterior, após a ordália das trincheiras.

Seria, pois, contra esta decadência – «a falência dramática e pungente da vida actual» – que o jornal deveria congrega diversos grupos simpatizantes do fascismo e que, no pós-guerra, estavam politicamente desorganizados. Ou seja, «nas páginas de *A Nação* todas as almas se reencontram: desde os contra-revolucionários puros aos monárquicos tradicionalistas, aos republicanos de extrema direita», passando pelos «conservadores católicos de cariz integrista» e pelos mais «jovens neofascistas» (Marchi 2009a: 81). Dir-se-ia que este «renascimento» como que ecoava os primórdios do fascismo, em 1919, com uma amálgama ideológica a reunir-se em redor de um novel projeto. O próprio jornal referia essa adesão de grupos ideologicamente afins, graças à «afluência extraordinária de pedidos de assinaturas, que choviam às dezenas». Não

obstante, admitia-se tratar-se de um «campo necessariamente restrito, que cedo acabaria por atingir a saturação» (Redação 1947a: 4). Enquanto as assinaturas eram entendidas como um êxito «de ordem política», as vendas em banca – «chegaram mesmo alguns números a esgotar-se» – foram proclamadas como uma «vitória jornalística», abrindo portas a um público ilimitado. Visualizava-se uma «comunidade imaginada» de «almas reencontradas», uma simultaneidade de pontos de vista que o periódico se propunha harmonizar, fazendo uso de um tom enfático que hostilizava todas as outras comunidades, grande parte das quais também fruto da sua imaginação: afinal, a maçonaria portuguesa «abatara colunas» na década anterior.

Neste âmbito, as suas páginas incluíram «conceitos centrais do fascismo», como Nação, Estado, Violência, Síntese, Revolução e Autoridade (Martins 2022: 20-26), devendo acrescentar-se a Transcendência (Mann 2011: 43-44). Do mesmo modo, não enjeitaram desferir ataques antisemitas, assim como visar o comunismo e a democracia. Abordando temas «primordiais», como a «raça» e o «sangue», *A Nação* não olvidou a atualidade noticiosa, embora perorasse e doutrinasse, mais do que informasse, concentrando-se nos Julgamentos de Nuremberga e no surgimento do Estado de Israel, sobre esses construindo opiniões de vincada rejeição, ao mesmo tempo que ia assinalando, com indisfarçável nostalgia, as efemérides do fascismo (italiano), assim como algumas realizações do Estado Novo. Os seus números compreendiam, em geral, um texto fazendo as vezes de editorial; uma secção de ensaio e de polémica – como a suscitada por um texto de Joel Serrão, dado à estampa na *Seara Nova* (Cruz 1946: 2); «a semana comentada pel’*A Nação*»; crónicas internacionais; uma secção de poesia; e, por vezes, caricaturas oriundas de outros jornais de direita, como o *Daily Mail* – consagrando os redatores particular atenção ao panorama fora de portas. Nos meses finais da existência de *A Nação*, conforme será desenvolvido na última alínea deste artigo, começaram a surgir desenhos claramente devedores a uma estética fascista, assinados por um artista português.

Além de antigos colaboradores de *A Esfera* – caso de Joaquim Lança, que depois escreveu sobre figuras gradas do nacionalismo, como o Condestável ou o «Navegador» – o novo jornal contou com os «novos», alguns dos quais viriam a integrar outros projetos editoriais de extrema-direita, como a revista *Tempo Presente* (1959-1961). Foram os casos de

António José de Brito, simpatizante nazi e negacionista do Holocausto, que se tornaria o «decano da direita radical portuguesa» (Marchi 2009a: 15), havendo integrado o Movimento de Ação Portuguesa (MAP), grupúsculo com ampla ação durante a Revolução dos Cravos; Caetano Melo Beirão, que dirigia a mencionada *Mensagem*; e José O'Neill, que estaria à frente do semanário *Agora* (1962-1969). De igual modo, *A Nação* contou com a participação de figuras importantes da extrema-direita internacional, como Leo Negrelli, cujas atividades remontavam à aventura de Gabriele d'Annunzio, em Fiume, vindo depois a desempenhar a função de adido de imprensa da República de Saló, ao passo que, nos anos de 1970, viria a manter relações com a Aginter Press; Jacques Ploncard d'Assac, escritor ligado ao regime de Vichy, depois refugiado em Portugal, onde escreveu encômios a Salazar e ao Estado Novo, e finalmente regressado a França, após o 25 de Abril, onde veio a apoiar a Frente Nacional, de Jean-Marie Le Pen; e Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, nos anos de 1930, e apoiante do golpe de Estado que, em 1964, depôs o presidente da República João Goulart, abrindo caminho à Ditadura Militar.

Na realidade, *A Nação* interessaria aos que «só agora se descobrem conscientes», aos que «por serem adversários, se sentem aguilhoados» e até a todos «os indiferentes» que «procuram um jornal interessante para mero entretenimento do espírito». Numa palavra, «estes são os leitores 'sem favor' os que dão a melhor prova da utilidade do jornal» (Redação 1947a: 4). E se, desde as primeiras edições, se assumia como uma publicação doutrinária, no outono de 1947 o jornal apresentava-se como ator político de pleno direito, como «porta-voz de uma ideia», cujo «raio de ação se estende progressivamente [...] estamos a tornar-nos num órgão de opinião pública» (id.), exultava o coletivo editorial⁽¹⁾.

Ademais, no seu estudo pioneiro sobre o *aggiornamento* da direita radical portuguesa, Riccardo Marchi aponta a contraofensiva doutrinária como «o marco genético» de *A Nação*, mas também o objetivo de congregar «todas as forças da contra-revolução» numa frente nacionalista que se caracterizasse pela tradição e pela transformação do eterno no fluir histórico (Marchi 2009a: 99). Esta referência à «contrarrevolução» assume um significado neste contexto que importa esclarecer: refere-se à

(1) Refira-se que este editorial, como era apanágio do jornal, não surgia identificado como tal e, ao contrário do habitual, nem sequer surgia na primeira página, nem mesmo em página ímpar: «abria» a página quatro, o que, ainda assim, lhe conferia relevância.

posição dos monárquicos, tendo como figura tutelar Alfredo Pimenta, em relação à revolução republicana – uma vez que a «Revolução Nacional» de 1926 estava acima de qualquer discussão. Ao longo dos três anos em que foi publicado, o semanário afirmou-se nem conservador, nem reacionário, mas antes um «órgão nacionalista da extrema-direita» que «pretende ser, desde que nasceu, o sincero e desassombrado porta-voz dos irreverentes, dos eternos insatisfeitos» (O'Neill 1947).

Tratar-se-ia de um nacionalismo revolucionário, do qual emergiria uma nova sociedade, uma nova ordem e um novo homem? Ou estaríamos perante uma acomodação ideológica daqueles que, não se revendo inteiramente no Estado Novo, lamentavam a derrota do nazi-fascismo e, em última análise, recordavam o *in illo tempore* da velha Europa anterior às jornadas de 1789? Revolução ou contrarrevolução? Talvez ambas.

O jornal, quer se punha ao serviço da difusão do ideário fascista e da congregação de grupos nacionalistas dispersos, quer apelava à ação em prol da revolução que regeneraria a nação e que, pese embora ter-se iniciado há quase duas décadas, e ser à data corporizada por Salazar, o «chefe» incontestado, teria sido traída, deixando de progredir. Daí a assunção de uma «oposição construtiva a constituir-se e a desenvolver-se, com *A Nação*, em perfeita legalidade» (O'Neill 1946b: 1), que conjugava os princípios «da liberdade e da autoridade social». Ou seja, com Salazar, mas contra a sua corte de funcionários e contra o modo como o Estado corporativo estaria a ser concretizado:

entendemos que as revoluções não se fazem sem revolucionários. Impossível impor uma política social em profundidade por meio de um processo por tudo e em tudo burguês. É este aspecto do problema que nos confrange e arrefece (O'Neill 1946a).

A propósito do 21.º aniversário da Revolução Nacional de 1926, numa missiva endereçada a Marcelo Caetano, líder da União Nacional (UN), era criticado o «derrotismo negativista» que se espalha nas «fileiras da Ressurreição», contestando-se a ausência de uma «unidade doutrinária»: «cabem os liberais, cabem os democráticos, cabem os monárquicos, cabem os republicanos, cabem os nacionalistas totalitários, indiferentes a regimes, cabem os católicos, cabem os 'homens de mão estendida'» (Araújo 1947: 1). As críticas à UN ocorriam em textos com alguma ambiguidade, denunciando-se um inimigo espectral. Veja-se que estes

reparos ao aparente «cinzentismo» de Salazar e à UN remontavam aos alvares do Estado Novo, podendo ser descortinados nas mencionadas entrevistas de António Ferro e, a descoberto, pelos membros do NS, quando procuravam a «mística que não se encontra» (Pinto 1994: 194).

Por último, dado o seu carácter doutrinário, o jornal apostou em tipologias textuais de natureza opinativa, como os comentários e os textos valorativos de posições, de discursos ou de teses defendidas por outrem. Sendo um hebdomadário, os géneros jornalísticos como a revista de imprensa ou as críticas a obras culturais adequam-se à utilização de modalidades de intertextualidade (Genette 1997; Walty 2009), como a alusão ou a citação. Exemplo dessa estratégia retórica foi a invocação de autores reputados (nacionais e internacionais, vários associados ao nazismo), servindo as suas obras para desenvolver uma argumentação por analogia, com objetivos perlocutórios de persuasão em favor do ideário fascista. Outro recurso passou pela apropriação de figuras destacadas da história nacional, como Nun' Álvares Pereira, D. Sebastião ou o Infante D. Henrique (Lança 1948: 1), interpretando a sua conduta e os acontecimentos em que estiveram envolvidas à luz da palingénese, como adiante se irá explorar. Verificava-se, pois, uma *mitificação* dessas personalidades, num labor ideológico em tudo semelhante à intensa propaganda desenvolvida sob a orientação de Ferro ao serviço do regime.

Raça, nação e mito

O centenário de Oliveira Martins, um autor caro à direita do entre-guerras, propiciou a revisitação da sua obra, a partir da qual se argumenta pela superioridade «racial» e da civilização europeia, colocando o catolicismo no centro da narrativa de legitimação do colonialismo. Através da citação, estabelecia-se a genealogia da civilização europeia – remontando à fusão, através do cristianismo, do mundo romano com o germânico – «que encheu por fim todos os continentes submetidos ao magistério espiritual da melhor raça estabelecida no melhor local» (Gomes 1946: 7). Associando as dimensões biológica (a «raça» baseada nos laços de sangue) e cultural (o catolicismo apresentado como «o cristianismo da vida moderna», «positivo», que identifica Deus com o Bem e com o Amor), era, por extensão, elaborado um pensamento ocidental luminoso. O cristianismo seria central na visão essencialista

da identidade da nação imperial, com uma missão evangelizadora que se estendia à Ásia, à África e à América. Lamentava-se, porém, a perda «do sentimento da caridade cristã» e a sua substituição «pelo ódio vil que não cansa, as paixões que obscurecem a inteligência» (Oliveira 1946).

Por exemplo, o integralista Plínio Salgado revisitava a crise dinástica do século XIV através da figura de Nun' Álvares Pereira, apresentado na sua dupla dimensão de «herói» militar e de «santo» religioso, para invocar na mente dos leitores esse outro momento de «refundação nacional» e estabelecer uma analogia que promovia o ideário ultranacionalista e legitimava o colonialismo. «Tinha Nun' Álvares já bem forte a ideia de que Portugal era uma Nacionalidade, com marcada missão no mundo e destino muito próprio» (Salgado 1946: 13). Construíra uma narrativa em torno da «predestinação» desta «comunidade imaginada», através da defesa de uma «conceção genuinamente ibérica do cristianismo», assente na obediência à doutrina papal, que unia as nações ibéricas num desígnio comum: o de «'fazerem muita cristandade', como diria Don Sebastião». Conferia-lhe ainda, e era essa a tese central, uma justificação teleológica: «ensinou-nos Nun' Álvares que o supremo destino está em Deus» e, glosando Horácio, que «lutar pela Pátria, lutar em prol da comunidade, infatigavelmente, é belo» (id.).

De facto, a análise do discurso do jornal leva-nos à sua caracterização como populista. Não por acaso, a mencionada figura mitificada de Nun' Álvares era apresentada como intérprete da «intuição popular», antecipando, pela ligação ao povo – e ao contrário da nobreza que ele próprio integrou – os intentos de domínio de Castela. Veja-se que, a despeito de republicanos, como Augusto Casimiro, muito terem escrito sobre o Condestável (1916), a verdade é que este foi cooptado pela direita, através da *Cruzada Nacional Nun' Álvares Pereira*, no contexto da sua beatificação, em 1918.

O «quadrado ideológico» que amiúde surge nas páginas do jornal reduz-se a uma expressão mais elementar, a oposição entre «nós» e o «outro», sobressaindo um *ethos* populista, graças à dicotomia entre os «representantes do povo» e as «elites» corruptas. Não obstante a ambiguidade do conceito de populismo (Moffitt 2015; Panizza 2005), a reivindicação de que se fala em nome do povo – que nem é real, nem inclui toda a gente, sendo caracterizado não pelo que é, mas em relação a quem se opõe (Mudde 2004: 546) – é uma das características do discurso populista que merece o acordo dos académicos. Sejam as elites, ou sejam

outros inimigos (reais ou imaginários) a construção retórica de uma divisão entre «nós» e o «outro», estribada no conflito, cumpre uma função essencial na construção da sua identidade política.

Ora, nas diversas edições, pululavam os ataques aos democratas, aos liberais, aos maçons, aos judeus, aos comunistas. Toda a narrativa era de crise, o elemento nuclear do populismo e do mito palingenético (Griffin 2018). Na sua dimensão comunicacional, o populismo é um «esforço de nomeação de atores coletivos» que constrói uma narrativa identitária baseada na reificação do espaço social e em dicotomias polarizadas (Narita e Morelock 2018). Assenta, por um lado, em conceções essencialistas sobre as identidades e, por outro, na fictícia homogeneidade interna desses grupos. Por isso, a «vontade do povo» ora é expressa por líderes carismáticos, ora deve ser orientada para que as novas elites estejam aptas a liderar a Nação renascida. Daí derivava a atenção dada à juventude: «devido à sua natureza carismática e hierárquica, um regime fascista tende naturalmente para a introdução do princípio do líder e da glorificação da juventude como matéria-prima de uma nova geração heróica» (Griffin 2018: 9).

Esse enaltecimento da juventude decorreria da necessidade do surgimento de um «novo homem», que incorporará as qualidades da nação redimida (Griffin 1996: 4). *A Nação* não hesitava em glorificá-la: «de olhos postos firmemente no futuro da Pátria [...] não perdeu a Fé, mas deseja revigorá-la; não abandonou as posições de combate», pelo que «continua a ser assim: valente, sem orgulho, desempoeirada, sem jactâncias, verdadeira» (O'Neill 1946b: 1). Recordando as «demoradas atribulações sofridas por seus pais, numa época de permanentes desvarios», que levaram a uma «caótica e trágica situação social e política», reiterava-se a indispensabilidade e a urgência da «Revolução nacional» (id.). A construção discursiva das «diferenças geracionais» visava estabelecer a ideia da nação em declínio, os «restos de um grande Império», como a herança que institui a legitimidade de ação da direção do jornal, que é o mesmo que dizer dos fatores da revolução nacionalista. Confrontada com «lutas intestinas, sem finalidade, nem grandeza» e com o «progressivo dessoramento das altas qualidades da Raça», «Portugal acordou» graças ao golpe militar de 1926. O apoio à Mocidade Portuguesa (MP), «o mais são pilar da Revolução Nacional» (id.), um dos elementos encarado como mais «fascista», era outra face da mesma moeda.

Assim, o espaço «Falam os Novos» contava com a participação de António José de Brito, então com 20 anos, cujos textos se pautavam

pelo rigor doutrinário. Era, pois, nesse espaço que a importância do mito na mobilização das massas populares era sublinhada com base no pensamento de Schelling, de Rosenberg e de van der Bruch, num claro alinhamento com o ideário nazi, com o intuito de aliciar a juventude e moldá-la para servir a nova nação. Se faria «parte da juventude ser política», importaria ter em conta que a época era de «intelectualização e formação de elites», pelo que haveria que dar aos jovens «a forma correspondente à índole do respetivo Estado» (Soares 1947: 4).

Note-se que, ao oferecer solução para problemas centrais da sociedade moderna, como a integração sociopolítica das massas e as necessidades de um senso de identidade e de instituições políticas que criem ordem e autoridade, o fascismo criava um novo tipo de nacionalismo. «Com um impulso populista, revolucionário, hierárquico e carismático», promove a emergência de uma «aristocracia meritocrática», «chefiada por um líder inspirado» (Griffin 1996: 7). Deste modo, a caracterização do denominado «discurso anti» do fascismo permite-nos identificar como o jornal veiculou esse ideário como uma «força mítica» que sustentava a cruzada «*contra* a decadência e *pela* renovação em todas as esferas da vida nacional» (Griffin 1996: 4). A ideologia fascista corporiza uma modalidade ideal-típica «carismática», de acordo com a clássica distinção weberiana, na qual Roger Griffin baseia a sua conceção de «fascismo genérico». Enquanto forma elitista de nacionalismo populista, o culto do chefe é essencial para a promoção de uma nova ordem política e económica, nascida de um movimento revolucionário surgido do povo.

Ora, o culto do chefe – ilustrado pelas elogiosas referências a Salazar – é patente na atenção conferida aos líderes fascistas, como Benito Mussolini, reverenciados como se ainda estivessem nos píncaros do poder. A pretexto da celebração da Marcha sobre Roma, optava-se por dar visibilidade ao pensamento do dirigente falecido há quase dois anos, publicando-se a última entrevista concedida a um jornalista italiano. Hitler era apresentado como um «homem honrado», elogiado pela luta anticomunista (Carvalho 1948: 1). O jornal empenhava-se, ademais, na reabilitação dos líderes das nações derrotadas, como era o caso do chefe de Estado do regime de Vichy. Philippe Pétain seria um «herói sem mancha», combatente anticomunista, «soldado sereno e timorato», equiparado a Joana d'Arc, uma vez que «em cada época, os povos têm os seus grandes mártires». Também José António Primo de Rivera figurou no espaço «Os grandes vultos do martírio da Europa».

Um novo «declínio do Ocidente»

Desde a primeira edição que o jornal denunciou o declínio nacional e a degradação cultural e social. O diagnóstico justificava a mobilização em prol da revolução regeneradora que caracterizamos como o mito palingenético do ideário fascista. A destruição cultural era objeto de denúncia e de lamentação, fruto da guerra que funciona como uma alegoria dos ideais vencidos, do colapso da cosmologia e da hierarquia tradicional que se invoca (Griffin 1996: 5), não para a reconstruir tal qual, mas para contestar os vencedores e apelar a uma nova ordem social. Segundo *A Nação*, a guerra «sepultou em escombros algumas das mais extraordinárias realizações do sentimento artístico e religioso», um «património espiritual de sucessivas gerações, espelhando valores de Beleza e de Justiça» (Oliveira 1946). Nesta visão do mundo, a nação seria reificada e personificada «a ponto de ser ‘doente’, ‘decadente’, ‘humilhada’ ou ‘profanada’» (Griffin 2018: 42). Na verdade, era sintoma de um mal-estar mais generalizado, filiando-se numa longa linha de «declínio» do Ocidente que, em última análise, remontava à visão engendrada em torno da queda do Império Romano (do Ocidente), vulgarizada pelo historiador Edward Gibbon – e plasmada em tela, pelo pintor norte-americano Thomas Cole, na série de cinco quadros intitulada *The Course of Empire*.

Aliás, a defesa dos valores da «Revolução Nacional» resultava, pois, sistemática, recorrendo a direção de *A Nação* à redundância para vincar o seu posicionamento, edição após edição. Deste modo, teria sido possível, graças ao «milagre da ressurreição» do 28 de Maio de 1926, «o regresso consciente às fontes de beleza eterna: fé em Deus, amor da Pátria, respeito pela Família, apego ao trabalho, culto pela Justiça, confiança no Presente e certeza no Futuro» (O’Neill 1946c: 1). A revolução regeneradora seria a «Razão de Ser» de *A Nação*. Identificava-se um quadrado ideológico (van Dijk 2005), patente na exaltação das qualidades próprias e na desconsideração de eventuais falhas, a par da desqualificação dos «inimigos», seja enaltecendo os seus deméritos, seja ignorando ou desvalorizando os seus feitos. O jornal posicionava-se frontalmente contra os países vencedores, as suas ideologias e os seus regimes políticos (a tríade Reino Unido, Estados Unidos da América e União Soviética era responsabilizada pela guerra, e os seus esforços de paz ridicularizados, seja em textos, seja em caricaturas, enquanto

os vencidos eram apresentados como heróis). Era a Nova Ordem Europeia, sob os auspícios do III Reich, que se evocava. Recorria-se a uma linguagem de cariz guerreiro – apresentavam-se como «sentinelas», que a partir do seu «posto de observação» assistiam «a manobras constantes destes falsos valores, encrustados, habilidosa e calculadamente no corpo da Revolução Nacional» com o fim de «lhe retardarem os movimentos, desvirtuarem os esforços e, até onde fosse possível, minarem os seus próprios fundamentos» (id.). Assim se veiculava uma ideia de «luta», de ação, ainda que travada nas páginas do jornal. O fosso, escavado semanalmente, entre um «nós» (a comunidade revolucionária construída discursivamente) e o «outro» (os inimigos) tornava-se cada vez mais profundo, chegando a afirmar-se que «mais do que uma trincheira *A Nação* pode e deve ser um centro de concentração e de irradiação de forças contra o inimigo». Os epítetos sobre o «outro» eram abundantes e desumanizantes: «infiltram-se, viscosamente, como as enguias na direção dos lugares rendosos e de influência», aos quais se agarram como «lapas» (id.). Recorrendo à insinuação, os textos tornavam presente nas mentes dos leitores um inimigo espectral, construindo um cenário hobbesiano, ao qual só a nova ordem poderia pôr cobro. A não-nomeação desse inimigo difuso resultava, também, de se visarem elementos afetos ao regime, caso da UN, procurando assim evitar-se problemas de maior aos seus autores.

Um dos alvos explícito era a maçonaria, a quem o jornal imputava uma «felina paciência», em «conciliábulos» e «kuribecas» [designação em Angola], na urdidura dos processos para «neutralizar a eficiência da Revolução»: «começou, assim, com ares de coisa normal, a grande, a trágica Mistificação». Os maçons seriam falsos, «nacionalistas e católicos por fora, internacionalistas e ateus por dentro», alegando partilhar os valores morais e até convertendo-se religiosamente, «fingindo-se tocados pela graça de Deus», «homens que nunca tinham ouvido Missa, que haviam fomentado manifestações anti-clericais, arrombando Igrejas e promovido a profanação dos lugares sagrados!». Assim, «a grande Farsa foi conquistando êxitos animadores e sucessivos», e «a infiltração do inimigo pôde fazer-se», «explorando, com diabólica astúcia, a generosidade da Revolução» (id.). Traição e Revolução tornavam-se quase sinónimos (Marchi 2009a), as «kuribecas maçónicas» atacariam os «verdadeiros nacionalistas», motivados pelo «ódio» e pelo «favor pessoal», «jurando servir o novo regime para melhor o atraiçoar» (Araújo 1947a: 1).

O antissemitismo, com o qual o jornal se alinhou desde a primeira hora, era expresso, fosse pela defesa da «raça superior» («ariana» ou «indo-europeia»), fosse pela narrativa que lhe subjazia: o intento de perseguição aos cristãos. O cristianismo seria «positivo» e a argumentação *a contrario*, consubstanciada na desqualificação da «teocracia semítica para quem Deus era um Deus sanguinário, medonho, tenebroso sempre a exigir dente por dente e olho por olho» (Gomes 1946: 7), veiculava a abjeção dos judeus. A adjetivação contundente era apanágio de textos de autoria diversa publicados em *A Nação*. Citava-se Goebbels a propósito da ameaça judaica, acusando os judeus de mobilizarem a opinião pública contra uma imaginada e *essencial* «natureza alemã»: a «vida patriarcal da família», a «disciplina militar», o «sentimentalismo germânico» (Litorius 1947: 6). A conceção «rácica» do judaísmo – «uma raça estranha» aos alemães – justificava a imputação de especificidades étnicas a presumíveis «falhas» de natureza ético-moral, num libelo canónico do discurso de ódio contra os judeus, responsabilizados pela corrupção da vida económica e moral do povo alemão. Acusados de «tirania espiritual» e de soez materialismo, os judeus não passavam de «uma quinta coluna» (id.), responsável pelo fim do Império germânico e pela instauração da República de Weimar.

O alerta para «o perigo judeu» baseava-se, noutro texto, na teoria da conspiração associada ao *Protocolo dos Sábios do Sião* e no intento judaico de destruir o Cristianismo. Todos os males seriam obra dos judeus – da Revolução Russa a «toda a agitação que se verifica no mundo», passando pelos Julgamentos de Nuremberga (objeto de forte criticismo em textos e em caricaturas do jornal) e pelo despotismo do capitalismo. Subscrevendo a distinção nazi entre «judeus» e «arianos», desenvolvia-se uma argumentação antitética. O judeu seria «mau, perverso, ávido, mercantilista, falso, intrigante, astuto, calculador e interesseiro», isto é, materialista. Em oposição, o ariano seria «nobre, heróico, cavalheiresco e desinteressado, franco e leal até à ingenuidade» (Suna 1947: 6).

Não raro, o discurso antissemita cruzava-se com o discurso anticomunista, dada uma assumida «estreita simbiose do bolchevismo com o semitismo». A metonímia – «Moscovo» pela União Soviética e pelo regime socialista – sustentava a denúncia de uma duplicidade no *modus operandi* soviético: antissemita internamente e aproveitando o «potencial dissolvente dos judeus» para se infiltrar em outros países, contradição que condiziria com a «política sem escrúpulos» do «imperialismo russo-soviético». O discurso anticomunista resultava central no projeto

ideológico do jornal. Disso é exemplo a «Crónica Internacional», que analisava retrospectivamente a dissolução da III Internacional (*Komintern*), classificando-a como uma «farsa», do «bifronte por método e por doutrina» Estaline, para enganar «a burguesia» e assegurar o apoio económico e militar anglo-americano durante o cerco de Estalinegrado, mas sem que, na verdade, tenha renunciado à «revolução mundial do proletariado» (Aboim 1946).

Uma arte palingénética?

Outro tópico interessante, mas nem sempre analisado com certa profundidade nos periódicos, prende-se com a secção poética. Na verdade, por vezes, os versos aí publicados correspondem a transcrições de outros livros ou jornais, outras tantas a eventuais colaboradores, expressando diversos estados de alma. Decerto que aqui nos importa entender se a poesia citada ou original terá encarnado os princípios da revista, tanto mais que a palingénese parece prestar-se a esta expressão literária de «renascimento» (Schiesaro 1994); ou se, pelo contrário, os versos aqui presentes se enquadram na temática da expressão amorosa ou de outros estados de alma.

De facto, desde o primeiro número, a secção «Poesia», dirigida pelo poeta e dramaturgo nacionalista Miguel Trigueiros, afinou pelo diapasão do heroísmo e do sentimento religioso, relacionando «queda», «sacrifício» e «redenção» num registo cristológico e palingénético. Vejam-se, a partir de um poema extraído de um livro em preparação, as referências à Primeira Guerra Mundial e ao ato de lutar, corporizadas na referência à «primeira noite das trincheiras», ou a certo imaginário fascista de «uma grandiosa procissão de velas», perante o espectro da morte, do «adormecimento», talvez nacional? (Craveiro 1946: 5). Sem dúvida, os *leitmotiven* dos artigos acabavam por «esclarecer» ou encaminhar o sentido do poema numa direção específica. Recorde-se que José António Primo de Rivera, líder da Falange, fez do poema *If*, de Rudyard Kipling, uma espécie de filosofia de vida, iluminando-o com o seu sentido de «missão» (Thomas 2012: 109). É, pois, nesta ótica, que devemos situar, por exemplo, a «profissão de fé» de um jovem poeta apelando: «irmãos, é a hora, redentora talvez, decisiva porventura. E a hora é dura! Mas o sonho é grande. E não tem fim...» (Montalegre 1946: 5).

Decerto que este credo, não necessariamente político ou religioso, percebe-se melhor no contexto de uma edição em que, após descrever-se a «ruína» da Itália do pós-guerra, não se escusava a citar Mussolini. Ou seja, no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, o *Duce* teria apontado o caminho do «renascimento», pelo que se impunha voltar a escutá-lo nos anos sucedendo a Segunda: «recomeçemos o nosso caminho olhando para a frente. O que foi, na lógica das coisas, retorna. As etapas contam-se por decénios na vida dos povos. Às vezes, por séculos» (Sirimarco 1946: 2). Ademais, no primeiro aniversário da morte de Mussolini, três das oito páginas de *A Nação*, eram consagradas a exaltar a sua figura, do mesmo modo que, nos 25 anos da Marcha sobre Roma, o jornal voltava a assinalar a efeméride.

De resto, já perto do fim, no último número de *A Nação*, os paralelos entre as duas guerras foram traçados com um traço mais cristalino, desta feita recorrendo à prosa. Tratava-se de um texto que começava com uma alusão aos oitocentistas «vencidos da vida», personalidades admiradas pela direita desde os tempos do Integralismo Lusitano. Intitulado «O Clarim do Rovuma», o artigo sublinhava uma das batalhas da campanha portuguesa em Moçambique, em lugar da sempre citada Batalha de la Lys, a qual a Primeira República convertera numa vitória moral da coragem pátria. Seja como for, o autor do artigo voltava a ecoar o mito palingénético, com a «alma nacional» renascendo sob os golpes das ditas «campanhas de pacificação» em África: «tempos idos que eu desejaria ver renascidos na época que atravessamos». Mas, após nova queda imputada à Primeira República, uma vez que «o camartelo da revolução tudo ia demolindo» e os «heróis ou foram esquecidos ou expulsos [...] quando não antes metidos nas masmorras, em nome de uma liberdade apelidada de democracia», algo havia, entretanto, sucedido. Mesmo se a Primeira Guerra Mundial não tivesse gerado «o entusiasmo de outrora», teria, em todo o caso, havido «um clarim que soube interpretar magistralmente o papel romântico que constituiu o inesperado epílogo desta tragédia», quer dizer, o «povo». Alheio, pois, às «maquinações» das elites (republicanas), que apenas conheceriam a linguagem da divisão, este «povo» mitificado teria conservado intacta a essência nacional, enquanto aguardava uma transmutação política, um messianismo redentor, um «estado novo». Daí que, perante o atual «materialismo», se impusesse um novo «despertar» (Branco 1948: 4 e 8).

Seja como for, outros poemas, à maneira daqueles inseridos nas páginas da revista *O Mundo Português*, fixavam-se no exotismo colonial, fazendo uso dos usuais estereótipos em torno da «alegria louca dos batuques negros [...] nos seus sons bárbaros». E, o poeta, não abandonando o darwinismo social e uma certa visão triunfante do Ocidente, podia concluir que «na cidade passava um automóvel, e ninguém ouviu o grito negro que vinha do outro lado da civilização» (Amorim 1946: 5). De igual modo, vale a pena ter presente um exemplo de poesia dedicado à «nação dos pequeninos», acerca de uma história de «um menino-mau» e de um «menino bom». Mais do que o registo um tanto maniqueísta, importa antes sublinhar os sintomáticos estereótipos aí presentes, quando se falava em alguém «rico como um judeu» (Ziró 1946: 11).

Tornando-se mais irregular ao longo de 1946, esta secção acabaria por desaparecer, dando lugar à inclusão de (poucos) poemas avulsos. Um desses exemplos assentou em Mário Beirão, autor da *Marcha da Mocidade Portuguesa* (1996: 394). Neste particular, *A Nação* de 9 de agosto de 1947 apresentava quatro poemas: *Si me vence la angustia* e *Ansiada Soledad*, de Eugenio Mediano Flores; e *Granada e Córdoba*, do livro recém publicado sobre Espanha, *Oiro e Cinzas*, de Mário Beirão. Num tom sombrio e desencantado, onde afluía a ideia do «excesso» espanhol – que percorria os demais poemas de *Oiro e Cinzas* (Neto 2020: 146-147) –, os dois autores (dos regimes autoritários) ibéricos, irmanados no tema da «queda», aludiam a um passado esplendoroso, mas por agora vencido nas «arenas da morte», pelo que «a este tiempo presente nos condena y de él huyendo, oscuro caminante, quiero dar a mi noche nueva albura» (Flores e Beirão 1947: 4).

No entanto, esta «alvorada» acabaria por não chegar, com o jornal a lançar o seu último número (141) a 13 de novembro de 1948, a escassos meses das eleições presidenciais, marcadas pela desistência de Norton de Matos, candidato opositor, e a vitória do candidato do regime, Óscar Carmona. O previsível «canto do cisne» da oposição democrática em pouco influenciou o fim deste projeto editorial, o qual se ficou a dever a querelas internas e a questões financeiras. De qualquer modo, sublinhe-se que a própria iconografia seguiu esta estética «heroica» e, também próximo do fim, em 1948, apresentou desenhos originais, de Luís Trindade, sobre os quais vale a pena tecer algumas considerações. Por exemplo, a 3 de abril de 1948, em *O Medo e a Miséria*, Trindade enquadrava, num cenário de guerra, uma caveira, uma cruz caída e

aramé farpado. Num plano central, duas pessoas alquebradas – uma suplicando, a outra amordaçada – como que esboçavam a geometria do «V» de vitória, numa possível alusão figurada ao discurso de Churchill sobre a «cortina de ferro». Por seu lado, a 6 de outubro desse ano, um desenho de abutres pousados numa forca, ao mesmo tempo que a sombra de um lobo se lançava sobre as ruínas da Europa, continha a legenda de «mártires de Nuremberga». Já na edição de 6 de novembro, o destaque foi, porém, para a iconografia «ariana». À pergunta, «a nação continua?», respondida com um «Sim» garrafal, a representação viril e prometeica de um homem sem rosto parecia emergir triunfante das chamas, com o braço direito estendido e uma frase de Nietzsche colhida em *Assim falou Zaratustra*. A 6 de novembro, novamente recorrendo a uma alegoria daquele filósofo, cujos escritos influenciaram o nazi-fascismo, uma coluna grega erguia-se do lodo, derramando luz. Todavia, o jornal que se arvorava em farol nacionalista, volvidas algumas semanas, encerrava definitivamente.

Conclusão

Longe de qualquer ambiguidade ideológica ou «retórica da invisibilidade», para recuperar uma expressão de José Gil a propósito dos discursos de Salazar, o jornal *A Nação* foi decididamente afirmativo quanto aos seus intentos programáticos. Diversos exemplos colhidos de momentos diferentes são, neste particular, esclarecedores. Tome-se a primeira página da edição de 6 de julho 1947, onde era possível encontrar: 1) um artigo versando a maçonaria e, por extensão, a democracia, numa negação do legado revolucionário de 1789; 2) um texto louvando o corporativismo; 3) uma «caixa», onde se afirmava exigir a elevação do nível mental das populações, num regime de mais justiça social, com um arremedo de suástica disfarçada de espiral em tons vermelhos. Não menos sintomático era intitular o suicídio de Hermann Goering, poucas horas antes da sua execução após a condenação à pena capital pelo Tribunal de Nuremberga, como a «A Morte do Herói» (Pimenta 1946: 1).

Redigido num tom agressivo, por vezes bombástico, repleto de imprecações e desenhando um claro «nós» e os «outros», o jornal fez uso de diversas técnicas, com o fito de promover uma ideologia extremista, que louvava figuras gradas do nazi-fascismo. Neste âmbito, conforme

se procurou demonstrar, a sua iconografia (desenhos, caricaturas) e a secção poética carregaram idêntica identificação com o legado fascista, enquadrando o mito palingenético. O apuramento de tal conceito para caracterizar o fascismo, que muito deve aos trabalhos de Roger Griffin, foi aqui tido em especial atenção, tanto mais que *A Nação* afirmou ter surgido num clima de acentuado declínio. Na verdade, este sentimento era jogado com habilidade e ambiguidade. Habilidade, porquanto se buscava diluir sensibilidades diferentes num mesmo caldo ideológico, ao mesmo tempo que se enfatizava a «unidade» e a «diversidade» do «outro» à maneira de Goebbels. Maçonaria, comunismo, liberalismo e democracia não passariam de tantos outros avatares do «eterno judeu», sempre enredado em conspirações capazes de minar a essência nacional e assegurar o domínio mundial. Ambiguidade, uma vez que se minimizavam os ataques a este ou aquele aspeto do Estado Novo, o qual tolerava este baluarte extremista, uma «comunidade imaginada» de fragmentos ideológicos estilhaçados pela derrota de 1945.

Os seus membros, que mantiveram um contacto privilegiado com o «decano» Alfredo Pimenta e alguns nomes importantes da extrema-direita internacional – que, aliás, colaboraram nas páginas de *A Nação* – afirmavam-se como os «novos». Integrariam, conforme se demonstrou, periódicos com idêntica orientação nos anos de 1960, sob o impacto da crescente contestação ao regime e da questão colonial. Em última análise, estabelecem um vínculo, ainda que indireto e interposto, entre o IL e a extrema-direita que navegou o novo sobressalto político e ideológico gerado pela Revolução de Abril.

A análise de editoriais, de títulos, de artigos, de poemas e de desenhos aponta para um retomar de temas caros ao fascismo, sendo de sublinhar o seu antissemitismo, ao qual nem um poema para crianças parece ter escapado. A juventude era, aliás, o seu graal. Daí que, ao contemplar as realizações do Estado Novo, julgasse a MP enquanto o produto mais acabado, do mesmo modo que criticava o «derrotismo» da UN. Sublinhando, assim, o entusiasmo dos novos, marchando fardados, «cantando e rindo», de braço estendido para «quem manda», ao mesmo tempo que registava a falta de vigor do «partido único», o jornal apontava para dois motores essenciais da ideologia fascista: a juventude e o movimento/partido. No fundo, tratava-se de uma confissão de que, algures durante a vida (do regime), o entusiasmo se teria perdido. Além da tradicional crítica ao (não) carisma de Salazar e às características do

Estado Novo, é possível perceber aqui desencanto no que respeita ao triunfo de forças político-ideológicas contrárias na guerra, assim como certa percepção de que a UN deveria cerrar fileiras e esmagar os sectores oposicionistas animados com o desfecho de 1945.

Por sua vez, os temas do Ocidente, da Nova Ordem e do «renascimento» ou «ressurreição» afluíram com frequência, nutrindo-se do mencionado mito palingenético. Em alguns textos divisa-se mesmo uma tentativa de traçar paralelos com o pós-Primeira Guerra Mundial, quer dizer, de como as diferentes nações teriam renascido do conflito, então derrotando o Estado demoliberal e o «perigo vermelho», o qual, desde 1917, irradiava da Rússia. Era assim que a «revolução», a *verdadeira* revolução nacional de 1926, opondo-se diametralmente às outras revoluções (1789, 1910 e 1917), deveria ser reconduzida à sua «pureza original», através de um registo que relembra os diversos movimentos de renovação religiosa tendo por base a *verdade* inscrita nos evangelhos.

Por último, cumpre acrescentar que *A Nação* terminou no momento em que o Estado Novo, fortalecido no plano externo, recuperava do choque de 1945 e apertava o cerco à oposição. Dois meses depois, em janeiro de 1949, a candidatura à presidência da República do general Norton de Matos, tentativa legal para derrubar o regime, claudicava poucos dias antes do ato eleitoral. Mas, não sendo possível estabelecer um vínculo entre estes acontecimentos, o certo é que, fiel ao seu ideário palingenético, o grupúsculo prometeu, em todo o caso, renascer. Assim, tendo presente o recrudescimento da extrema-direita nas últimas décadas, é nossa intenção dar continuidade a esta análise do «eterno retorno» do «ovo da serpente», através do estudo de outros periódicos, não necessariamente tão enfáticos como *A Nação*, mas aqueles fazendo uso de imagens e simbologias colhidas na tradição histórica (medieval), como, por exemplo, a revista mensal *Feira da Ladra* (1929-1942).

Fontes/Documentação

- Aboim, Corrêa de (2 mar. 1946). “Crónica Internacional. A Rússia no Mundo”, *A Nação*, 2.
Amorim, Roby (4 mai. 1946). “Nocturno”, *A Nação*, 5.
Araújo, Manuel (31 mai. 1947). “Carta Aberta ao Professor Marcelo Caetano”, *A Nação*, 1.

- « — » (31 mai. 1974a). “Traidores”, *A Nação*, 1.
- Azevedo, Fernando Alves (193-). *Mística Imperial*. Lisboa: Editorial Cosmos.
- BBC (8 mai. 2020). *Winston Churchill’s inspiring wartime speeches in Parliament*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-52588148> (acesso em 24/07/2023).
- Beirão, Mário (1996). *Poesias Completas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Branco, Holbeche Castelo (18 nov. 1948). “O Clarim do Rovuma”, *A Nação*, 4 e 8.
- Caetano, Marcelo (jun.-jul. 1926) “‘Arte’ sem moral nenhuma”, *Ordem Nova*, 156-158.
- Carvalho, Affonso de (1 mai. 1948). “Três anos depois”, *A Nação*, 1.
- Casimiro, Augusto (1916). *A Hora de Nun’Álvares*. Atlântida.
- Cértima, António de (1924). *Epopéia Maldita. O drama da guerra de África*. Lisboa: Portugal-Brasil.
- « — » (1927). *O Ditador: as crises, o homem, a nova ordem*. Lisboa: Livraria Rodrigues.
- Craveiro, Eduardo (23 fev. 1946). “Ficou-se a namorá-las”, *A Nação*, 5.
- Cristo, Francisco Homem (1923). *Mussolini Batisseur de l’Avenir: harangue aux foules latines*. Paris: Société des Éditions Fast.
- Cruz, Martins da (23 fev. 1946). “Os que traem e não traem”, *A Nação*, 2.
- Flores, Eugenio Mediano, Beirão, Mário (9 ago. 1947). “4 Poemas de Eugenio Mediano Flores e Mário Beirão”, *A Nação*, 4.
- Gomes, Francisco de Matos (23 fev. 1946). “Oliveira Martins e o nosso tempo. Um centenário quase esquecido...”, *A Nação*, 7 e 11.
- Lança, Joaquim (2 out. 1948). “«Mais amigos de fazer...» Salvé, Brasil!”, *A Nação*, 1.
- Litorius (31 mai. 1947). “A quinta coluna da Internacional Judaica”, *A Nação*, 6-7.
- Montalegre, Duarte de (2 mar. 1946). “Não amordaçem a minha boca”, *A Nação*, 5.
- O’Neill, José (23 fev. 1946). “Na hora própria”, *A Nação*, 1.
- « — » (2 mar. 1946a). “O discurso do Sr. Presidente do Conselho”, *A Nação*, in Riccardo Marchi, (2009a). *Folhas Ultras. As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 102.
- « — » (2 mar. 1946b). “Este minuto que vivemos”, *A Nação*, 1.
- « — » (3 ago. 1946c). “Razão de ser II”, *A Nação*, 1.

- « — » (22 fev. 1947). “Primeiro ano de luta”, *A Nação*, in Riccardo Marchi, (2009a). *Folhas Ultras. As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 100.
- Oliveira, Rodrigues de (2 mar. 1946). “Ruínas”, *A Nação*, 16.
- Pimenta, Alfredo (9 nov. 1946). “A morte do herói”, *A Nação*, 1.
- Redação (25 out. 1947a). “Falemos um pouco de nós”, *A Nação*, 4.
- Salgado, Plínio (23 fev. 1946). “Invocação de Nun’ Álvares (resumo de um discurso)”, *A Nação*, 1 e 13.
- Sirimarco, Mário (3 mar. 1946). “Paz na Itália”, *A Nação*, 2.
- Suna, Nuno de Monte (26 de jul. 1947). “O perigo judeu”, *A Nação*, 6.
- Ziró (21 dez. 1946). “História do Menino-Mau e do Menino-Bom”, *A Nação*, 11.

Bibliografia

- Anderson, Benedict (2005). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- Collotti, Enzo (1992). *Fascismo, Fascismos*. Lisboa: Caminho.
- Genette, Gérard (1997). *Paratexts: Thresholds of Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gil, José (2023). *Morte e Democracia*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Griffin, Roger (1996). “Staging the Nation’s Rebirth: the Politics and Aesthetics of Performance in the Context of Fascist Studies”, in Günter Berghaus (ed.), *Fascism and Theatre: The Politics and Aesthetics of Performance in the Era of Fascism*. Oxford: Berghahn Books, 11-29.
- « — » (2012). “Studying Fascism in a Postfascist Age. From New Consensus to New Wave?”, *Fascism*, 1, 1-17.
- « — » (2018). *Fascism*. Cambridge: Polity Press.
- Leal, Ernesto Castro (1994). *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*. Lisboa: Editorial Cosmos.
- « — » (2008). *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Lucena, Manuel (2002). “Reflexões sobre a queda do regime salazarista e o que se lhe seguiu”, *Análise Social*, 162, 7-46.
- Madeira, Bruno (2020). *Homens entre Ruínas? Ideias, Narrativas, Mundividências e Representações das Direitas Radicais Portuguesas (1974-1985)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento).

- « — » (2021). “A intervenção cultural como estratégia de assalto ao poder das direitas radicais portuguesas (1986-2019)”, in Cecília Honório, João Mineiro (orgs.), *Novas e Velhas Extremas-Direitas*. Lisboa: Parsifal, 143-157.
- « — » (2023). “Não se Convida a Juventude para um Enterro: as Reacções e as Representações da Direita Radical Portuguesa acerca da Revolução de 25 de Abril de 1974 (1974-1985)”, *Rubrica Contemporanea*, XII, 24. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 111-132. Disponível em: <https://revistes.uab.cat/rubrica/article/view/v12-n24-madeira> (acesso em 23/02/2024).
- Mann, Michael (2011). *Fascistas*. Lisboa: Edições 70.
- Marchi, Riccardo (2009a). *Folhas Ultras. As Ideias da Direita Radical Portuguesa (1939-1950)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- « — » (2009b). *Império, Nação, Revolução. As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*. Alfragide: Texto.
- « — » (2020). *The Portuguese Far Right. Between Late Authoritarianism and Democracy*. London, New York: Routledge.
- Martins, Carlos (2022). *Fascismos: para além de Hitler e Mussolini*. Lisboa: Edições Saída de Emergência.
- Milza, Pierre (2001). *Les Fascismes*. Paris: Éditions du Seuil.
- Moffitt, Benjamin (2015). “How to Perform Crisis: A Model for Understanding the Key Role of Crisis in Contemporary Populism”, *Government and Opposition*, 50, 2, 189-217.
- Mudde, Cas (2004). “The Populist Zeitgeist”, *Government and Opposition*, 39, 4, 541-563.
- Narita, Felipe Zioti, Morelock, Jeremiah (2018, 13 de julho). “Dialética do populismo”, *Jornal da USP*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/dialetica-do-populismo/> (acesso em 21/07/2023).
- Neto, Sérgio (2020). “Una historia trágico-telúrica: Miguel Torga y la Guerra Civil española”, *Rubrica Contemporanea*, IX, 17. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 139-153. Disponível em: <https://revistes.uab.cat/rubrica/article/view/v9-n17-neto> (acesso em 26/07/2023).
- Panizza, Francisco (2005). “Introduction: Populism and the Mirror of Democracy”, in Francisco Panizza (ed.), *Populism and the Mirror of Democracy*. London, New York: Verso, 1-31.
- Paxton, Robert (2004). *Le Fascisme en Action*. Paris: Éditions du Seuil.
- Pinto, António Costa (1989). “O Fascismo e a Crise da Primeira República: os Nacionalistas Lusitanos (1923-23)”, *Penélope*, 3, Lisboa, 43-62.

- « — » (1992). *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa.
- « — » (1994). *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*. Lisboa: Estampa.
- Rosas, Fernando (2001). "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo", *Análise Social*, 157, 1031-1054.
- « — » (2012). *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China.
- « — » (2019). *Salazar e os Fascismos*. Lisboa: Tinta da China.
- Schiesaro, Alessandro (1994). "The Palingenesis of *De Rerum Natura*", *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, 40, 81-107. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44712047> (acesso em 26/07/2023).
- Serrano, Clara (2017). *Arte de Falar e Arte de estar Calado. Augusto de Castro – Jornalismo e Democracia*. Coimbra: Imprensa da Universidade Coimbra.
- Sousa, Jorge Pais de (2011). *O Fascismo Catedrático de Salazar. Das Origens na I Guerra Mundial à Intervenção Militar na Guerra Civil de Espanha (1914-1939)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Thomas, Hugh (2012). *The Spanish Civil War*. London: Penguin Books.
- Torgal, Luís Reis (2009). *Estado Novo, Estados Novos*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Walty, Ivete (2009). "Intertextualidade", in *E-Dicionário de Termos Literários de Carlos Ceia*. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/intertextualidade> (acesso em 19/07/2023).
- van Dijk, Teun Adrianus (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia*. Porto: Campo das Letras.

**PLÍNIO SALGADO E O FASCISMO BRASILEIRO PÓS-
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: A COLUNA «CARTA DE
PRINCÍPIOS» NO SEMANÁRIO PORTUGUÊS A NAÇÃO⁽¹⁾**
**PLÍNIO SALGADO AND BRAZILIAN FASCISM POST-WORLD
WAR II: THE «LETTER OF PRINCIPLES» COLUMN IN THE
PORTUGUESE NEWSPAPER *THE NATION***

LEANDRO PEREIRA GONÇALVES
Universidade Federal de Juiz de Fora
leandro.goncalves@ufjf.br
<https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>

GABRIELA SANTI PACHECO
Universidade de Coimbra
gabriela.pacheco@uc.pt
<https://orcid.org/0000-0002-8778-245X>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2023
Texto aprovado em / Text approved on: 15/02/2024

Resumo

Após a Segunda Guerra Mundial, período marcado pela reconfiguração política em meio ao contexto global de ascensão neofascista, foi fundado, em Portugal, o semanário nacionalista *A Nação*. Esse periódico promovia, em suas páginas, debates com influentes intelectuais simpatizantes do fascismo e do nacional-socialismo.

(1) A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Brasil), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG, Brasil) e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, Portugal – 2023.00597.BD).

Plínio Salgado, líder do fascismo brasileiro exilado em Portugal entre 1939 e 1946, figurava nas páginas desse jornal, tanto como objeto de notícias como enquanto colaborador. Por meio da coluna «Carta de Princípios», contribuía com textos que se alinhavam ao projeto que desejava implementar no Brasil com o Partido de Representação Popular (PRP). Este artigo tem como objetivo analisar a atuação de Salgado nesse periódico, que ocorreu após o seu retorno ao Brasil, em 1946, buscando visualizar elementos do fascismo brasileiro. Ademais, tenciona-se explorar a crise financeira em torno do jornal e sua repercussão na figura do líder fascista.

Palavras-chave

Integralismo brasileiro; *A Nação*; Plínio Salgado; Fascismo; Nacionalismo.

Abstract

After the Second World War, a period marked by the global context of neo-fascist rise, the newspaper *The Nation* was founded in Portugal. In this journal, debates were promoted by influential intellectuals sympathetic to fascism and national socialism. Plínio Salgado, leader of Brazilian fascism exiled in Portugal between 1939 and 1946, appeared on the pages of this newspaper, both as an object of news and as a contributor. Through the «Letter of Principles» column, he published texts aligned with the project he wanted to implement in Brazil with the Popular Representation Party (PRP). This article aims to analyze Salgado's work in this periodical, which occurred after his return to Brazil in 1946, seeking to visualize elements of Brazilian fascism. Furthermore, it is intended to explore the financial crisis surrounding the newspaper and its repercussions on the figure of the fascist leader.

Keywords

Brazilian integralism; *The Nation*; Plínio Salgado; Fascism; Nationalism.

Plínio Salgado entre Brasil e Portugal: relações político-intelectuais

Em Lisboa, às 12h, no dia 15 de maio de 1962, Plínio Salgado, o histórico líder fascista brasileiro adentrou na residência particular do Presidente do Conselho de Ministros do governo ditatorial do Estado Novo, António Oliveira Salazar⁽²⁾. Naquele momento, o assunto debatido

(2) Importantes estudos sobre o Estado Novo de Salazar foram produzidos por Rosas (1989), Pinto (1992), Loff (2008), Torgal (2009), entre outros.

foi a questão ultramarina, que era preocupação do governo português. Ademais, discutiram sobre a política brasileira em África, bem como a relação bilateral no âmbito luso-brasileiro (Salazar 1962). Ao sair da reunião, declarou aos jornalistas «Com Salazar aprende-se muito» (Salgado 1962).

Estar ao lado do líder português representou muito para o intelectual brasileiro, que o enxergava como modelo político. Da mesma forma, Portugal conformou-se como um elemento fundamental na consolidação das concepções político-intelectuais de Salgado: na primeira metade do século XX, por meio de uma associação entre as matrizes vindas da infância, da juventude e da interlocução com modernistas, desenvolveu uma série de apropriações de ideias que estavam disponíveis em seu tempo. Para além da influência do fascismo italiano, houve uma circularidade luso-brasileira em que os conservadorismos português e brasileiro estavam inseridos. Assim, formaram-se redes de sociabilidade intelectuais entre os dois países, que possibilitaram trocas e circulações de ideias (Gonçalves 2017).

Plínio Salgado desenvolveu relações com as direitas católicas e fascistas portuguesas, que serviram, em diversos momentos, como fonte de inspiração. Dentre elas, destaca-se o Integralismo Lusitano (IL), movimento de cunho nacionalista e corporativista (Cruz 1982; Pinto 1982), que promoveu inspiração política ao lado de outras matrizes, como a *Action Française*, a Doutrina Social da Igreja e a experiência prática do fascismo de Mussolini: «esses movimentos serviram de fundamentação para a construção política de uma organização fascista travestida de nacionalismo cristão, cujo único propósito era alcançar o poder máximo em torno do líder» (Gonçalves 2017: 92).

Nesse contexto, Salgado estabeleceu a maior organização fascista fora da Europa⁽³⁾, a Ação Integralista Brasileira (AIB), que atuou no cenário brasileiro entre 1932 e 1937 (Trindade 1974). Com a implementação do Estado Novo no Brasil, o intelectual partiu para Portugal em exílio,

(3) Compreende-se que o fascismo transcendeu a experiência na Europa, estabelecendo-se em diferentes contextos nacionais para além do universo europeu, marcado fundamentalmente pelas experiências italiana e alemã. Converge-se em direção à perspectiva desenvolvida por Griffin (2006), que apresenta uma interpretação a respeito do «fascismo genérico», e por Finchelstein (2019), cujo argumento é centrado na ideia de que o fascismo foi um fenômeno mundial e transnacional que assumiu diversas variantes nacionais e interpretações políticas.

que decorreu de 1939 a 1946. Dessa forma, após a influência lusitana na formação do pensamento do líder do fascismo brasileiro entre os anos 1920 e 1930, novamente o país ibérico passou a ter destaque na organização doutrinária de Plínio Salgado.

Durante a sua estadia em Portugal, o líder do integralismo brasileiro constituiu uma importante rede de relações político-intelectuais, sobretudo com a intelectualidade nacionalista que compunha as diversas correntes da direita portuguesa (Bertonha 2020). Nesse sentido, atuou significativamente no cenário lusitano, com diversas atividades, como a publicação em periódicos. Esse é o caso do jornal *A Nação*, semanário nacionalista editado após o fim da Segunda Guerra Mundial, que aglutinou as direitas simpatizantes do fascismo e do nacional-socialismo, derrotados em 1945. Este artigo tem como objetivo analisar a atuação de Plínio Salgado nesse periódico, que ocorreu após o seu retorno ao Brasil, em 1946. Ademais, tenciona-se explorar a crise financeira em torno do jornal e sua repercussão na figura do líder fascista. Por meio desse estudo de caso, é possível visualizar questões em torno do processo de reconfiguração do fascismo brasileiro no pós-guerra.

Plínio Salgado saiu do Brasil, em 22 de junho de 1939, rumo à Portugal. Desembarcou no cais de Alcântara, em Lisboa, no dia 7 de julho do mesmo ano. O país era um ambiente propício para o intelectual, notadamente pela bem-sucedida experiência de Salazar, que passou a ser modelo exemplar para o líder integralista. Desde o momento em que chegou em território português, buscou fomentar relações sociais e políticas. Residindo há dez dias no país, procurou aquele a que mais se assemelhava politicamente (Plínio Salgado 1939): Francisco Rolão Preto, que foi líder do Nacional-Sindicalismo (N/S), uma organização de cunho fascista oriunda de uma ramificação no interior do IL, cujo propósito era a radicalização do projeto nacionalista, corporativista, antiliberal e anticomunista (Pinto 2015).

As rápidas articulações de Salgado foram alvo de olhares investigativos da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) e da Legião Portuguesa. Entretanto, o intelectual brasileiro não representava perigo à estabilidade do Estado Novo (Gonçalves 2017). Pelo contrário, apresentava um discurso cristão, que era elemento de convergência com os ideais do regime português. Foi por meio desse discurso que buscou a reconstrução do integralismo brasileiro, posto na ilegalidade no Brasil em 1937. Dessa forma, buscou utilizar o cristianismo e a palavra de Deus

como justificativa para práticas políticas, mascarando a tônica fascista da doutrina integralista.

A partir dessa nova visão, que centralizava a sua ação no pensamento religioso, criou um processo de aparições e divulgações políticas, o que alcançou níveis de grande repercussão em Portugal. Assim, obteve o posto de «quinto evangelista» e passou a ser definido como apóstolo, o que foi afirmado por Alberto de Monsaraz, ativo militante e precursor do ILE do N/S. O intelectual lusitano caracterizou o brasileiro como doutrinador católico, condutor dos povos, romeiro enamorado de Cristo, cavaleiro do Verbo, iluminado, portador da verdade, que iria propagar a palavra de Cristo, no reino do Espírito Santo, dando sequência aos atos dos quatro evangelistas (Monsaraz 1986: 182).

Essa associação com elementos da religiosidade foi intensificada em Portugal após 1942, com o lançamento do livro *Vida de Jesus* (1942; 1943), que obteve grande sucesso editorial. Com essa obra, o líder fascista brasileiro foi transformado em uma espécie de grande profeta da religiosidade luso-brasileira, conseguindo espaço para aparições constantes na imprensa lusitana. Sendo assim, observa-se que a presença de Plínio Salgado em Portugal não foi apagada, tímida e insignificante. Na realidade, suas palavras e ações eram exaltadas e, como consequência, ele era frequentemente convidado para banquetes, festas, eventos, conferências, conferindo certa notoriedade na sociedade portuguesa.

Nesse período, Salgado firmou-se como um político nato, com relações ambiciosas, que enxergava no discurso religioso uma unidade que poderia aglutinar, em torno da sua imagem, até mesmo opositores: estabeleceu relações amistosas com os mais diversos meios, inclusive grupos que apresentavam certa rivalidade política, como os monarquistas e republicanos. Essa rede relacional foi fulcral para que o intelectual brasileiro alcançasse o seu principal objetivo, a notoriedade.

A amizade construída com Monsenhor Francisco Moreira das Neves, por exemplo, foi substancial para promover a abertura intelectual à Plínio Salgado em Portugal. A partir de 1943, o líder fascista estabeleceu uma relação próxima com o então redator-chefe do jornal *Novidades*, que era também poeta e intelectual de destaque no cenário lusitano. A relação entre Salgado e Moreira das Neves pode ser identificada como um elemento fundamental para a compreensão do integralista no exílio, visto que o contato entre os dois foi transportado do elemento político-religioso, alcançando o espaço privado e transformando-os em confidentes.

O líder do fascismo brasileiro tornou-se um «protegido» do padre. Dessa forma, foi colocado para manifestar seus pensamentos conservadores em todas as possibilidades, desde conferências e notícias no jornal *Novidades* até participações na Rádio Renascença, emissora oficial da Igreja Católica. Nesse ambiente, impulsionado pela amizade com Moreira das Neves e pela publicação de *Vida de Jesus*, Plínio Salgado atuou política, intelectual e religiosamente em Portugal até 1946. Sua estadia no país representou um momento fundamental para a reestruturação do integralismo brasileiro.

Com o fim do período ditatorial brasileiro, Salgado retornou ao país de origem com a afirmação de ser um luso-brasileiro e passou a ser um defensor supremo da política de António de Oliveira Salazar (Gonçalves 2017). Nesse sentido, o integralista incorporou ao seu discurso a defesa de uma «democracia cristã», defendendo com veemência a sua implementação no novo ambiente que o Brasil vivia após o Estado Novo getulista. Essa proposta, cuja inspiração era advinda das ideias absorvidas em Portugal, tinha como base a antidemocracia. O modelo preconizado pelo Estado Novo português, que não estava caracterizado no rol do fascismo continental, possibilitou a sobrevivência de um ditador em um contexto de queda do autoritarismo na Europa (Pinto 2007).

De forma semelhante ao que ocorreu com Salgado no Brasil, a formação de Salazar foi assentada em uma gama de componentes doutrinários. Entretanto, a base central de seu pensamento, principalmente no período pós-guerra, apresentava como origem os ideais da «democracia cristã», na qual havia a fusão de interesses políticos e religiosos. Nesse contexto, o Centro Académico de Democracia Cristã (CADC)⁽⁴⁾ colocou-se como uma de suas principais fontes. A «democracia cristã» empreendida pelo CADC «nada teria a ver com o conceito político de democracia, mas sim com

(4) O CADC foi oficialmente estabelecido entre 11 de abril de 1901 e 28 de outubro de 1971. Dentre os seus propósitos, buscava promover a obediência à hierarquia eclesiástica, o apartidarismo nacionalista e o corporativismo cristão baseado no nacional-catolicismo português. Da mesma forma, tinha como objetivo combater o republicanismo da Primeira República Portuguesa e as restrições impostas à Igreja Católica, o socialismo, a democracia liberal, o positivismo republicano e promover a proposta conservadora baseada na «democracia cristã». O Centro recebeu figuras proeminentes, como o integralista lusitano António Sardinha, frequentemente convidado para proferir palestras aos jovens de Coimbra, bem como António Oliveira Salazar (acadêmico de Direito) e Manuel Gonçalves Cerejeira (acadêmico em Direito e Teologia) (Nunes et al. 1993).

um conceito social (orgânico, corporativista) da mesma, enquanto outros afirmavam ser a democracia cristã um estado de espírito» (Barreto 1994: 131). Essa proposta, incorporada pelo ditador lusitano, foi fundamental para que o regime estado-novista em Portugal apresentasse maior estabilidade política, nomeadamente pela aproximação com a Igreja Católica.

Com a necessidade de apresentar um tom democrático em um novo contexto pós-Segunda Guerra Mundial, Plínio Salgado incorporou a proposta de «democracia cristã» portuguesa ao seu discurso, tanto no período de exílio como em seu retorno ao Brasil. Nessa conjuntura, o líder integralista proferiu uma conferência no CADC, em 08 de dezembro de 1944, na qual refletiu sobre uma nova proposta política convergente com a concepção defendida pelo CADC, que estava em consonância com os novos rumos do mundo cristão após a guerra. As discussões culminaram com a publicação do livro *O conceito cristão da democracia* (1945a; 1945b), em que propôs uma reformulação do projeto político integralista a partir dos debates desenvolvidos em Portugal. O conceito passou a ser presente nas ideias de Salgado, o que foi notado pela intelectualidade lusitana. Alberto de Monsaraz, por exemplo, apontou o autor como o detentor de uma palavra sábia, com condições claras de constituir um futuro digno e cristão:

Em *Conceito Cristão de Democracia* já não é nomeadamente o Apóstolo que ergue a voz; mas, sim, o Doutor da Igreja e o Doutor em Ciências Políticas que toma a palavra. O seu grande trabalho, duma lógica indestrutível na análise, duma incomparável clareza e elegância na forma, constituinte, sem dúvida, um dos melhores ensaios políticos nestas últimas décadas publicados em língua portuguesa. [...] Muito estimei, creia, pelo que o estimo, considero e admiro e porque angustiosamente me interessa o futuro da nossa Juventude, que o meu caro Plínio Salgado continue, durante todo o tempo que ainda lhe reste passar em Portugal, a atacar assim, pela raiz, a erva daninha duma propaganda adversa, com absurda inconsciência consentida e que vemos, por forma assustadora, arraigar-se e frutificar, dia a dia, na alma da gente moça (Monsaraz 1945).

No contexto de regresso ao Brasil, portanto, a orientação política de Salgado foi consolidada em torno de uma doutrina marcada pelos ideais de «democracia cristã», concepção defendida nos preceitos da democracia orgânica do regime de Salazar. Isso porque, após congregar centenas de

milhares de fascistas no Brasil da década de 1930, o líder integralista precisou reestruturar-se em um momento no qual tais práticas não eram bem-aceitas, em decorrência do fim da Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, buscou consolidar-se no meio político e intelectual por meio do Partido de Representação Popular (PRP), organização que tinha como objetivo manter os ideais fascistas em um ambiente democrático.

Apesar de ser um momento em que a prática neofascista global colocava-se na agenda como projeto reformulador após a crise advinda da derrota no conflito mundial, o ambiente não era favorável para a reestruturação do integralismo brasileiro. Embora o novo projeto não apresentasse a mesma força dos anos 1930, Salgado alcançou certa projeção no cenário brasileiro com o PRP. Em decorrência do fim da ditadura de Getúlio Vargas, o país caminhava para uma desconhecida democracia, apresentando um clima hostil e anti-integralista.

Nesse contexto, o líder do fascismo brasileiro buscou transferir o sucesso alcançado em Portugal a partir de um projeto político e cristão. Assim, a continuidade da política integralista, no período do pós-guerra, encontra explicações em uma mudança doutrinária, mas que não pode ser compreendida em uma perspectiva neofascista. Isso porque, ao investigar o integralismo, não é possível estabelecer uma divisão cronológica em torno da concepção fascismo e neofascismo a partir do marco pós-guerra, uma vez que a AIB termina em 1937, ou seja, em moldes institucionais o fascismo brasileiro desaparece antes mesmo do início do conflito (Caldeira Neto 2022a).

Em vista disso, há um debate em busca da compreensão do fenômeno em torno da particularidade brasileira: «Ainda que esteja manifesto o entendimento do «neofascismo tardio», existe um projeto político que merece ser analisado com atenção em torno da discussão conceitual entre neofascismo e pós-fascismo: o PRP» (Caldeira Neto 2022b: 706). Esse partido, que buscava congrega os militantes em torno de um novo projeto político, «se movimentou a partir de questões típicas do contexto pós-fascista, mas não chegou a propor uma via tipicamente neofascista» (Caldeira Neto 2022a: 584).

A «necrofilia política integralista» contribuiu na compreensão do integralismo no decorrer dos anos que sucederam o período exitoso a partir da AIB (Fagundes 2012). Nesse sentido, há diversos elementos que auxiliam na compreensão da peculiaridade brasileira que se estabeleceu no contexto neofascista, como a morte do líder, Plínio Salgado, em 8 de

dezembro de 1975⁽⁵⁾. Dentro de um contexto que envolve vários elementos de representação política, a morte da principal força fascista brasileira do século obrigou os militantes a reorganizarem-se, principalmente em torno de projetos e ações, uma vez que havia a vacância de liderança (Gonçalves e Caldeira Neto 2022). Assim, estabeleceu-se o fenómeno neointegralista⁽⁶⁾ (Caldeira Neto 2019; Gonçalves e Caldeira Neto 2022).

Em todos os períodos históricos do integralismo, buscou-se uma manutenção de projetos, ideais e proposições, mesmo com as modificações contextuais «que se dá no bojo desse neointegralismo, o integralismo após a morte de Plínio Salgado até os dias atuais» (Caldeira Neto 2021: 17). Com isso em vista, objetiva-se analisar o fascismo brasileiro após a Segunda Guerra Mundial, considerando o contexto global de neofascismo e o momento de retomada do integralismo no Brasil, que apresentava contestada credibilidade política, e a sua reafirmação, que ocorreu com auxílio da instrumentalização do conceito cristão de democracia. Por meio de um estudo de caso, em que se investiga o jornal *A Nação*, obtém-se uma visão pontual que possibilita a identificação do projeto fascista com a liderança máxima de Plínio Salgado, que idealizava uma profícua relação entre Brasil e Portugal.

A Nação e a coluna «Carta de Princípios» de Plínio Salgado

A prevalência espiritual-religiosa, com um discurso católico, que Plínio Salgado teve como projeto estruturante durante o exílio não foi o único legado de Portugal. A força e as relações lusitanas continuaram com o seu regresso ao Brasil, uma vez que os contatos e as relações sociais foram mantidos. Em discurso realizado na 2ª Convenção Nacional do PRP, que ocorreu no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 27 de outubro

(5) Após a morte de Salgado, os neointegralistas iniciaram articulações políticas que são mantidas até a atualidade. Sobre o neointegralismo, os principais estudos foram desenvolvidos por Barbosa (2015), Caldeira Neto (2014), Carneiro (2007) e Gonçalves e Caldeira Neto (2022).

(6) Nos últimos anos, os estudos e reflexões sobre o neointegralismo passaram a ter projeção e destaque. Há ensaios, discussões e trabalhos que utilizam o termo sem a devida categorização e problematização. A partir dos estudos de Odilon Caldeira Neto (2014, 2021, 2022), passou a existir a possibilidade de estabelecer uma reflexão mais sólida e crítica com a conceitualização do termo neointegralismo, buscando, por meio de uma sólida indicação teórica, perspectivas sobre a forma de ação do fascismo brasileiro no decorrer dos séculos XX e XXI.

de 1946, Salgado (1946) fez uma referência afetuosa ao Embaixador do Brasil em Portugal, João Neves da Fontoura, mostrando as relações políticas criadas. Ademais, uma das principais ações que o intelectual brasileiro mantinha durante o exílio continuou com o seu regresso ao país de origem: constantemente, eram divulgadas matérias jornalísticas em referência ao seu nome e havia a publicação de artigos de sua autoria em periódicos lusitanos, como é o caso dos textos publicados em *A Nação*.

Esse jornal, organizado pelos irmãos João da Costa Figueira e Manuel da Costa Figueira, apresentou ao público a primeira edição em 23 de fevereiro de 1946, momento em que as forças do radicalismo nacionalista estavam dispersas e silenciadas pelo fim da Segunda Guerra Mundial. Com direção de José O'Neill, o semanário nacionalista conformou-se como a principal voz pública portuguesa da extrema direita no pós-guerra, apresentando em suas páginas

todas as peças da cultura integralista, contrarrevolucionária, de extrema direita, fascista, nazi, católico-tradicionalista, republicano-ultradireitista ou monárquico-tradicionalista que estruturarão o seu imaginário político (Marchi 2009: 17).

O periódico despertou o interesse de um número significativo de leitores, bem como de importantes intelectuais do período, como Alfredo Pimenta, que colaborou com a publicação. Em vista disso, tornou-se o ponto de encontro das diferentes correntes nacionalistas radicais portuguesas, que simpatizavam sobremaneira com o fascismo e o nacional-socialismo. Ademais, o semanário reservou uma atenção particular aos jovens, visualizando-os como o futuro do nacionalismo integralista e dos ideais militarmente derrotados em 1945 (Marchi 2009: 81).

Plínio Salgado possuía algumas relações com membros do jornal *A Nação*, o que pode ser observado em trechos que tecem comentários sobre o retorno do intelectual ao Brasil após o período de exílio, sobretudo acerca de um banquete oferecido em sua homenagem, que foi anunciado, inicialmente, na edição n. 22 de 20 de julho de 1946:

Um grupo de Nacionalistas portugueses oferece hoje um banquete de homenagem e despedida ao ilustre escritor e chefe político brasileiro Plínio Salgado. [...] assistirão numerosos admiradores do valoroso fundador do Integralismo Brasileiro (*Registro* 1946: 5).

Neste banquete, estavam presentes figuras da intelectualidade lusitana, como João de Castro Osório e Sebastião Dias. Ademais, o evento contou com a presença de um importante colaborador do periódico nacionalista, Joaquim Lança, que discursou em nome do semanário. Na edição n. 24 de *A Nação*, o discurso foi reproduzido e sinalizado como marcador de posição do jornal em relação ao contexto nacional e às relações com Plínio Salgado:

Conforme prometemos aos leitores, damos a seguir algumas notas do discurso de Joaquim Lança, improvisado com que, devidamente autorizado, marcou a posição do nosso jornal, no banquete de homenagem dos intelectuais portugueses ao insigne escritor e político brasileiro Plínio Salgado. O nosso camarada, em face da expectativa de uma parte da assistência, começou por definir: «[...] O que é e ao que vem o movimento político e social da *Nação*? Traduz apenas um *atitude*? Significa um *protesto*? Não! Nós somos uma *vanguarda*; atuamos, por isso, em todas as circunstâncias, como defensores intransigentes do espírito e da obra da Revolução Nacional [...]» [...] Vai V. Exa., Sr. Dr. Plínio Salgado, de regresso à sua Pátria gloriosa. Acompanha-o o nosso coração, agradecido. Vivendo na Europa há sete anos, pôde assim melhor avaliar a tragédia em que se afunda, dia a dia, o Ocidente latino e cristão [...] (*Algumas notas* 1946: 1-2).

O retorno do intelectual brasileiro ao seu país foi, ainda, noticiado em outra edição do semanário nacionalista: «O regresso de Plínio Salgado ao Brasil, clamorosamente festejado por multidões e por altíssimas individualidades de todas as classes sociais, deu o sinal de *reprise* do Movimento Integralista» (*Testemunhos* 1946: 10). Na sequência desse comentário, foi reproduzido um trecho de uma declaração de Salgado feita à Imprensa Brasileira no dia 29 de agosto de 1946, na qual dizia:

Estou convencido de que o problema econômico não poderá ser resolvido sem perfeita coordenação política, assim como a coordenação política não se poderá efetivar sem a coordenação dos espíritos. A coordenação dos espíritos só se realiza em função de ideias e pensamentos nitidamente preestabelecidos e capazes de empolgar os sentimentos nacionais [...]. Combater, por exemplo, o comunismo – que é a forma política do materialismo – mediante as formas agnósticas de uma política utilitária e sem Deus, não é somente um erro, mas também uma

imoralidade [...]. Cumpre, ainda, notar que combater o comunismo com atitudes e soluções comunizantes, como fazem certos partidos ou pessoas, é agir marxistamente fortalecendo a concepção materialista do mundo e da vida sob o rótulo de um falso cristianismo ou de um cristianismo inconsequente (*Testemunhos* 1946: 10).

A proposta do líder do integralismo brasileiro para combater o mal comunista estava centrada justamente na organização de uma agremiação política nacionalista, com um projeto cristão de democracia. Dessa forma, o PRP é fundado em torno desse propósito, conformando-se como um partido cristão e nacionalista, que apresentou o anticomunismo como um de seus pilares de sustentação e teve suas concepções consolidadas em Portugal para posterior organização no Brasil (Gonçalves 2017: 289).

Durante todo o período de existência do PRP, e utilizando-se dos mais diversos instrumentos, os integralistas buscaram sistematicamente a construção do «perigo comunista», associando o comunismo a imagens negativas e apontando sempre a iminência da «revolução comunista». Os argumentos utilizados, de maneira geral, retomavam os mesmos elementos já desenvolvidos pelos integralistas nos anos 1930 [...]. Outros argumentos buscavam uma adaptação ao novo contexto político do pós-guerra, em particular a tentativa de associação entre o comunismo e o nazismo [...] (Calil 2005: 763).

Esse discurso em torno da reorganização do integralismo brasileiro, sobretudo por parte de Plínio Salgado, estava em consonância com as pautas desenvolvidas em *A Nação*: o nacionalismo revolucionário defendido pela extrema direita portuguesa no periódico buscava fugir às atitudes meramente intelectuais, propondo-se a criar uma frente de batalha destinada a todos os que, defensores intransigentes do espírito e da obra da revolução nacional, sentissem a necessidade não só de levantar guarda contra inimigos externos, mas também de varrer inimigos e falsos amigos internos (Marchi 2009: 100). Nesse sentido, a decadência da modernidade era atribuída aos burgueses, maçons e judeus, caracterizados como os «inimigos ocultos». Relacionado a isso, o anticomunismo aparecia como um ponto central nas discussões nacionalistas do semanário, o que pode ser observado em textos como «A América Latina defende-se do comunismo» (Diss 1948: 9) e «Salvé Brasil!» (Lança 1947: 1).

Esses pontos de contato e as relações que estabeleceu em Portugal possibilitaram que, entre os meses de janeiro a abril de 1947, o intelectual brasileiro publicasse sete artigos no periódico⁽⁷⁾, em uma seção intitulada «Carta de Princípios». Esses textos eram oriundos da *Carta de princípios e programa do Partido de Representação Popular*, documentação aprovada na 2ª Convenção Nacional do PRP, em sessão de 26 de outubro de 1946⁽⁸⁾, na qual estavam sistematizados os «princípios fundamentais e permanentes, que informarão toda a ação política do Partido de Representação Popular» (Salgado 1955: 3), além de reforçar o vínculo entre o partido e a doutrina integralista, mesmo sem mencioná-la explicitamente (Calil 2005: 700).

Este documento, cujo propósito era «desencadear as forças profundas da Nação; para despertar o Brasil autêntico; e, reavivando as virtudes, os sentimentos e os anseios tradicionais da gente brasileira, fazer de nossa Terra a Grande Pátria que desejamos» (Salgado 1955: 1), apresentava ideias que versavam sobre «Pessoa humana e indivíduo humano», «A Liberdade», «A Propriedade Privada», «Trabalho», «A Família», «O Grupo Profissional», «O Município», «O Estado», «O Brasil», «Deus», seguidas do «Programa do Partido de Representação Popular».

Buscando o combate ao individualismo e ao totalitarismo, que seriam resolvidos por meio da subordinação do indivíduo humano ao Estado e da subordinação do Estado à pessoa humana, a *Carta de princípios* apresentava a ideia de que seria livre o homem que se sujeitasse «voluntariamente ao estado a fim de que o Estado possa melhor servi-lo» e associava a liberdade como «faculdade de aderir ao bem» (Salgado 1955: 8-9). Em complementariedade, o documento definia que o princípio da propriedade privada decorria da natureza humana, configurando-se como uma garantia econômica de liberdade, que deveria ser distribuída por meio da dignificação do trabalho e limitada pelo bem comum: «Nós proclamamos, contra o capitalismo extremado, a função social da propriedade; contra o comunismo, o direito do homem de ser pessoalmente proprietário» (Salgado 1955: 14).

(7) Na edição de 22 de fevereiro de 1947 de *A Nação*, Plínio Salgado foi indicado como um dos integrantes do elenco de redatores considerados o núcleo histórico do semanário, compondo uma lista com diversos nomes (Marchi 2009: 80).

(8) A investigação utiliza como referência a versão publicada em 1955 pelo Diretório Regional do Rio Grande do Sul, disponível no Acervo Documental AIB/PRP-DELFO-PUCRS.

Ademais, a carta integralista afirmava a existência de instituições naturais da sociedade, sendo os principais a família e o grupo profissional. Em relação à família, descrita também como grupo biológico, era indicada como «a primeira e mais importante das instituições sociais», sendo responsável por conservar o indivíduo e a espécie: «A família, pátria do coração, é por nós considerada fundamento de todo o edifício social, porque nela encontramos um resumo da sociedade inteira» (Salgado 1955: 19-20). O grupo profissional, por sua vez, organizava-se em função da «semelhança de interesses de ocupações, de cultura, de hábitos de vida, de modos de participar dos bens econômicos» que «cria, entre membros de uma mesma classe, a tendência a se agruparem de maneira mais íntima para o fim de promoverem seu bem comum particular» (Salgado 1955: 20).

Na sequência, o documento firmava a posição municipalista do PRP, indicando o município como «célula da nação»:

A nação e o município constituem os dois polos em torno dos quais gira a quase totalidade dos interesses dos cidadão e da Pátria [...]. Fortalecer os municípios é, pois, ao mesmo tempo, aumentar o bem comum e particular dos cidadãos e promover a expansão do organismo social (Salgado 1955: 22).

Este organismo social, quando governado, conformava-se como um Estado cuja competência seria «ditar e garantir a ordem – a verdadeira, a única ordem, isto é, aquela que condiciona e favorece a legítima expressão da personalidade humana» (Salgado 1955: 23).

A carta definia o verdadeiro Estado como «ético, anti-individualista e anti-totalitário. Sem ser princípio nem fim, ele é o Estado que se subordina à hierarquia natural das coisas» (Salgado 1955: 24). Nesse sentido, apenas ele seria capaz de garantir a verdadeira ordem democrática ao Brasil: «Levantamo-nos em um grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo que é útil e belo, nos hábitos e costumes brasileiros» (Salgado 1955: 29). Por fim, Deus era posto como «o Primeiro Princípio, a Causa Suprema, a Fonte Inicial das ordens políticas», que emanava a «legitimidade dos governos, a autoridade do Estado, o poder dos governantes» (Salgado 1955: 30). Dessa forma, o partido firmava-se como espiritualista e cristão, indicando Deus como princípio e fim de sua doutrina política.

Para a publicação em *A Nação*, alguns trechos deste documento foram selecionados e reproduzidos na referida seção «Carta de Princípios», assinada pelo líder do integralismo brasileiro. Os artigos publicados no jornal nacionalista receberam títulos similares aos de algumas seções do documento integralista, sendo eles «A Liberdade» (1947a), «A Propriedade Privada» (1947b), «O Trabalho» (1947c), «A Família» (1947d), «Município» (1947e), «Nação e Estado» (1947f) e «Deus – Primeiro Princípio» (1947g).

Havia um debate em torno da reinvenção e reordenação do fascismo após a Segunda Guerra Mundial. Assim, a busca de um modelo neofascista era objeto de debates e estratégias. Entretanto, apesar da centralidade como aglutinador da extrema direita dos anos 1940, o periódico nacionalista radical não foi publicado por um longo período, sendo encerrado após crises que o colocavam como alvo de um processo criminal relacionado à conduta do diretor do jornal, José O'Neill Gouveia. Por ser um dos colaboradores da publicação, a situação de crise acabou refletindo em Plínio Salgado, que buscava sobrevida política a partir de um novo projeto fascista.

Plínio Salgado e a crise em *A Nação*

Apesar de *A Nação* ter apresentado considerável capacidade de reunir em seu entorno forças do radicalismo nacionalista, dispersas e silenciadas até então com o fim da Segunda Guerra Mundial, o processo de publicação não foi simples. Para além da hostilidade da opinião pública em relação às ideias derrotadas, dos indivíduos que compravam o jornal às escondidas e dos colaboradores que exigiam pseudônimos, a direção do periódico encontrou problemas relacionados a angariação de financiamento, o que era indispensável para a consolidação econômica do projeto (Marchi 2009: 83-84).

A Nação é confrontada bem cedo com dificuldades financeiras, não conseguindo mover aquelas ajudas e influências do regime de que no início tinha pensado poder aproveitar. [...] até Janeiro de 1948, nas páginas do semanário não aparecem denúncias flagrantes de falta de dinheiro e a publicação mantém-se sempre regular em periodicidade e qualidade. Portanto, pode supor-se que os capitais garantidos pessoalmente por José O'Neill nos três anos de direção, pelas subscrições, pelos pontuais

financiamentos de simpatizantes, pela angariação publicitária e pelas escassas ajudas do regime permitiram a sobrevivência do jornal, mas não evitaram a inexorável acumulação de passivos. [...] Aquando do segundo aniversário de *A Nação* [...] José O'Neill expressa, finalmente, a sua amargura pela total falta de ajuda e anuncia vontade de desistir do projeto, que se tornou demasiado oneroso (Marchi 2009: 84-87).

Em vista do conturbado panorama de dificuldade financeira, o diretor de *A Nação* optou por se retirar da direção da publicação. Nesse sentido, decretou, em 28 de outubro de 1948, o possível fim do periódico. Entretanto, o jornal nacionalista apresentou mais cinco números, dirigidos por Joaquim Lança. Em 27 de novembro de 1948, ocorreu a última publicação do semanário nacionalista da extrema direita, que terminou devido

[...] as dificuldades econômicas, a falta de ajudas esperadas do regime, a indisponibilidade da maioria do meio nacionalista radical em tomar responsabilidades de primeiro plano num projeto cujo radicalismo desperta muitas antipatias fora e dentro das estruturas do Estado Novo. No entanto, o golpe mortal foi o escândalo financeiro que vê como protagonista José O'Neill [...] (Marchi 2009: 89).

Por mais que fosse um dos colaboradores mais prestigiados do semanário, Lança não foi capaz de salvar o periódico por meio da direção provisória, uma vez que a imagem de *A Nação* acabou manchada pelo escândalo financeiro do antigo diretor: José O'Neill foi responsável pela apropriação de 3189 contos da Caixa de Providência do Pessoal da Indústria Corticeira, o que levou a sua prisão imediata (Marchi 2009: 89).

Após alguns anos, O'Neill fez um acordo e buscou reparações com Salazar, pois não era aconselhável manter rusgas políticas com o Presidente do Conselho de Ministros. Por meio de correspondência enviada no período pós-prisão, jurou fidelidade a Salazar, tecendo elogios a seu governo: «Enquanto Vossa Excelência for Presidente do Conselho e seguro orientador da vida política portuguesa, (e Deus permita que o seja por larguíssimos anos!) o Estado será, efetivamente, pessoal de bem» (Gouveia 1954).

A imagem do semanário nacionalista, entretanto, ficou malvista na sociedade. Por mais que tenha sido um periódico de pequena circulação,

apresentava muitos nomes importantes da intelectualidade em seu quadro. O escândalo financeiro conferiu descrédito ao jornal, o que causou a fuga geral dos colaboradores mais próximos, bem como expôs «toda a área política radical às acusações dos que, dentro do regime, não suportavam as tendências nazifascistas da publicação» (Marchi 2009: 89), gerando grandes problemas.

Em decorrência das publicações realizadas em *A Nação*, Plínio Salgado foi afetado por esse contexto tumultuado, tendo seu nome vinculado à crise relacionada ao periódico conhecido publicamente por falcatruas e roubos contra o Estado. Em um relatório do Secretariado Nacional de Informação (SNI), o nome do intelectual brasileiro foi mencionado a partir de uma associação ao diretor do jornal:

Hitler e Mussolini tiveram missas mandadas rezar por O'Neill Gouveia e, para que o assunto das suas simpatias políticas fique melhor sublinhado, a *Associated Press* não deixa perder a oportunidade de colocar Plínio Salgado na mais íntima convivência com o ex-diretor da *Nação* [...] (Almeida 1948).

Essa situação poderia gerar consequências negativas em torno da sólida imagem de Salgado em Portugal, construída durante os sete anos que permaneceu no país. Nesse sentido, buscou impedir o alastramento da situação, sobretudo porque já enfrentava algumas críticas no cenário brasileiro, como a associação ao fascismo, trazendo problemas a sua figura, que passava por um projeto de reestruturação política do pós-guerra no Brasil, por meio da consolidação espiritualista do PRP.

Dessa forma, buscou contornar a crise a partir do contato com seu amigo Monsenhor Moreira das Neves, solicitando que este intermediasse a situação com José Soares da Fonseca, da *Associated Press de Lisboa*. Com esse contato, tencionava que a agência desmentisse qualquer relação com o diretor criminoso. Essa situação foi descrita no relatório da SNI, que ressaltou a preocupação de Plínio Salgado e a ação em torno da tentativa de justificar a presença dos seus textos em vários exemplares do semanário *A Nação*:

Ainda sobre o mesmo assunto, foi-nos facultada uma carta dirigida ao Rev. Padre Moreira das Neves pelo escritor brasileiro Plínio Salgado, da qual transcrevo o passo referente à correspondência da *Associated Press*:

«O correspondente da *Associated Press* em Lisboa fez-me uma perfídia nitidamente moscovita. Já não é a primeira vez que esse sujeito me dá trabalho. Imagine que agora passou para aqui um despacho dizendo que foi preso aí um tal O'Neill, (que eu só vi duas vezes, sendo uma quando me foi pedir uma colaboração, que nunca dei, razão pela qual ele andou publicando aí trechos de uns escritos meus publicados anteriormente no Brasil, não dizendo que transcrevia, e a outra vez no célebre banquete em que o seu grupo fez aquelas estripulias) e acrescentando, o tal correspondente, que eu sou íntimo amigo do tal e que estive recentemente hospedado na casa dele! Mande tirar uma fotocópia das contas que paguei no Tivoli, e se a *Associated Press* não desmentir o seu ímprobable correspondente, serei forçado a desmoralizar essa agência de informações, pondo a limpo essa perfídia e referindo-me a outras de que fui vítima quando estava exilado em Lisboa. Esse cavalheiro da *Associated Press* é o mesmo que tem mandado notícias tendenciosas e aqui publicadas sobre o Doutor Salazar e a política portuguesa e eu me admiro como as autoridades daí, havendo censura, permitem semelhantes coisas» (Almeida 1948).

Por meio deste relatório do SNI, que contém a carta-pedido de Salgado a Moreira das Neves, observa-se que o líder do fascismo brasileiro, seguramente, buscou construir uma narrativa na correspondência, cuja intenção era estabelecer uma imagem de vítima enganada por José O'Neill. Por mais que a reprodução de trechos de doutrinadores estrangeiros fosse uma prática comum entre os jornais nacionalistas, Plínio Salgado possuía uma ânsia por publicações e visibilidade. Nesse sentido, não havia motivos para que não houvesse a inserção de seus textos em um jornal da extrema direita, que possuía visibilidade considerável em Portugal, alcançando, nos seus dois anos de existência, cerca de 5.000 assinaturas e 20.000 leitores.

Ademais, por meio da rede de contatos nacionalistas que Salgado adquiriu no período do exílio, apresentava claras condições de ter conhecimento prévio de uma publicação desautorizada. Entretanto, a suposta insatisfação do intelectual brasileiro fez-se presente apenas após o episódio de O'Neill, no qual houve a associação direta de seu nome como colaborador orgânico de *A Nação*, por meio do argumento de que possuía relações com o diretor do periódico.

Como Plínio Salgado estava em processo de consolidação do seu novo partido no Brasil no âmbito pós-Segunda Guerra Mundial, buscou

distanciamento de qualquer tipo de problema político ou jurídico, sobretudo relacionado ao governo lusitano, visto que buscava ser um espelho de António de Oliveira Salazar. Dessa forma, o atrelamento do seu nome à José O'Neill Gouveia e ao semanário *A Nação* poderia ser um obstáculo para o projeto luso-brasileiro, que estava relacionado ao contexto de ressurgimentos e reorganizações neofascistas em uma escala global e era organizado em torno do PRP. Nesse partido, buscou dar continuidade a AIB, com apresentação de elementos de unidades entre movimentos que não expressassem palavras relacionadas ao passado fascista, como «fascismo», «totalitarismo», «autoritarismo» e «nazismo». Esse processo pode ser observado na *Carta de princípios*, cujo texto foi, em certa medida, reproduzido no periódico nacionalista português: a carta é finalizada com a expressão «Deus dirige o destino dos povos», que foi utilizada nos anos 1930 para abrir o documento de fundação do integralismo brasileiro, o *Manifesto de Outubro de 1932*.

Após anos de exílio e um ostracismo político, precisava afirmar-se cada vez mais em um ambiente democrático, o que fez por meio de uma reorganização do discurso, que passou a ser construído em torno de uma orientação cristã, inspirada sobretudo nas concepções do Estado Novo salazarista, mas sem negar seu passado político e cultural. Nesse sentido, buscou consolidar-se entre Brasil e Portugal, com a reestruturação partidária, demonstrando que o integralismo não deixou de existir com o encerramento da AIB e que o pensamento doutrinário do movimento estava no PRP.

Considerações finais

Desde a fundação do fascismo no Brasil, na década de 1930, Plínio Salgado buscou estabelecer relações com Portugal, tendo em vista as circularidades luso-brasileiras e as significativas organizações portuguesas que influenciaram seu pensamento. Nesse período, António de Oliveira Salazar era uma figura admirada pelo líder brasileiro, sobretudo por ter empreendido uma experiência autoritária de sucesso.

Da mesma forma, o Estado Novo português tornou-se um exemplo a ser seguido, visto que era reconhecido pelos integralistas brasileiros por sua habilidade política em relação à aproximação com a Igreja Católica, bem como pelas ideias empreendidas em torno da «democracia cristã». Para Plínio Salgado (1935: 49), esses ideais estavam introjetados na

origem da AIB, sendo associados ao Estado Corporativo⁽⁹⁾. Entretanto, as reflexões acerca desse elemento foram solidificadas em Portugal, principalmente a partir do contato com CADC.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda dos fascismos, o Estado Novo de Salazar passou a ser reconhecido como um caminho de sobrevivência política. No caso do fascismo brasileiro, houve uma identificação com o salazarismo pautada pelo sentimento luso-brasileiro e pela visualização de uma proposta política similar que obteve sucesso. Ademais, «muitas semelhanças na trajetória e origem são notadas em um esforço comparativo entre o líder português e o chefe do integralismo brasileiro» (Gonçalves e Tanagino 2022: 215).

As relações de Plínio Salgado com Portugal foram fundamentais para a continuidade do integralismo brasileiro. No exílio, o líder fascista buscou o estabelecimento de um discurso cristão, que seria incontestável e possibilitaria a reconstrução do integralismo. Dessa forma, redefiniu a AIB a partir da reordenação do pensamento, das ações e das articulações políticas em torno do espiritualismo católico, o que inaugurou uma nova fase política baseada no cristianismo português.

Esse processo de reorganização, que culminou na fundação do PRP em 1945, não representou o estabelecimento de um novo movimento político desvinculado das ideias defendidas no período de vigência da AIB. Da mesma forma, não se configurou como um processo de desfascistização do integralismo brasileiro, deslocando-se do fenômeno global. Na verdade, o caso brasileiro apresenta uma particularidade, visto que houve a continuidade do discurso fascista, o que é inquestionável e pode ser observado na *Carta de princípios*, documento parcialmente publicado por Plínio Salgado no semanário nacionalista *A Nação*.

Após o exílio do líder integralista, havia um projeto político em curso no Brasil, além da necessidade de manter a imagem consagrada em Portugal. Entende-se, portanto, que a crise financeira enfrentada pelo

(9) A proposta de Estado integralista apresentava-se como capaz de desarticular o domínio dos coronéis, extinguir os partidos e integrar os estados federados pela força do Estado autoritário e transformar a economia capitalista-liberal a partir da força dirigente e interventora do corporativismo. Esse «corporativismo integral» propunha estabelecer um organismo étnico, político, econômico e cultural, detentor de uma cooperativa naturalmente estabelecida pela divisão do trabalho e de uma sociedade solidária constituída pelos trabalhadores do braço, do capital e da inteligência (Pacheco 2021).

jornal *A Nação* foi um imbróglio para Plínio Salgado, uma vez que era colaborador do periódico. Dessa forma, o intelectual brasileiro agiu em busca de distanciamento da crise, tendo em vista evitar que a articulação do jornal no contexto neofascista impactasse o fascismo brasileiro no período pós-guerra, prejudicando a construção de uma nova fase de radicalização política no Brasil.

Fontes

“Algumas notas do discurso de Joaquim Lança” (1946), *A Nação*, 10 agosto, 25, 1-2.

Almeida, A. Tavares (1948, 09 dez). *Relatório a António de Oliveira Salazar: José O’Neill*. Arquivo Nacional Torre do Tombo/Arquivo Oliveira Salazar/CO/PC-23.

Diss, José Sans y (1948). “A América Latina defende-se do Comunismo», *A Nação*, 17 abril, 112, 9.

Gouveia, José O’Neill (1954, 02 jun.). *Correspondência a António de Oliveira Salazar*. Arquivo Nacional Torre do Tombo/ Arquivo Oliveira Salazar/CO/PC-23.

Lança, Joaquim (1947). “Salvé Brasil!”, *A Nação*, 25 outubro, 88, 1.

Monsaraz, Alberto de (1945, 15 jun.). *Correspondência a Plínio Salgado*. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/Fundo Plínio Salgado-PL 45.06.15.

« — » (1986). “Vox Dei: a um quinto evangelista”, in Jose Baptista Carvalho (ed.), *Plínio Salgado: in memoriam*. São Paulo: Voz do oeste e Casa de Plínio Salgado, v. 2, 182.

Plínio Salgado (1939, 17 jul.). Prontuário NT 4223/Processo 4262. Arquivo Nacional Torre do Tombo/ Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direção Geral de Segurança.

“Registro: Plínio Salgado” (1946), *A Nação*, 20 julho, 22, 5.

Salazar, António de Oliveira (1962, 15 maio). *Diários*. Arquivo Nacional Torre do Tombo/ Arquivo Oliveira Salazar/1-59_m0243.

Salgado, Plínio (1935). *A doutrina do sigma*. São Paulo: Editora Verde-Amarelo.

« — » (1942). *Vida de Jesus*. São Paulo: Panorama.

« — » (1943). *Vida de Jesus*. Lisboa: Ática, 1943.

« — » (1945a). *O conceito cristão da democracia*. Coimbra: Edições Estudos.

« — » (1945b). *O conceito cristão da democracia*. São Paulo: Guanumby.

- « — » (1946). “Discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro: encerramento da 2ª Convenção Nacional do Partido de Representação Popular em 27 out. 1946”, *A Manhã*, 02 novembro.
- « — » (1947a). “A Liberdade”, *A Nação*, 18 janeiro, 48, 2.
- « — » (1947b). “A Propriedade Privada”, *A Nação*, 25 janeiro, 49, 3.
- « — » (1947c). “O Trabalho”, *A Nação*, 08 fevereiro, 51.
- « — » (1947d). “A Família”, *A Nação*, 01 março, 54, 7.
- « — » (1947e). “Município”, *A Nação*, 08 março, 55, 10.
- « — » (1947f). “Nação e Estado”, *A Nação*, 05 abril, 59, 7.
- « — » (1947g). “Deus – Primeiro Princípio”, *A Nação*, 19 abril, 61, 3.
- « — » (1955). *Carta de princípios e programa do Partido de Representação Popular*. Porto Alegre: Edição do Diretório Regional do Rio Grande do Sul.
- « — » (1962). “Com Salazar aprende-se muito”, *Diário da Manhã*, 16 maio.
- “Testemunhos de um mundo novo” (1946), *A Nação*, 19 outubro, 35, 10.

Bibliografia

- Barbosa, Jefferson Rodrigues (2015). *Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma*. São Paulo: Editora Unesp.
- Barreto, José (1994). “Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar”, *Análise Social*, 125-126, 287-317.
- Bertonha, João Fabio (2020). *Plínio Salgado (1895-1975). Fascismo e autoritarismo no Brasil do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Caldeira Neto, Odilon (2014). *Sob o Signo do Sigma: Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo*. Maringá: EDUEM.
- « — » (2021). “Neointegralismo: do debate historiográfico a uma possível definição”, *L’Ordinaire des Amériques*, 226, 1-20.
- « — » (2022a). “Neo-fascism in Brazil, from the local to the global?”, *Esboços: histórias em contextos globais*, 29, 52, 579-598.
- « — » (2022b). “O neofascismo no Brasil: entre escalas, abordagens e historicidade», *Esboços: histórias em contextos globais*, 29, 52, 702-709.
- Calil, Gilberto Grassi (2005). *O integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense e Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

- Carneiro, Márcia Regina da Silva Ramos (2007). *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense.
- Cruz, Manuel Braga da (1982). O integralismo lusitano nas origens do salazarismo, *Análise Social*, 70, 137-182.
- Fagundes, Pedro Ernesto (2012). “Morte e memória: a necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB)”, *Varia Historia*, 28, 48, 889-909.
- Finchelstein, Federico (2019). *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina.
- Gonçalves, Leandro Pereira (2017). *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- « — » e Caldeira Neto, Odilon (2022). *Fascism in Brazil: From Integralism to Bolsonaro*. New York and London: Routledge.
- « — » e Tanagino, Pedro Ivo Dias (2022). “Católicos e fascistas no Brasil: a influência transnacional do corporativismo e do Estado Novo salazarista nos anos trinta”, in António Costa Pinto (coord.), *O Estado Novo de Salazar: uma terceira via autoritária na era do fascismo*. Coimbra: Edições 70, 195-220.
- Griffin, Roger (2006). *The Nature of Fascism*. New York and London: Routledge.
- Loff, Manuel (2008). «O nosso século é fascista!» – *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras.
- Marchi, Riccardo (2009). *Folhas Ultra: as ideias da direita radical portuguesa (1939-1950)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Nunes, João Paulo Avelãs, Seabra, Jorge e Amaro, António Rafael (1993). *O C.A.D.C. de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Pacheco, Gabriela Santi (2021). *Panorama e o projeto integralista: uma análise da revista intelectual*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Pinto, António Costa (1982). “A formação do integralismo lusitano (1907-17)”, *Análise Social*, 17, 72, 1409-1419.
- « — » (1992). *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Estampa.
- « — » (2007). “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”, in Francisco Carlos Palomanes Martinho e António Costa Pinto (orgs.), *O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- « — » (2015). *Os camisas azuis e Salazar: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*. Lisboa: Edições 70.
- Rosas, Fernando (1989). "Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo", *Vértice*, Coimbra, 13, 21-29.
- Torgal, Luís Reis (2009). *Estados Novos Estado Novo: ensaios de História Política e Cultural*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Trindade, Hégio (1974). *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

**POSFASCISMO EN ESPAÑA:
EL FRANQUISMO DESPUÉS DEL FASCISMO (1945-1975)
POST-FASCISM IN SPAIN:
FRANCOISM AFTER FASCISM (1945-1975)**

JAVIER MUÑOZ SORO
Universidad Complutense de Madrid
jmsoro@ucm.es
<https://orcid.org/0000-0003-1243-2612>

Texto recebido em / Text submitted on: 04/08/2023
Texto aprovado em / Text approved on: 29/01/2024

Resumen

El concepto «posfascismo» no ha sido utilizado, en general, para referirse a la dictadura del general Franco en España tras la derrota de las potencias del Eje en 1945. Sin embargo, puede ayudar a definir y explicar mejor la compleja naturaleza del régimen político en esas tres décadas que van hasta la muerte del dictador en 1975, durante las cuales se superponen los procesos de cambio socioeconómico y la continuidad de las estructuras político-institucionales. Además, permite enlazar la experiencia histórica del fascismo con la evolución de las derechas españolas y europeas en la segunda posguerra, desde el neofascismo a la extrema derecha, y con la oleada de dictaduras militares en América Latina, que tuvieron en el franquismo uno de sus principales referentes ideológicos.

Palabras clave:

España contemporánea; Franquismo; Fascismo; Posfascismo; Neofascismo.

Abstract

The concept of «post-fascism» has not generally been used to refer to General Franco's dictatorship in Spain after the defeat of the Axis powers in 1945. However, it can help to better define and explain the complex nature of the political regime in the three decades leading up to the dictator's death in 1975, during which processes of socio-economic change and the continuity of political-institutional structures overlapped. It allows to link the historical experience of fascism with the evolution of the Spanish and European right-wing in the second post-war period, from neo-fascism to the extreme right, and with the wave of military dictatorships in Latin America, which had Francoism as one of their main ideological referents.

Keywords

Contemporary Spain; Francoism; Fascism; Post-fascism; Neo-fascism.

Fascistas después del fascismo

El avión de Dwight «Ike» Eisenhower aterrizó la tarde del 21 de diciembre de 1959 en la pista de Torrejón de Ardoz, una base aérea norteamericana a poco más de treinta de kilómetros de la capital de España. Le esperaba ufano el general Francisco Franco, para quien la vista del presidente estadounidense suponía el definitivo espaldarazo a su reconocimiento internacional, si bien la foto del histórico abrazo entre ambos se tomó la mañana siguiente durante la despedida. Se trataba de una breve escala en un largo *tour* de diecinueve días por once países y más de 30.000 km, diseñado por el Departamento de Estado de EEUU para asentar las relaciones de amistad con los países aliados, sobre todo aquellos indecisos, teóricamente neutrales y que peligraban dentro del inestable equilibrio de la Guerra Fría. España no se contaba entre estos: su posicionamiento en la lucha contra el comunismo estaba fuera de duda, así como su fidelidad a los pactos militares y de cooperación firmados en Madrid seis años antes. Sin embargo, el régimen franquista no desaprovechó la ocasión para hacer propaganda de su nueva «normalidad»: la comitiva presidencial desfiló por las avenidas de la Castellana, Gran Vía y Princesa ante cientos de miles de personas que ondeaban banderas españolas y estadounidenses, pasando bajo cuatro enormes arcos triunfales con las caras sonrientes de Eisenhower y

Franco, mientras las luces de las ventanas de la recién construida Torre de Madrid formaban un enorme letrero luminoso con el nombre de IKE. La no menos reciente Televisión Española retransmitió en directo todo el evento, por primera vez en la red de Eurovisión⁽¹⁾.

Para recibir al general de las fuerzas anglo-norteamericanas victorioso sobre la Alemania nazi no solo estaba Franco, el otro «Generalísimo» que únicamente había viajado en tres ocasiones fuera de España, la década anterior, para entrevistarse con Hitler, Mussolini y Salazar. Junto a Franco esperaba su ministro de Asuntos Exteriores, Fernando María Castiella, y el embajador en Washington, José María de Areilza, autores alalimón en 1941 del libro *Reivindicaciones de España*, manifiesto por un espacio vital conforme a la doctrina del *Lebensraum* nazi, a costa de la Francia derrotada en medio de una Europa casi totalmente ocupada por el que entonces parecía invencible ejército alemán. La simbólica llave de la ciudad le fue entregada por su alcalde, José María de la Blanca Finat y Escrivá de Romaní, conde de Mayalde. Al terminar la guerra civil el conde de Mayalde había estado al frente de la Dirección General de Seguridad (DGS), donde se convirtió en uno de los principales responsables de la represión franquista con la ayuda de técnicos de la Gestapo y las SS de Heinrich Himmler, a quien invitó a Madrid. Declarado pronazi y antisemita, en 1941 había sido nombrado embajador en Berlín, donde coordinó el envío al frente oriental de las tropas españolas encuadradas en la llamada División Azul, y todavía después de 1945 tuvo un activo papel en dar refugio en España a criminales de guerra como el belga Léon Degrelle.

Pocos meses antes, el primero de abril, en el veinte aniversario del final de la guerra civil, Franco había inaugurado a pocos kilómetros de la capital el Valle de los Caídos, un ostentoso monumento construido por prisioneros republicanos adonde se llevarían en los años siguientes miles de cuerpos para enterrar sin nombre bajo el lema «Caídos por Dios y por España». Entre ellos los de miles de republicanos sepultados hasta entonces en fosas comunes y exhumados sin autorización de las familias, en un intento de lavar la imagen internacional del régimen en nombre de la paz y el perdón cristiano. Una retórica que contradecían los hechos y las leyes. El proyecto encontró no solo la oposición de los vencidos,

(1) El relato en el noticiario del No-Do: <https://www.rtve.es/play/videos/documentales-b-n/presidente-eisenhower-madrid/2847599>.

sino incluso de muchos familiares de los vencedores, que rechazaron el traslado de los restos de sus allegados. En la ceremonia de inauguración en abril Franco elogió ante miles de excombatientes el heroísmo de «nuestros Caídos» en una «Cruzada» contra la «anti-España», que fue «vencida y derrotada, pero no está muerta». Un discurso «triumfal y vengativo» (Preston 1998: 843) repetido en el mensaje de fin del año 1959, cuando el dictador volvió a justificar la guerra y a poner su victoria como la clave de legitimación de todo el sistema político (Welles 1959).

¿Qué había ocurrido para que en solo veinte años un símbolo de la derrota nazi como Eisenhower saludara y agradeciera tan efusivamente a algunos de los viejos amigos y colaboradores de Hitler? ¿Qué había cambiado tanto para que la exaltación y la monumentalización de la victoria en la Guerra Civil española, a la que siguió una represión generalizada durante casi una década, pasara a ser algo aceptable para las democracias occidentales victoriosas en la Segunda Guerra Mundial? Sabemos que la evolución del contexto geopolítico, con el inicio de la Guerra Fría, resultó decisivo para la supervivencia de la dictadura de Franco, pese a la hegemonía de los sistemas democráticos liberales en la Europa occidental, incluidas las derrotadas Alemania e Italia. Sabemos también que el régimen franquista supo adaptarse a esas cambiantes circunstancias internacionales, manteniendo un equilibrio inestable entre las fuerzas que habían formado la coalición contrarrevolucionaria, combinando transformaciones profundas con meros retoques formales amplificados por la retórica vacía del lenguaje oficial (Sánchez Recio 2008). Pero no se puede entender la evolución del régimen en términos de mera supervivencia y respuesta estratégica a las presiones externas, ni de mera manipulación por una propaganda que ocultaba la realidad. Los dirigentes franquistas eran presos del mismo lenguaje que habían creado, y detrás de sus proyectos políticos y de institucionalización del sistema había configuraciones ideológicas bien definidas y claramente operativas, de manera que aquellos no pueden desligarse de estas sin el riesgo de que resulten ininteligibles (Muñoz Soro 2013).

Por eso mismo tampoco puede hablarse de rupturas en la evolución de la dictadura, a pesar de la importancia de las transformaciones económicas y sociales producidas a lo largo de sus casi cuarenta años de existencia. Los años cincuenta no marcaron un parteaguas entre una dictadura retrógrada, reaccionaria y antimoderna, y otra autoritaria, desarrollista y modernizadora: fueron más bien un «decenio bisagra» en

la larga marcha hacia una modernidad autoritaria y antiliberal, una vía o *Sonderweg* español hacia el neocapitalismo (Hofmann 2023: 408-9). En ese decenio culminó la transición hacia un régimen que ya no se podía llamar propiamente fascista, por más que preservara palabras, símbolos, ceremonias, instituciones, organizaciones y, por supuesto, un personal político que pertenecía a la época histórica del ascenso del fascismo.

No ha habido empresa en que más tinta haya consumido la politología y la historiografía españolas que el intento de definir la naturaleza del régimen de Franco, aunque si el franquismo hubiera acabado en 1945 nadie dudaría de su carácter fascista. A partir de los años sesenta los esfuerzos del régimen para autodefinirse, presentándose como un régimen tan legítimo y «normal» como los de su entorno europeo, pero justificando su evolución en nombre de una «adhesión inquebrantable» al «espíritu del 18 de julio» (de 1936), coincidieron con el interés de las emergentes ciencias políticas, sociológicas y económicas, y de una renovada historiografía contemporaneísta. Ya entonces las interpretaciones divergieron. Por un lado, quienes negaban la condición de fascista de la dictadura militar, donde Franco ejercía su poder arbitral entre varias «familias» políticas, o al máximo la restringían a la influencia del partido único Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (FET y de las JONS), consideraban determinante la hegemonía ideológica de la Iglesia católica y desde el paradigma del atraso español veían insuficientes las condiciones para el surgimiento de un fascismo moderno (Payne 1965; Tusell 1988).

Por otro lado, quienes propugnaron la categorización del franquismo como fascismo pensaban que había ofrecido una respuesta a la crisis política, social y económica, «contagiando» y radicalizando con la modernidad de sus propuestas y su capacidad para la movilización de las masas a las derechas católicas tradicionales. Una interpretación funcionalista de raíz marxista que veía en el fascismo una política y una práctica de coaliciones reaccionarias encaminada a destruir el movimiento obrero organizado, el socialismo y el parlamentarismo, y ponía el foco en su periodo fundacional: la Guerra Civil y la inmediata posguerra (Casanova 1992). Como el propio franquismo se encargó de pregonar en numerosas ocasiones, en ningún caso había sido una «dictadura comisarial» o excepcional –según la terminología de Carl Schmitt– nacida solo para restaurar un supuesto orden en peligro, sino la de una «dictadura constituyente» que daba lugar a algo distinto a todo lo anterior. Un Estado

Nuevo con voluntad de totalidad tras el «año cero» marcado a sangre y fuego en el calendario.

La propuesta más influyente fue la del politólogo Juan José Linz, publicada por primera vez en 1964, que consideraba al franquismo como un paradigma de régimen autoritario con «pluralismo limitado». Es decir, sin una ideología elaborada, al máximo con una prosaica mentalidad conservadora y católica, carente de una movilización política intensa o extensa, excepto en los primeros momentos de su evolución –pues lo característico de los regímenes autoritarios sería favorecer una cierta apatía y desmovilización– y en el que un líder y un grupo reducido ejercían el poder dentro de límites formalmente mal definidos, pero de hecho bastante predecibles (Linz 1978). El papel secundario jugado por el partido único FET y de las JONS, y su subordinación al poder militar, lo diferenciaría del fascismo «puro» (Domper Lasús y Ponce Alberca 2023). La tesis de Linz abrió una larga polémica y de aquellos debates surgió un enorme abanico de propuestas para su definición, recurriendo a las aportaciones de la sociología clásica y marxista (Weber, Althusser, Poulantzas): régimen totalitario, fascista, reaccionario, autoritario, conservador, nacionalista, nacionalcatólico, oligárquico, autocrático, cesarista, bonapartista, bismarckiano, kemalista, dictadura militar, militar-ecclesiástica, modernizadora, empírico-conservadora, constituyente, capitalista de excepción y un largo etcétera. Definiciones bastante compatibles en realidad, al ser parciales y destacar solo uno de los varios componentes –ideológico, político-institucional, funcional– del sistema.

Las perspectivas culturalistas más en boga entre los fascistólogos/as de los últimos años han subrayado la autonomía del fascismo como un movimiento revolucionario de masas, proyectado en su voluntad de poder, con un programa ideológico palingenésico y modernizador basado en la violencia y la dinámica de pertenencia-exclusión de la comunidad nacional. Por tanto, no podría interpretarse, o no solo, como una respuesta a la crisis del periodo de entreguerras. Sin embargo, al mismo tiempo ha crecido el consenso en torno a la idea de un «fascismo genérico» por encima de las distintas vías nacionales adoptadas, que sumó la obsesión regeneracionista al proyecto de una comunidad nacional unificada, no tanto en la dialéctica amigo-enemigo teorizada por Carl Schmitt en *El concepto de lo político* (1932), sino más bien en la exclusión del enemigo vencido que supone la doctrina de la «guerra justa» y la negación anticomunista, antidemocrática, antiliberal y antiintelectual (Payne

1983; Griffin 1993; Gentile 1993; Eatwell 1996; Kallis 2000; Paxton 2005). La violencia fundacional y su potencial político como amalgama social sería el factor que distingue, por encima de cualquier otro, la experiencia histórica del fascismo (Lyttelton 1973).

Pero no es tanto el debate sobre la naturaleza del fascismo lo que me interesa traer aquí, sino la cuestión de la transición de régimen, mucho menos estudiada por la historiografía hasta fechas recientes. El proceso de fascistización sería el resultado de la coyuntura excepcional de la guerra y la alianza con las potencias del Eje, que terminaría con el consiguiente proceso de «desfascistización» después de 1945. Desde esa fecha la dictadura evolucionó para adaptarse a las cambiantes circunstancias internacionales a través de una dinámica interna, al mismo tiempo de colaboración y rivalidad, entre culturas políticas nacionalistas anteriores a la guerra (Saz 2003). Por un lado, el proyecto falangista con su voluntad de movilización política y de asimilación del pasado secular en una síntesis superior, algo muy fascista, que contó además con el apoyo de una parte del catolicismo político. Por otro lado, la derecha monárquica y tradicionalista más vinculada a la jerarquía católica, para la cual la guerra señalaba también un punto de partida, pero no para un proyecto revolucionario, sino para retomar la senda histórica abandonada tras la llegada de las influencias extranjerizantes y secularizadoras. Una derecha reaccionaria, pero que ya había dado el paso a la aceptación de la ética capitalista y a la utopía de una modernidad autoritaria (Hofmann 2023).

A este enfoque dialéctico se ha opuesto otro que pone más el acento en la unidad constitutiva y constructiva del fascismo español, que habría llevado en el curso de la guerra a la síntesis de elementos doctrinarios muy distintos. El primero de ellos, la catolicidad esencial de lo español, junto a la unidad nacional y la hispanidad (Gallego 2014). Este enfoque interpreta igualmente la derrota del Eje en 1945 como un parteaguas histórico; aun así, la evolución de la dictadura no sería tanto el resultado de un rápido abandono del fascismo, como el potencial de este para adaptarse a los cambios en la situación internacional, las transformaciones socioeconómicas y el relevo generacional gracias a su amplio repertorio doctrinal y estratégico. No hay que olvidar el carácter cultural y políticamente híbrido de la dictadura, un sincretismo que permitió a su base social hacer propio un conjunto de ideas-fuerza que resultaban de la fusión de elementos autoritarios, reaccionarios, fascistas y clericales (Sanz Hoya 2013). Debatir sobre la naturaleza del franquismo

sería hacerlo también sobre el fascismo, sobre cómo este logró los apoyos necesarios para conquistar el poder y el consenso social para conservarlo.

Es en este horizonte de la evolución o transición de régimen en el que propongo la utilidad del concepto «posfascista». Si el fascismo «histórico» pereció bajo las bombas en 1945, obviamente no desapareció por completo en algunas de sus formas políticas, institucionales, emocionales e incluso psicológicas. Sin embargo, a diferencia de la caracterización de los sistemas «poscomunistas» después de 1990, no ha sido prácticamente usado como marco académico de interpretación. La continuidad de las élites políticas y el personal estatal, las resistencias y dificultades en el complejo cambio institucional, la censura y el clientelismo, la apatía y los efectos en las mentalidades que han sido señalados para los países de la esfera de influencia soviética después del comunismo (Yoder 1999; Magyar y Madlovics 2023; Aleksiévich 2015) se encuentran igualmente en las transiciones después del fascismo. Aun así su estudio historiográfico o politológico es reciente y se ha utilizado sobre todo como denuncia de las herencias de la dictadura y sus consecuencias en una baja calidad democrática.

El concepto de «posfascismo» sirve para caracterizar el tránsito de una dictadura con ambición totalitaria en la inmediata posguerra, hacia otra autoritaria que conservaba muchos rasgos, instituciones y una legitimación de aquella fase fundacional, pero que fue avanzando hacia una mayor institucionalización, seguridad jurídica y cierta apertura informativa. Un tránsito que nos dice mucho sobre la naturaleza del fascismo y sus insospechadas posibilidades de sobrevivir en circunstancias históricas completamente cambiadas, aunque la masiva y sistemática violencia partera se fue haciendo con el tiempo más preventiva y dosificada, pero nunca renunció a ella a lo largo de su existencia. Por tanto, el término no se utiliza aquí para describir a los movimientos políticos «neofascistas» nacidos después de 1945, liderados por muchos de los protagonistas y militantes activos en la fase del fascismo histórico, en particular de la experiencia radical de la República Social Italiana (Tarchi 1995).

Tampoco se refiere a las organizaciones de la derecha radical surgidas después, a partir de la década de 1960 y sobre todo de 1980, en un contexto histórico totalmente diferente y que, por tanto, no pueden definirse en comparación directa con el fascismo «clásico», aunque este siga aportando una memoria fundacional para muchas de ellas. No son fascistas, ni

totalmente distintas, pues el concepto de fascismo es transhistórico y debe ser entendido tanto en términos cronológicos como políticos, trasciende el tiempo en que apareció y puede ser utilizado con el fin de aprehender nuevas experiencias que están conectadas con el pasado a través de una tela de araña de continuidades temporales. Las comparaciones históricas deben establecer analogías y diferencias, más que repeticiones, en aspectos como su actuación dentro de instituciones democráticas, sus nuevas expresiones de anticomunismo, xenofobia y populismo nacionalista, su recurso a las supuestas conspiraciones y manipulación informativa, en particular en las redes sociales, o su escasa ambición utópica en esta era posideológica (Traverso 2000). No posee, en otras palabras, un «horizonte de expectativas» (Koselleck 1979) comparable al proyecto fascista de crear una civilización y hombre nuevos.

Otros autores/as han subrayado las diferencias entre fenómenos políticos que surgen en coyunturas históricas tan distintas que los hace comparables solo en apariencia o muy parcialmente, más allá el uso del adjetivo «fascista» utilizado como arma política simplificadora, rechazando explícita o implícitamente la idea de un «fascismo eterno», como lo denominó Umberto Eco (1995; Gentile 2019; Forti 2021; Rodrigo y Fuentes 2022). Sí han existido redes de activistas que contribuyeron a movilizar a una comunidad transnacional neofascista y a ligarla a las experiencias recientes, un «posfascismo» a ambos lados del Atlántico que ha renovado el interés por la genealogía histórica de estos movimientos. Alguno de ellos tiene una larga trayectoria, como el neofascismo italiano surgido de las ruinas de la inmediata posguerra, otros nacieron en una coyuntura histórica distinta, de la crisis de los Estados de bienestar y el derrumbe del comunismo en los años ochenta del pasado siglo, y se han consolidado y evolucionado tras varias décadas, como el Frente Nacional francés. En el caso español el partido Vox se ha creado recientemente como escisión radical del conservadurismo de las derechas tradicionales del Partido Popular (PP), con una nueva generación de militantes cronológicamente muy lejanos de la ultraderecha surgida durante la transición a la democracia, pero que siguen vinculados políticamente a la visión nacionalista monolítica y excluyente heredada del franquismo. La actual multiplicación de los productos literarios, televisivos o cinematográficos sobre distopías totalitarias (Di Minico 2018) es un reflejo del clima de incertidumbre, en un momento de quiebra de la racionalidad moderna y crisis de las democracias que nos impulsa

a mirar, una vez más, al fascismo como experiencia política de la que aprender de cara al futuro.

El concepto de «posfascismo» que propongo aquí es una definición de régimen, aunque comparte con esos movimientos su naturaleza «estrábica» entre la nostalgia del pasado y las demandas del presente. En este sentido, su término de comparación se encuentra más con las dictaduras militares impuestas en América Latina entre los años setenta y ochenta del siglo XX, las cuales constituyeron un puente de ideas y de prácticas políticas y represivas entre ambos momentos históricos, también a través de la colaboración y las redes organizativas transnacionales.

El Leviatán franquista

El Estado franquista se convirtió en el *Leviatán* soñado por el fascismo, realización ideal del espíritu histórico de la nación, sin ninguna clase de separación de poderes que limitara el derecho del soberano, como había teorizado Hobbes, mientras las oligarquías terratenientes y urbanas, de la banca y la industria volvían a patrimonializar algo que siempre habían considerado como suyo (Moya 1984). También la jerarquía católica aprovechó la oportunidad histórica de la guerra para que el Estado llevara a cabo su «reconquista» religiosa de la sociedad, a cambio de someterse en lo posible –lo que llevaría a problemas más adelante con un Vaticano en proceso de *aggiornamento*– hasta convertirse en un aparato paralelo casi funcional. Todo ello controlado por el ejército y el poder absoluto del general Franco, sin mecanismos de mediación o contrapeso. A la altura de 1939 ningún otro gobernante europeo acumulaba un poder semejante.

La crisis política de mayo de 1941, con la caída de Ramón Serrano Suñer, y obviamente la derrota de las potencias del Eje en 1945 dejaron claro al partido único y sus organizaciones la imposibilidad de hacerse con «todo» el poder aprovechando el curso de la II Guerra Mundial, y determinaron su relativo ostracismo, pero en ningún caso su liquidación «honrosa» como habían solicitado algunos dirigentes (Morente 2006). Más bien implicó una readaptación destinada a separarse del tronco del totalitarismo fascista e incrementar su grado de identificación con el resto de los grupos de la coalición autoritaria, lo que significaba una renuncia al programa de máximos, aunque esto no dejaba de resultar coherente con su propia doctrina accidentalista y oportunista. El Estado

franquista garantizaba al falangismo el cumplimiento de su mínimo ideológico, así como su participación en el reparto de poder, algo que vistas las imágenes de lo que había ocurrido en Italia y Alemania en 1945, resultaba más que suficiente como recompensa (Sesma Landrin 2012). No monopolizó el poder,

sin embargo, ningún otro grupo individualmente considerado tuvo más representantes que la Falange; a ningún otro grupo le fue permitido ni siquiera mantener su estructura anterior a la guerra, su nombre ni sus símbolos y publicaciones, y no digamos ya proyectarlos sobre la sociedad como lo hizo la Falange a lo largo del régimen de Franco (Ellwood 1984: 113).

Además, siempre detuvo un monopolio sobre la construcción simbólico-ideológica del franquismo (Box 2010).

La existencia del partido único fue un contrapeso a otros medios de acceso al gobierno, de manera que FET y de las JONS consiguió asegurar su posición como fuerza dominante dentro de la nueva élite franquista y, a través de ella, ejercer su influencia en la sociedad. El análisis comparativo realizado por Costa Pinto (2012) destaca que el régimen español, respecto al salazarismo portugués y a los fascismos italiano y alemán, se distinguió por el predominio del Ejército (nada menos que el 41,2% de todos los ministros fueron militares, frente al 26,7 de Portugal, 8 de Italia y 10,8 de Alemania), la cooptación de ministros entre juristas y altos funcionarios de la administración (de manera semejante al salazarismo, aunque este con una abrumadora superioridad en el número de profesores universitarios), y un notable recambio generacional en el personal político. En su mayoría procedía de FET y de las JONS, principal campo de reclutamiento del gobierno durante la primera década de la posguerra, una prueba más de la intensa fascistización del Nuevo Estado. Muy por detrás venían las organizaciones confesionales como Acción Católica Española (ACE) y la Asociación Católica Nacional de Propagandistas (ACNP), a pesar de que habían sido decisivas en la difícil coyuntura de 1945 (Jerez Mir 2009).

De hecho, el debilitamiento de la presión internacional y la consolidación del régimen franquista desde el bienio 1948-1949 dieron paso a una intensa reactivación institucional, intelectual y social del falangismo, que se prolongó al menos durante una década. La crisis de 1956-1957 con el fracaso sucesivo del impulso relegitimador «comprensivo» –como se llamó en la polémica cultural que tuvo lugar

esos años– y del proyecto de institucionalización del ministro-secretario general del Movimiento, José Luis Arrese, junto a la salida del gobierno de «camisas viejas» tan destacados como Raimundo Fernández Cuesta o José Antonio Girón, dejó muy tocadas las veleidades revolucionarias de los jóvenes falangistas, cuyo desencanto les llevó en muchos casos a la oposición antifranquista. Entonces se abrió una etapa en la que el desarrollo político-institucional iría en una dirección distinta a la que defendía el partido único, mientras sus organizaciones de masas, en especial la Organización Sindical Española (OSE) y la Sección Femenina, entraban en cierta decadencia. Aun así, Falange siguió ocupando un espacio de poder considerable y contrarrestó su decreciente influencia política con una retórica de marcado tono populista y demagógico, en intenso antagonismo con los aliados/rivales dentro de la coalición gubernamental, los católicos monárquicos. Por más que esa retórica hoy nos pueda parecer vacía, cumplió una función de cemento identitario y ofreció un amplio repertorio operativo para esa rivalidad dentro del poder, en ausencia de otros mecanismos de representación política, más todavía después del alejamiento de algunos de sus más destacados intelectuales.

Así, el discurso de la «revolución pendiente» mostró esa característica ambigüedad de los mensajes populistas, emitidos desde posiciones de poder al mismo tiempo que lo critican, en una permanente tensión rota solo en ocasiones (por ejemplo, por algunas revistas del Sindicato Español Universitario, SEU, rápidamente censuradas cuando la disidencia superaba ciertos límites tolerados). El propio Franco, en su discurso de clausura del segundo Congreso Sindical en marzo de 1962, declaraba:

Vivimos una revolución, y no lo podemos olvidar. Por lo tanto, no tiene que preocuparnos el que nos desfasemos con otras naciones o con el sentir de otros países de Europa, apegados a sus viejos sistemas, porque estamos haciendo una revolución: una revolución en España y, sin duda, una revolución en Europa (ABC, 11/3/1962).

Y estas cosas las decía nada menos que en una coyuntura política marcada por la solicitud de apertura de conversaciones con el Mercado Común Europeo.

Franco era el líder indiscutible del partido único además de «Generalísimo» de todos los ejércitos, resolviendo el problema que para otros regímenes fascistas, en particular el italiano, supuso la fusión

entre la jefatura del partido y la del gobierno. Un liderazgo reforzado doctrinalmente a través de la «teoría del caudillaje», elaborada en el seno del *think tank* del Instituto de Estudios Políticos (IEP) por su director Javier Conde recurriendo al concepto weberiano de carisma a través del filtro del exsindicalista revolucionario italiano Sergio Panunzio. Y relaborada después de 1945 renegando de sus anteriores veleidades totalitarias –el «cesarismo plebiscitario»– para engarzarlo históricamente con la «tradición viva de su pueblo» y conducirlo «hacia un modo cristianamente racional de autoridad y representación» (Moradiellos 2016; Saz 2012). Mientras tanto los medios de propaganda fueron construyendo un mito alrededor de Franco (Zenobi 2011), y desde 1947 su rostro aparecía en las monedas junto al lema «Caudillo de España por la gracia de Dios». Con el paso de los años ese mito iría adquiriendo otros contenidos que hacían hincapié en la estabilidad y el orden representado por Franco, en un proceso inevitable de «rutinización» del carisma (Weber), al mismo tiempo se hacía cada vez más apremiante solucionar el tema de la sucesión ante la paradoja de que «el caudillaje ha de tener sucesión, pero no tiene sucesores», como tantas veces se escribió entonces.

La dinámica de colaboración-competencia en el seno de esa coalición y sus distintas visiones acerca de lo que debía ser la dictadura explican que Franco limitara hasta los años sesenta la configuración institucional del régimen a unas pocas leyes fundamentales, en realidad sin ningún contenido sustantivo, a diferencia del Estado Novo portugués, constitucionalmente definido desde 1933 (Jiménez Redondo 2021). Una precariedad jurídico-política que se revelaría como una ventaja, al permitirle adaptarse a los cambios en el escenario internacional. Así, tras el Fuero del Trabajo de 1938 –una trasposición del corporativismo italiano y del *führerprinzip* nazi teñida de catolicismo, que imponía el sindicalismo vertical y prohibía la huelga–, la Ley Constitutiva de las Cortes de 1942, la Ley de Referéndum Nacional de 1945 y la Ley de Sucesión en la Jefatura del Estado de 1947, frente a lo que pudiera parecer por sus enunciados, no solo no definían un marco institucional que limitara el poder del «Caudillo», sino que reafirmaban su control absoluto sobre el aparato estatal.

El Fuero de los Españoles de 1945, utilizado para maquillar el régimen español ante los Aliados, establecían un confuso catálogo de libertades individuales sin ninguna clase de garantías jurídicas y sometidas a tales restricciones que quedaban anuladas de hecho, al igual que ocurría

con la retórica y vacua Ley de los Principios del Movimiento Nacional de 1958. La última ley fundamental, la Ley Orgánica del Estado de 1967, que en teoría venía a dar forma al lema «después de Franco, las instituciones», solo aportó como novedad la separación entre las jefaturas del Estado y del Gobierno, la figura del heredero de la Corona, sin mayor concreción sobre su persona, y otra no menos vaga alusión a los derechos de asociación o libertad religiosa, tímida recepción del Concilio Vaticano II bajo la apariencia de un principio de legalidad. Sin embargo, como escribió entonces Elías Díaz (1966: 13), la dictadura era un Estado «con» derecho, pero en modo alguno un «Estado de derecho», porque este consiste en el imperio de la ley entendida como expresión de la voluntad general. Al final, paradójicamente, la única ley fundamental que realmente tuvo consecuencias reales, al permitir una modificación sustancial de la naturaleza del régimen, sería la Ley para la Reforma Política de 1977 aprobada tras la muerte de Franco, base del modelo español de transición «de la ley a la ley».

La Iglesia católica fue la única institución social que permaneció fuera del Estado, considerada como una «sociedad jurídicamente perfecta» respecto a este, tal y como la había definido Pío XII. En la antes citada tesis de Linz la Iglesia juega un papel decisivo como instancia legitimadora del régimen político, pero al mismo tiempo como freno a sus ansias totalitarias de los primeros años al limitar la expansión estatal y preservar áreas de autonomía de la sociedad. Sin embargo, durante al menos dos décadas, la Iglesia mantuvo una relación simbiótica con el Estado tanto a nivel funcional, al recuperar una posición de privilegio social y monopolio educativo, confirmada por el Concordato de 1953, como a nivel ideológico, desde el discurso de la santa «Cruzada» a la sacralización de la unidad sustancial entre nación española y catolicismo. La defensa por la jerarquía eclesiástica de «su» libertad no debe confundirse con propugnar «la» libertad en general, un malentendido que se repite al interpretar sus reticencias ante las manifestaciones más radicales del estatalismo paganizante de las religiones políticas. Pero en ningún caso ello supuso renunciar al poder del Estado, incluso más allá de lo que da a entender el enfoque althusseriano de los aparatos ideológicos y las funciones parapolíticas desempeñadas por las organizaciones religiosas en los regímenes autoritarios. En la España de 1939 se trataba nada menos que de instaurar el «reino de Cristo» en la tierra, un verdadero «totalitarismo divino» en palabras del cardenal primado Gomá (Botti 2012). La Ley de

Principios del Movimiento Nacional de 1958 reafirmó en su artículo II que «la nación española considera como timbre de honor el acatamiento de la Ley de Dios, según la doctrina de la Santa Iglesia Católica, Apostólica y Romana, única verdadera y fe inseparable de la conciencia nacional, que inspirará su legislación»⁽²⁾.

Habría que esperar al Concilio Vaticano II, con su reinterpretación del lugar de la Iglesia en el mundo contemporáneo y su doctrina a favor de la libertad política y sindical y los derechos humanos. Solo a partir de entonces, pese a las resistencias del episcopado español omnipresente en las Cortes y demás instituciones estatales, ciertos sectores de base de la comunidad eclesial y laica comenzaron a ejercer una función «tribunicia» –en referencia a los tribunos de la antigua Roma– al aprovechar su situación de privilegio para acoger y mediar en algunas demandas que llegaban de la sociedad civil, en particular desde el movimiento sindical, estudiantil o vecinal (Guy Hermet 1986; Díaz Salazar 2006). El encierro de más de quinientos estudiantes, profesores e intelectuales en el convento de los capuchinos de Sarriá en Barcelona entre los días 9 y 11 de marzo de 1966, la llamada *Caputxinada*, con motivo de una asamblea del Sindicato Democrático de Estudiantes de la Universidad de Barcelona (SDEUB), marcó un hito que culminaría con la formación del primer organismo unitario de la oposición antifranquista en noviembre de 1971, la Asamblea de Cataluña.

Una modernidad autoritaria

Se ponga énfasis más en el fascismo constitutivo o más en la fascistización de las derechas conservadoras, la dialéctica entre Partido y Estado, con la identificación de sus respectivas prácticas y culturas políticas, formó parte del proceso de construcción de todos los fascismos una vez en el poder. En el franquismo coexistieron elementos claramente reaccionarios, ligados a un pensamiento católico tradicionalista y antiilustrado, junto a otros vitalistas, románticos e irracionalistas, u otros regeneracionistas y modernizadores, pero todos ellos compartieron un ideario contrarrevolucionario, antiliberal y antisocialista. El fascismo

(2) *Leyes Fundamentales del Reino*, Madrid, Biblioteca Oficial Legislativa 237, Instituto Editorial Reus, 1975.

defendió la supremacía de lo político en una constante movilización de las masas, aunque rechazó los mecanismos de representación democráticos y ofreció otros alternativos, como el corporativismo o la llamada «democracia orgánica». Pero el fascismo tuvo también un componente tecnocrático y racionalizador, que tuvo su horizonte en la modernidad capitalista, aunque fuera desde un sistema intervencionista y autárquico en lo económico (como también lo fueron, en gran medida, las democracias liberales tras la Gran Depresión). Si el mediador de la representación política era el partido único, el encargado de concebir y ejecutar esos proyectos modernizadores que debían poner las bases materiales del renacimiento patrio era el Estado, con la continuidad de su personal y sus equipos técnicos.

Después de 1945 los movimientos neofascistas trataron de recoger la antorcha del partido en las nuevas reglas del juego político, que los prohibía, marginaba o, como mucho, dejaba en una posición minoritaria. Mientras tanto, el Estado se preservó como clave de permanencia, de orden y bienestar ante el desafío del comunismo. Gran parte de su personal transitó con pocos o ningún problema, una vez dejados de lado los primeros impulsos depuradores, hacia las estructuras de los nuevos estados democráticos en sociedades poco interesadas en volver la vista al pasado (La Rovere 2008). Algunos de los protagonistas del diseño de los planes económicos en la Europa de posguerra, cuando el crecimiento se convirtió en un credo universal, habían comenzado sus trabajos bajo los regímenes fascistas en Alemania, Italia o la Francia de Vichy (Mazower 2001; Judt 2005). Entre ellos se encontraba el administrativista alemán Ernst Forsthoff, discípulo de Carl Schmitt, quien había teorizado en 1938 las condiciones y formas de legitimación del Estado en la era de la modernidad industrial (Hofmann 2023: 90-91). Junto a Marcelo Caetano, autor del Código Administrativo portugués de 1940 de inspiración corporativa, fue una de las referencias teóricas de Laureano López Rodó y su proyecto de reforma hacia un Estado administrativo autoritario, en lo que consideraba una incipiente era posdemocrática y posideológica que iba a organizarse sobre los principios de la racionalidad científica (Jiménez Redondo 2007; Cañellas Mas 2011). La Ley de Régimen Jurídico de la Administración del Estado que entró en vigor en julio de 1957 suponía nada menos que la codificación, por primera vez, del estado de excepción creado en 1939, mientras que la Ley de Procedimiento Administrativo se aprobó exactamente un año más tarde en nombre del

«Estado social de Derecho», en el que el bienestar de los «administrados» ocupaba el lugar de los derechos fundamentales de los ciudadanos (Hofmann 2023: 134). De un «Estado de medidas» se pasó a otro de «normas» (Chuliá 2001).

Gracias al apoyo de la «eminencia gris» del franquismo, el almirante Carrero Blanco, desde Presidencia del Gobierno (Tusell 1993), los perfiles técnicos –en los que la formación académica primaba sobre el *cursus honorum* político– fueron ocupando un espacio decisivo en el gobierno en medio de la crisis política y económica del bienio 1956-1957. Un relevo que coincidió, no por casualidad, con el final abrupto en 1956 de la polémica cultural que había visto a algunos de los principales intelectuales del falangismo de posguerra alineados con un sector del catolicismo político de la ACE y con los «rebeldes» jóvenes universitarios del SEU. Aquella experiencia fallida para renovar las bases de legitimidad del régimen mediante un desarrollo político de las formas de representación orgánica, un avance social que incorporara la doctrina de la Iglesia al respecto y una apertura cultural que integrara, aunque de manera parcial e instrumental, la cultura derrotada de los vencidos y exiliados, coincidió con otro fracaso, tampoco por casualidad. El del proyecto del ministro José Luis Arrese en febrero de 1957 para conferir un sesgo falangista a la institucionalización del régimen, al situar en su cúspide al Partido-Movimiento.

La llegada de los llamados «tecnócratas», entre ellos Laureano López Rodó, secretario general técnico de la Presidencia del Gobierno y los economistas Mariano Navarro Rubio y Alberto Ullastres en las carteras de Hacienda y Comercio, puso en marcha un proceso de reforma administrativa y de apertura económica que culminaría con el Plan de Estabilización de 1959 y se extendería los años sesenta y primeros setenta con los planes cuatrienales de desarrollo. Para ello contó con el asesoramiento y la ayuda del Banco Mundial, el Fondo Monetario Internacional (FMI) y la Organización Europea para la Cooperación Económica (OECE), y con modelos como los planes de desarrollo llevados a cabo en Alemania, Italia y, en particular, la «planificación indicativa» de la V República Francesa. Esos modelos tenían en común una idea muy apreciada por el franquismo, pues de hecho estaba ya en su antiguo repertorio doctrinal: la de una «tercera vía» del capitalismo dirigido por el Estado, a medio camino entre el individualismo liberal-democrático y el colectivismo socialista (Hofmann 2023: 105).

Es verdad que la razón tecnocrática expresada mediante un lenguaje más secularizado, que rehuía las referencias a los mitos fundacionales de la dictadura y hacía énfasis en conceptos como gestión, eficiencia o desarrollo, suponía ruptura con el discurso falangista originario joseantoniano y con la propia teología nacionalcatólica, para la que no había conciliación posible con la modernidad materialista, relativista y atea (González Cuevas 2007). La aceptación de la modernidad económica capitalista tomada del paradigma norteamericano de la modernización (Rostow y su *The Stages of Economic Growth*, publicado en 1960) permitió una nueva «legitimidad de ejercicio», según la terminología weberiana, es decir, proyectada hacia el futuro y representada por lo que el siguiente ministro Gonzalo Fernández de la Mora denominó el «Estado de Obras», en medio de un «crepúsculo de las ideologías» que él mismo formuló en 1965 copiando a Daniel Bell. Aun así, fue compatible con preservar la «legitimidad de origen» del régimen nacido de una guerra «justa y necesaria». El ministro Alberto Ullastres afirmaba en junio de 1962 que existía «una única alternativa: el régimen nacionalcatólico o el comunismo» (Díaz Salazar 1981: 22), mientras que un López Rodó a la defensiva hablaba en Cortes durante la exposición del segundo Plan de Desarrollo en febrero de 1969, que este se basaba en «el modo nuevo de entender España, que arranca el 18 de julio de 1936» y que «se equivocan los que quieran relegarla al olvido [...] La experiencia de 1936 es el severo aviso de que no se debe tropezar dos veces en la misma piedra» (Hofmann 2023: 340). De lo que se trataba era de garantizar la permanencia del régimen en un futuro sin Franco.

Ese proceso de racionalización del Estado sin política se encontró con la resistencia de Falange que, a su vez, esgrimió la necesidad de un «desarrollo político», eje de su actuación durante ese largo final de la dictadura. En sus órganos de prensa, en el seno de sus organizaciones y en el Consejo Nacional del Movimiento el debate interno sobre las asociaciones políticas y la puesta en marcha de un limitado sistema de participación no avanzó, como era previsible, encerrado en una logomaquia desconectada de la realidad y una discusión de esencialismos trufada de fidelidades inquebrantables (Molinero e Ysàs 2008). A los «camisas viejas» como José Solís Ruiz, delegado nacional de Sindicatos desde 1951 y ministro-secretario general del Movimiento desde 1957, encargado de compatibilizar el neoliberalismo económico con la permanencia de algunas de las viejas estructuras corporativas del

sindicalismo vertical, se sumaron las nuevas cohortes de una Falange burocratizada y que no habían participado en la Guerra Civil. De estas formaba parte Manuel Fraga Iribarne, nombrado ministro de Información y Turismo en 1962, factótum dos años después de la campaña de propaganda «25 años de paz española», promotor del turismo de masas bajo el eslogan *Spain is different* y de una nueva Ley de Prensa e Imprenta (LPI) en 1966. Esta trataba de agilizar el mecanismo farragoso de la censura previa previsto en la totalitaria ley de 1938, pensada para una situación de excepcionalidad bélica y que, sin embargo, estuvo vigente 28 años. Y es verdad que supuso una relativa apertura que no dejó de ser aprovechada por la oposición, de manera que el resultado final fue una multiplicación de los expedientes, sanciones y secuestros de publicaciones, además de centenares de acusados y acusadas por delitos de opinión ante el Tribunal de Orden Público (TOP).

La LPI creaba un nuevo marco jurídico para hacer posible cierto diálogo entre los distintos grupos de la coalición franquista, en otro intento por renovar el consenso social en torno al régimen, pero tuvo otro efecto indeseado al explotar el llamado «caso Matesa» –un caso de corrupción con ayudas estatales a la exportación– en el verano de 1969, precisamente el de ahondar las diferencias dentro del gobierno entre el equipo de López Rodó y los ministros, dirigentes y publicistas falangistas, con Emilio Romero a la cabeza desde el diario *Pueblo*. Las acusaciones conspiranoicas contra los tecnócratas por pertenecer varios de ellos al instituto religioso del *Opus Dei*, descrito como una especie de «mafia blanca», formó parte de ese discurso útil para mantener posiciones de poder e influencia social, junto al manido desarrollo político y social. Como bien señala Hofmann (2023: 266), era también una respuesta a los problemas generados por la creciente contestación política, obrera, estudiantil e incluso religiosa, en lo que puede ser definido como una «crisis de hegemonía» del franquismo (Gramsci 1975). Pero más allá de su uso y abuso como arma de ataque, la adscripción al *Opus Dei* sí que era relevante, porque los miembros de ese instituto religioso se mantuvieron al margen del *aggiornamento* impulsado por el Concilio Vaticano II en los años sesenta. Frente al nuevo humanismo conciliar, mantuvieron la idea de la consustancialidad entre patria y religión en la defensa del orden social bajo una pretendida asepsia ideológica, y traían consigo un proyecto de modernidad capitalista sin secularización (Botti 1992), «ahorrándose el esfuerzo crítico de la Ilustración y los combates

cotidianos y complejos de la libertad política» (Álvarez Bolado 1976). Bastaba con que la Iglesia mantuviera su situación de monopolio y que el viejo liberalismo no levantara la cabeza.

A la vez que aumentaba y visibilizaba las divisiones dentro del bloque del poder franquista, la presión desde abajo de la sociedad le obligó a seguir recurriendo a los mecanismos de represión y control social, precisamente cuando estos tenían un mayor coste de legitimidad tanto dentro como fuera de España y desmentían su pretendida imagen de normalidad (Richards 1999). En ningún momento dejó de reprimir la «subversión», como denominaba a cualquier forma de contestación, y aunque con un recurso a la violencia mucho más selectivo que en la inmediata la posguerra, procesó y encarceló a miles de personas por medio de jurisdicciones especiales como la militar o del TOP, utilizó la tortura de forma sistemática e incluso siguió aplicando la pena de muerte por delitos políticos. Así ocurrió con el comunista Julián Grimau y los anarquistas Francisco Granado y Joaquín Delgado en 1963, el libertario Puig Antich en 1974 o los cinco militantes de ETA y el FRAP ejecutados en septiembre de 1975, menos de dos meses antes de la muerte del dictador.

Las redes del activismo posfascista

La excepcional situación de España como un régimen fascista superviviente después de 1945 la convirtió en refugio y sede de muchas de las actividades del neofascismo europeo, entendiendo por este a los grupos políticos organizados procedentes del fascismo que tuvieron que adaptarse a las nuevas circunstancias tras el establecimiento de regímenes democráticos parlamentarios. En algunos casos estos aprobaron disposiciones legales para prevenir la actividad de las organizaciones neofascistas, como ocurrió en Italia, Alemania o Francia, pero al mismo tiempo se decretaron amnistías y dentro de los respectivos aparatos estatales continuó la mayor parte del personal –policía y militares, jueces y miembros de la administración de justicia, prefectos, gobernadores y cargos intermedios– procedente de los anteriores regímenes fascistas. España y en concreto en su capital Madrid fue el centro de las densas redes de activismo de nazis, fascistas y colaboracionistas huidos de varios países, de partidos neofascistas legales como el Movimiento Social Italiano (MSI), o ilegales y sediciosos en sus respectivos países, como la *Organisation de l'Armée Secrète*

(OAS) francesa, y de algunas nuevas experiencias políticas de la derecha radical. Estas redes de socialización permitirían la circulación de ideas y prácticas y, en última instancia, iniciativas de cooperación política tanto a nivel formal como informal (Del Hierro 2022).

La red que las autoridades franquistas empezaron a tejer en 1939 se fue haciendo cada vez más amplia y diversa, al integrar a miles de criminales y colaboracionistas con los regímenes fascistas de toda Europa que huían de las órdenes de arresto y los juicios por parte de los Aliados. Muchos de ellos pudieron rehacer su vida en España. Figuras importantes como los fascistas belgas Pierre Daye y Léon Degrelle, fundador del Partido Rexista en 1935 y cuya extradición solicitaron las autoridades de Bruselas repetidamente sin conseguirla; los «petainistas» Georges Guilbaud y Christian Sarton du Jonchay, quienes habían ocupado cargos en el régimen de Vichy; Otto Skorzeny, todo un mito construido alrededor de su participación en la liberación de Mussolini en 1943 y a quien gustaba presentarse como «el hombre más peligroso de Europa», conspirador fascista y agente doble a la vez que ejercía como exitoso hombre de negocios; el criminal de guerra croata y líder de la organización ultranacionalista *ustacha* Ante Pavelić; italianos como Mario Roatta, exgeneral en jefe del *Corpo di Truppe Volontarie* (CTV), el ejército enviado por Mussolini para ayudar a Franco en la guerra; Arconovaldo Bonaccorsi, conocido como “Conde Rossi” desde que protagonizó la brutal represión en Mallorca descrita por Georges Bernanos en *Los grandes cementerios bajo la luna*, y fundador en 1949 de una asociación de excombatientes (fascistas) italianos en España implicada en redes secretas anticomunistas como Gladio; Leo Negrelli, jefe de propaganda de la República Social Italiana (RSI) y editor del periódico *Voce dell’Occidente*; o Junio Valerio Borghese, comandante de la famosa flotilla Décima MAS durante la Segunda Guerra Mundial y presidente honorífico del MSI, huido a España tras un fallido intento de golpe de Estado contra el gobierno italiano en 1970 (Del Hierro 2023).

Precisamente la apertura de una oficina del MSI en Madrid en 1948, tras los buenos resultados obtenidos en las elecciones italianas de ese año, confirmaba la transformación de la ideología fascista para adaptarse al nuevo contexto nacional e internacional de la posguerra. La ciudad llegó a ser un auténtico *hub* de aquella red transnacional que fue sumando componentes y contactos con la extrema derecha europea durante las décadas de los sesenta y setenta gracias a la presencia de dos

organizaciones relacionadas con el proceso de descolonización. En 1961 nació la ya citada Organización del Ejército Secreto (OAS), opuesta a la independencia de Argelia, y tuvo su sede la organización neofascista y paneuropea Joven Europa (JE), fundada en Bélgica por Jean Thiriart como respuesta a la descolonización del Congo. Estas organizaciones van a compartir ideas-fuerza como la de una «tercera posición» entre el capitalismo individualista y el socialismo colectivista, tan utilizada en la retórica del franquismo y que pasará a formar parte del núcleo duro doctrinal del neofascismo paneuropeísta (Ruiz Carnicer 2019).

Al mismo tiempo, las autoridades franquistas ayudaron financieramente al MSI, a sus diputados, sus campañas electorales y sus órganos de prensa, entre ellos el semanario *Il Borghese* y el diario *Il Secolo d'Italia*. Como explicaba el embajador en Roma, Alfredo Sánchez Bella, en una carta a Franco, «la ayuda a los amigos es un deber, un acto de justicia y una necesidad», pero además servía a «una política de doble juego: por un lado, intentando ganar amigos y entendiéndonos con el Gobierno [italiano]; por otro, si esto fallara, creándoles la oposición en su propio territorio (parlamentaria, de prensa, de opinión en la calle, etc.)»⁽³⁾. Los «misinos» habían sido «amigos probados de la primera hora, han estado combatiendo a favor nuestro desde nuestra misma Guerra y siguen en la misma línea de combate»⁽⁴⁾. La embajada española en Roma estuvo bien informada e incluso dio cierto apoyo directo y discreto a varios planes de «rectificación» de la política italiana⁽⁵⁾. Por ejemplo, al que tuvo como protagonista al general Giovanni De Lorenzo, jefe de los Servicios de Información de las Fuerzas Armadas (SIFAR) y luego comandante de los Carabineros, un plan de intervención militar en caso de victoria electoral de los comunistas, el *Piano Solo*, en relación con la estructura Gladio de la OTAN, o el de Junio Valerio Borghese (Scoppola 1997; Ginsborg 1998).

Para los grupos neofascistas la España de Franco constituyó un importante referente político y proporcionó a todos ellos un mito positivo frente a la gran derrota: la guerra y el régimen español les recordaba que el fascismo también tenía que ver con la victoria y debían mantener la esperanza en el futuro (Del Hierro 2023). Giorgio Almirante, secretario general del MSI, habló de la «nostalgia del porvenir» para referirse

(3) Carta de Alfredo Sánchez Bella a Franco, 3/12/1962.

(4) Carta de Alfredo Sánchez Bella a José Solís Ruiz, 16/1/1963.

(5) Carta de Alfredo Sánchez Bella a Fernando M. Castiella, 22/7/1964.

a esa proyección del pasado fallido en las expectativas del presente (Tarchi 1995). No obstante la relativa heterogeneidad de esos grupos, se construyó un sentido de identidad común, de pertenencia a la misma comunidad política, apuntalada simbólicamente desde la década de los cincuenta mediante la celebración de conmemoraciones, ritos y liturgias: concentraciones en el Valle de los Caídos, misas en memoria de Mussolini, Pétain o Hitler, visitas a los lugares de la memoria en la Guerra Civil o las tumbas de los soldados alemanes o italianos en territorio español, como el Sagrario Militar Italiano de Zaragoza. Esta red transnacional estará también detrás de numerosos asesinatos y acciones terroristas llevadas a cabo durante los años de la transición a la democracia (Albanese 2017 y 2022)

El anticomunismo actuó como una potente amalgama ideológica de esos grupos pertenecientes a tradiciones políticas distintas, para los cuales España se erigía en el último bastión de Europa, el «Centinela de Occidente». En palabras del periodista italiano Giovanni Artieri, Madrid aparecía como «la ciudadela de la defensa y de la reconquista» (*Il Popolo*, 7/5/1965). El anticomunismo fue, además, un paraguas bajo el que el régimen franquista trató de encauzar el apoyo de las élites conservadoras y católicas europeas en un proyecto alternativo al de la construcción europea iniciado con el Tratado de Roma de 1957. Entre esas iniciativas destacó el Centro Europeo de Documentación e Información (CEDI), fundado en 1953 y presidido por el aristócrata Otto de Habsburgo, presidente también de la Fundación Internacional *Synthèses-Avenir* con sede en Friburgo (Moreno Juste 1998; Cavallaro 2009). Como escribía el periodista falangista Emilio Romero a los lectores italianos, España caminaba hacia el futuro reformando su sistema hacia formas más representativas, como un «autoritarismo democrático», paralelamente a otros países europeos, caso de la Francia presidencialista con De Gaulle, que evolucionaban hacia una «democracia autoritaria» (*Il Popolo*, 8/5/1965). La relevancia de tales iniciativas quedó, sin embargo, muy lejos de las expectativas iniciales.

Las autoridades franquistas mantuvieron una actitud ambigua, evitando las expresiones especialmente visibles que comprometieran su empeño por ofrecer al mundo una imagen de moderación y las buenas relaciones diplomáticas con sus aliados occidentales. Aun así, dio protección a personas y grupos, los apoyó materialmente cuando lo considero útil para sus intereses y, lo más importante, favoreció de varias maneras la existencia de un espacio de intercambio de información,

personas y medios, un lugar de aprendizaje donde lo viejo y lo nuevo se solapaban en el tiempo. Gran parte de este bagaje de ideas y prácticas pasó a las dictaduras latinoamericanas establecidas a partir de los años sesenta, y un buen número de sus dictadores visitaron España (Eiroa 2012), buscaron asilo o terminaron en ella sus días, como el argentino Juan Domingo Perón, el cubano Fulgencio Batista, el dominicano Ramfis Trujillo o el venezolano Marcos Pérez Jiménez. La coincidencia entre el discurso «desarrollista» español y latinoamericano se debió en gran parte a que bebía de las mismas fuentes, especialmente del paradigma de la modernización norteamericano, pero también gracias a contactos directos, como la acción exterior emprendida por el ministro «tecnócrata» López Bravo entre 1969 y 1973 (Henríquez 2008). A ambos lados del Atlántico se convirtió en el fundamento de una nueva legitimidad, la de unas «dictaduras del desarrollo», compatible con la legitimación política que les daba la lucha contra el comunismo y la «subversión», y con una represión brutal y escondida. Estaba claro que la lección del franquismo no había sido estéril.

Conclusiones

La dinámica evolutiva del franquismo no se puede entender sin la tensión entre las dos principales culturas políticas que conformaron la coalición en el poder, el contexto geopolítico de la Guerra Fría, con el alineamiento de España junto a las potencias occidentales, y la emergencia de una oposición interior con un creciente potencial. En 1938 el político y escritor socialista Angelo Tasca (*Nascita e avvento del fascismo*) ya advirtió de que una teoría sobre la naturaleza del fascismo no podía construirse como si este fuera un sujeto del que bastara buscar sus atributos, sino del estudio de todas sus formas, de las abiertas y larvadas, de las triunfantes y derrotadas, de un contexto histórico del que no puede ser dissociado. En ese sentido el régimen franquista aparece como un laboratorio único para estudiar la evolución de un fascismo superviviente, el único nacido de una guerra, pero no abocado necesariamente a perecer en otra.

El franquismo y el salazarismo no consiguieron plenamente su objetivo de adoctrinar ideológicamente a sus respectivas sociedades, pero sí lograron desmovilizar y despolitizar a una gran parte de esas sociedades como la mejor forma de garantizarse la aceptación pasiva de

millones de ciudadanos. En España, además, el recuerdo de la guerra civil y la amenaza de que pudiera repetirse, base de la propaganda franquista que quedó impregnada en la conciencia colectiva de los españoles incluso tras la muerte del dictador, actuó a favor de esa desmovilización social (Aguilar Fernández 2008). En ambas dictaduras la violencia fue consustancial a sus respectivos procesos de construcción de los estados autoritarios y a su mantenimiento en el tiempo, a pesar de que el marco represivo, que siempre sería sistemático y constante, tuvo que adaptarse también a una coyuntura interior e internacional muy distinta, haciéndose más controlado y selectivo (Jiménez Redondo 2021).

El lento proceso de institucionalización, modernización y apertura al exterior de la dictadura de Franco tuvo resultados contradictorios, pero sus pasos hacia una cierta liberalización en materia laboral, representación política y libertad de expresión se frustraron muy pronto por su falta de autenticidad y por las respuestas autoritarias que acabaron provocando. El desarrollo económico tuvo éxito en la rápida transformación del país, aunque con desequilibrios y dependencias que lastrarían al país durante décadas. Impulsó el surgimiento de nuevas clases medias distintas de las tradicionales, una mayoría social que debía cumplir la aspiración franquista expresada por el falangista José Luis Arrese, ministro de Vivienda, en un discurso de 1959 cuando declaró que «no queremos una España de proletarios, sino una España de propietarios» (Rodríguez López 2022). A través de esa «desproletarización» y desmovilización de las masas construyó nuevas bases de consenso hacia el régimen, lo que el sociólogo Amando de Miguel bautizó como el «franquismo sociológico», pero de aquellas nuevas clases medias surgió también una parte importante de la oposición a la dictadura.

Puede ser que el franquismo llevara a cabo la «revolución pasiva» que teorizó Gramsci, dirigida desde el poder de manera subsidiaria ante la debilidad de la burguesía y la represión del proletariado (Villacañas 2022). Sin embargo, como en el caso portugués, es discutible hasta qué medida lo hizo «a pesar» de la dictadura y gracias a su inserción en un contexto europeo occidental de crecimiento sostenido y enorme acumulación de capital, y sus consiguientes transformaciones socioeconómicas. Su tan cacareado «Estado social de Derecho» no fue sino una versión tardía e insuficiente del pacto social europeo, muy alejada del universalismo propio de un horizonte de ciudadanía jurídica, social y, por supuesto, política.

El interés desde los años sesenta por definir el franquismo estaba en gran parte motivado por la perspectiva de cambio político, en un plazo más o menos breve, que se consideraba casi inevitable tras la muerte del dictador (otra cosa eran las características que tendría ese proceso, marcado por el miedo y la incertidumbre). De hecho, la tesis de Linz respondía a esa necesidad, pues al aunar cierta apertura del sistema con un espacio de diálogo y mediación (*buffer zone*) con la oposición moderada ponía las bases para una transición pacífica a la democracia. Para Linz no podía haber transiciones desde el fascismo, al menos que no pasaran por una derrota militar: solo eran posibles desde un régimen autoritario. El problema historiográfico que se plantea entonces es el de interpretar un fascismo que no es derrotado, sino que transita hacia otro tipo de régimen.

Un proceso que plantea otras dos cuestiones metodológicas. La primera, extrayendo una lección del poscomunismo, la necesidad de no ceñirse solo al estudio de la ideología y el discurso, sino también a las prácticas, las organizaciones y la continuidad de élites tras el colapso del régimen en un periodo de rápido cambio de valores. El segundo, la exigencia de diferenciar entre posfascismo y posfranquismo. Sobre el marco cronológico de este último se ha escrito mucho, sin embargo, ¿cuál sería el del primero? ¿Las crisis políticas de 1941 y 1942, o la derrota del Eje y la fase de mayor aislamiento internacional del régimen entre 1945 y 1948? ¿O la periodización más habitual, la que marca una cesura en los años cincuenta para dar paso a un denominado «segundo franquismo», gracias a la integración en las grandes organizaciones supranacionales diplomáticas y económicas y al relevo parcial de la élite gobernante en el bienio 1956-1957? En cualquier caso, estuvo lejos de ser el proceso lineal que han descrito algunos autores (Palomares 2006), porque se trató de un proceso conflictivo y caracterizado por la adaptación desigual a factores de presión internos y externos al sistema.

El fascismo había dado una respuesta coherente a los miedos, ansiedades y expectativas de su tiempo (Ingrao 2017), pero cuando ese tiempo mudó radicalmente tras la guerra quedó como un sistema caduco, fosilizado en el pasado, para sus seguidores un objeto de «cincuenta años de nostalgia» (Tarchi 1995). Al menos el franquismo decía ofrecer una alternativa a la democracia liberal, una «democracia orgánica» evolucionada sobre las bases del corporativismo fascista, en un momento en que la crítica al modelo parlamentario que había dominado el periodo

de entreguerras se cruzó, en los años sesenta, con la nueva rebelión generacional. El franquismo posfascista combinaría la superación de las propuestas fascistas con un rechazo del mundo del presente y sus valores, echando mano de su repertorio de ingredientes nacionalistas, socializantes y populistas, y buscando definir los parámetros que debía tener una sociedad posdemocrática (Ruiz Carnicer 2014: 82). Un esfuerzo en parte paralelo al que impulsaba al movimiento neofascista italiano, donde muchos jóvenes aspiraban a superar la antítesis entre fascismo y antifascismo en nombre de una síntesis posfascista más avanzada (La Rovere 2008: 180).

El resultado fue paradójico y en gran parte fracasado, como demostraría la transición a la democracia y su evolución posterior. Los tecnócratas católicos tendrían un éxito considerable en la reforma administrativa, la incorporación de España al mercado neocapitalista global, en la operación política de la sucesión monárquica en la Jefatura del Estado (con la designación de Juan Carlos en 1969) y en poner, al menos, las condiciones para una transformación sociológica semejante a la que por entonces conocían otros países europeos. Incluso llegó a ser realidad para millones de españoles esa utopía posideológica de administrados satisfechos, apáticos y desconfiados ante cualquier cosa que sonara a política⁽⁶⁾. Sin embargo, esas transformaciones también condujeron a las nuevas generaciones de las clases trabajadoras y las clases medias, incluidos muchos hijos de los vencedores, a la concienciación política y la movilización contra el franquismo. Los tecnócratas católicos y monárquicos, ajenos a la nueva moral pública impulsada por el Concilio Vaticano II, acabarían integrando las filas del conservadurismo posfranquista, ahora junto a algunos de sus viejos rivales falangistas, con Fraga Iribarne como líder. Mientras otro sector de Falange defendía posturas inmovilistas, en lo que la prensa llamó el «búnker», un tercero formado por las levadas más jóvenes del Movimiento y encabezado por su último ministro-secretario general, Adolfo Suárez, se ponía al frente de la reforma del sistema tras la muerte del dictador.

(6) El sondeo mensual realizado por ICSA-GALLUP para el periódico *Informaciones* entre enero de 1971 y noviembre de 1973 concluía que, respecto a otros países, el porcentaje de personas politizadas en España era nueve veces menor que en los EEUU, ocho que en Gran Bretaña, cinco que en México o cuatro que en Italia (*Revista española de la opinión pública* 365-374).

El discurso político de todos ellos se secularizó, confirmando la ruptura de la *koiné* nacionalcatólica (al menos temporalmente, como se vería años después), haciendo impracticable una opción política democristiana equiparable a las que habían sido mayoritarias en la Europa de la posguerra. Quienes debían integrar sus bases habían visto en el *aggiornamento* conciliar una llamada al compromiso de la fe, pero ahora a favor de la democracia y la socialización, antes de acabar también secularizando su compromiso político, militando en partidos de izquierda y, a menudo, abandonando la práctica religiosa. Para entonces numerosos intelectuales, profesionales liberales y cuadros de la administración habían abandonado su falangismo y/o catolicismo originarios para situarse fuera de la dictadura, en diversos grados que iban de la disidencia a la oposición clandestina, pasando por el reformismo tolerado.

Ese posfascismo levantado sobre los cimientos de un terror originario no impidió en su momento que el régimen español se convirtiera en referencia para una parte de las derechas conservadoras y católicas europeas y norteamericanas, para el neofascismo que buscaba su espacio propio en la competencia electoral de las democracias occidentales, y para los regímenes dictatoriales que se impusieron en América Latina durante los años sesenta y setenta del pasado siglo. Un modelo para dictadores en activo como el chileno Augusto Pinochet, que vieron en él la posibilidad real de un autoritarismo modernizante y neocapitalista, aceptado internacionalmente sobre el secreto a voces de una violencia brutal.

Fonte

Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (AMAE). *Carta de Alfredo Sánchez Bella a Franco, Roma, 3 de diciembre de 1962*. Madrid, R. 29801.
« — » *Carta de Alfredo Sánchez Bella a José Solís Ruiz, Roma, 16 de enero de 1963*. Madrid, R. 29801.

Archivo General de la Universidad de Navarra (AGUN), Fondo Sánchez Bella. *Carta de Alfredo Sánchez Bella a Fernando M. Castiella, Roma, 22 de julio de 1964*.

“Franco clausura el II Congreso sindical”, *ABC*, 11 de marzo de 1962.
Leyes Fundamentales del Reino, Madrid, Biblioteca Oficial Legislativa 237.
Instituto Editorial Reus, 1975.

Il Popolo, Roma, 7 de mayo de 1965.

« — » *Né vinti né vincitori nel domani della Spagna*, Roma, 8 de mayo de 1965.

“Interés por la política y percepción política de la situación española”,

Revista española de la opinión pública, 37 (julio-septiembre, 1974), 365-374.

Welles, Benjamin (1959). “War Dead Reburial Dividing Spaniards”, *New*

York Times, 6 de marzo de 1959; *La Vanguardia Española*, 2 de abril de

1959; Mensaje de Fin de Año (1959) en [https://www.rtve.es/play/](https://www.rtve.es/play/videos/documentales-b-n/mensaje-franco-fin-ano-1959/2845627)

[videos/documentales-b-n/mensaje-franco-fin-ano-1959/2845627](https://www.rtve.es/play/videos/documentales-b-n/mensaje-franco-fin-ano-1959/2845627).

Bibliografía

Aguilar Fernández, Paloma (2008). *Políticas de la memoria y memorias de la política. El caso español en perspectiva comparada*. Madrid: Alianza Editorial.

Albanese, Matteo (2017). “La red del neofascismo entre España e Italia:

1960-1977”, en Javier Muñoz Soro y Emanuele Treglia, *Patria, Pan...*

amore e fantasia. La España franquista y sus relaciones con Italia (1945-

1975). Granada; Comares, 217-234.

« — » (2022). *Neofascism in Europe (1945-1989). A Long Cultural Journey*.

Londres: Routledge.

Aleksiéovich, Svetlana (2015). *El fin del «Homo sovieticus»*. Barcelona:

Acantilado.

Álvarez Bolado, Alfonso (1976). *El experimento del nacional catolicismo,*

1939-1975. Madrid: Edicusa.

Botti, Alfonso (1992). *Cielo y dinero: el nacionalcatolicismo en España (1881-*

1975). Madrid: Alianza Editorial.

« — » (2012). “Iglesia y totalitarismo: el caso español (1936-1939)”, *Historia*

y Política, 28, 31-55.

Box, Zira (2010). *España, año cero. La construcción simbólica del franquismo*.

Madrid: Alianza.

Cañellas Mas, Antonio (2011). *Laureano López Rodó. Biografía política de un*

Ministro de Franco (1920-2000). Madrid: Biblioteca Nueva.

Casanova, Julián (1992). “La sombra del franquismo: ignorar la historia

y huir del pasado”, en Julián Casanova (ed.), *El pasado oculto. Fascismo*

y violencia en Aragón (1936-1939). Madrid: Siglo XXI.

Cavallaro, Maria Elena (2009). *Los orígenes de la integración de España en*

Europa. Desde el franquismo hasta los años de la transición. Madrid: Sílex.

- Chuliá, Elisa (2001). *El poder y la palabra. Prensa y poder político en las dictaduras. El régimen de Franco ante la prensa y el periodismo*. Madrid: Biblioteca Nueva-UNED.
- Del Hierro, Pablo (2022). "The Neofascist Network and Madrid, 1945-1953: From City of Refuge to Transnational Hub and Centre of Operations", *Contemporary European History*, 31-2, 171-194.
- « — » (2023). *Madrid, metrópolis (neo)fascista. Vidas secretas, rutas de escape, negocios oscuros y violencia política (1939-1982)*. Barcelona: Crítica.
- Di Minico, Elisabetta (2018). *Il futuro in bilico. Il mondo contemporaneo tra controllo, utopia e distopia*. Milán: Meltemi.
- Díaz, Elías (1966). *Estado de Derecho y sociedad democrática*. Madrid: Edicusa.
- Díaz Salazar, Rafael (1981). *Iglesia, dictadura y democracia. Catolicismo y sociedad en España (1953-1979)*. Madrid: HOAC.
- « — » (2006). *El factor católico en la política española. Del nacionalcatolicismo al laicismo*. Madrid: PPC.
- Domper Lasús, Carlos y Ponce Alberca, Julio (2023). "Political Science, History, and Dictatorships: Linz' Limited Pluralism Theory and the Late Francoist Regime in Spain", *Journal of Interdisciplinary History*, LIII-4, 599-623.
- Eatwell, Roger (1996). *Fascism: A History*. Londres: Vintage.
- Eco, Umberto (1995). *Eternal Fascism*. Nueva York: The New York Review of Books.
- Eiroa, Matilde (2012). "Acción exterior y propaganda. Las visitas de líderes latinoamericanos a Franco", *Latinoamérica. Revista de estudios Latinoamericanos*, 54, 111-134.
- Ellwood, Sheelagh (1984). *Prietas las filas. Historia de Falange Española, 1933-1983*. Barcelona: Critica.
- Fernández de la Mora, Gonzalo (1965). *El crepúsculo de las ideologías*. Madrid: Rialp.
- Forti, Steven (2021). *Extrema derecha 2.0. Qué es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI.
- Gallego, Ferran (2014). *El evangelio fascista. La formación de la cultura política del franquismo (1930-1950)*. Barcelona: Crítica.
- Gentile, Emilio (1993). *Il culto del Littorio. La sacralizzazione della politica nell'Italia fascista*. Roma-Bari: Laterza.
- « — » (2019). *Quién es fascista*. Madrid: Alianza Editorial.

- Ginsborg, Paul (1998). *Storia d'Italia, 1943-1996. Famiglia, società, Stato*. Turín: Einaudi.
- González Cuevas, Pedro Carlos (2007). "La derecha tecnocrática", en Fernando del Rey (ed.), *Las derechas: tecnócratas, liberales y neocons. Historia y Política*, 18, 23-48.
- Gramsci, Antonio (1975). *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce y Notas sobre Maquiavelo, política y el Estado moderno*. México DF: Editor Juan Pablos.
- Griffin, Roger (1993). *The Nature of Fascism*. Londres: Routledge.
- Henríquez, María José (2008). "El prestigio pragmático: Iberoamérica en la Política Exterior de Gregorio López Bravo (1969-1973)", *Cuadernos de Historia de las Relaciones Internacionales*, 6, 1-22.
- Hermet, Guy (1986). *Los católicos en la España franquista*. Madrid: CIS-Siglo XXI.
- Hofmann, Anna Catharina (2023). *Una modernidad autoritaria. El desarrollismo en la España de Franco (1956-1973)*. Valencia: PUV.
- Ingrao, Christian (2017). *Creer y destruir. Los intelectuales en la máquina de guerra de las SS*. Barcelona: Acantilado.
- Jerez Mir, Manuel (2009). "Executive, single-party and ministers in Franco's regime, 1936-45", en António Costa Pinto (ed.), *Ruling elites and decision-making in fascist-era dictatorships*. Nueva York: Columbia University Press, 164-211.
- Jiménez Redondo, Juan Carlos (2007). "Marcelo Caetano y los desarrollistas españoles: la liberalización de los no liberales", *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea*, 19, 185-208.
- « — » (2021). "Las dictaduras peninsulares: la lógica aliancista en un marco de identidad ideológica y liderazgos diferenciados", *Portugal e Espanha: histórias comparadas, Ler História*, 79, 87-109.
- Judt, Tony (2005). *Postguerra. Una historia de Europa desde 1945*. Madrid: Taurus.
- Kallis, Aristide (2000). *Fascist Ideology*. Londres: Routledge.
- Koselleck, Reinhart (1993 [1979]). *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós.
- La Rovere, Luca (2008). *L'eredità del fascismo. Gli intellettuali, i giovani e la transizione al postfascismo, 1943-1948*. Turín: Bollati Boringhieri.
- Linz, Juan J. (1978 [1964]). "Una teoría del régimen autoritario. El caso de España", en Stanley G. Payne, (ed.), *Política y sociedad en la España del siglo XX*. Madrid: Akal, 205-263.

- Lyttelton, Adrian (1973). *The Seizure of Power. Fascism in Italy 1919-1929*. Londres: Routledge.
- Magyar, Bálint y Madlovics, Bálint (2023). *La anatomía de los regímenes poscomunistas: Un marco conceptual*. St. Augustine (Florida): Hypermedia.
- Mazower, Mark (2001). *La Europa negra: desde la Gran Guerra a la caída del comunismo*. Barcelona: Ediciones B.
- Molinero, Carme e Ysàs, Pere (2008). *Anatomía del franquismo*. Barcelona: Crítica.
- Moradiellos, Enrique (2016). “La doctrina del caudillaje en España: legitimidad política y poder carismático durante el franquismo”, *Hispania*, vol. LXXVI, 254, 789-817.
- Moreno Juste, Antonio (1998). *Franquismo y construcción europea*. Madrid: Tecnos.
- Morente, Francisco (2006). *Dionisio Ridruejo. Del fascismo al antifranquismo*. Madrid: Síntesis.
- Moya, Carlos (1984). *Señas de Leviatán. Estado nacional y sociedad industrial: España, 1936-1980*. Madrid: Alianza.
- Muñoz Soro, Javier (2013). “Presos de las palabras. Republicanismo y populismo falangista en los años sesenta”, en Miguel A. Ruiz Carnicer, *Falange. Las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 343-364.
- Palomares, Cristina (2006). *Sobrevivir después de Franco. Evolución y éxito del reformismo, 1964-1977*. Madrid: Alianza Editorial.
- Paxton, Robert (2005). *Anatomía del fascismo*. Barcelona: Península.
- Payne, Stanley G. (1965). *Falange. Historia del fascismo español*. París: Ruedo Ibérico.
- « — » (1983). *Fascism: Comparison and Definition*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Pinto, António Costa (2012). *The Nature of Fascism Revisited*. Nueva York: Columbia University Press.
- Preston, Paul (1998). *Franco «Caudillo de España»*. Barcelona: Grijalbo Mondadori.
- Richards, Michael (1999). *Un tiempo de silencio. La guerra civil y la cultura de la represión en la España de Franco, 1936-1945*. Barcelona: Crítica.
- Rodrigo, Javier y Fuentes, Maximiliano (2022). *Ellos los fascistas. La banalización del fascismo y la crisis de la democracia*. Barcelona: Deusto.

- Rodríguez López, Emmanuel (2022). *El efecto clase media. Crítica y crisis de la paz social*. Madrid: Traficantes de sueños.
- Ruiz Carnicer, Miguel A. (2014). "Fascismo, posfascismo y transición a la democracia. La evolución política y cultural del franquismo en relación al modelo italiano", *Itinerari di ricerca storica*, XXVIII-1, 67-88.
- « — » (2019). "Late Spanish Fascists in a Changing World: Latin American Communists and East European Reformism, 1956-1975", *Contemporary European History*, Volumen 28-3, 358-371.
- Sánchez Recio, Glicerio (2008). *Sobre todos Franco. Coalición reaccionaria y grupos políticos*. Barcelona: Flor del Viento.
- Sanz Hoya, Julián (2013). "Falangismo y dictadura. Una revisión de la historiografía sobre el fascismo español", en Miguel A. Ruiz Carnicer, *Falange, las culturas políticas del fascismo en la España de Franco (1936-1975)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 25-60.
- Saz, Ismael (2003). *España contra España. Los nacionalismos franquistas*, Madrid: Marcial Pons.
- « — » (2012). "Franco, ¿caudillo fascista?: Sobre las sucesivas y contradictorias concepciones falangistas del caudillaje franquista", *Historia y Política*, 27, 27-50.
- Schmitt, Carl (2014 [1932]). *El concepto de lo político*. Madrid: Alianza Editorial.
- Scoppola, Pietro (1997). *La repubblica dei partiti. Evoluzione e crisi di un sistema politico, 1945-1996*. Bolonia: Il Mulino.
- Sesma Landrin, Nicolás (2012). "La dialéctica de los puños y de las pistolas: una aproximación a la formación de la idea de estado en el fascismo español (1931-1945)", *Historia y Política*, 27, 51-82.
- Tarchi, Mario (1995). *Esuli in patria. I fascisti nell'Italia repubblicana*. Parma: Guanda.
- Traverso, Enzo (2000). *La Campagne de France. Journal 1994*. París: Fayard.
- Tusell, Javier (1988). *La dictadura de Franco*. Madrid: Alianza Editorial.
- « — » (1993). *Carrero Blanco. La eminencia gris del Régimen*. Madrid: Temas de Hoy.
- Villacañas, José Luis (2022). *La revolución pasiva de Franco*. Madrid: Harper Collins.
- Yoder, Jennifer (1999). *From East Germans to Germans? The New Postcommunist Elites*. Durham: Duke University Press.
- Zenobi, Laura (2011). *La construcción del mito de Franco. De jefe de la Legión a Caudillo de España*. Madrid: Cátedra.

CONSPIRACIONISMO DE EXTREMA-DIREITA ENTRE ESTADO NOVO E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1945-1975)

FAR-RIGHT CONSPIRACISM BETWEEN THE NEW STATE AND THE DEMOCRATIC TRANSITION (1945-1975)

RICCARDO MARCHI

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL) | Universidade Lusófona

Riccardo.Marchi@iscte-iul.pt

<https://orcid.org/0000-0003-2037-7027>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 29/02/2024

Resumo

Durante o Estado Novo e a transição democrática, a extrema-direita portuguesa analisou todas as crises do regime à luz da visão conspiracionista. Herdado da cultura política contrarrevolucionária do século XIX, o conspiracionismo foi aplicado pela extrema-direita portuguesa a partir de 1945 para desvendar o alegado plano contra o Império português. Neste sentido, a extrema-direita denunciou uma estrutura piramidal e hierárquica controlada pela elite globalista e integrada por diferentes atores nacionais. Embora não exista uma versão única do complô partilhado por todos os protagonistas da extrema-direita, os agentes da conspiração denunciados tendem a ser sempre os mesmos. A extrema-direita portuguesa não trouxe nenhuma contribuição doutrinária ao conspiracionismo elaborado pelas congéneres europeias, mas limitou-se apenas à sua aplicação ao caso português, sem alcançar os objetivos esperados na mobilização, radicalização e liderança das direitas autoritárias e ultramarinistas.

Palavras-chave

Conspiracionismo; Extrema-Direita; Elite globalista; Estado Novo; Transição democrática.

Abstract

During the New State and the democratic transition, the Portuguese far right analyzed all the regime's crises in the light of a conspiracy theory. Inherited from the counter-revolutionary political culture of the 19th century, conspiracism was applied by the Portuguese far-right from 1945 onwards to uncover the alleged plan against the Portuguese Empire. In this sense, the far right denounced a pyramidal and hierarchical structure controlled by the globalist elite and made up of different national actors. Although there is no single version of the plot shared by all the protagonists of the far right, the agents of the conspiracy denounced tend to always be the same. The Portuguese far right did not make any doctrinal contribution to the conspiracism developed by its European counterparts, but merely limited itself to applying it to the Portuguese case, without achieving the expected goals of mobilizing, radicalizing and leading the authoritarian and imperial right-wings.

Keywords:

Conspiracism; Far-right; Globalist elite; New State; Democratic transition.

Introdução

O conspiracionismo é uma forma de dar sentido a acontecimentos complexos, encaixando-os num complô até de longa duração histórica. A conspiração é definida como a colaboração secreta entre um certo número de pessoas, com o intuito de realizar um plano comum. Os conspiracionistas, portanto, estão convencidos que muitos dos eventos históricos complexos – passados, presentes e futuros – não acontecem por acaso, mas pela ação de uma minoria de conspiradores malvados, contra uma maioria de vítimas inocentes (Cubitt 1989: 13). A literatura debate a abrangência do conspiracionismo: segundo alguns autores, é uma *forma mentis* que encontra complôs por detrás de tudo o que de grande e mau acontece no mundo; segundo outros, é uma procura legítima de complôs ocultos que causam determinados eventos (Coady 2012: 111). O conspiracionismo não precisa de evidências empíricas sólidas para

identificar a causa principal de um evento ou de uma série de eventos (Matthews 2023: 627). Contudo, o conspiracionismo não se baseia necessariamente em dados falsos ou irracionais. Se muitas alegadas conspirações se demonstraram falsas, outras aconteceram de facto, inclusive a alto nível político, nacional e internacional (Papaioannou et al. 2023: 847). Na política, o conspiracionismo pode ser a crença sincera num complô como causa de um determinado evento, ou uma forma propagandística de influenciar a opinião pública para suportar uma determinada agenda (Cassam 2023: 196-197). Ao longo da história, o conspiracionismo demonstrou ser particularmente relevante no discurso político de franjas extremistas (Imhoff et al. 2022: 393) e em tensão com a visão dominante das instituições oficiais (Pigden 2007: 228). Num contexto de conflito político agudo, o conspiracionismo tem por objetivos conquistar a atenção dos potenciais aliados face à ameaça, aumentar a capacidade de mobilização para a ação coletiva, incrementar o estatuto do conspiracionista dentro do grupo, em virtude do comprometimento na luta (Marie e Petersen 2022: 1).

Esta forma de interpretar os acontecimentos é presente desde sempre na extrema-direita ocidental. Relevante no período de entreguerras, o conspiracionismo afunda as suas raízes na fase precedente à era dos fascismos históricos e a ela sobrevive, não só entre os herdeiros daquele legado político após 1945. O conspiracionismo representa também um elemento diferenciador entre as direitas extremas (contrarrevolucionárias ou fascistas) e as moderadas (liberais ou conservadoras), que, pelo contrário, o rejeitam como instrumento de análise. A extrema-direita acredita na existência de uma elite cosmopolita desenraizada, cujos interesses colidem com as preocupações do povo enraizado. Por isso, ela apregoa o expurgo, do corpo nacional, dos conspiradores ativos na sombra para a ruína da nação (Saull et al. 2015: 4). Ao longo dos anos, a extrema-direita elaborou um conjunto variado de teorias da conspiração (Lee 2020: 347-348). A elite globalista denunciada foi-se povoando de atores diferentes – os judeus, os maçons, os burgueses iluminados, os comunistas, os capitalistas e, mais recentemente, os islâmicos – alegadamente empenhados na ofensiva eterna contra a Civilização ocidental. O judeu sobressai pelo papel central no famigerado complô judaico-maçónico (Taguieff 2013). Desde o fim do século XIX com o *affaire* Dreyfus em França, ou o princípio do século XX com a publicação, na Rússia czarista, dos *Protocolos dos Sábios de Sião* (1903), passando pelas

obras antissemitas de Henry Ford de 1920 e a literatura nacional-socialista das décadas de 1930-1940, o judeu conquistou um lugar de destaque nas estruturas piramidais da conspiração. No segundo pós-guerra, as direitas neofascistas e neonazi continuaram a alimentar a teoria do complô judaico, através de obras pontuais – é o caso do *The New Unhappy Lords: An Exposure of Power Politics* (1965) de A.K. Chesterton – ou das correntes historiográficas negacionista e revisionista do Holocausto (Terry 2017: 34-35). Esta explicação coexistiu com as teorias focadas no papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na construção da nova ordem mundial, globalista e socialista (Spark 2001: 47).

Em Portugal, a extrema-direita interna ao Estado Novo não foge a esta característica do neofascismo europeu. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, ela interroga-se acerca das repercussões dos novos equilíbrios internacionais na estabilidade do regime português. A análise política e geopolítica, nacional e internacional, por ela produzida, incorpora a visão conspiracionista veiculada pela imprensa europeia de ultradireita e foca, no caso específico português, dois eixos principais: o internacional da chamada “Nova Ordem Mundial”; o nacional da chamada “quinta coluna” infiltrada no Estado Novo. Enraizada na cultura política contrarrevolucionária de matriz francesa, que já no princípio do século tinha tornado os ultras portugueses sensíveis ao conspiracionismo, a extrema-direita do segundo pós-guerra encara as duas ameaças, internacional e nacional, como duas faces da mesma moeda, em ação desde o século XIX. A denúncia das forças ocultas torna-se, assim, um dos esquemas interpretativos mais relevantes da extrema-direita, ao longo das três décadas que separam o fim da Segunda Guerra Mundial do fim do regime salazarista. A conspiração internacional, com os seus tentáculos nacionais, passa a explicar todas as crises que abalam o Estado Novo, em particular a renovada ofensiva da oposição antissalazarista e os desvios reformistas de alguns setores do regime, nos anos do imediato pós-guerra; as crises académicas, a ofensiva diplomática na ONU e militar em África, na década de 1960; o golpe militar que depõe o regime no 25 de Abril de 1974.

Os primeiros anos do segundo pós-guerra

No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, tanto as oposições antissalazaristas, quanto algumas fações moderadas do Estado Novo,

aproveitam a derrota dos fascismos para promover mudanças políticas em Portugal, com o intuito de derrubar externamente o regime ou de o reformar internamente, para evitar o colapso violento. Perante esta realidade, alguns intelectuais de extrema-direita promovem uma série de publicações – a mais famosa é o semanário *A Nação* (1946-1948) – para denunciar a conspiração contra Portugal, fomentada por quatro atores nacionais, apoiados por forças internacionais: o Partido Comunista Português (PCP), verdadeiro cérebro do antissalazarista Movimento de Unidade Democrática (MUD); a Maçonaria, alegadamente infiltrada no Estado Novo desde a década de 1930; os católicos progressistas apologistas da viragem pró-democrática de papa Pio XII; os moderados do regime, interessados numa transição democrática, no modelo, por exemplo, das monarquias constitucionais europeias.

Para a extrema-direita, estes quatro atores cooperam para enfraquecer o Estado Novo e para entregar Portugal aos donos da Nova Ordem Mundial. Se as oposições antissalazaristas aproveitam a ingenuidade dos situacionistas moderados, estes últimos prestam a sua cooperação de forma inconsciente, sendo, por isso, os “idiotas úteis” da conspiração. Dentro da teia, cada ator desempenha um papel na conspiração demo-pluto-judaico-maçónica, em acordo com as suas características. Já durante os anos da guerra, o doutrinador nacionalista – e mentor do semanário *A Nação* a partir de 1946 – Alfredo Pimenta, alertava os correligionários no jornal germanófilo *Esfera* contra os «enfeudados, conscientemente ou não, ao judaísmo internacional, à Maçonaria e ao Capitalismo» (Pimenta 1943a) e denunciava a «combinação sacrílega de Judeus, Maçons, Democratas e Católicos pervertidos» (Pimenta 1943b), pronta a cavalgar a vitória das democracias para derrubar o Estado Novo e instaurar o comunismo em Portugal. Alvos da denúncia eram, em particular, dois jornais influentes nas hostes salazaristas: o católico *As Novidades* e o monárquico *A Voz* (Marchi 2009a: 56-58). Com o fim da guerra, a denúncia da conspiração continua nas páginas de *A Nação*, com particular atenção ao papel do judaísmo internacional. O semanário publica vários textos, assinados pelo pseudónimo Nuno Monte Suna, que explicam a conspiração com base na diferença racial entre os arianos e os judeus: resultados das migrações indo-europeias, os arianos constituíram as diferentes nações de Europa e criaram uma civilização guiada pela justiça, liberdade e beleza, nunca igualada pelos judeus que, por isso, tentaram sempre aniquilá-la. O choque entre o

idealismo heroico do ariano e o mercantilismo calculista do judeu explica a atuação da internacional judaica (Suna 1947). Só no ano de 1947, *A Nação* publica seis artigos dedicados ao complô judaico. Três são assinados com o pseudônimo Aetius com o título «O problema judaico» (15, 22 e 29 de março de 1947). Três são assinados com o pseudônimo Litorius: dois sobre a «A quinta coluna da Internacional Judaica» (números 67 e 69); um sobre a «A conjura do silêncio da Internacional Judaica» (número 72). Os textos replicam os tópicos clássicos do antissemitismo europeu de extrema-direita. Frequente é a citação dos *Protocolos dos Sábios de Sião* como texto comprovativo da conjura judaica contra o Ocidente e contra o Cristianismo. Para Monte Suna, «os famosos Protocolos dos Sábios de Sião revelaram aos cristãos os intentos e processos dos judeus, inimigos milenários natos e irreconciliáveis, para arrasarem o Cristianismo» (Suna 1947). Para o colaborador A. Athayde, a «plutocracia judaica» meteu os povos uns contra os outros na Segunda Guerra Mundial – já o tinha feito na primeira, armando a mão regicida de Gavrilo Princip (*A Nação* 1948a) –, tornou o povo russo «uma das pedras do jogo dos Protocolos dos Sábios de Sião» e se prepara, agora, para dominar o resto do mundo a partir do Estado de Israel (Athayde 1948). Para *A Nação*, a relevância conquistada pelo Estado de Israel na agenda política internacional demonstra o alcance mundial da questão judaica. A solidariedade de todos os judeus espalhados pelo mundo com o Estado de Israel comprova a dupla fidelidade do judeu (Christianus 1948). Por isso, os radicais opõem-se à naturalização dos judeus fugidos à Shoah e refugiados em Portugal (*A Nação* 1948b). Apoiam, pelo contrário, a criação de um Estado judaico – sem tomar posição sobre localização na Terra Santa –, com a condição que todos os judeus do mundo sejam obrigados a serem seus cidadãos, renunciando a outras nacionalidades (*A Nação* 1947). Para o diretor do semanário, José O'Neill, a existência do Estado de Israel permitiria tratar os judeus como estrangeiros e excluí-los de todos os cargos públicos em Portugal (O'Neill 1947). O alerta contra a conspiração judaica vinha já dos anos da guerra, quando, em 1938, judeus ingleses enviaram, para Lisboa, o advogado francês Jacques Politis, do ramo francês dos Rothschild, para convencer as autoridades do Estado Novo a conceder territórios na África portuguesa para a colonização judaica (Schaefer 2014: 156).

Para a extrema-direita, o judeu é um corpo estranho à Nação, por pertencer a uma raça sem pátria, perseguida e dispersa e, por isso, quase geneticamente incapaz de ser fiel às nações que integra por acaso

histórico. Mesmo o judeu assimilado e até convertido a outra religião, permanece fiel à sua raça ancestral e, nos momentos decisivos, serve o judaísmo em detrimento da pátria e do Estado que o hospeda (*A Nação* 1947). O dilema da dupla fidelidade leva o judeu a ser particularmente propenso ao espírito internacionalista e predisposto à subversão dos sentimentos de pertença nacional. Ele compartilha com o maçom a predisposição para o internacionalismo, o que legitima a denúncia do espírito judaico-maçônico da conspiração (Gomes 1946). Prova disso é a infiltração judaica nas artes e nas ciências, onde «a malta demo-judaico-bolchevista» multiplicou a produção de obras decadentes, celebrativas dos vícios (alcoolismo, drogas, homossexualidade, sadismo mental e físico, adultério, divórcio, aborto) e atentatórias das tradições e das figuras nobres da história pátria, especialmente entre os jovens. O surrealismo, o marxismo, o freudismo são todos instrumentos do judeu para subverter a célula base da comunidade nacional, ou seja, a família, alimentando o conflito entre as gerações e entre os sexos (Athayde 1948). Para a extrema-direita, a conspiração judaica avança através do Capitalismo e do Comunismo. Já para Alfredo Pimenta, a derrota do Fascismo e do Nacional-Socialismo potenciaram os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética (URSS) como instrumentos da conspiração judaico-maçônica, contra a ordem tradicional (Pimenta 1946).

No que diz respeito ao Capitalismo, a Banca é o emblema do complô judaico. Por ser um desenraizado, o judeu encontra na Banca – muito mais que no comércio e na indústria, ainda ligados à dimensão nacional – o instrumento internacional funcional aos seus manejos obscuros contra os povos (Branco 1947). No que diz respeito ao Comunismo, o judeu é naturalmente atraído por movimentos revolucionários (*O Fixe* 1947). Para os radicais de *A Nação*, os judeus protagonizaram todos os movimentos revolucionários da modernidade, pelo menos desde a Revolução Francesa. A Revolução de Outubro de 1917 foi realizada maioritariamente por judeus, embora eles tenham posteriormente sofrido a perseguição de Joseph Stalin (*A Nação* 1948a). As próprias doutrinas socialista e comunista são fruto de pensadores judeus, como Ferdinand Lassalle e Karl Marx (Estêvão 1946).

Os judeus controlam os EUA e a URSS, pontas de lança da construção da Nova Ordem Internacional, com o intuito de dismantelar os Estados nacionais e estruturar o Império mundial, cuja realização coincidirá com o regresso da pátria perdida de Israel. Por isso, os judeus apostam

em todas as organizações internacionais que corroem a soberania do Estado-nação. Para o colaborador Litorius, «organizações internacionais» é sinónimo de «organizações de judeus». Os judeus estão em lugares cimeiros não só na franco-maçonaria, na diplomacia, na alta finança, nos governos de vários países, mas também nos organismos da ONU como a UNRRA – United Nations Relief and Rehabilitation Administration ou a UNAEC – United Nations Atomic Energy Commission (Litorius 1947).

Os colaboradores de *A Nação* recorrem aos teóricos antissemitas, principalmente franceses e ingleses, para fundamentar a denúncia do complô internacionalista (Europeus 1947). Naqueles anos, Lisboa era porto de abrigo de intelectuais europeus de extrema-direita, em fuga das purgas antifascistas. O intelectual mais prolífico foi Jacques Ploncard d'Assac, procurado em França pelos seus textos contra a maçonaria (Albanese 2022: 19). Ele denuncia o complô no semanário *A Nação* desde 1946, no programa radiofónico *Voz do Ocidente* desde 1960, na revista *Découvertes* desde 1964 (com o correligionário também refugiado Jean Haupt). Os intelectuais franceses são a fonte primária para a extrema-direita portuguesa no que concerne a conspiração. Por exemplo, a obra de Maurice Bardèche, *Nuremberg ou la Terre Promise* (Les Sept Couleurs, 1948) inspira o texto *A lenda negra antinazista* de António José de Brito, publicado no seu livro, *Destino do Nacionalismo Português* (Verbo, 1962), onde o Holocausto é apresentado como um instrumento de propaganda dos vencedores.

Segundo a extrema-direita portuguesa, o judaísmo internacional tornou-se ainda mais perigoso por ter deixado de ser a marca biológica de uma raça específica, passando a ser o espírito difuso em indivíduos de raças diferentes, inclusive não semitas, que constituem a elite mundialista homogénea por *forma mentis*. Impossível de ser extirpado materialmente via extermínio, o espírito judaico deve, pelo menos, ser tornado inofensivo (Branco 1947). Para Alfredo Pimenta, a derrota do Fascismo e do Nacional-Socialismo, já não permite pensar na vitória neste combate epocal, mas, quando muito, na resistência, recusando, por exemplo, qualquer colaboração de Lisboa com Washington e Moscovo (Pimenta 1948).

Os anos da Guerra de África

Apesar da intensa campanha de *A Nação*, no princípio da década de 1950, a extrema-direita recua no imobilismo, provocado por vários fatores

concomitantes. Por um lado, a oposição antissalazarista diminui a pressão contra o Estado Novo após o fracasso do MUD e perante o endurecer da repressão do regime. Por outro lado, Salazar consegue ultrapassar o vendaval do imediato pós-guerra, apresentando-se como aliado fiel da frente Ocidental, no novo cenário da Guerra Fria. No contexto da estabilização autoritária, a extrema-direita perde capacidade atrativa junto do Estado Novo, pouco interessado no revanchismo fascista.

A mudança de clima político, nacional e internacional, no começo da década de 1960 representa uma nova janela de oportunidade para os radicais de direita. O contexto é a crise diplomática, militar e política sofrida pelo Estado Novo a partir de 1960. No plano diplomático, a maioria afro-asiática da Assembleia Geral da ONU e os membros do Conselho de Segurança (*in primis* EUA e URSS) começam a condenar repetidamente a presença portuguesa em África. No plano militar, os massacres da UPA no norte de Angola a 15 de março de 1961 inauguram a Guerra de África que ocupará Portugal em três frentes militares (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau) durante treze anos. No plano político, a mobilização de estudantes e intelectuais durante as crises académicas de 1962, 1965 e 1969, provocam o afastamento inexorável de largas faixas da juventude e de elites relevantes para o regime. A crise interna do Estado Novo é agravada pelo aparecimento, durante o governo de Marcelo Caetano, da oposição liberal, ativa no parlamento e na comunicação social, com os deputados da Ala Liberal e o jornal *Expresso*.

É a tempestade perfeita para a extrema-direita voltar a denunciar o complô contra o Império português, junto da opinião pública, através de jornais e movimentos financiados e/ou tolerados pelo regime. Desde o primeiro número, em maio de 1962, por exemplo, o jornal *Ataque* (órgão oficial do Movimento Jovem Portugal) apresenta Comunismo e Capitalismo como duas faces da internacional apátrida, ladeados pelo Sionismo «força internacional que sonha há dois mil anos com a dominação, à sua maneira, do mundo inteiro» (*Ataque* 1962a). Em particular, o «judeu eterno» utiliza o capital – detido pelo indivíduo no capitalismo maçónico ou pelo Estado no comunismo soviético – para dominar o mundo. Para tal, sionistas, mações, comunistas, capitalistas, neutralistas afro-asiáticos colaboram na ONU, onde «vão, de mãos dadas com os interesses anti-ocidentais e anti-cristãos, bater palmas e difamar todas as obras missionárias europeias e brancas» (*Ataque* 1962b). Para que a ONU se torne o desejado «supergoverno de tipo parlamentar, maçónico

e plutocrata, cuja central se encontraria, naturalmente na América», a Europa deve tornar-se o reduto «materialista, uniforme, nivelado, invertebrado (...) dos capitalistas, dos banqueiros, dos magnates da nova maçonaria politico-financeira que dirige o Ocidente “livre”!» (Real 1962). Para transformar a Europa, a elite globalista utiliza os novos Estados independentes surgidos das descolonizações, os movimentos guerrilheiros espalhados pelo globo e uma plethora de organizações públicas e privadas, criadas para apoiar as forças subversivas em todo o mundo (fundações privadas, lojas maçónicas, Igrejas protestantes, etc.).

Entre os militantes radicais da década de 1960, o mais ativo na denúncia do complô mundialista é o líder do grupo *Combate* da Universidade de Coimbra, José Valle de Figueiredo. Por ocasião das comemorações oficiais da Revolução Nacional, a 28 de maio de 1963, José Valle de Figueiredo é convidado para falar em representação dos estudantes universitários. O jovem líder nacionalista denuncia os chamados «revolucionários de 29 de maio», servidores da «maçonaria jacobina» e do «capitalismo apátrida» que infiltraram o Estado Novo com a derrota do fascismo em 1945:

As forças reacionárias, as forças contra-revolucionárias e social-conservadoras, principiaram a sabotar o Poder do Estado, restaurando a ordem burguesa que negava, nos factos, direitos que as Massas Populares e Trabalhadoras tinham conquistado na Lei. Sabotou-se a Justiça Social e a associação capital-trabalho foi a fórmula que serviu para defraudar, sob a capa da lei, os legítimos e sagrados direitos do Povo. A Hidra Capitalista principiou a imperar com todas as suas cabeças. E o Rito Escocês, que se tinha servido da Revolução Nacional para liquidar o Rito Francês todo-poderoso na República Democrática, subia os seus altos degraus, a procurar a talhada de um bolo, que, esperava estivesse prestes a cair nas mãos. Passámos uma fase em que tivemos uma Revolução sem revolucionários, uma Revolução nacional sem nacionalistas – Salazar traído por todos! (Figueiredo 1963: 5-6).

Em outubro de 1967, José Valle de Figueiredo publica dois artigos no semanário *Agora*, com o intuito de desvendar a «teia secreta» por detrás da nova ordem internacional (Figueiredo 1967a e 1967b). O alvo é o sionismo internacional, que atua segundo as diretrizes do *Protocolos dos Sábios de Sião*, mas que mudou de estratégia nos últimos anos. Para Valle de Figueiredo,

no princípio do século XX, o sionismo internacional pensou usar a Rússia, através da revolução soviética, para instaurar o governo mundial. O plano falhou quando, dentro da elite bolchevique, o nacionalista Joseph Stalin prevaleceu sobre o agente sionista Leon Trotsky. Os pogroms antisemitas de Stalin obrigaram os sionistas a virarem-se para Nova Iorque, sede do capitalismo internacional e da ONU. Na ONU, os poderes ocultos promoveram a convergência entre Washington e Moscovo, para liquidar os últimos vestígios de poder geopolítico da Europa. Os sionistas ocupam o vértice de uma estrutura piramidal, a partir do qual apoiam os EUA capitalistas e a URSS comunista, ambos empenhados na edificação de um governo mundial de cariz socialista. A pirâmide é composta por um emaranhado de organizações, nacionais e internacionais, criadas pela maçonaria e pela alta finança. Este enredo de centros de estudo, de fundações, de gabinetes especiais atua em múltiplas áreas, para promover o globalismo. Os agentes desta estrutura piramidal estão por detrás também das crises portuguesas. Em particular, a conspiração contra a África portuguesa é obra do American Committee on Africa do norte-americano Council of Foreign Affairs, financiador da UPA em Angola, e dos African-American Institute e Ford Foundation, financiadores da FRELIMO em Moçambique (Figueiredo 1967c). O líder do grupo de *Combate* já tinha denunciado o papel chave dos EUA no complô mundialista, através da página *Encontro* do órgão da União Nacional, *Diário da Manhã*. O artigo tinha causado um protesto oficial da embaixada norte-americana, por acusar diretamente o Secretário de Estado norte-americano Dean Rusk de patrocinar o terrorismo na África portuguesa.

No contexto global, a conspiração contra Portugal é financiada, desde 1954, pelo Grupo Bilderberg, constituído por altos representantes europeus do mundo dos negócios, da maçonaria, da política e das instituições nacionais, empenhados na criação do Superestado Europeu. Criada em 1957, a Comunidade Económica Europeia (CEE) é o primeiro passo do Superestado Europeu que, por sua vez, é a etapa obrigatória para dismantelar as soberanias nacionais, rumo ao governo mundial.

Também a contestação estudantil é fruto da conspiração antiportuguesa. Em 1973, José Valle de Figueiredo publica a obra *Reforma universitária e política académica*, na qual analisa retrospectivamente os acontecimentos académicos, desde 1962. O líder nacionalista distingue duas fases da revolta estudantil: a primeira entre 1961 e 1965; a segunda desde 1968 até ao começo da década de 1970. Na primeira fase, principalmente

na crise académica de 1962, a contestação estudantil limitou-se à reivindicação de direitos dos estudantes. Na segunda fase, pelo contrário, as reivindicações passaram para o plano político, visando não apenas a reforma da Universidade, mas a mudança de regime. Este salto de qualidade obedece a um plano gradual esboçado pelas forças ocultas da subversão internacional, através dos comunistas portugueses. Já por ocasião da crise académica de 1962, o grupo de *Combate* tinha denunciado a posição neutralista da Associação Académica de Coimbra (AAC) perante a ofensiva diplomática na ONU contra Portugal. Para os radicais de Coimbra, os dirigentes da AAC obedecem às duas centrais internacionais estudantis: Conférence Internationale des Étudiants / Secrétariat Permanent (CIE-COSEC) e Union Internationale des Étudiants (UIE). Estas duas organizações são os instrumentos dos imperialismos norte-americano e soviético, empenhados em suportar, através dos meios estudantis, a política anti-imperialista dos países afro-asiáticos e, no caso específico de Portugal, vergar a solidariedade dos jovens com o esforço militar em África. Para demonstrar a conspiração, a revista *Combate* compara as resoluções das duas organizações internacionais com os artigos publicados pelo jornal académico *Via Latina*, no biénio de 1961-1962 (*Combate* 1962a). Para os radicais, a comparação comprova como a luta da AAC em prol da autonomia universitária, da democratização do ensino e da expansão às escolas secundárias através do Movimento pró-Associações é forjada nas duas centrais internacionais. Outra prova é a adesão da AAC à Carta de Grenoble, em março de 1962, inspirada pela marxista francesa Union Nationale des Étudiants de France (UNEF), com o intuito de promover entre os estudantes europeus, o conceito de «jovem trabalhador intelectual», ou seja, da consciência de classe subversiva em relação às autoridades académicas e, no futuro, às autoridades do Estado (Gil 1962). Para os radicais, não é por acaso que alguns dos líderes da revolta estudantil de Coimbra tenham desertado das Forças Armadas, para boicotar a guerra (*Combate* 1962b). As contestações dos estudantes, portanto, nunca são espontâneas, mas sempre predeterminadas por forças ocultas nacionais ao serviço de centrais internacionais. Isso obedece à estratégia de médio-longo prazo decidida, em 1946, pelo PCP no seu segundo congresso na clandestinidade: dissolver a Federação das Juventudes Comunistas clandestina e infiltrar a juventude portuguesa, através da criação de organizações à luz do sol, mais eficazes, como o MUD-Juvenil, o Movimento Nacional de Estudantes

(MNE), os Grupos Universitários de Acção Patriótica. A infiltração interessou também as organizações juvenis do Estado Novo e criou associações recreativas para conquistar a hegemonia cultural entre os jovens. Para potenciar a sua ação, a internacional comunista indicou aos camaradas portugueses o caminho do diálogo com os elementos progressistas das Universidades: católicos, republicanos, antissalazaristas. A eles podia ser entregue a direção formal das associações estudantis oficiais ou criadas *ad hoc* (Secretariado Nacional dos Estudantes Portugueses, União Nacional dos Estudantes Portugueses, etc.), segurando, nos bastidores, a sua orientação político-estratégica.

A dedicação da extrema-direita no desvendar do complô internacional é respaldada pelas autoridades do regime autoritário que fornecem informações sobre as ligações internacionais dos estudantes antissalazaristas e financiam a produção de propaganda conspiracionista. Exemplo disso é a publicação *Cadernos de Combate* de 1964, que reúne todos os artigos de denúncia publicados pelo jornal *Combate* ao longo da crise académica de 1962 e que servirá de base para a primeira semana de mobilização anti-subversiva, organizada pelo grupo de Coimbra em março de 1964, com a distribuição do *Combate diário*. Os radicais aproveitam não só as fontes internas ao regime – principalmente a PIDE e a Legião Portuguesa – para recolher dados sobre o complô internacional, mas também a imprensa estrangeira de extrema-direita. Na década de 1960, por exemplo, o grupo de Coimbra tem contactos regulares com grupos neofascistas europeus, principalmente os franceses da revista *Europe-Action* e os italianos da revista *Ordine Nuovo*. Graças a estas publicações, o diretor de *Combate* fará circular, entre 1966 e 1967, o boletim *Confidencial*, totalmente dedicado à denúncia do complô mundialista. Ao mesmo tempo, a extrema-direita continua a denúncia do complô interno ao Estado Novo: em 1970-1971, por exemplo, o reitor da Universidade de Coimbra, José de Gouveia Monteiro, é acusado constantemente de ser judeu, comunista, maçom, infiltrado para proteger a extrema-esquerda académica (Marchi 2009b: 283).

Os anos da transição democrática

O conspiracionismo consolidado na extrema-direita faz com que ela leia o golpe militar de 25 de Abril de 1974 como a peça previsível do projeto encetado pela subversão internacional em 1945. No seguimento

do golpe de Estado, a extrema-direita apresenta o Movimento das Forças Armadas (MFA) como um peão das forças ocultas. Os diferentes atores de extrema-direita não compartilham uma versão única do plano oculto por detrás da chamada «traição de Abril». Ao longo dos anos, a imprensa radical dedica ao tema uma atenção constante, através de interpretações de conjunto ou de revelações pontuais, alegadamente comprovativas da conspiração. O autor mais sistemático na denúncia da traição de Abril é Fernando Pacheco de Amorim. Ele não pertence à facção fascista, mas é figura apreciada pelo seu passado aventureiro de conspirador na altura da Revolta da Mealhada de 1946 e, sobretudo, pelas suas ideias integracionistas do princípio da década de 1960. O seu livro de 1971, *Na Hora da Verdade*, torna-se o manifesto dos integracionistas. Ator relevante da oposição de direita a Marcelo Caetano, Pacheco de Amorim é nomeado, em maio de 1974, presidente do Movimento Federalista Português Partido do Progresso (MFP-PP), o mais ativo partido de direita defensor da presença portuguesa em África no pós-25 de Abril. Com a debandada do 28 de setembro de 1974, ele integra o spinolista Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), durante o PREC. Regressado da clandestinidade, continua a intervenção intelectual, em particular, com dois livros dedicados à análise conspiracionista do 25 de Abril. O primeiro, publicado ainda na clandestinidade, intitula-se *Portugal traído*. Nele, expõe a ideia da cumplicidade da elite do regime autoritário com os conspiradores:

Portugal era governado por uma classe dirigente que se apoiava, não na vontade da Nação, mas nos poderosos interesses das empresas e dos clubes secretos, nacionais e internacionais, que efectivamente comandavam a sua vida económica e política. [...]

Na hierarquia das responsabilidades, é sem dúvida a nível governamental que se situa a principal responsabilidade, pois foi este complot a alto nível que permitiu à acção externa levar a cabo o seu projecto. Todos os que participaram neste complot não podiam deixar de estar perfeitamente conscientes de todos os factos apontados e do objectivo que se pretendia atingir. O mesmo se não poderá dizer dos que nele participaram a níveis inferiores. Entre estes houve, certamente, muitos ingénuos úteis, muitos ignorantes e simples comparsas, a par de ideólogos de vistas curtas que, julgando actuar com recta consciência, não passaram, afinal, de instrumentos daqueles (Amorim 1975: 11-12).

Para a extrema-direita, a cumplicidade dos vértices do Estado Novo com os golpistas é comprovada por duas atitudes de Marcelo Caetano, no dia 25 de Abril: por um lado, refugiou-se no Quartel do Carmo, no centro de Lisboa, e não na base aérea de Monsanto, como previsto pelo plano de contingência oficial; por outro lado, perante o golpe, ele não deu ordem de resistir nem às Forças Armadas ainda fiéis, nem à polícia política (PIDE/DGS), nem às organizações paramilitares (a Legião Portuguesa).

O segundo livro, publicado vinte anos depois, intitula-se *25 de Abril episódio do projecto global*. A obra aprofunda a denúncia de 1975, integrando elementos das diferentes versões do plano oculto que circulam nas direitas radicais. Como o próprio autor afirma na introdução do livro:

No fundo como penso poder provar ao leitor, muitos foram sem o suspeitarem simples instrumentos desse Poder oculto, a par de alguns outros que sempre agiram, conscientemente, ao seu serviço. Vejamos, então, como surgiu e cresceu o projecto do Governo Mundial, pois que só através dele, segundo creio, se podem esclarecer alguns dos mistérios que têm rodeado a evolução política nacional e internacional dos nossos dias (Amorim 1996: 29).

Segundo o autor, o 25 de Abril de 1974 representa apenas uma etapa do plano de longo prazo, preparado pela elite globalista desde o fim do século XIX. A elite globalista é guiada por teorias filosóficas de teor socialista, como o «comunismo platónico», na base das quais deve ser estruturado o futuro regime planetário, liderado por uma aristocracia iluminada. Figuras proeminentes da nova ordem global são, por exemplo, John Ruskin (1819-1900) e o seu discípulo Cecil Rhodes (1853-1902), este último representante do poder anglo-saxónico na disputa para a conquista do domínio mundial. Inspirada pelas ideias do socialismo global e da federação mundial, a elite anglo-saxónica é constituída principalmente pela alta finança e pela Banca (grupos como J.P. Morgan, Rockefeller, Rothschilds, Lamont). A elite está organizada em estruturas supranacionais, como o Round Table Group (1881) e as suas filiais nacionais, como o Royal Institute of International Affairs – Chatham House (Reino Unido, 1920) e o Council of Foreign Relations (EUA, 1921), e numa plethora de organizações nacionais e internacionais, como o Clube Bilderberg, a Fundação Ford, a Associação Americana para as Nações Unidas, as Conferências Pugwash, a Pilgrims Society, o Council Affairs,

o Comité para o Desenvolvimento Económico, o Business Advisory Council, a Commission on National Goals, a American Assembly, a National Planning Association, a Americans for Democratic Action, a English Speaking Union (Amorim 1996: 87).

Para implementar o plano, a elite globalista suporta desde sempre também o marxismo, funcional a nível económico e político. A nível económico, o marxismo e a sua *longa manus* o keynesianismo, serve à elite globalista para contrastar o liberalismo clássico, adepto do mercado livre no âmbito do Estado nacional e inimigo do governo mundial. A nível político, o marxismo da Revolução soviética de 1917 serviu para destruir o Império russo, acérrimo inimigo do projeto global e, ao mesmo tempo, para inspirar inúmeros movimentos guerrilheiros na América Latina e em África, e grupos terroristas na Europa. O caos e o terror, por sua vez, alimentaram, nos povos assustados, a dependência psicológica em relação à outra central do mundialismo: os Estados Unidos de América.

Neste contexto global, qual foi a atuação da elite globalista na preparação e implementação da «traição de Abril»? Segundo o *Livro Negro do 25 de Abril*, três internacionais operaram nos bastidores do golpe: a internacional vermelha (comunista e socialista); a internacional doirada capitalista (América do Norte e plutocracias europeias, nomeadamente Holanda e Suécia); a internacional negra (clerical progressista) (Fonseca 1982: 16). Em particular, a extrema-direita destaca seis acontecimentos, ocorridos durante o marcelismo e a transição, que, juntamente com os demais episódios revelados desde 1945, concorrem ao tal projeto global contra Portugal. Em primeiro lugar, a incapacidade do Estado Novo de encontrar uma solução política para a questão africana é imputada aos capitalistas britânicos que alegadamente manipularam os capitalistas portugueses para que, por um lado, boicotassem qualquer reforma no Ultramar na década 1960 e, por outro, levassem a opinião pública, na década de 1970, a aceitar o abandono de África e a integração na CEE. Neste sentido, o Grupo Bilderberg criou a Ala Liberal como oposição interna ao regime. Comprova-o o facto de Francisco Pinto Balsemão ter sido deputado da Ala Liberal em 1969, ter fundado o influente jornal oposicionista *Expresso* em 1973 e ter integrado, em 1981, o Grupo Bilderberg, como proeminente membro português. No ano de 1973, todas as oposições portuguesas (comunistas, socialistas, católicos, maçons, oficiais do Exército) juntaram-se na Conferência de Paris (financiada pela URSS) e chegaram a um acordo para intensificar a infiltração das Forças

Armadas portuguesas, para fomentar as guerrilhas na África portuguesa e, principalmente, para entregar o poder aos movimentos marxistas africanos após o colapso do regime. O chamado Acordo de Paris tornar-se-á uma constante na literatura de extrema-direita sobre o 25 de Abril como complô internacional: é o caso dos livros *Angola – Os vivos e os mortos*, de Pompílio da Cruz (Intervenção, 1976); *África – A vitória traída* dos generais Luz Cunha, Kaúlza de Arriaga, Bethencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques (Intervenção, 1977); *Liquidação do Ultramar* de Valdez dos Santos (JEF, 1980).

A pressão dos globalistas acelerou na véspera do golpe militar. A 15 de abril de 1974, o Papa Paulo VI apoiou oficialmente a solução federalista para o Império Português proposta pelo general António de Spínola com o livro *Portugal e o Futuro*, alternativa ao integracionismo do regime. Entre os dias 19 e 21 de abril de 1974, realizaram-se três encontros sobre a iminente revolução portuguesa: um em Bona (Alemanha, no Gymnich Castel), com os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE e dois em Mégeve (França, Hotel Mont d'Arbois), presenciados um pela Comissão Trilateral e pelo Grupo Bilderberg, e o outro por representantes da NATO, EUA, Alemanha, Itália e Portugal. Finalmente, a 23 de abril de 1974, o rio Tejo foi ocupado pela frota da NATO, alegadamente no âmbito do exercício militar Dawn Patrol 74. Segundo os radicais de direita, a partir destes navios da NATO teriam sido descarregados milhares de cravos vermelhos, símbolo dos Rothschild e, a partir daí, da revolução portuguesa (Tavares 2022).

Durante o PREC (1974-1975), a elite globalista reforçou o seu plano contra Portugal. Dois membros do Council on Foreign Relations desempenharam funções importantes na transição democrática, com duas estratégias aparentemente opostas, mas, na verdade, coordenadas contra Portugal. Por um lado, o embaixador dos EUA, Frank Carlucci, apoiou o líder do Partido Socialista, Mário Soares, contra os comunistas. Por outro lado, o Secretário de Estado Henry Kissinger promoveu a teoria da vacina, segundo a qual um Portugal comunista teria imunizado o resto da Europa Ocidental. As duas estratégias combinadas mantiveram Portugal no caos político-social, necessário ao abandono precipitado de África. Os artífices do complô permitiram a infiltração do PCP em todos os partidos da classe dominante (PS, PSD, CDS), a repressão das forças de direita, no 28 de setembro de 1974 e no 11 de março de 1975, e o agravamento da crise dos refugiados brancos vindos de

África. Os globalistas precisavam do caos para dois objetivos: garantir à URSS o controlo político das antigas colónias africanas para expulsar definitivamente Portugal – ou seja a Europa – de África e da Ásia; garantir à elite globalista o controlo económico das matérias-primas africanas, como, por exemplo, o petróleo de Cabinda (Angola), onde operava a Gulf Oil Corporation de Rockefeller. Para a extrema-direita, o colapso do regime autoritário e o estabelecimento da democracia não representaram nem a obra, nem a vitória do povo português, mas apenas uma etapa – neste caso em detrimento de Portugal – do plano da elite globalista para o domínio mundial.

Conclusões

No Estado Novo do segundo pós-guerra e na transição democrática, a extrema-direita portuguesa analisou todas as crises do regime autoritário e o seu colapso final, na perspectiva conspiracionista. Os agentes, internacionais e nacionais, denunciados pela extrema-direita, não são inventados. Eles existem e tomaram frequentemente posição oficial contra o regime português, tanto nas instituições internacionais, como na política nacional. O conspiracionismo da extrema-direita reside na integração de todos estes atores num único plano engendrado por uma única estrutura piramidal, animada por uma pletora de organizações, controladas pelo judaísmo internacional, a franco-maçonaria, a plutocracia, o comunismo. O conspiracionismo revela-se, também, na estruturação da relação hierárquica entre os diferentes atores, com a constante subordinação das marionetes nacionais aos titereiros internacionais. A extrema-direita não elabora uma versão única do complô mundialista contra Portugal. Dependentemente dos períodos históricos, os atores responsabilizados com mais afinco mudam: no imediato pós-guerra, prevalece o judaísmo internacional e o seu braço oculto da franco-maçonaria; na década de 1960, sobressai a ONU, controlada pelas duas superpotências no Conselho de Segurança e pela maioria dos países afro-asiáticos na Assembleia Geral; na década de 1970, ressalta a plutocracia internacional europeísta. Em todos os casos, há sempre a identificação dos atores nacionais ao serviço das internacionais conspirativas. No caso do judaísmo internacional, os republicanos maçons de diferentes ritos, os comunistas principalmente trotskistas e os neutralistas terceiro-mundistas. No caso da ONU, os

estudantes e os intelectuais anticolonialistas, tanto liberais enfeudados a Washington, como progressistas enfeudados a Moscovo. No caso da plutocracia internacional, os reformistas portugueses, sejam eles os europeístas demoliberais ou os pacifistas sociais-democratas. Os manipuladores internacionais e os manipulados nacionais são sempre suportados, mesmo que inconscientemente, pelos chamados “idiotas úteis” do mundo católico, monárquico, conservador e até nacionalista, influenciados, desde 1945, pelas correntes antiautoritárias: a democracia cristã, a monarquia constitucional, o reformismo liberal.

Não é fácil determinar quanto as mudanças no conspiracionismo dependem de processos de simplificação ou de apuração da análise política. O meio radical português não se destaca pela contribuição doutrinária à elaboração teórica conspiracionista da ultradireita europeia. Pelo contrário, parece evidente a reprodução acrítica das teorias veiculadas pela literatura extremista internacional, moldada ao caso português e, quando muito, integrada pelas informações de *intelligence* transmitidas pela PIDE/DGS e pela Legião Portuguesa.

Por outro lado, é evidente também como as componentes mais esotéricas, ocultas, obscuras deste conspiracionismo ficaram cada vez mais marginalizadas. O evoluir das crises proporciona uma série de dados empíricos que reforça a tese da convergência de interesses geopolíticos da comunidade internacional e das superpotências em particular, na democratização de Portugal e na sua saída de África, como etapa tardia, mas inevitável do longo declínio do eurocentrismo e do autoritarismo no Ocidente. Por consequência, a ideia do complô internacional contra Portugal tende a dar um peso menor às forças ocultas e a concentrar-se mais nos atores oficiais da política internacional e seus aliados nacionais. A visão típica das direitas portuguesas contrarrevolucionárias e fascistas acerca das crises portuguesas como consequência da derrota no combate intemporal e transcendental entre o Bem e o Mal – em 1945 como em 1789 – permanece património de uma componente minoritária da área radical. Prevalece, pelo contrário, a visão mais prosaica da mudança progressiva de relações de força no plano internacional. Em qualquer dos casos, o conspiracionismo não favoreceu a extrema-direita. Nos últimos anos do Estado Novo, a denúncia do complô não contrariou a progressiva marginalização desta facção mesmo entre os adeptos do regime. Nos anos da transição, o desvendar dos bastidores do 25 de Abril não abriu caminho a uma historiografia revisionista de direita sobre aquele

evento histórico. O conspiracionismo que circula hoje na Web de extrema-direita sobre aqueles acontecimentos históricos reproduz, no fundo, as mesmas análises elaboradas no rescaldo dos eventos.

Fontes

- A Nação* (1947). "O problema do Estado Nacional Judaico", 18 de janeiro, 1 e 11.
- A Nação* (1948a). "O anti-semitismo e a imprensa brasileira e portuguesa", 21 de agosto, 6-7.
- A Nação* (1948b), "Não!", 24 de julho, 12.
- Amorim, Fernando Pacheco (1971). *Na Hora da Verdade*. Coimbra: Ed. Autor.
- « — » (1975). *Portugal traído*. Madrid: Ed. Autor.
- « — » (1996). *25 de Abril episódio do projecto global*. Porto: Centro de Cópia
- António Silva Lemos.
- Ataque* (1962a). "Falsos conceitos e confusão", nº 1, 2 e 7.
- Ataque* (1962b). "A repressão do Capitalismo", nº 3-4-5, 1 e 8.
- Athayde, A. (1948). "A Estrela Cabalística", *A Nação*, 17 de julho, 5.
- Branco, H. Castelo (1947). "Nem muito ricos, nem muito pobres", *A Nação*, 11 de outubro, 4 e 7.
- Christianus (1948). "Os Judeus... são judeus", *A Nação*, 17 de julho, 2.
- Combate* (1962a). "Subversão académica", nº 4, 1-2 e 8.
- Combate* (1962b). "Subversão (fim de um processo)", nº 6, 1 e 6.
- Estêvão, José (1946). "À volta da destruição das riquezas – Teorias políticas e soluções económicas", *A Nação*, 30 de março, 6-7.
- Europeus (1947). "A actual posição no mundo das três forças super-nacionais - II A organização mundial judaica", *A Nação*, 19 de julho, 6-7 e 10.
- Figueiredo, José Valle (1963). *A juventude e a Revolução Nacional*. Braga: Governo Civil de Braga.
- « — » (1967a). "A teia secreta – o conselho dos assuntos externos e o grupo de Bilderberg", *Agora*, 14 de outubro, 6 e 11.
- « — » (1967b). "A teia secreta – as conferencias Pugwash e o grupo de Bilderberg", *Agora*, 21 de outubro, 7.
- « — » (1967c). "A linha paralela e o African-American Institute", *Agora*, 28 de outubro, 7.

- « — » (1973). *Reforma universitária e política académica*. Lisboa: Livraria Sampedro.
- Fonseca, José Dias de Almeida da (1982). *Livro Negro do 25 de Abril*. Porto: Edições FP.
- Gil, A. (1962). “A Carta de Grenoble, NÃO!”, *Combate*, nº 3, 3 e 8.
- Gomes, Francisco Matos (1946). “Estilo Maçónico”, *A Nação*, 6 de julho, 1-2.
- Litorius (1947). “Os 13 pontos de Israel”, *A Nação*, 8 de fevereiro, 7-8.
- O Fixe (1947). “Bolchevismo e Semitismo – Alerta!”, *A Nação*, 26 de julho, 1 e 11.
- O’Neill, José (1947). “Justificando atitudes”, *A Nação*, 13 de setembro, 1 e 11.
- Pimenta, Alfredo (1943a). “O perigo comunista”, *Esfera*, 20 de fevereiro, 4 e 23.
- « — » (1943b). “O futuro da Europa”, *Esfera*, 5 de fevereiro, 3.
- « — » (1946). “O beco sem saída”, *A Nação*, 16 de novembro, 1 e 8.
- « — » (1948). “Fragmentos do discurso no rancho de camaradas de A Nação”, *A Nação*, 6 de março, 12.
- Real, G. (1962). “Qual’Europa?”, *Ataque*, nº 2, 2.
- Suna, Nuno Monte (1947). “O perigo judeu”, *A Nação*, 26 de julho, 6.

Bibliografia

- Albanese, Matteo (2022). *Neofascism in Europe (1945–1989): A Long Cultural Journey*. London: Routledge
- Schaefer, Ansgar (2014). *Portugal e os Refugiados Judeus Provenientes do Território Alemão*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cassam, Quassim (2023). “Conspiracy Theories”, *Society*, 60, 190-199.
- Coady, David (2012). *What to believe now: Applying epistemology to contemporary issues*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Cubitt, Geoffrey (1989). “Conspiracy Myths and Conspiracy Theories”, *Journal of the Anthropological Society of Oxford*, 20, 1, 12-26.
- Imhoff, Roland, Zimmer, Felix, Klein, Olivier, et al. (2022). “Conspiracy mentality and political orientation across 26 countries”, *Nature Human Behaviour*, 6, 3, 392-403.
- Lee, Benjamin (2020). “Radicalisation and conspiracy theories”, in Michael Butter e Peter Knight (eds.), *Routledge handbook of conspiracy theories*. New York: Routledge, 344-356.

- Marchi, Riccardo (2009a). *Folhas Ultras*. Lisboa: ICS.
- « — » (2009b). *Império nação Revolução*. Lisboa: Texto.
- Marie, Antoine e Petersen, Michael Bang (2022). "Political conspiracy theories as tools for mobilization and signaling", *Current Opinion in Psychology*, 48, 2, 101440.
- Matthews, Fred (2023). "Conspiracy Theories, Scepticism, and Non-Liberal Politics", *Social Epistemology*, 37, 626-636.
- Papaioannou, Kostas, Pantazi, Myrto e van Prooijen, Jean-Willen (2023). "Is democracy under threat? Why belief in conspiracy theories predicts autocratic attitudes", *European Journal of Social Psychology*, 53, 5, 846-856.
- Pigden, Charles (2007). "Conspiracy Theories and the Conventional Wisdom", *Episteme*, 4, 2, 219-232.
- Saull, Richard, Anievas, Alexander, Davidson, Neil, Fabry, Adam (eds.) (2015). *The Longue Durée of the Far-Right: An International Historical Sociology*. New York: Routledge.
- Spark, Alasdair (2001). "Conjuring order: the new world order and conspiracy theories of globalization", *The Sociological Review*, 48, 2, 46-62.
- Taguieff, Pierre-André (2013). "L'invention du «complot judéo-maçonnique». Avatars d'un mythe apocalyptique moderne", *Revue d'Histoire de la Shoah*, 1, 198, 23-97.
- Tavares, Rita (1/05/2022). "Fact Check. Cravos do 25 de Abril foram distribuídos por camiões da NATO?", *Observador*, <https://observador.pt/factchecks/fact-check-cravos-do-25-de-abril-foram-distribuidos-por-camioes-da-nato/> (acedido a 26 de setembro de 2023).
- Terry, Nicholas (2017). "Holocaust denial in the age of web 2.0. Negationist discourse since the Irving-Lipstadt trial", in Paul Behrens, Olaf Jensen, Nicholas Terry (eds.), *Holocaust and Genocide Denial. A Contextual Perspective*. London: Routledge, 34-54.

**ANTÓNIO DE SPÍNOLA E A DEMOCRACIA PORTUGUESA.
NARRATIVAS SOBRE O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO
ANTÓNIO DE SPÍNOLA AND PORTUGUESE DEMOCRACY.
NARRATIVES ON THE REVOLUTIONARY PROCESS**

PIERRE MARIE
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais
pierregmarie@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0465-0660>

Texto recebido em / Text submitted on: 21/09/2023
Texto aprovado em / Text approved on: 21/12/2023

Resumo

A presente proposta procura analisar a trajetória de António de Spínola. Figura aglutinadora da extrema-direita portuguesa, o antigo Presidente da República chefiou o Movimento Democrático de Libertação de Portugal e esteve ligado à onda de violência bombista que se alastrou nos anos 1975 e 1976. No entanto, após o seu regresso sem julgamento em agosto de 1976, Spínola foi reabilitado: reintegrado no Exército em 1978, nomeado Marechal em 1981 e Chanceler das Ordens Militares em 1987. Em 1984, Spínola presidiu a Comissão das Comemorações do 10º Aniversário do 25 de Abril, tornando-se assim o símbolo da Revolução dos Cravos. A reabilitação da figura de António de Spínola pela democracia portuguesa exemplifica a invisibilização das violências de extrema-direita. Procurar-se-á questionar a memória do processo revolucionário e os silêncios que nela subsistem.

Palavras-chave

Revolução portuguesa; Terrorismo; António de Spínola; Democracia; Memória.

Abstract

This proposal seeks to analyze the trajectory of António de Spínola. A unifying figure for the Portuguese extreme right, the former President of the Republic headed the Democratic Movement for the Liberation of Portugal and was linked to the wave of bombing violence that spread in 1975 and 1976. However, after his return without trial in August 1976, Spínola was rehabilitated: reinstated in the Army in 1978, appointed Marshal in 1981 and Chancellor of the Military Orders in 1987. In 1984, Spínola presided over the Commission for the Celebrations of the 10th Anniversary of the 25th of April, thus becoming the symbol of the Carnation Revolution. The rehabilitation of the figure of António de Spínola by Portuguese democracy exemplifies the invisibility of extreme right-wing violence. The article question the memory of the revolutionary process and the silences that remain.

Keywords

Portuguese Revolution; Terrorism; António de Spínola; Democracy; Memory.

Introdução

Os portugueses não esquecerão a atitude corajosa de António de Spínola num momento decisivo da sua história e o seu contributo para a criação de condições conducentes à restauração da liberdade e ao restabelecimento do regime democrático em Portugal (Público 1996: 2).

Estas palavras constam da carta de condolências assinada pelo então Presidente da República Jorge Sampaio, após o falecimento de um dos seus antecessores a 13 de agosto de 1996. Nessa mesma carta prosseguiu: «A conquista da liberdade e da democracia em Portugal, lograda com o 25 de Abril de 1974, muito ficou a dever à atuação e ao magistério político-militar do então general António de Spínola» (Público 1996: 2). Esta declaração do mais alto representante do Estado Português exprimiu, de forma exemplar, uma narrativa amplamente difundida, que traça uma ligação entre António de Spínola, o 25 de Abril e a construção do regime democrático em Portugal.

O presente texto pretende questionar essa narrativa ao seguir a trajetória política de António de Spínola e o lugar por ele ocupado na memória oficial da República Portuguesa. A análise desta trajetória memorial permitirá questionar a própria memória do 25 de Abril de

1974, com a seguinte questão fundamental em pano de fundo: de que falamos quando nos referimos à Revolução dos Cravos? O Estado Novo e o processo revolucionário constituem casos de batalha de memórias (Loff 2014). A figura de António de Spínola servirá assim como um revelador dos silêncios e ausências que permanecem sobre a memória do processo revolucionário em Portugal. Personalidade aglutinadora da extrema-direita portuguesa, o antigo Presidente da República chefiou, no seu exílio, o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) e esteve diretamente ligado a tentativas de golpes e à violência bombista nos anos 1975 e 1976. No entanto, após o seu regresso a Portugal em agosto de 1976, António de Spínola foi progressivamente reabilitado ao ponto de receber as honras da República Portuguesa e de se tornar num símbolo do 25 de Abril de 1974.

A reabilitação da figura de António de Spínola pela democracia portuguesa exemplifica a invisibilização das violências de extrema-direita. Questiona-se como uma personagem tão ligada à violência política de extrema-direita se pode tornar o símbolo de uma revolução democrática. Ao seguir a trajetória memorial de Spínola entre 1976 e 1996, ano da sua morte, procurar-se-á questionar a memória atual do processo revolucionário e os silêncios que nela subsistem. A trajetória de António de Spínola permite identificar os processos de construção de uma narrativa sobre o processo revolucionário, reduzido apenas ao único dia 25 de Abril de 1974 e a uma transição institucional, apagando a violência terrorista da extrema-direita e escamoteando os diversos projetos políticos em luta, o impacto dos movimentos sociais e as mudanças duradouras introduzidas no país.

A organização deste texto procura apresentar três facetas da figura de António de Spínola. Na primeira parte apresenta-se as suas ligações à violência política ao longo do processo revolucionário, desde as tentativas de golpes institucionais e militares às atividades terroristas e conspiradoras enquanto presidente do MDLP. A segunda parte apresenta um António de Spínola progressivamente reabilitado pela democracia portuguesa, sem julgamento pelas suas atividades anteriores, com a sua reintegração nas Forças Armadas e diversas homenagens. Na última parte, questiona-se a construção do antigo chefe de Estado como símbolo do 25 de Abril e o que isso revela sobre a ligação da democracia portuguesa ao seu momento fundador.

António de Spínola e o 25 de Abril

Em 1975, o fotógrafo Eduardo Gageiro venceu o segundo prémio da *World Press Photo* na categoria de retrato⁽¹⁾. A fotografia laureada retrata o General António de Spínola, de farda militar condecorada, com ar duro, usando o seu famoso monóculo que lhe dava um aspeto de um outro tempo⁽²⁾. Este prémio internacional de fotografia imortalizou António de Spínola como um rígido chefe militar e realçou a importância que teve durante os anos da revolução. Ironicamente, a fotografia vencedora do primeiro prémio apresentava um outro Presidente que teve de renunciar o seu mandato no segundo semestre de 1974, Richard Nixon. A 6 de maio de 1974, António de Spínola, novamente de farda militar e de monóculo, já tinha sido capa da revista norte-americana *Time*. Estas célebres fotografias levantam uma mesma pergunta: pode o General do monóculo ser a melhor ilustração deste conturbado período histórico?

Produto do regime autoritário, António de Spínola era próximo dos fascismos europeus, como comprova o seu envolvimento com o franquismo na Guerra de Espanha e com o nazismo na Segunda Guerra Mundial (Catarino, Assor 2010). Oficial formado no Colégio Militar, voluntariou-se para a Guerra Colonial, em Angola. Foi Governador Militar na Guiné-Bissau, em plena Guerra Colonial, cargo que exerceu até ao seu regresso à metrópole em 1973 (Rodrigues 2010). Duas ideias centrais fundamentam a atuação política de António de Spínola: uma ardente defesa do Ultramar e um visceral anticomunismo. Crítico da política colonial de Marcello Caetano, oficializou esta rutura com a publicação a 22 de fevereiro de 1974 do livro *Portugal e o Futuro*.

António de Spínola apresentou, nesta obra, uma solução política para a saída da Guerra Colonial, com o objetivo de manter a presença portuguesa em África. Mas, longe de defender a independência das colónias, António de Spínola procurou manter uma «Comunidade Lusíada». Tratou-se de desenhar uma solução neocolonial com a criação de uma República Federal Portuguesa, descentralizada e permitindo a participação política das populações africanas, bem como a modernização económica. Após estas reformas de longo prazo que visariam convencer

(1) Site World Press Photo: “1975 Photo Contest”. <https://www.worldpressphoto.org/collection/photocontest/winners/1975>.

(2) Site Eduardo Gageiro: “Fotografia n.º 108”.

as populações africanas das vantagens da sua integração na República Portuguesa, estavam previstas consultas populares cujo objetivo era claramente definido pelo autor: «promover a autodeterminação das populações ultramarinas pela sua integração na República Portuguesa» (Spínola 1974: 148). Para Spínola, «tudo indica que, pelo menos a maioria absoluta dos nossos africanos, escolheria a permanência num contexto português», acrescentando ainda que «somos dos que crêem firmemente no portuguesismo da nossa gente africana» (Spínola 1974: 149 e 198).

Informado das atividades do Movimento dos Capitães, António de Spínola apresentou o seu plano como o único capaz de evitar a «desagregação de Portugal pela via revolucionária» (Spínola 1974: 133). Rejeitando o abandono do Ultramar, António de Spínola tentou evitar, em fevereiro de 1974, uma revolução que acabaria com o regime e levaria às independências africanas. Como sublinhou Maria Inácia Rezola, *Portugal e o Futuro* constituiu «uma derradeira tentativa para encontrar uma saída para a questão ultramarina mantendo o regime» (Rezola 2007: 43). António de Spínola concluía assim a sua obra: «Haveremos de continuar em África. Sim!» (Spínola 1974: 236). Com uma justificação clara:

Sem o Ultramar, estaríamos perante um quadro de opção entre a pobreza dos subjacentes ou a absorção; e o velho sonho ibérico, ou a suserania dos grandes potentados não europeus, ou um espinho soviético cravado nas costas do Ocidente, seriam a longo prazo as alternativas do nosso destino (Spínola 1974: 235).

A defesa do colonialismo e a luta contra o comunismo mantiveram-se as bússolas da atuação política de António de Spínola após o 25 de Abril, sem despudor de recorrer à violência. Não tendo conseguido evitar a via revolucionária, António de Spínola tentou anular o programa do Movimento das Forças Armadas nas semanas anteriores. Informado do golpe militar no dia 24 à noite, Spínola recebeu o poder do Presidente do Conselho desposto para «evitar que [este] caísse na rua», a pedido de um Marcello Caetano cercado no Quartel do Carmo. Para Maria Inácio Rezola, «legitimado pelo próprio Marcelo Caetano, pelo Movimento que lhe conferira autoridade para receber a sua rendição e pela multidão que o ovacionara, António de Spínola jog[ou] habilmente nesses momentos» (Rezola 2007: 59).

Na madrugada de 26 de abril, António de Spínola apresentou-se como a principal figura da Junta de Salvação Nacional, lendo na televisão a Proclamação ao país. O primeiro ponto desta declaração destacava como objetivo o de «garantir a sobrevivência da Nação Soberana no seu todo pluricontinental» (Spínola 1976: 29). Em negociações anteriores, Spínola tinha tentado eliminar a referência ao direito dos povos à autodeterminação do programa do MFA (Rezola 2007: 61). Nomeado Presidente da República a 15 de maio de 1974, António de Spínola tentou, nos meses que se seguiram, marginalizar o Movimento das Forças Armadas, com vista a impor a sua reforma do sistema colonial português.

Tentou, em vários momentos, personificar o novo poder e conseguir um golpe institucional que lhe garantisse a imposição do seu programa. Foi o caso das negociações para a formação do primeiro Governo Provisório e, mais tarde, do apelo lançado à «maioria silenciosa», alegadamente oposta ao rumo então seguido, que tentou mobilizar à sua volta numa manifestação a 28 de setembro de 1974. Segundo Francisco Bairrão Ruivo,

A preocupação de Spínola após o 25 de Abril será precisamente marginalizar e dissolver o MFA e invalidar o seu programa para impor o seu projeto político, que passava pela reposição da hierarquia tradicional e da disciplina nas Forças Armadas, essencial para subtrair ao MFA o poder político e militar necessário para conter a agitação social, a radicalização e os ímpetus revolucionários e anticoloniais que iam tomando conta da sociedade portuguesa, tendo em vista a aplicação da sua solução do problema colonial: adiar as independências e impor a via federalista assente em referendos a realizar em data indeterminada (Ruivo 2015: 53).

O falhanço da manifestação da «maioria silenciosa» levou António de Spínola a demitir-se da Presidência a 30 de setembro. Anunciou a decisão numa reunião extraordinária do Conselho de Estado, transmitida em direto na televisão, onde fez um discurso quase apocalíptico da situação política. Justificou a saída pelos erros cometidos na descolonização, pelas manipulações e violências perpetradas por alguns partidos e pela instabilidade, concluindo que «neste clima generalizado de anarquia, em que cada um dita a sua própria lei, a crise e o caos são inevitáveis» (Spínola 1978: 241).

Finda esta primeira fase institucional, António de Spínola virou-se para ações violentas para conseguir voltar ao poder e apareceu como

uma figura aglutinadora para as forças da direita que se opunham ao processo revolucionário e à descolonização. No dia 11 de março de 1975, os apoiantes de Spínola tentaram um golpe militar com vista a regressar ao poder. Para o antigo Presidente da República, era então «urgente repor a pureza do 25 de Abril» (Catarino, Assor 2010: 176). As operações militares deste dia mostraram uma grande impreparação do golpe e levaram António de Spínola e 16 oficiais a fugir para Talavera la Real, em Espanha, antes de rumar para o Brasil a 16 de março. Este novo falhanço levou António de Spínola ao exílio e à organização de ações violentas de desestabilização tendo por principais alvos forças e militantes de esquerda. Em maio de 1975, foi assim criado o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), cuja presidência foi assumida por Spínola. No seu primeiro documento oficial datado de 5 de maio, a organização apresentou a sua missão como a de «impedir a instauração de um regime comunista ou de ditadura militar-marxista em Portugal» e justificou a sua existência como resposta à «traição aos princípios fundamentais do Programa do Movimento das Forças Armadas» (Calvão 1976: 151 e 154). O MDLP estruturou-se em vários setores sob a presidência de António de Spínola e a direção operacional de Alpoim Calvão que se encontrava então em Madrid (Sánchez Cervelló 1994).

O MDLP desenvolveu uma estratégia de subversão apoiada numa organização clandestina, usando para isso atentados bombistas e atos de terrorismo contra alvos considerados revolucionários. O movimento imprimiu e difundiu comunicados onde defendia que era «urgente prepararmo-nos para desencadearmos por todo o Portugal uma CRUZADA BRANCA contra a opressão vermelha, contra o comunismo estrangeiro, usurpador, opressor e ateu!» (Movimento Democrático de Libertação de Portugal sem data: 1). O MDLP teceu ligações com outros grupos bombistas, como o Exército de Libertação de Portugal (ELP), com a ala reacionária da Igreja católica, nomeadamente no norte do país, e com partidos de direita. Spínola manteve igualmente relacionamentos com os meios empresariais, nomeadamente com António de Champalimaud, uma das maiores fortunas em Portugal, que participou no financiamento do MDLP (Costa et al. 2010: 289).

O MDLP foi uma das organizações responsáveis pelo alastramento de uma vaga bombista, principalmente ao longo dos anos de 1975 e 1976. A aliança das forças da extrema-direita portuguesa teve como consequência atentados bombistas, ataques a sedes de partidos e assassinatos de

militantes considerados comunistas. Como relata Miguel Carvalho em *Quando Portugal Ardeu*:

Durante os meses quentes de 1975, MDLP, ELP e “Maria da Fonte” constituem-se na santíssima trindade que mostra ao País a visão do inferno e o caminho da redenção patriótica. Os jornais e os telejornais percorrem – indignados uns, outros com júbilo contido – o cemitério fumegante de sedes, casas, automóveis, escritórios, livrarias identificadas com o inimigo “comunista” (Carvalho 2017: 154).

O *Dossier Terrorismo* compilado pelas Edições Avante! e editado em 1977 contabilizou 566 ações de carácter terrorista entre maio de 1975 e abril de 1977, parte de um «plano geral de subversão fascista» com o objetivo de instaurar um regime ditatorial chefiado pelo António de Spínola (Dossier Terrorismo 1977: 13).

Ao longo do período revolucionário, o paralelo com o Chile de 1973 foi largamente traçado com a situação portuguesa (Del Pero 2011; Touraine 1977). Neste contexto, António de Spínola foi retratado como um potencial Augusto Pinochet, prestes a tomar o poder para evitar reformas sociais e económicas. A presença em Portugal de Frank Carlucci Embaixador dos Estados Unidos da América reforçou mais ainda estas suspeitas. Escolha do vice-diretor da CIA para a Embaixada em Lisboa (Carvalho 2017: 160), Carlucci tinha participado em atividades subversivas no ex-Congo Belga e no Brasil, com o apoio desta agência. Chegou a Portugal em janeiro de 1975 e teceu contactos com as organizações de extrema-direita e a hierarquia religiosa do Norte. O paralelo chileno ganhou ainda mais força com os apelos à insurreição lançados por António de Spínola numa carta aberta ao Presidente da República Francisco da Costa Gomes tornada pública em agosto de 1975, onde escreve que «é chegada a hora de um povo que num esforço heroico se levantou em eloquente demonstração de que, embora abandonado, não se submete nem se entrega à tirania, à exploração e à opressão» (Spínola 1976: 264).

O MDLP e António de Spínola teceram igualmente contactos internacionais, com vista a obter apoio para tomar o poder. Estas tentativas ficaram provadas com o «caso Wallraff», nome de um jornalista alemão que montou com sucesso uma armadilha aos dirigentes do MDLP. Günter Wallraff fez-se passar por um representante de um partido oeste-alemão interessado em financiar a subversão em Portugal e, com isso, conseguiu

introduzir-se junto da estrutura clandestina do MDLP. Chegou mesmo a encontrar-se com Spínola e dois outros dirigentes a 25 de março de 1976, em Düsseldorf, na República Federal da Alemanha. António de Spínola confessou-lhe o objetivo do MDLP: «o que nós visamos é a eliminação total do comunismo em Portugal; não aceito quaisquer hipóteses em relação à democracia enquanto se tolerar comunistas no Governo» (Wallraff, Schlumberger 1976: 93).

O MDLP pediu a Wallraff apoio financeiro e o fornecimento de armas para levar a cabo este objetivo. Os testemunhos compilados na investigação de Wallraff comprovam as atividades terroristas anteriores do MDLP e a existência de planos para trazer armas a combatentes clandestinos. Revelado no jornal *Stern* de abril de 1976, o «caso Wallraff» teve como consequência a expulsão de António de Spínola da Suíça, por romper a promessa de não desenvolver atividades políticas (Catarino, Assor 2010). Alguns dias mais tarde, a 29 de abril de 1976, António de Spínola anunciou a dissolução do MDLP, num contexto de perda de apoio internacional e de divisões internas (Sánchez Cervelló 1994). O presidente da organização justificou, no entanto, esta dissolução com as eleições legislativas de 25 de abril de 1976, que ratificaram a transição para a democracia (Spínola 1976: 451).

O regresso de António de Spínola à democracia

Com a dissolução do MDLP, terminou a trajetória política de António de Spínola. Um percurso feito de cedências constantes entre os seus planos políticos e a realidade do país. Oposto ao fim do regime autoritário, escreveu *Portugal e o Futuro* para tentar uma reforma do sistema colonial. Teve, no entanto, de se alinhar com o 25 de Abril para tentar neutralizar o programa do MFA. Após a saída da presidência, recorreu à violência sob todas as suas formas – tentativa de golpe militar, terrorismo bombista, ataques a sedes de partidos de esquerda, apelo à insurreição, conspiração – para travar a descolonização e lutar contra uma alegada instalação de uma ditadura comunista em Portugal. Não podendo evitar os processos de descolonização, manteve o sonho de um regresso violento ao poder mesmo durante o ano de 1976. O desvendar do «caso Wallraff» e a perda de apoios internacionais inviabilizaram este projeto e obrigou António de Spínola a reconhecer e aceitar a nova democracia portuguesa.

Abriu-se, deste modo, uma nova fase na trajetória de António de Spínola. O regresso a Portugal constituiu um primeiro objetivo e foi fruto de numerosos contactos. Mesmo no tempo do exílio, Spínola manteve ligações com responsáveis militares e políticos. Numa carta enviada a Alpoim Calvão em maio de 1975 referiu contactos com José Veiga Simão, antigo ministro da Educação de Marcelo Caetano, então representante de Portugal nas Nações Unidas, bem como incentivou o «aproveitamento do Major [Ramalho] Eanes» (Spínola 1975). Os testemunhos recolhidos por Günter Wallraff durante a sua investigação evidenciaram negociações para um regresso a Portugal e elencaram igualmente ligações mantidas entre elementos do MDLP e membros do Centro Democrático Social (CDS), a hierarquia religiosa – nomeadamente com o Cónego Melo de Braga – e com três membros do Conselho da Revolução: Moraes e Silva, Pires Veloso e Ramalho Eanes (Wallraff, Schlumberger 1976: 45).

Mário Soares, numa entrevista realizada em 1976 com Dominique Pouchin, correspondente do jornal *Le Monde* em Portugal durante o processo revolucionário, exprimiu-se sobre um eventual regresso de António de Spínola a Portugal:

Não gosto de profecias em política. Sou sempre prudente: nunca me ouviram bajular Spínola quando estava no poder nem cobri-lo de insultos quando caiu em desgraça. Qual é o seu destino político? Isso depende dele: o 11 de Março não acabou, deve haver um processo e um julgamento. Virá explicar-se e enfrentar a justiça dos seus compatriotas? De qualquer maneira, não tenho medo do papel que Spínola possa vir a desempenhar num Portugal democrático. Penso, pelo contrário, que é uma estupidez condená-lo a atividades contra-revolucionárias (Soares 1976: 219).

Respondendo se este regresso era desejável, o líder do Partido Socialista mostrou-se claro: «Sim, porque é muito mau alimentar mitos no estrangeiro...» (Soares 1976: 220).

O regresso de António de Spínola a Portugal ocorreu a 26 de agosto de 1976, no aeroporto da Portela, em Lisboa. Um comunicado do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de agosto de 1976 esclareceu que «contra o cidadão António de Spínola» recaíam «fundadas suspeitas de responsabilidades decorrentes da sua participação nas atividades delituosas do MDLP e de uma eventual tentativa de aquisição de armas de guerra com objetivos igualmente ilícitos» (Público 1996: 4). O

antigo chefe de Estado passou dois dias no Forte de Caxias para prestar esclarecimentos sobre as suspeitas à volta do 11 de março de 1975 e atividades contrarrevolucionárias. Esta estadia no estabelecimento prisional foi atípica porque «o comandante do presídio, capitão Baltazar Gamito, oficial de Cavalaria que participara no 25 de Novembro, não consente que o «seu» general seja trancado numa cela – e cede-lhe o quarto» (Catarino, Assor 2010: 206).

Importa notar que António de Spínola não foi confrontado pela justiça portuguesa pelas atividades criminosas perpetradas durante o processo revolucionário, se excluirmos estes dois dias no Forte de Caxias. Não ocorreram investigações, processos ou julgamentos em nenhum dos casos em que António de Spínola levantava suspeitas: o golpe de 11 de março de 1975, a atividade clandestina do MDLP, o terrorismo bombista e ainda a preparação de golpe, conforme revelado pela investigação de Günter Wallraff. António de Spínola foi assim agraciado de uma forma de amnistia tácita, que cobriu as suas atuações antidemocráticas com um manto de silenciamento e esquecimento. O regresso de Spínola deve ser perspetivado com o de outros militares exilados na sequência do 11 de março de 1975, bem como das principais figuras dos meios empresariais. Com a ausência de julgamento que poderia ter permitido apurar a verdade e determinar as devidas consequências penais sobre a onda de violência contrarrevolucionária que se alastrou no país em 1975 e 1976, a figura de António de Spínola pôde iniciar uma nova etapa: a da reabilitação.

Esta reabilitação foi iniciada pela progressiva reintegração do antigo Presidente da República nas Forças Armadas. O artigo do jornal *O Dia*, datado de novembro de 1977, destacou a criação de uma «Comissão Nacional de Apoio à Reintegração do General Spínola» nas Forças Armadas (O Dia 1977). A reintegração de António Spínola nas Forças Armadas ocorreu a 27 de fevereiro de 1978, com o General a passar a uma situação de reserva (Catarino, Assor 2010). Dois anos mais tarde, a 11 de abril de 1980, António de Spínola foi reformado das Forças Armadas, por atingir o limite de idade. A carreira militar do General Spínola prosseguiu assim até à sua reforma, o período do exílio constituindo apenas um parêntese fechado com a sua reintegração em 1978.

No mesmo ano da sua reintegração nas Forças Armadas, António de Spínola publicou *País sem Rumo: Contributo para a História de uma Revolução*, onde defendeu a sua atuação e participou na elaboração de uma narrativa sobre o 25 de Abril de 1974. Esta obra apresenta uma

compilação de discursos e textos de António de Spínola, com um objetivo central: sustentar que as ideias do dia 25 de Abril – que ele próprio encarnaria – foram traídas imediatamente nos dias e meses seguintes por um processo revolucionário marcado por uma forte agitação social e que resultou na descolonização. António de Spínola lamentou, nesta obra, «o descalabro a que a desvirtuação dos ideais democráticos do “25 de Abril” conduziu o País» (Spínola 1978: 15). Esta narrativa, que descredibiliza por completo os dois anos do processo revolucionário e que silencia a violência de extrema-direita, foi central para o processo de reabilitação de António de Spínola.

No entanto, as Forças Armadas não se limitaram a reintegrar António de Spínola, agraciaram-no com a mais alta patente militar. A 16 de dezembro de 1981, uma resolução do Conselho da Revolução, assinada por Ramalho Eanes, decidiu promover António de Spínola ao posto de Marechal⁽³⁾. Nesse mesmo dia, o Conselho da Revolução promoveu igualmente ao mesmo posto Francisco da Costa Gomes, sucessor de Spínola à Presidência da República⁽⁴⁾. Se num primeiro momento, António de Spínola recusou a distinção, Ramalho Eanes acabou por confirmá-la a 3 de fevereiro de 1982. Spínola recebeu oficialmente o Bastão de Marechal a 11 de junho de 1991 (Catarino, Assor 2010).

Às honras militares, juntaram-se igualmente as políticas, concedidas pela República. A 5 de fevereiro de 1987, o Presidente da República Mário Soares entregou a António de Spínola a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e da Espada e entregou-lhe a distinção de Chanceler das Antigas Ordens Militares (Catarino, Assor 2010). Spínola recebeu igualmente, a 12 de dezembro de 1987, as honras do país vizinho com o Rei de Espanha Juan Carlos a entregar-lhe a Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica (Rezola 2006). Após o seu regresso em 1978, António de Spínola foi reabilitado em poucos anos na hierarquia militar e foi, numa segunda fase, alvo das mais altas distinções militares e políticas.

O silenciamento das atividades violentas conduzidas por Spínola e os seus apoiantes foi consagrado por estas condecorações, que assentaram na ausência de qualquer julgamento. Esta reabilitação tomou, no entanto,

(3) Conselho da Revolução, “Resolução 276/81”, Diário da República n.º 300/1981, 2º Suplemento, Série I de 31 de dezembro de 1981.

(4) Conselho da Revolução, “Resolução 275/81”, Diário da República n.º 300/1981, 2º Suplemento, Série I de 31 de dezembro de 1981.

uma direção ainda mais significativa em abril de 1984. No 10º Aniversário do 25 de Abril de 1974, o Presidente da República Mário Soares convidou António de Spínola a presidir às Comemorações oficiais na Assembleia da República (Catarino, Assor 2010). Numa altura de governo de bloco central, este convite feito a Spínola reforçou ainda mais a identificação do antigo Presidente da República ao 25 de Abril (Rodrigues 2010: 648).

António de Spínola, símbolo do 25 de Abril de 1974

Após ter sido a figura aglutinadora da extrema-direita oposta à descolonização, ter sido reabilitado em democracia e homenageado pela República, António de Spínola tornou-se, na narrativa oficial, a figura do 25 de Abril de 1974. Este facto poderá constituir um paradoxo à luz dos factos anteriormente descritos. António de Spínola, em *Portugal e o Futuro*, mostrou-se oposto ao fim do regime e a qualquer revolução que conduzissem à perda dos territórios africanos. Ao longo do processo revolucionário, fez do uso da força um meio para alcançar o poder e desestabilizar os seus adversários. O tratamento memorial do General Spínola pela democracia portuguesa muito revela sobre a própria memória do 25 de Abril e do processo revolucionário. O lugar ocupado por António de Spínola na História oficial coloca os holofotes na transição institucional e deixa na sombra as lutas políticas e sociais do período revolucionário, onde a violência da extrema-direita teve lugar.

As reações oficiais e de figuras públicas à morte do antigo Presidente da República no dia 13 de agosto de 1996 comprovam este quase unanimismo e a ligação memorial traçada entre Spínola e a democracia portuguesa. No próprio dia, a Presidência do Conselho de Ministros decretou um luto nacional de dois dias

considerando a homenagem devida pelos Portugueses à memória do militar de carreira distinta, que exerceu as funções de Presidente da República após o 25 de Abril de 1974 e que fica indissociavelmente ligado ao advento do regime democrático em Portugal⁽⁵⁾.

(5) Presidência do Conselho de Ministros, “Decreto n.º 23-A/96”, Diário da República n.º 187/1996, 1º Suplemento, Série I-B de 13 de agosto de 1996.

Mário Soares falou de uma «figura de referência» após o seu regresso em 1976, acrescentando que «todos temos para ele uma dívida de gratidão, e que devemos olhar para a sua vida e para a sua obra na sua globalidade» (Público 1996: 6). Para Jorge Sampaio, então Presidente da República, a figura de António de Spínola

ficará associada, com algumas outras grandes figuras das Forças Armadas Portuguesas, à implantação do regime democrático em Portugal. Também por essa razão é merecedora de que o país se curve agora, respeitosamente, perante a sua memória» (Público 1996: 7).

O facto de António de Spínola se ter tornado num símbolo do 25 de Abril levanta uma questão central para a memória deste acontecimento histórico: de que 25 de Abril se trata? Noutras palavras, de que falamos quando referimos o 25 de Abril e a Revolução dos Cravos. O «25 de Abril» tornou-se num cronónimo basilar da vida política portuguesa. Definida por Paul Bacot, Laurent Douzou e Jean-Paul Honoré como uma «expressão, simples ou complexa, utilizada para designar uma porção de tempo que a comunidade social apreende, distingue, associa a atos que lhe deveriam dar coerência», um cronónimo «faz existir socialmente um período» (Bacot et al. 2008: 5)⁽⁶⁾. O «25 de Abril» como qualificação de um período tornou-se assim num campo de batalha, como de resto outras expressões a ele ligadas tais como «Revolução de Abril», «Revolução dos Cravos», «Militares de Abril» ou o controverso acrónimo «PREC» para «Processo Revolucionário em Curso».

Ao colocar António de Spínola como uma personagem central do 25 de Abril, limita-se a Revolução Portuguesa a uma simples transição de um Estado autoritário para um regime democrático, que poderia ser resumida numa cena: a entrega do poder de Marcelo Caetano a António de Spínola no Quartel do Carmo. No entanto, o 25 de Abril de 1974 constituiu um verdadeiro evento histórico, no sentido dado por Alain Badiou. Para o filósofo, «o evento é a criação repentina, não de uma nova realidade, mas de uma miríade de novas possibilidades» (Badiou 2011)⁽⁷⁾. Reduzir desta forma o 25 de Abril traduz a sua negação como evento e rejeita os múltiplos projetos políticos em confronto ao longo do processo revolucionário.

(6) Traduzido do original em francês.

(7) Traduzido do original em francês.

Citando as palavras de Raquel Varela, «a democracia não era, não se pode afirmar que era inevitável» (Varela 2012: 194). Esta narrativa teleológica apaga as mobilizações sociais e os conflitos que se desenvolveram na intensidade destes dois anos de processo revolucionário.

No caso da figura de António de Spínola, esta narrativa tem por consequência uma reconstrução do seu papel na queda do regime e apaga as marcas da violência política por ele conduzida. No primeiro ponto, ocorre um equívoco frequente em relação ao conteúdo do livro *Portugal e o Futuro*. No dia da morte de Spínola, José Medeiros Ferreira, historiador e membro do Partido Socialista, afirmou assim que «com a publicação do livro “Portugal e o Futuro”, em fevereiro de 1974, estavam jogados os dados para mudar o regime e começar a descolonização» (Público 1996: 6). Como referido anteriormente, António de Spínola publicou a sua obra precisamente para evitar a descolonização e a queda do regime. Pretendia sim uma via federalista com o objetivo de manter a presença portuguesa nas colónias. Questionado por Wallraff acerca deste «terrível mal-entendido que levou o senhor general a ser considerado vanguarda da Revolução», o próprio Spínola respondeu:

Ora um livro escrito para resolver os problemas das colónias portuguesas, de acordo com as condições existentes e no sentido dos interesses portugueses, tornou-se de repente numa sensação revolucionária. É curioso notar que os autênticos revolucionários do 25 de Abril eram contra o livro (Wallraff, Schlumberger 1976: 83).

Se a crítica pública da política colonial por parte do General Spínola minou um pouco mais a posição de Marcelo Caetano, fazer deste livro a centelha para a Revolução de 25 de Abril de 1974 é, no mínimo, exagerado.

Esta narrativa contribuiu para silenciar os crimes cometidos pela extrema-direita ao longo deste período. O regresso, sem julgamento, de António de Spínola e a sua posterior reabilitação, bem como as sucessivas homenagens por ele recebidas contribuíram amplamente para apagar estes crimes. Se um dos seus principais responsáveis não foi julgado, minimiza-se o seu impacto e até se pode justificar o terrorismo pelos tempos conturbados que então se viviam. Uma declaração de Marcelo Rebelo de Sousa após o falecimento de Spínola mostrou bem este apagar da memória coletiva. Na sua homenagem, destacou o patriotismo do antigo chefe de Estado:

Um patriotismo que, há que reconhecê-lo, muitas vezes foi visto pelo próprio como indissociável de um visceral anticomunismo. Da guerra de Espanha e da Divisão Azul na União Soviética ao MDLP em 1975, há décadas de distância, mas um lastro comum, que não impediu António de Spínola de lutar pela liberdade e a democracia, mas o levou a ser sempre muito relutante no convívio com as ideias a as atuações dos partidos comunistas (Público 1996: 6).

António de Spínola aparece assim retratado como um democrata apesar de ter participado em violência terrorista e de ter alimentado, durante longos meses, planos golpistas. Galvão de Melo, próximo ideologicamente de Spínola, foi mais longe ao tentar um paralelo ousado afirmando que «tal e qual como Gorbachev na União Soviética, ele provocou a mudança de regime, mas depois não se aguentou com os acontecimentos subsequentes» (Público 1996: 7).

As sucessivas homenagens da democracia portuguesa a António de Spínola tiveram por consequência a invisibilização das violências perpetradas pela extrema-direita e, de uma certa forma, tenderam a justificá-las. Se a principal figura desta extrema-direita se tornou um símbolo da democracia, as violências perpetradas encontram nestas distinções alguma justificação. Num artigo de 1970, Giovanni Sartori teorizou a noção de *conceptual stretching* (Sartori 1970). Para Sartori, o uso generalizado de um termo para nomear situações diferentes tende a alargar os limites de um conceito até ele perder todo e qualquer significado. O «25 de Abril» pode ser considerado um caso de «alargamento conceptual», ao ver o seu uso generalizado para definir períodos, mudanças, espíritos ou ainda ideias. Com a figura de António de Spínola parece ocorrer, pelo contrário, um estreitamento da noção de 25 de Abril, centrando este conceito no próprio dia 25 de Abril de 1974 e na transição institucional de poder.

O próprio sítio internet do Museu da Presidência exemplifica bem esta narrativa de silenciamento. Na página consagrada a António de Spínola, apresenta-se desta forma a fase violenta da sua trajetória:

Começa então uma das mais nublosas fases da vida do general Spínola, a do exílio, da constante errância entre o Brasil e a Europa e de envolvimento no MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal), uma polémica organização de “combate à ditadura marxista” que, segundo Spínola, se tinha instalado em Portugal.

A clarificação política que se segue ao 25 de Novembro permitirá o seu regresso a Portugal. A eleição de Ramalho Eanes como Presidente da República e de Mário Soares como primeiro-ministro do I Governo Constitucional são as últimas “garantias” de que Spínola precisa para regressar de forma segura a Portugal⁽⁸⁾.

Estes dois parágrafos ilustram bem os eufemismos sobre esta «polémica» organização que foi o MDLP, sem nunca referir o termo «terrorismo». Focam igualmente a «clarificação política» introduzida pelo 25 de novembro, sem falar das conspirações alimentadas pelo antigo Presidente da República durante o ano de 1976.

Para além do silenciamento dos atos violentos da extrema-direita, esta narrativa opera uma descridibilização das mudanças alcançadas após esta transição de poder. Não reconhece assim o contributo dos dois anos de processo revolucionário para a construção gradual da Constituição da República Portuguesa de 1976. Uma narrativa largamente difundida pelo próprio António de Spínola em *País sem Rumo*, publicado em 1978, onde retratou o processo revolucionário como caótico e somente negativo:

As nacionalizações selvagens são movidas exclusivamente por ódios ou perseguições pessoais e sem obedecerem a qualquer planeamento; a anarquização do mundo laboral é intensificada e associada a processos de controlo operário e de autogestão desde logo votados ao insucesso por falta de preparação dos trabalhadores. O País caminhava para o caos (Spínola 1978: 360).

António de Spínola foi ainda mais longe ao incriminar os dois anos de processo revolucionário como causa de inúmeros males que continuavam a afetar o país e a estabelecer um paralelo com o período do Estado Novo: «Os traumas a que a sociedade portuguesa foi sujeita na longa noite de loucura que sucedeu à “longa noite fascista”, hão-de marcar, ainda por largo tempo, o futuro de Portugal, com consequências imprevisíveis» (Spínola 1978: 361).

(8) Site do Museu da Presidência da República: “Presidentes - Democracia - António de Spínola”.

Conclusão

A trajetória política e memorial da figura de António de Spínola exprime, de maneira exemplar, uma narrativa dominante sobre o 25 de Abril e o processo revolucionário, que passa pela ocultação das violências cometidas pela extrema-direita. O tratamento de António de Spínola pela República Portuguesa funciona assim como um revelador desta narrativa. Sinal da sua continuidade, a Avenida Marechal António de Spínola foi inaugurada em Lisboa, a 23 de abril de 2004, em homenagem ao antigo chefe de Estado. Esta narrativa está igualmente presente nos manuais escolares de História, atualmente em vigor (Marie, Réquio 2020).

O aparente paradoxo entre o passado violento de Spínola e a sua definição como um dos símbolos do 25 de Abril de 1974 explica-se pela seleção de alguns factos históricos e o apagamento generalizado das violências da extrema-direita da narrativa oficial. Retoma o argumento desenvolvido pelo próprio Spínola que faz do processo revolucionário um desvirtuar do 25 de Abril. As atividades de conspiração de António de Spínola encontram assim uma suposta justificação: «repor a pureza do 25 de Abril» (Catarino, Assor 2010: 176). Uma visão desta luta encontra-se bem presente no seguinte parágrafo escrito em 1978:

Seria esse o Portugal Democrático do verdadeiro espírito do “25 de Abril”. Um Portugal progressivo voltado ao futuro, cimentado nos valores eternos da Pátria e firmado na vontade soberana de um Povo, cuja glória de a servir e engrandecer o génio de Camões imortalizou. Aquele Povo que, a golpes de audácia, levou a Bandeira Lusíada aos quatro cantos do Mundo. Aquele Povo que, por amor à Liberdade, em 1385 salvou a sua Independência nos campos de Aljubarrota, que em 1640 quebrou as grilhetas castelhanas, que em 1810 feriu de morte nas serranias do Buçaco a águia napoleónica, que em 1820 sacudiu a tutela inglesa e que no Verão de 1975 se levantou em luta determinante contra o domínio soviético. Aquele mesmo Povo que, mercê de uma rara percepção instintiva do perigo e da sua indefectível conduta patriótica nos momentos históricos de crise nacional, continua a ser, na hora que passa, o mais fiel garante da perenidade da Pátria Portuguesa como Nação independente e soberana (Spínola 1978: 371-372).

Na sua investigação sobre a violência política no pós-25 de Abril, Miguel Carvalho aponta para o esquecimento produzido em torno destes episódios violentos. Como nota o autor:

A versão dos vencedores de um determinado período histórico guarda sempre esqueletos nos armários com receio de que possam deslustrar o retrato público, os consensos políticos e sociais, e o unanimismo sobre os factos trabalhado ao longo de décadas. A imposição dessa memória concordante, sem grandes fissuras, sobre a época de maior confronto ideológico, político e social da democracia insere-se, pois, numa estratégia de domínio (Carvalho 2017: 13).

A construção de António de Spínola como protagonista da democracia portuguesa serve o propósito de perpetuar esta «memória concordante», menosprezando a densidade e pluralidade do processo revolucionário. Esta narrativa dominante fundamenta-se no silenciamento da violência da extrema-direita e no esquecimento das suas vítimas.

Bibliografia

- Avante (1977). *Dossier Terrorismo*. Lisboa: Edições Avante!.
- Bacot, Paul, Douzou, Laurent, Honoré, Jean-Paul (2008). “Chrononymes. La politisation du temps”, *Mots. Les langages du politique*, 87, 5-12.
- Badiou, Alain (2011). “Tunisie, Egypte: quand un vent d’est balaie l’arrogance de l’Occident”, *Le Monde*, 18 de fevereiro de 2011.
- Calvão, Alpoim (1976). *De Conakry ao MDLP: Dossier secreto*. Lisboa: Intervenção.
- Carvalho, Miguel (2017). *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Catarino, Manuel, Assor, Miriam (2010). *Spínola: Senhor da Guerra*. Lisboa: Presselivre.
- Costa, Jorge, Fazenda, Luís, Honório, Cecília, Louçã, Francisco, Rosas, Fernando (2010). *Os Donos de Portugal: Cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Del Pero, Mario (2011). “‘Which Chile, Allende?’ Henry Kissinger and the Portuguese revolution”, *Cold War History*, 11.

- Loff, Manuel (2014). "Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal", *Culture & History Digital Journal*, 3, 2, 1-13.
- Marie, Pierre, Réquiao, Pedro (2020). "O 25 de Abril e o ensino da História: O processo revolucionário nos manuais escolares", *Estudos do Século XX*, 20, 143-160.
- Movimento Democrático de Libertação de Portugal (s.d.). "Portugueses!". s.l. *O Dia* (1977). "Criada uma Comissão Nacional de Apoio à Reintegração do General Spínola", 16 de novembro de 1977.
- Público* (1996). "Dossier Morte de Spínola", 14 de agosto de 1996, 2-7.
- Rezola, Maria Inácia (2006). *António de Spínola*. Lisboa: Museu da Presidência da República.
- « — » (2007). *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Rodrigues, Luís Nuno (2010). *Spínola. Biografia*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Ruivo, Francisco Bairrão (2015). *Spínola e a Revolução. Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Sánchez Cervelló, Joseph (1994). *Cronologia das organizações de direita (1973-1976)*. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril.
- Sartori, Giovanni (1970). "Concept Misformation in Comparative Politics", *The American Political Science Review*, 64, 1033-1053.
- Soares, Mário (1976). *Portugal: Que Revolução. Diálogo com Dominique Pouchin*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Spínola, António de (1974). *Portugal e o Futuro. Análise da conjuntura nacional*. s. l.: Arcádia.
- « — » (1975). *Carta de António de Spínola à Alpoim Calvão, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1975*. Centro de Documentação de 25 de Abril.
- « — » (1976). *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: Atica/Bertrand.
- « — » (1978). *País sem rumo. Contributo para a história de uma revolução*. s. l.: SIRCE.
- Touraine, Alain (1977). *Vida e morte do Chile popular. Diário sociológico Julho-Setembro de 1973*. Amadora: Livraria Bertrand.
- Varela, Raquel (2012). "Conflito ou coesão social? Apontamentos sobre história e memória da Revolução dos cravos (1974-1975)" in Raquel Varela, *Revolução ou Transição. História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Wallraff, Günter, Schlumberger, Hella (1976). *A descoberta de uma conspiração: A acção Spínola*. 2ª Edição. Amadora: Livraria Bertrand.

**DO PENSAMENTO À ESTRATÉGIA
NA METAPOLÍTICA DO RADICALISMO DE DIREITA
FROM THOUGHT TO STRATEGY
IN THE METAPOLITICS OF RIGHT-WING RADICALISM**

AFONSO SILVA⁽¹⁾

Universitat Autònoma de Barcelona, CEDID | Universidade NOVA de Lisboa, IHC,
FCSH | In2Past
afonso1999s@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-0921-8529>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/09/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 06/03/2024

Resumo

Este artigo procura contribuir para a compreensão do conceito de metapolítica e da sua prática no âmbito do radicalismo de direita, tendo em atenção a *Nouvelle Droite* e exemplos desta prática no caso português. Partindo do questionamento de Alain de Benoist acerca da relação entre a *Nouvelle Droite* e o pensamento do filósofo Peter Sloterdijk, afirma-se a utilidade do pensamento de Sloterdijk como ponto de partida para a compreensão da metapolítica e, consequentemente, da forma como a *Nouvelle Droite* a encara em torno da relação entre pensamento e estratégia. Atentando não só nessa conexão como também na ligação da discussão das ideias ao impacto político, realçam-se representações históricas transmitidas no caso português em articulação com a abordagem de mudança política caracterizada como metapolítica.

(1) Bolseiro de Investigação com Bolsa de Investigação da FCT para Doutoramento a ser realizado na Universitat Autònoma de Barcelona, CEDID, sendo Investigador Colaborador doutorando do Instituto de História Contemporânea.

Palavras-chave

Metapolítica; *Nouvelle Droite*; Extrema-direita; Cultura; Revolução Portuguesa.

Abstract

This article seeks to contribute to an understanding of the concept of metapolitics and its practice in the context of right-wing radicalism, taking into account the *Nouvelle Droite* and examples of this practice in the Portuguese case. Starting from Alain de Benoist's questioning of the relationship between the *Nouvelle Droite* and the thought of philosopher Peter Sloterdijk, it affirms the usefulness of Sloterdijk's thought as a starting point for understanding metapolitics and therefore the way in which the *Nouvelle Droite* sees it in terms of the relationship between thought and strategy. Looking not only at this relationship but also at the link between the discussion of ideas and political impact, historical representations transmitted in the Portuguese case are highlighted in conjunction with the approach to political change characterised as metapolitics.

Keywords

Metapolitics; *Nouvelle Droite*; Extreme-right; Culture; Portuguese Revolution.

A Prática Metapolítica

Uma das chaves para compreender a prática metapolítica deve partir de uma relação que o próprio Alain de Benoist (2014: 144), fundador da *Nouvelle Droite*, incentiva a estabelecer ao lançar a seguinte questão acerca da *Nouvelle Droite*: «how does it situate itself in relation to Peter Sloterdijk?». Sloterdijk é um filósofo alemão cuja obra de maior destaque é *Crítica da Razão Cínica* e cuja representação da História creio ter interesse também como ponto de partida no âmbito desta relação, nomeadamente a sua descrição de que «in the 19th and 20th centuries people have tried to identify themselves with progress. Not only undergo progress, but be progress, that was man in the 20th century. The self-revolutionary, the self-progressive, the self-liberal», declarando então que «in the 21st century all people will be conservative» (Sloterdijk 2017). Neste artigo, deve, por sua vez, destacar-se que, na modernidade, Sloterdijk (2003: 40) descreve também o desenvolvimento de uma consciência que «ha aprendido su lección sobre la ilustración, pero ni la ha consumado ni puede

siquiera consumar-la», sendo a consequência fundamental o facto de que esta consciência «ya no se siente afectada por ninguna otra crítica de la ideología, su falsedad está reflexivamente amortiguada» (Sloterdijk 2003: 40-41). Perante a difusão da forma de consciência descrita, a qual estabelece uma relação particular com perspectivas críticas, deve alertar-se para uma realidade atual que revelará a incapacidade de afirmação do uso da razão pública e a inexistência de distanciamento, assim como a impossibilidade de tomar uma posição crítica efetiva. Através desta descrição, surge o questionamento por parte de Sloterdijk acerca do uso da razão, recorrendo a Walter Benjamin para oferecer uma resposta que descreve a função da crítica num momento em que Benjamin caracteriza como

locos los que se lamentan de la decadencia de la crítica. Pues su hora ya hace tiempo que ha pasado. La crítica es una cuestión de distancia correcta. Ella se encuentra a gusto en un mundo en el que todo depende de las perspectivas y los decorados y en el que es todavía posible adoptar un punto de vista. Mientras tanto las cosas se han acercado cáusticamente a la sociedad humana. La «ingenuidad» de «la mirada libre» es mentira, cuando no expresión totalmente naífe de una incompetencia declarada... (Benjamin 1928/1969: 95 cit. em Sloterdijk 2003: 22).

Assim, Sloterdijk realça também a conversão do pensamento em estratégia devido à impossibilidade de distanciamento e, perante a impotência de uma política de denúncia, este filósofo destaca a inexistência da renúncia ideológica através do confronto com um procedimento crítico como um ponto fundamental da atualidade aliado à própria decadência da crítica. Ora, pensar na forma como a *Nouvelle Droite* se relaciona com este predicamento é um importante ponto de partida para a compreender e enquadrar a própria ideia de metapolítica. É útil, para tal, começar por esclarecer que os autores associados à *Nouvelle Droite* não são os únicos a usar o conceito de metapolítica, o qual pode ser encarado e articulado de formas distintas, sendo aqui importante esclarecer o que permite identificar a metapolítica, cuja compreensão é auxiliada pela descrição da atualidade da crítica apresentada por Sloterdijk, enquadrando historicamente o que se apelida de intervenção cultural ou metapolítica. Num momento em que o pensamento se terá convertido em estratégia e em que o tempo da crítica terá terminado, debruçarmo-nos sobre o que é – e o que deve ser – a metapolítica adquire relevância, sendo este um conceito que não

se deve reduzir à sua aplicação a partir da *Nouvelle Droite*. Creio ser útil então destacar a afirmação de Jason Barker presente na introdução ao livro *Metapolitics* de Alain Badiou, um autor radicalmente distinto de Alain de Benoist, de que «while contemporary political philosophy is renowned for its claim to neutrality and critical reflection, metapolitics makes no attempt to seek ideological immunity for itself» (Barker 2006: xi). É através da abordagem metapolítica, que se define essencialmente pelas consequências de uma abordagem além da reivindicação por neutralidade, que Barker (2006: xi) realça que «for Badiou, philosophers are no more immune to political decision-making than anyone else». Neste domínio das ideias e de uma transformação destas que prepara mudanças políticas e revela um impacto, ultrapassando supostas reivindicações por neutralidade ideológica, já o filósofo Louis Althusser havia alcançado o importante reconhecimento de que

if you want to change historically existing ideas, even in the apparently abstract domain called philosophy, you cannot content yourself with simply preaching the naked truth, and waiting for its anatomical obviousness to enlighten minds as our eighteenth-century ancestors used to say (Althusser 1990: 210).

É, então, perante a ineficácia estratégica de uma mera crítica denunciadora da ideologia e, justamente no âmbito da metapolítica, que se deve assinalar que «the idea that philosophy should stand in speculative opposition to politics (...) is precisely what metapolitics rule out» (Barker 2006: xvii).

Assim, mais além de uma tomada de posição crítica, a metapolítica deve assumir uma ligação à decisão política. Esta conexão no caso da *Nouvelle Droite* merece ser então estudada sem esquecer o enquadramento histórico e reconhecendo que a ligação da discussão das ideias à realidade das decisões políticas é um ponto que define a metapolítica e que pode, no entanto, ser entendida de formas diferentes, procurando-se neste artigo abordar particularmente a *Nouvelle Droite*, realçando exemplos do caso português. Para tal, ter-se-á em consideração a ideia de intervenção cultural reconhecendo, no respeitante aos grupos do radicalismo de direita após o 25 de Abril, que, como relata António Costa Pinto (1995: 120), «it was in the cultural field that the most active groups concentrated their activities in the 1980s», realçando então que «the

themes of the European and American New Right were also introduced under a political system which had been dominated by socialist legacies since 1975». É, então, importante esclarecer o que é a *Nouvelle Droite* reconhecendo que o radicalismo de direita contemporâneo passou por uma fase de renovação no pós-Guerra, devendo destacar-se que, tal como relata Michael Minkenberg (2000: 171), «in Europe, the most important ideological renewal took place with the New Right» (Minkenberg 2000: 180). *Nouvelle Droite* foi o nome que surgiu quando, em 1978, os media franceses se depararam com o Groupement de Recherche et d'Études pour la Civilisation Européene, uma associação de intelectuais de direita liderada por Alain de Benoist cuja formação no final dos anos 60 deu início à *Nouvelle Droite*, tal como relata o seu divulgador em língua inglesa, Michael O'Meara (2013: 65), que esclarece que

in the late sixties, when the GRECE's young founders abandoned the extra-parliamentary world of the far Right for the sake of their Gramscian cultural strategy – or metapolitics – it was with the recognition that the world is a 'battlefield of ideas'.

É a partir da ação deste grupo que se leva a cabo uma renovação ideológica, a qual viria a ser acompanhada por uma renovação organizativa, através da qual «this New Right builds a bridge, or hinge, between established and traditional conservatism and the organizations of the new radical right. It is characterized by its effort to create a counter-discourse to the «ideas of 1968»» (Minkenberg 2000: 179).

Atentando então no contradiscurso que a *Nouvelle Droite* procura levar a cabo, é útil ter em consideração a sua caracterização como contradiscurso ultrapassando tanto a posição crítica como o objetivo de iluminação que Althusser tinha já compreendido ser importante ultrapassar e assumindo, assim, uma prática articulada com um impacto que se procura materializar. No respeitante ao objetivo da *Nouvelle Droite*, Angela Nagle (2017: 38) esclarece justamente que

the French New Right's Gramscian aim, which the alt-right today also shares, was to break with the view that defeat of radical elites or vanguards would enable the restoration of a popular traditional order and instead took stock of how profoundly the 60s had changed the general population and become hegemonic.

É a partir deste reconhecimento que a *Nouvelle Droite* desenvolveria um pensamento estrategicamente afastado do mundo político da velha extrema-direita e assente no facto já descrito por Razmig Keucheyan (2017) de que «renoncer à unir les «comploteurs» et les «nostalgiques» est le fondement de la stratégie culturelle d’A. de Benoist». Assim, Keucheyan (2017) caracteriza este novo foco cultural a que Benoist chamou *metapolítica* como uma estratégia que procura então «introduire patiemment ses catégories de pensée dans la culture dominante». No entanto, o próprio Alain de Benoist e Charles Champetier procuraram, já 30 anos depois da fundação da *Nouvelle Droite*, distanciar a metapolítica da ideia de estratégia, argumentando que

metapolitics is not politics by other means. It is neither a “strategy” to impose intellectual hegemony, nor an attempt to discredit other possible attitudes or agendas. It rests solely on the premise that ideas play a fundamental role in collective consciousness and, more generally, in human history (De Benoist, Champetier 1999: 117).

Neste âmbito, não deve ser o nosso ponto de partida igualar simplesmente a metapolítica a uma estratégia política formal, mas sim procurar compreender como se desenvolve uma inevitável relação entre metapolítica e estratégia através do destaque à existência de consequências como ponto fundamental da ideia de metapolítica, a qual é definida por Guillaume Faye (2001, cit. em Teitelbaum 2019: 259-260) que foi um dos principais membros da *Nouvelle Droite*, como a «social diffusion of ideas and cultural values for the sake of provoking profound, long-term, political transformation». Além de procurar estabelecer uma distinção entre estratégias partidárias e o que denomina como metapolítica já que esta, ao contrário da estratégia partidária, daria primazia às ideias, Alain de Benoist (1993: 182) relata que «the New Right has always been perceived as ‘too intellectual’ by those who, undoubtedly, are not intellectuals» e argumenta que

at any rate, the reproach would not be appropriate if it were accompanied by the claim that the New Right has selected the wrong intellectual strategy. The New Right never selected anything of the kind for the simple reason that it was not what it was about. (de Benoist 1993: 182).

Distanciando a *Nouvelle Droite* da própria ideia de estratégia intelectual, de Benoist (1993: 182) realça, no entanto, as consequências da metapolítica, começando por destacar que «there were always people who claimed that theories are useless, only practical forces are acceptable. However, these people forget that theories set power in motion (often unnoticed)».

Este processo que liga a discussão à decisão política é um dos pontos distintivos da metapolítica, sendo que a decisão no domínio político escapa ao âmbito direto da *Nouvelle Droite*, pelo que uma compreensão completa da metapolítica no campo do radicalismo de direita terá de procurar ir além dos autores que constituíram a *Nouvelle Droite*, sem esquecer a abordagem metapolítica desta. Deve relacionar-se também esta abordagem com um potencial mobilizador além de meras ideias que compõem uma ideologia, sendo que, no caso da *Nouvelle Droite*,

its most influential thinker had been remarkably prolific in disseminating the new discourse. Attuned to the interregnum, it was an exclusively metapolitical one which brilliantly answered Venner's original call for a drastic overhaul of an outdated fascist orthodoxy whose roots in inter-war Nazism were too apparent and which had proved of minimal mobilizing potential in post-war climate (Griffin 2000: 38).

Reafirmando a metapolítica como algo que deve ser articulado com o tempo histórico no qual a *Nouvelle Droite* se desenvolveu, este é um conceito cujo principal denominador é o envolvimento político além da crítica e da política formal, sendo esse envolvimento articulado com a existência de consequências, como se depreende também da resposta de Alain de Benoist acerca da ideia de *think tank* – um termo mais utilizado por de Benoist para definir a *Nouvelle Droite* assim como escola de pensamento, não sendo aquela um movimento político – dizendo «what, then, can a think tank do? It can contribute to the development of ideas and wait for their impact» (de Benoist 1993: 183). É este destaque atribuído ao impacto que remete para a ligação da discussão à decisão política, sendo esta ligação um traço da metapolítica que, por sua vez, se define em torno de consequências. Ou seja, na metapolítica da *Nouvelle Droite*, estamos perante ideias ou uma discussão de ideias na qual a espera pelo impacto é parte integrante daquelas, num pensamento que se associará a mobilizações ideológicas que escapam ao domínio da crítica. No âmbito destas mobilizações ideológicas, é importante ter em

consideração que os próprios partidos da nova extrema-direita «librarían una batalla cultural para tensionar las discusiones, mover la ventana de Overton y marcar la agenda con sus posturas identitárias» (Grinchpun 2023: 159). Assim, é útil atentar na tradução desta abordagem da mudança política no caso de posturas identitárias articuladas pela nova extrema-direita com um conteúdo que acaba por ser distinto da *Nouvelle Droite* e variável de acordo com o país, esclarecendo o que a *batalla cultural* procura ser no domínio da política.

Para tal, é importante tornar claro que esta é uma abordagem além da tomada de posição crítica e que se articula em mobilizações ideológicas que ultrapassam a sujeição à crítica. Nesta lógica além da sujeição à crítica, é essencial não deixar de ter em atenção a existência de uma mobilização que vai além da transmissão cultural e que tem um carácter simultaneamente de interiorização e mobilização ideológicas. Ou seja, é pertinente dar ênfase ao reconhecimento de que esta abordagem não se trata apenas de uma partilha de ideias a serem discutidas, mas é sim acompanhada de mobilizações ideológicas – ao nível da transgressão ou inconformismo por exemplo – cujo conteúdo se procura então articular e em torno das quais se procuram consequências políticas. É neste âmbito que é relevante pensar no conceito de cultura reconhecendo que, como esclarece o psicanalista Jacques Lacan (1978: 14) acerca da cultura, «esta dimensão específica (...) todos os fenómenos sociais no Homem», sendo que a cultura incide na manifestação ou articulação concreta dos próprios fenómenos ideológicos, isto é, confere-lhes um carácter concreto. Estes são também fenómenos que ultrapassam a dimensão discursiva do poder, sendo útil, para a compreensão desta característica dos fenómenos que resultam da intervenção cultural, voltar às palavras de Peter Sloterdijk (2013: 131), o qual afirma que «any theory of culture must be viewed as half-blind if it does not pay attention to the tendencies in cultural life to form internal multi-storey structures – and not only ones dependent on political hierarchies». Este reconhecimento manifesta-se na batalha cultural que se desenvolve justamente além das hierarquias e do poder político, estando então a dimensão cultural sujeita a uma rearticulação constante. Ou seja, existe um reajuste constante dos próprios enquadramentos da realidade – os quais não devem ser encarados apenas como um meio através do qual a entendemos, mas sim como parte integrante da própria realidade onde nos incluímos – sendo importante conceber a rearticulação ideológica sobre a qual pretende

incidir uma intervenção cultural como uma articulação que não se poderá tratar nunca de uma hegemonia estática e completa. Perante mudanças do imaginário, é importante ir além dessa visão de hegemonia para compreender a intervenção cultural e a sua repercussão sob a forma de mobilizações ideológicas que não se reduzem à difusão de ideias. Assim, ao estudar a *batalha cultural*, importa pensar nesta interiorização de visões que ultrapassam o âmbito das estruturas discursivas, estando assentes em representações da realidade social cuja interiorização possibilita a efetividade das estratégias políticas.

Neste âmbito, é útil partir da afirmação de Roger Griffin (2000: 48) de que

the ND's achievement was to have changed the discourse, image, and 'logo' of 1960s Euro-fascism and so turn it into a product sufficiently beguiling to attract the serious attention (and sometimes direct collaboration) of unsuspecting non-fascists and anti-fascists in its critique of the 'system'.

Esta seria então uma crítica baseada em representações difundidas para, nas palavras de Keucheyan (2017), «regagner les cœurs et les esprits». Como relata este autor, «durant des décennies, à côté d'une extrême droite quasi moribonde et qui ne pensait pas, [de Benoist] a fondé groupes de réflexion et revues à un rythme frénétique» (Keucheyan, 2017). No respeitante então ao seu impacto, é acertado reconhecer que «les années passant, et la confusion politique s'accroissant, ses idées se sont imposées dans le débat avec une vigueur insoupçonnable» (Keucheyan, 2017). Porém, na prática da extrema-direita, é importante assinalar que neste âmbito das ideias está em causa proporcionar um enquadramento ou uma identificação ideológica – e não tanto uma ideologia propriamente dita – a partir de representações particulares que na prática da nova extrema-direita se articulará com uma estratégia política, sendo importante ter em atenção estas representações. A este nível, Alain de Benoist e Charles Champeiter (1999: 117) escrevem que

History is a result of human will and action, but always within the framework of convictions, beliefs and representations which provide meaning and direction. The goal of the French New Right is to contribute to the renewal of these sociohistorical representations.

Neste âmbito, observando o caso português, e, de acordo com o referido sobre a disseminação de um discurso numa lógica metapolítica, é pertinente ter em consideração o esclarecimento de Jaime Nogueira Pinto⁽²⁾ de que «o que há de importante no Benoist de *Vu de Droite* é um estilo e uma metodologia» (Pinto 1981: 8 cit. em Madeira 2020: 466), sendo importante ter em atenção as representações transmitidas através desta metodologia de mudança política. Recorrendo nesta metodologia ao filósofo marxista Gramsci, de Benoist (1993: 187) afirma que «since political changes are generically preceded by a conceptual transformation, Gramsci set for intellectuals the task to venture out on the level of values which determine public opinion». Considerando então a representação dos valores que teriam determinado a opinião pública, Jaime Nogueira Pinto procura relatar que,

no plano dos valores políticos de orientação, as forças ideologicamente vencedoras da guerra – o comunismo de Leste e o democratismo ocidental – convergiram ideologicamente num processo de culpabilização e diabolização dos valores nacionais numa amálgama internacional, com os excessos ideológicos e existenciais do hitlerismo e do nacionalismo imperial japonês (Pinto 2008a).

O trabalho das ideias no pós 25 de Abril

Partindo de uma representação histórica de diabolização de valores que define como nacionais após a II Guerra Mundial, Jaime Nogueira Pinto levará também a cabo críticas ao que seria a determinação da opinião pública por parte da esquerda reforçada pelo Maio de 68 e sobretudo pelo 25 de Abril no caso português. Ao estabelecer uma crítica que se articula com a abordagem de mudança assente numa crítica a um *sistema* que será então representado através de um enviesamento ou um domínio imposto pela esquerda, afirma que «a esquerda teve sempre uma fortíssima carga de maniqueísmo assente não só numa convicção inata de superioridade intelectual (...) como também a ideia de que essa superioridade dos seus princípios e concepções lhe dava,

(2) Um dos intelectuais «most inspired by the [Nouvelle Droite] and involved in the cultural field» (Marchi 2016: 237) após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

automaticamente, a legitimidade para os impor de qualquer modo» (Pinto 2008b: 244) e argumenta nesse sentido que «isto reforçara-se, claramente, com a experiência de Maio de 68 e a ditadura temporária mas efetiva das minorias de controle» (Pinto 2008b: 244). Ao realçar, tal como a *Nouvelle Droite*, as ideias de 68 a partir das quais aquela estabeleceria um contradiscurso, Jaime Nogueira Pinto relata adicionalmente que «de Maio de 68 ficaram assim sinais culturais que contribuíram para uma mudança na esquerda doméstica que se prolongará no pós-25 de Abril até hoje» (Pinto 2008b: 247) e que, «com o 25 de Abril, uma parte temática de 68, passou de movimento para o Estado e a sociedade» (Pinto 2008b: 247). Nesta descrição particular do caso português, é esclarecedor olhar também para a revista *Crítica XXI*, lançada mais recentemente por Jaime Nogueira Pinto e Rui Ramos no ano de 2022, através da qual se procura destacar o campo das ideias à direita e onde se realça a visão de que «Portugal é há quase meio século governado pelas esquerdas» (Crítica XXI 2022) e particularmente a de que «se estendermos a ideia de poder ao campo cultural, podemos dizer que esse domínio é até anterior à Revolução e permanece mesmo quando as direitas governam» (Crítica XXI 2022). Perante esta representação, Jaime Nogueira Pinto (2022a) traça uma relação entre a crítica ao *regime* político e a crítica assente na visão transmitida acerca de um domínio da esquerda no campo cultural, através da qual se argumenta que a «atmosfera cultural de pensamento único que, além de consagrar o «antifascismo» como ideologia oficial do Regime, designou como única direita admissível a direita da esquerda, ou seja, uma direita de esquerdistas ou centristas arrependidos», pelo que as direitas «abandonaram-se à correção da narrativa antifascista e ao domínio cultural das esquerdas» (Pinto 2022a). É a partir destas representações que chama a atenção para a abordagem destacada, realçando, assim, que «importa o trabalho das ideias» (Pinto 2022a).

A importância de uma intervenção ao nível das ideias surgiria então de um domínio cultural que, por sua vez, se relaciona também com o que Nogueira Pinto (1988: 186) caracteriza como *regime*, referindo-se à democracia resultante da Revolução Portuguesa, o qual é descrito como um

régimen que desde el principio – en términos de legitimidad y mitos fundacionales, de matiz ideológico y constitucional – se reclamó de

izquierda y desarrolló en ciertos campos, *ad limine*, políticas de izquierda. Después de excluir a la derecha.

Ao realçar a exclusão da direita, relata que, no caso da direita portuguesa,

el 25 de abril trajo una decisiva conmoción a este marco, o mejor, lo destruyó totalmente. Desde luego, la identificación, después del golpe, de la derecha con el régimen vencido y la galopante radicalización del proceso político-militar que culmina, el 28 de septiembre de 1974 y el 11 de marzo de 1975, con una clara hegemonia de los elementos más radicales del MFA y del Partido Comunista, neutralizó cualquiera de las tentativas de recomponerse y organizarse de la derecha dentro del marco del nuevo régimen (Pinto 1988: 194).

Assim, é importante esclarecer de que se tratam estes acontecimentos do processo revolucionário, partindo do esclarecimento de Cesário Borge (2016: 72) de que é através da «manifestação da «maioria silenciosa» que Spínola deseja ver concretizada» que «o dia 28 de setembro de 1974 assinala a primeira grande crise do regime democrático» graças ao «confronto entre as duas fações dominantes no Movimento das Forças Armadas: a dos generais e oficiais ligados a Spínola (...) e a dos oficiais (capitães, majores e tenentes-coronéis) da comissão coordenadora do MFA», tendo como desfecho a derrota do general Spínola e a sua demissão da Presidência da República, consumando uma viragem à esquerda na política portuguesa. No respeitante ao 11 de março, Maria Inácia Rezola (2016: 39) afirma que, em 1975, «as notícias de um golpe em preparação tornam-se recorrentes» e é num «ambiente de grande tensão, com as unidades militares repetidas vezes colocadas de prevenção, que surge o ainda hoje polémico episódio da «matança da Páscoa»», uma «lista de pessoas a abater [que] teria cerca de 500 nomes, entre civis e militares, ligados aos setores não marxistas». Perante o caráter polémico deste episódio, deve assinalar-se que, «independentemente de qual a versão mais plausível, do que não há qualquer dúvida é do facto de Spínola ter sido informado de que o COPCON e a LUAR se preparavam para liquidar ou aprisionar cerca de 500 oficiais e 1000 civis que lhe eram afetos» (Rezola 2016: 40), pelo que o general Spínola, «não pretendendo ficar em casa à espera que o viessem eliminar, embarca no golpe» (Rezola 2016:

40). Este golpe de 11 de março de 1975 fracassa e, como consequência, a radicalização do processo revolucionário português acentua-se.

Nesta Revolução, Jaime Nogueira Pinto procura então particularmente destacar que, «con base en episodios nebulosos, de pretendidas conspiraciones o golpes, los elementos radicales del MFA y el Partido Comunista fuerzan una exclusión de derecho y de hecho de la derecha» (Pinto 1988: 195). Através deste realce a representações que devem ser entendidas também no âmbito da metodologia metapolítica da mudança política direcionada ao presente – onde os impactos políticos se baseiam na interiorização de visões assentes igualmente em representações históricas particulares que acompanham um enquadramento ideológico no domínio político –, Jaime Nogueira Pinto conclui que «durante 40 anos, não tivemos uma direita em Portugal. Só a direita da esquerda» (Pinto 2020a). Indo, nestas representações, além do relatado acerca da exclusão da direita que teria sido assim levada a cabo, Nogueira Pinto (2020b: 13) exalta também «a direita que vai tentar resistir, com o duplo objetivo de travar a «descolonização exemplar» (...) e de parar aqui, no continente e ilhas, a esquerda», concluindo, acerca de tal «direita que não queria ser a “direita da esquerda”», que «foi esta a direita que, por isso mesmo, viu os seus direitos políticos e humanos suprimidos». Destacando sempre a «neutralização da direita portuguesa depois do 25 de Abril» (Pinto 2020b: 13), refere que «a estratégia foi eliminar da ação política aquelas centenas de quadros que, na década e meia que precedeu a revolução, tinham mostrado cultura política e capacidade de organização» (Pinto 2020b: 13). Perante uma eliminação da cultura política de direita articulada com a Revolução Portuguesa, foca-se também no espaço político que viria a constituir a direita portuguesa, dizendo que a «liquidação e neutralização passou-se perante a maior indiferença, quando não satisfação, dos partidos ditos «de direita», homologados pelo MFA» (Pinto 2020b: 14) e traça então um argumento direcionado à atualidade, afirmando que

esta atitude de total incoerência em relação às suas convicções democráticas e humanistas continuou com a convivência com as prisões do 28 de Setembro. É a mesma direita conivente que ainda por aí anda, fazendo do Chega e de Trump os seus inimigos principais (Pinto 2020b: 14).

Nesta ligação das representações transmitidas à atualidade, Nogueira Pinto destaca o impacto político do partido Chega, não fazendo, no

entanto, parte deste partido, ao afirmar que «o Chega veio reequilibrar a direita» (Pinto 2020c) a partir da representação de que «durante 40 anos não tivemos uma direita em Portugal. Só a direita da esquerda» (Pinto 2020a), sendo que «nas últimas décadas, tivemos sempre, ou governos de esquerda, ou uma direita envergonhada, com medo de ser apelidada de fascista. Nunca se afirmou, mas o Chega acabou com essa situação» (Pinto 2020c). Neste âmbito, Nogueira Pinto (2022b) critica os «líderes das tais direitas ‘civilizadas’», acusando-os de «grande cobardia ideológica» ao «enquadrar tudo na história do antifascismo, do antifascismo segundo a esquerda» e apresenta, assim, o Chega como o partido que «trouxe um reequilíbrio, ou pelo menos um esforço para o reequilíbrio, do leque político-partidário em Portugal», sendo que Nogueira Pinto (2023) considera então que «o Chega foi diabolizado, como seria diabolizado qualquer partido que aparecesse fora da correção política, social e cultural oficial do Regime». Através desta representação do *regime*, o impacto político do radicalismo de direita é visto como um reequilíbrio numa normalização contraposta a uma correção política também ao nível cultural onde a metodologia da *Nouvelle Droite* realçada por Jaime Nogueira Pinto precederia e acompanharia um suposto renascimento da direita verificado então politicamente, cuja exclusão no caso português se deveria ao 25 de Abril. Também para Diogo Pacheco de Amorim⁽³⁾, atualmente deputado pelo partido Chega, deve representar-se a Revolução Portuguesa como uma revolução capaz de impor um domínio da esquerda não só no âmbito político, como também no cultural e na opinião pública, criticando também o que descreve como «um regime claramente enviesado à Esquerda, o qual tem sido o nosso» (Amorim 2022: 5).

Diogo Pacheco de Amorim (2021) baseia a sua crítica ao sistema democrático resultante da Revolução de 25 de Abril de 1974 nas representações do próprio processo revolucionário, relatando que

durante aqueles dois anos, aquilo foi de facto uma revolução nas próprias estruturas e infraestruturas da sociedade, ou seja, na banca, nas universidades, nos jornais, em todo o lado, tudo o que podia ser vagamente de direita foi expulso, saneado e substituído pela esquerda.

(3) «One of the most active members of the group involved in the dissemination of the ND [Nouvelle Droite] through the right-wing press, especially in the weekly O Diabo from 1979»

Graças às ações do período revolucionário, traça uma representação na qual a esquerda «controla as universidades, principalmente as áreas das ciências humanas (...) e nos jornais a mesma coisa». Assim, «tudo aquilo que é vital para o controlo das infraestruturas culturais (...) estão completamente controladas pela esquerda» e critica então a «infiltração que eles fizeram nas faculdades de ciências humanas e no mundo da cultura», pois «foi isso que veio dar, ainda hoje, (...) a extrema-esquerda no papel dominante em Portugal». Através destas representações da Revolução Portuguesa, o divulgador da *Nouvelle Droite* e agora deputado do Chega conclui que «o combate cultural é essencial», incitando assim a esta abordagem para «combater o Marxismo Cultural» (Amorim 2021). Perante uma determinação política e cultural que apenas possibilitaria a existência de uma «direita da esquerda» (Pinto 2020b), o partido Chega (2021) procura afirmar-se precisamente como «a direita de direita (...) contra o regime que, desde 1974, subverteu a ordem moral da tradição secular portuguesa». Esta reivindicação enquadra-se precisamente no entendimento da *Nouvelle Droite* de que «today's so-called Right might be characterized as a «center,» constituting the Left's Right» (O'Meara 2013: 19), sendo articulado na política portuguesa com o 25 de Abril através de representações históricas, nas quais a identificação ideológica da nova extrema-direita também se baseia.

Considerações Finais

As representações destacadas traduzem-se politicamente na afirmação de uma verdadeira direita que seria então uma força reequilibradora perante um domínio da esquerda que, por sua vez, incitaria ao combate cultural – uma ideia reivindicada pelo próprio líder do partido Chega que afirma que a «war of our time, it's a culture war» (Ventura 2023) – de acordo com a estratégia das novas extremas-direitas de «escorar hacia la ultraderecha la opinión pública» (Forti 2021: 165). Esta estratégia transmitida como um reequilíbrio perante um domínio antinatural ou imposto pela esquerda articula-se com a abordagem metapolítica indo de encontro à característica desta realçada por Keucheyan (2017) que afirma que «la métapolitique consiste à mélanger ses idées à celles du camp d'en face, au point de les rendre indistinguables, et à les attribuer au «people»». Neste âmbito, procurar-se-ia transmitir que «ce qui passe

pour de la droitisation est une opinion depuis toujours majoritaire, mais qui n'osait pas s'exprimer jusque-là». Esta suposta incapacidade de expressão que se procura realçar através da abordagem metapolítica está justamente presente no caso português, tendo como particularidade a sua articulação também com a Revolução de 25 de Abril de 1974, sendo este acontecimento relacionado com a exclusão da direita e das ideias de direita – temas destacados através de representações que acompanham a mobilização e o enquadramento ideológico fornecidos pela nova extrema-direita. Seriam então as consequências da Revolução que não permitiriam a expressão das suas ideias, as quais, por sua vez, se apresentarão como sentido comum face a uma imposição ao nível de valores e opiniões dominantes. Esta apresentação permitirá a integração de um pensamento numa suposta crítica ao sistema, constituindo-se como ideias nas quais a espera pelo impacto é parte integrante delas numa estratégia que parte da interiorização de representações da realidade social que possibilita a efetividade das estratégias políticas. Realçando-se a importância de um enquadramento ideológico articulado com uma tentativa de introdução de categorias de pensamento no espaço público, é útil reafirmar que na ligação à decisão política ou impacto político que procurei afirmar como ponto fundamental da metapolítica, a estratégia cultural da *Nouvelle Droite* assumir-se-ia também como um «Gramscian mould from the right» (Bar-On 2013: 145). No que Tamir Bar-On (2014: 2) caracteriza como «metapolitical approach» à mudança política, é, no entanto, pertinente ter em conta o esclarecimento de Diego Luís Sanromán (n.d.: 4) de que, em Gramsci, estamos perante um «objetivo de un proceso de constitución de un sujeto colectivo en pugna por su emancipación» que, por sua vez, «se convierte en los teóricos de la [Nouvelle Droite] en un simple recurso táctico tendente a la apropiación de los aparatos ideológicos como productores de los mitos socioculturales dominantes» (Sanromán n.d.: 4-5).

Neste âmbito da introdução das suas ideias, destaca-se justamente uma estratégia de estruturação da realidade social que, indo além da estratégia política formal, revela também a importância de um enquadramento esclarecido pelo próprio ex-presidente da GRECE Jacques Marlaud (2008 cit. em Camus e Lebourg 2020: 145) que define a metapolítica como

todo trabajo de reflexión, análisis, difusión de ideas y prácticas culturales susceptibles de influir a largo plazo en la sociedad política.

Ya no se trata de tomar el poder, sino de proporcionarle un alimento ideológico, filosófico y cultural capaz de orientar (o contradecir) sus decisiones.

Não se deve, no entanto, aqui afirmar a existência de uma reprodução discursiva da *Nouvelle Droite* e do seu pensamento e mundivisão no atual radicalismo de direita, evidenciando-se sim, como assinalado, uma adoção metodológica reconhecendo, tal como Taguieff (1994: viii) afirmou, que «il s'agit donc d'éviter d'attribuer au grece les avatars idéologiques et politiques de certaines composantes de son discours». Esclarecendo-se então a importância de uma compreensão, quer além da reprodução discursiva, como além das estruturas discursivas numa mera transmissão hegemónica de ideias particulares, é importante situar a existência de uma metodologia associada a um trabalho das ideias que adquire uma dimensão estratégica sendo articulada com mobilizações assentes numa interiorização de um enquadramento ideológico. Nele incluem-se também as representações históricas, sendo de realçar, no caso português, a rutura histórica que a Revolução Portuguesa significa e em torno da qual se trabalha também ao nível da interpretação e ressignificação, procurando-se constituir um novo campo de referência político-ideológico.

Bibliografia

- Althusser, Louis (1990). *Philosophy and the Spontaneous Philosophy of the Scientists and Other Essays: Is it Simple to be a Marxist in Philosophy?* (Gregory Elliott, ed.). New York: Verso.
- Amorim, Diogo Pacheco de (2021). *1ª Academia Política do CHEGA - Diogo Pacheco de Amorim*. <https://www.youtube.com/watch?v=rH93yfHy3rU> (acesso em setembro de 2023).
- « — » (2022). “Uma Constituição a rever”, *Folha Nacional*, 28, 5.
- Barker, Jason (2006). “Translator’s Introduction”, in Alain Badiou, *Metapolitics*. New York: Verso, vii-xxx.
- Bar-On, Tamir (2013). *Rethinking the French New Right: Alternatives to Modernity*. London: Routledge.
- « — » (2014). “The French New Right. Neither Right, nor Left?”, *Journal for the Study of Radicalism*, 8, 1, 1-44.

- Borga, Cesário (2016). “Crise de 28 de setembro de 1974”, in António Reis, Maria Inácia Rezola, Paula Borges Santos (ed.), *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril. Volume 3*. Figueirinhas, 59-67.
- Camus, Jean-Yves, Lebourg, Nicolas (2020). *La extrema derecha en Europa. Nacionalismo, xenofobia, odio*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- Chega (2021). *Programa Eleitoral Legislativas 2022*. <https://partidochega.pt/programa-eleitoral-legislativas-2022/> (acesso a dezembro de 2021).
- Crítica XXI (2022). *Crítica XXI*. <https://www.criticaxxi.pt/> (acesso em setembro de 2023).
- De Benoist, Alain (1993). “Three interviews with Alain de Benoist”, *Telos*, 98-99, 173-207.
- « — » (2014). “Alain de Benoist Answers Tamir Bar-On”, *Journal for the Study of Radicalism*, 8, 1, 141-168.
- De Benoist, Alain, Champetier, Charles (1999). “The French new right in the year 2000”, *Telos*, 115, 117-144.
- Forti, Steven (2021). *Extrema derecha 2.0: qué es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI de España Editores.
- Griffin, Roger (2000). “Between metapolitics and apoliteia: the New Right’s strategy for conserving the fascist vision in the ‘interregnum’”, *Modern and Contemporary France*, 8, 2, 35-53.
- Grinchpun, Boris Matías (2023). “Comentario Bibliográfico: Steven Forti, Extrema derecha 2.0. Qué es y cómo combatirla (Madrid: Siglo XXI, 2021)”, *Revista Rey Desnudo: Revista de Libros*, 11, 22, 151-165.
- Keucheyan, Razmig (2017). “Alain de Benoist, du néofascisme à l’extrême droite «respectable» Enquête sur une success story intellectuelle”, *Revue du créateur*, 6, 1, 128-143.
- Lacan, Jacques (1978)[1938]. *A Família* (Brigitte Cardoso e Cunha, Ana Paula dos Santos, Graça Lamas, Graça Lapa, trad.). Lisboa: Assírio e Alvim.
- Madeira, Bruno (2020). «Homens entre ruínas»? *Ideias, narrativas, mundividências e representações das Direitas radicais portuguesas (1974-1985)*. Dissertação de 3º ciclo de estudos no Doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Marchi, Riccardo (2016). “The Nouvelle Droite in Portugal: a new strategy for the radical right in the transition from authoritarianism to democracy”, *Patterns of Prejudice*, 50, 3, 232-252.
- Minkenberg, Michael (2000). “The renewal of the radical right: between modernity and antimodernity”, *Government and Opposition*, 35, 2, 170-188. doi: <https://doi.org/10.1111/1477-7053.00022>

- Nagle, Angela (2017). *Kill all normies: Online culture wars from 4chan and Tumblr to Trump and the alt-right*. John Hunt Publishing.
- O'Meara, Michael (2013). *New Culture, New Right: Anti-Liberalism in Postmodern Europe*. London: Arktos.
- Pinto, António Costa (1995). "The Radical Right in Contemporary Portugal", in Luciano Cheles, Ronnie Ferguson & Michalina Vaughan (ed.), *The Far Right in Western and Eastern Europe*, Longman. London: Longman, 108-128.
- Pinto, Jaime Nogueira (1988). "La derecha y el 25 de abril: Ideología, estrategia y evolución política", *Revista de estudios políticos*, 60, 185-208.
- « — » (2008a). *Valores Nacionais e Novas Formas Institucionais*. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/317> (acesso em setembro de 2023).
- « — » (2008b). "Maio de 68 e nós", *Povos e Culturas*, 12, 237-248.
- « — » (2020a). Jaime Nogueira Pinto: "Durante 40 anos não tivemos uma direita em Portugal. Só a direita da esquerda". <https://visao.sapo.pt/ideias/2020-08-19-jaime-nogueira-pinto-durante-40-anos-nao-tivemos-uma-direita-em-portugal-so-adireita-da-esquerda/> (acesso em setembro de 2023).
- « — » (2020b). "A Direita e as Direitas no tempo da Esquerda", in Riccardo Marchi, *À direita da revolução: resistência e contrarrevolução no PREC (1974-1975)*. Objectiva, 7-15.
- « — » (2020c). Jaime Nogueira Pinto: "O Chega veio reequilibrar a direita e André Ventura, ao contrário de Trump, 'aguenta' quando o atacam". <https://visao.pt/atualidade/politica/irrevogavel/2020-11-11-jaime-nogueira-pinto-o-chega-veio-reequilibrar-a-direita-e-andre-ventura-ao-contrario-de-trump-aguenta-quando-o-atacam/> (acesso em setembro de 2023)
- « — » (2022a). *Crítica XXI*. "Há mais mundo para além da Esquerda". <https://www.dn.pt/politica/critica-xxi-ha-mais-mundo-para-alem-da-esquerda-15223999.html> (acesso em setembro de 2023).
- « — » (2022b). Nogueira Pinto considera que Chega veio reequilibrar espectro político. <https://www.noticiasaoiminuto.com/politica/1952310/nogueira-pinto-considera-que-chega-veio-reequilibrar-espectro-politico> (acesso em setembro de 2023).
- « — » (2023). PSD recusa dizer não ao Chega. <https://www.dn.pt/politica/psd-recusa-dizer-nao-ao-chega-15751816.html> (acesso em setembro de 2023)
- Rezola, Maria Inácia (2016). "Crise de 25 de novembro de 1975", in António Reis, Maria Inácia Rezola, Paula Borges Santos (ed.), *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril*. Volume 3. Figueirinhas, 43-59.

- Sanromán, Diego Luís (n.d.). “La Nueva Derecha en Europa: una revisión crítica”, *Elementos de Metapolítica para una Civilización Europea*, 5, 3-14.
- Sloterdijk, Peter (2003) [1983]. *Critique of Cynical Reason* (Miguel Ángel Vega, trad.). Madrid: Siruela.
- « — » (2013) [2009]. *You Must Change Your Life* (Wieland Hoban, trad.). Cambridge: Polity.
- « — » (2017). *Modernity as a Culture of “Bastards”* | Peter Sloterdijk. <https://www.youtube.com/watch?v=H31Q9C2n1TI&pp=ygUibW9kZXJuaXR5IGFzIGegY3VsdHVyZSBvZiBiYXN0YXJkcw%3D%3D> (acesso em setembro de 2023)
- Taguieff, Pierre-André (1994). *Sur la Nouvelle Droite*. Paris: Descartes & Cie.
- Teitelbaum, Benjamin (2019). “Daniel Friberg and Metapolitics in Action”, in Mark Sedgwick (ed.), *Key Thinkers of the Radical Right: Behind the New Threat to Liberal Democracy*. New York: Oxford University Press, 259-275.
- Ventura, André (2023). *Líderes europeus aplaudem discurso de André Ventura na Hungria*. <https://www.youtube.com/watch?v=i83gyXD-w34&pp=ygUVYW5kcmUgdmVudHVyYSBodW5ncmlh> (acesso em setembro de 2023).

VARIA

**ORIGENS DA SENSIBILIDADE DEVOCIONAL
DA NARRATIVA DE FÁTIMA
ORIGINS OF THE DEVOTIONAL SENSIBILITY
OF THE FATIMA NARRATIVE**

JOSÉ EDUARDO FRANCO
Universidade Aberta, CEG-CIPSH
eduardofranco.ceg@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5315-1182>

PORFÍRIO PINTO
Universidade Aberta, CEG-CIPSH
porpinto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3127-1420>

Texto recebido em / Text submitted on: 24/01/2023
Texto aprovado em / Text approved on: 15/01/2024

Resumo

A narrativa de Fátima é profundamente devedora das correntes modernas de espiritualidade mariana, ou cristológico-mariana. A Senhora que apareceu em Fátima, na última das suas aparições, revelou-se como «a Senhora do Rosário». Esta invocação mariana, que se afirmou nos anos subsequentes à conclusão do concílio de Trento (sobretudo depois da Batalha de Lepanto, em 1571), era particularmente venerada pelos Pastorinhos na sua paróquia de Fátima. No entanto, nas conversas destes com a Senhora vestida de branco, «mais brilhante que o sol» (cf. Ct 6, 10; Ap 12, 1), sobressai a doutrina reparadora do Imaculado Coração de Maria, bem como a sombra protetora da Mãezinha do Céu, a «Mãe de misericórdia» da tradição monástica. São estas

duas sensibilidades modernas que constituirão o objeto da breve abordagem apresentada neste nosso ensaio.

Palavras-chave

Cordial; espiritualidade; Fátima; Maria; misericórdia.

Abstract

The Fatima narrative is deeply indebted to modern currents of Marian, or Christological-Marian, spirituality. The Lady who appeared in Fátima, in the last of her apparitions, revealed herself as «the Lady of the Rosary». This Marian invocation, which was asserted in the years following the conclusion of the Council of Trent (especially after the Battle of Lepanto, in 1571), was particularly venerated by the Little Shepherds in their parish of Fátima. However, in their conversations with the Lady dressed in white, «brighter than the sun» (cf. Songs 6, 10; Rev 12, 1), the reparative doctrine of the Immaculate Heart of Mary stands out, as well as the protective shadow of the Heavenly Mother, the «Mother of Mercy» of the monastic tradition. These two Modern sensitivities will constitute the object of the brief approach presented in this essay.

Keywords

Cordial; Fatima; Mary; mercy; spirituality.

A sede de espiritualidade e da beleza profunda da mística sempre subjazem no ser humano, embora na diversidade de expressões e de sensibilidades, seja das épocas históricas, seja do caráter e psicologia de cada pessoa.

Dom Carlos Moreira Azevedo⁽¹⁾

O foco de interesse da história religiosa passou da hierarquia eclesiástica e da alta política para a congregação e a religião popular.

Olwen Hufton⁽²⁾

(1) Citação de um texto ainda inédito: “Introdução” da *História da espiritualidade e da mística em Portugal* (em preparação).

(2) Hufton 2006: 87.

Os programas das correntes de espiritualidade que se desenham no seio do Cristianismo europeu, no dealbar da Época Moderna, são marcados pelo conceitos-vetores explicativos consubstanciados nestas palavras-chave: Tensão, Conversão, Globalidade. As correntes afirmam-se em tensão, diferenciando-se na medida da sua fidelidade a perspectivas antropto-teológicas distintas. Todas elas visam superar uma vivência cristã formal e superficial para atingir a totalidade do ser humano individualmente (conversão da alma e, com esta, de todas as faculdades do ser humano, desde a razão à imaginação) e abranger globalmente todos os povos do planeta na então nascente aurora da globalização... Estas características patentes no ADN donde brota a sensibilidade das espiritualidades desenvolvidas na modernidade vamos ver espelhadas, de algum modo, na sensibilidade espiritual de Fátima no dealbar do século XX.

Nas últimas décadas, graças aos trabalhos de estudiosos como Jean Delumeau, tornou-se evidente que a verdadeira cristianização do Ocidente, em extensão e em profundidade, é um fenómeno moderno. Para isso muito contribuíram as missões internas, bem como o esforço de catequização pela palavra e pela imagem. Esse movimento de cristianização foi acompanhado por um recrudescimento da devoção mariana, diferente da que ocorrera nos séculos XIII e XIV. A «nova devoção» a Maria (Marques 2000: 627) tem subjacentes três motivos: a dignificação da oração vocal – a reza do rosário – doseada com a mental, dentro do espírito da *devotio moderna*; o relevo acentuado de Maria na sua função de corredentora – a doutrina imaculista –, advogada dos pecadores e mãe de misericórdia; o papel de intercessora celeste privilegiada – a Assunta, Rainha do Céu. Também «nova» – ou, melhor dizendo, renovada – é a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, agora de feição moderna, originada pelas aparições de Paray-le-Monial (1673-1674). Chegada a Portugal em 1728, de imediato se expandiu em Lisboa e por todas as províncias do reino. Ainda antes do final do século, D. Maria I mandava construir um templo – o primeiro em todo o mundo – consagrado ao Coração de Jesus, a Basílica da Estrela (1779-1790), e conseguia do papa Pio VI a instituição da festa do Sagrado Coração, com ofício e missa própria, o que provocaria sérios ataques da parte dos jansenistas (Marques 2000: 619-621).

Subsequentemente, uma extensiva corrente de espiritualidade popular marcava a pastoral católica nos séculos XIX e XX: a espiritualidade reparadora dos corações de Jesus e de Maria. A emergência do Santuário

de Fátima enquadra-se nesta história de espiritualidade florescente, que o legitima, e para a qual vai contribuir com conteúdos específicos, dando-lhe projeção global.

Nós apelidamos esta corrente de espiritualidade «quente», ou dos afetos. Efetivamente, a geografia ensina-nos que há climas frios e quentes, com as suas variantes temperadas, secas e húmidas. Se estabelecêssemos uma geografia da espiritualidade, poderíamos dizer que haveria também espiritualidades frias e quentes. A espiritualidade do Coração de Jesus – e de Maria – é, sem dúvida, uma espiritualidade quente (Franco 2005; 2007; 2011).

Esta espiritualidade cordial pode ainda ser enquadrada na tipologia das espiritualidades sinedocais, que adquiriram grande expansão no seio da Igreja católica durante a modernidade. Espiritualidade sinedocal é uma designação que deriva da figura de estilo chamada «sinédoque», que consiste em tomar a parte pelo todo. Ora, na prática devocional acentuada, depois da Idade Média, em torno da imitação de Cristo e da sua humanidade, desenvolveram-se espiritualidades especializadas que destacavam uma parte, um órgão, um aspeto da figura de Jesus Cristo humanamente encarnada. Nesta tendência de focalização simbólica brotaram diferentes espiritualidades e formas de devoção associadas a novas ordens e congregações religiosas especializadas em determinadas áreas ou devotadas a certos serviços pastorais. Surgiram assim, a título de exemplo, as devoções e congregações dedicadas ao Preciosíssimo Sangue de Jesus, à sua Santa Face, às Cinco Chagas e, naturalmente, ao Sagrado Coração. Assim, acentuou-se uma parte da humanidade de Jesus para valorizar uma dimensão da vida e da mensagem cristã, iluminando o todo a partir desse ângulo particular.

No entanto, a espiritualidade cordial, através das instituições a ela dedicadas, foi a espiritualidade sinedocal que logrou obter mais popularidade e amplitude na Igreja. Tanto mais que a parte simbólica do coração é aquela que, no âmbito desse tipo de espiritualidade, melhor exprime o todo do mistério mais profundo de Cristo e da essência de Deus-Amor, na linha da doutrina mais genuína dos evangelhos. O coração é, assim, no quadro das espiritualidades cristológicas, mas também mariológicas, aquela parte que melhor abarca significativamente o todo do mistério cristão.

A devoção ao Sagrado Coração de Jesus afirmou-se, na modernidade, por oposição à emergência daquilo que apelidamos de espiritualidades

frias. Frias na concepção de Deus que elas apresentavam e na maneira que propunham do homem se relacionar com o Transcendente. Vejamos⁽³⁾.

A revolução antropocêntrica do início da Idade Moderna – de que é paradigmática a obra *Discurso sobre a dignidade do homem* (1486) de Giovanni Pico della Mirandola – tornou Deus extremamente distante, pelo que o debate pós-tridentino, sempre em torno da liberdade (humana) e da graça (divina), não é senão uma tentativa, quer de reformados, quer de católicos, de reavaliar a onnipotência divina à luz da autonomia humana. Constatando o afastamento de Deus, uns e outros procuram, em primeiro lugar, estabelecer o tipo de mediação entre o homem e a divindade: os católicos afirmam ser a Igreja, e os seus ministros; os reformados asseveram não existir outra mediação do que aquela estabelecida pelo próprio Deus, a saber, Cristo e a Escritura. Curiosamente, como ministro da eucaristia e intérprete da Palavra, o sacerdote (católico) parece ser aquele que assegura melhor, quotidianamente, a mediação crística na comunidade! Em segundo lugar, na questão da liberdade e da graça, os reformados – mas também Baio, Jansénio e Quesnel do lado católico – enveredam pelo caminho de Paulo e Agostinho, que defendem os direitos de Deus: o ser humano só se salva pela graça divina, pois por si só nada pode fazer; os católicos fazem caminho pela via tomista, impregnada de humanismo: o ser humano salva-se, é certo, por graça divina (uma «graça suficiente»), mas, através do seu livre-arbítrio, coopera com o mesmo Deus.

Estas concepções teológicas estão por detrás de variadas correntes espirituais. Em rutura com a Igreja, desenvolveram-se as espiritualidades protestantes, com particular destaque para a calvinista. Nesta, promoveu-se a individualização particularista da vivência religiosa, a depuração das formas afetivas de devoção exteriorista, associando uma mundividência marcada pela repressão dos afetos, excessivamente moralizante dos comportamentos que deveriam ser vigiados publicamente de forma altamente repressiva. Esta espiritualidade assentava numa visão determinística da ação providencial de Deus sobre a história de cada homem, um Deus impiedoso perante o pecado e avaro de misericórdia.

No seio do catolicismo também se afirmou, durante a modernidade, uma espiritualidade de inspiração agostiniana radical, assente numa visão de um Deus distante e severo: o jansenismo (condenado posteriormente

(3) Para o que se segue, remetemos para Lécivain (2002).

pela Santa Sé). Este movimento introduziu uma racionalização escrupulosa do culto litúrgico a Deus, visto como juiz impiedoso dos homens em todos os seus mínimos atos. Tal espiritualidade sombria e triste teve expressão até na disposição arquitetónica das igrejas, distanciando-se o altar – o centro do culto – dos fiéis, de modo a expressar esse distanciamento abissal entre Deus e o homem impuro, que tinha necessidade de permanente purificação. O jansenismo, que alcançou uma significativa difusão por toda a Europa, a partir de França, impôs um medo extremo de Deus e um moralismo excessivo de carácter ascetizante, que desconfiava da emoção e demonizava a afetividade na devoção religiosa.

Il s'agit d'hommes ou de femmes qui se sont placés sous la direction spirituelle de prêtres ou d'abbesses renommés, en vue d'une expérience spirituelle forte. Convaincus de la misère et de la fragilité de l'homme, qui vit dans l'incapacité de mener une vie juste, et de l'omniprésence du diable sur la terre sous des formes multiples et cachées, ils éprouvent le désir d'une démarche spirituelle personnelle guidée par un directeur – ou une directrice spirituelle – renommé [...]. (Michel 2002: 183).

Como corrente que contrabalança estas espiritualidades frias, a espiritualidade do Coração de Jesus afirmou-se a partir do século XVII, bebendo, porém, nas suas raízes bíblicas, patrísticas e medievais, que valorizavam o coração como símbolo-centro do amor, da afetividade, dos valores morais, com capacidade metafórica para simbolizar o amor de Deus pelo homem.

Breve história da devoção cordial (de Jesus e de Maria)

Na Bíblia hebraica, o termo *leb*, «coração», constitui a base de toda a relação religioso-moral do homem com Deus⁽⁴⁾. Ele é o centro vital do ser humano: o lugar onde amadurecem as suas disposições, boas ou más; o princípio e origem da responsabilidade da pessoa (pelo que se identifica com a sua «consciência»); e, também, o centro da vida cognoscitiva, representando a sua interioridade ou a sua intimidade mais profunda (o seu «eu»). Por conseguinte, o coração não é um mero

(4) Para o que se segue, ver Laviguer (2006) e Alonso (1985).

órgão biológico, mas o centro da vida espiritual do ser humano (ou seja, o lugar do encontro com Deus), o princípio de vida, memória, pensamento, vontade, interioridade.

Na patrística, surgem as primeiras expressões da devoção aos corações de Jesus e de Maria. Nos Padres da Igreja e escritores eclesiásticos do primeiro milénio é frequente encontrar meditações sobre a paixão – e o amor misericordioso de Deus –, e mais concretamente sobre as cinco chagas, particularmente o lado aberto, que revela a ferida do coração (física e espiritualmente). Em relação a Maria, é também a paixão de Cristo que suscita a meditação sobre o seu coração de mãe, à luz da passagem de Lucas 2, 35: «uma espada trespassará a tua alma». Mas Santo Agostinho introduzirá um outro tema, que atravessará a Idade Média até ao Vaticano II: a conceção do Verbo (Palavra) no seu coração, antes de ser concebido no seu seio. É esse tema que lhe permite apresentar Maria como discípula de seu filho e mãe dos membros da Igreja.

Na Baixa Idade Média, mantém-se o registo simbólico: Santo Anselmo e São Bernardo meditam fervorosamente sobre a ferida do lado, que também deixa apenas entrever o coração ferido de Cristo. Por sua vez, Guillaume de Saint-Thierry e os vitorinos já contemplam o próprio coração ferido, símbolo do amor redentor. E, paulatinamente, esse coração de Cristo torna-se objeto de devoção pessoal, sobretudo nos meios franciscanos: São Francisco, Santo António, São Boaventura, Marguerite de Cortone, ou Santa Ângela de Foligno. No século XIV, essa mesma devoção de carácter pessoal penetra os meios místicos, beneditinos (Gertrudes de Helfta e Mechtilde) e mendicantes em geral (Ubertino de Casal, Santa Clara de Rimini, Santa Catarina de Sena, Henrique de Suso e João Tauler). Depois, nos dois séculos seguintes, ela tornar-se-á cada vez mais omnipresente: Santa Francisca Romana, São Bernardino de Sena, Santa Catarina de Bolonha, Joana de Valois, Batista Varani, Henrique de Herph, ou os cartuxos de Colónia (séc. XV); João Justo de Lansperge, Santo Inácio de Loiola, os beneditinos de Montmartre, entre outros (séc. XVI). Todavia, o desenvolvimento da devoção mantém-se sempre em torno da recordação da via dolorosa da Paixão de Cristo (Bainvel 1911: 252-279; e, ainda, Hamon 1925, vol. 2).

Essa relação com a paixão de Cristo é por demais evidente na iconografia dos séculos XV e XVI. Surgem, recorrentemente, vários tipos de gravuras em que é representado um coração com uma fenda – a ferida do lado – donde caem algumas gotas de sangue, mas também um

coração trespassado por três pregos, ou ainda um coração pregado numa cruz, em que são também representados os pés e as mãos (completando deste modo as cinco chagas de Cristo). A devoção ao Coração de Jesus não para de crescer.

A *devotio moderna* e a espiritualidade de Santo Inácio de Loyola patente no seu famigerado livro dos *Exercícios Espirituais*, difundidas ambas pela Companhia de Jesus, ajudaram a preparar também o caminho à emergência de uma nova espiritualidade, a espiritualidade cordial, que mobilizasse e envolvesse todas as faculdades humanas na demanda de uma intimidade maior com Deus. Na espiritualidade inaciana, a dimensão afetiva, a faculdade da imaginação, da emoção e os sentimentos são considerados e orientados para o incremento de uma contemplação divina mais profunda e volitivamente mais sincera e total. Trata-se de uma espiritualidade nova que pretendia aproximar mais Deus do homem, para que o homem se aproximasse mais de Deus a partir do seu íntimo e com a totalidade do seu ser.

No século XVII, São João Eudes, fundador de duas congregações religiosas – uma masculina e outra feminina – dedicadas aos Sagrados Corações, publicou uma obra que se tornou paradigmática do processo de incremento da espiritualidade cordial, chamada *O coração admirável da Sacratíssima Mãe de Deus* (1660). E nesse mesmo século, Santa Margarida Maria Alacoque, da Ordem da Visitação, recebeu as famosas revelações do Coração de Jesus em Paray-Le-Monial, que conheceram uma grande influência. Estas duas figuras da espiritualidade católica de Seiscentos deram um extraordinário impulso à devoção, de tal forma que podem ser consideradas, em certo sentido, as figuras fundadoras da emergente espiritualidade dos Corações de Jesus e de Maria.

Se no século XVII se deu o grande impulso à devoção ao Coração de Jesus, foi no século XVIII que se assistiu à sua disseminação na Igreja universal. Os sinais-testemunhos da difusão desta espiritualidade podem ser detetados na multiplicação de confrarias, capelas, igrejas, basílicas, ritos devocionais populares, dedicados ao Sagrado Coração de Cristo. Como já referimos, em Portugal, o exemplo de maior expressão da impregnação e assunção desta espiritualidade foi a construção da monumental Basílica da Estrela, no reinado de D. Maria I. O próprio desenho arquitetónico peculiar deste templo não deixa de expressar algumas linhas de força desta espiritualidade mais afetuosa: a luminosidade, a disposição do lugar dos fiéis em relação ao centro

do culto numa linha de maior proximidade, a conceção das imagens sagradas marcadas pela expressão da sua humanidade, etc. Recorde-se que em Portugal o culto ao Coração de Jesus inscreve as suas raízes na corrente muito popular do culto das Cinco Chagas de Cristo, ou seja, numa dimensão muito sofredora da sua humanidade.

Foi ainda neste Século das Luzes e da razão geométrica que se assistiu aos primeiros reconhecimentos oficiais da espiritualidade do Coração de Jesus. O primeiro verificou-se no pontificado do papa Clemente XIII, através de um decreto emanado pela Sagrada Congregação dos Ritos em 1765. O segundo reconhecimento, mais importante, veio da parte do papa Pio VI, em 1794, com a publicação da Constituição *Auctorum fidei*.

Passados os dois primeiros séculos de afirmação desta espiritualidade cordial na Igreja, entramos no século que podemos chamar o século por excelência do Coração de Jesus. Foi no conturbado século XIX, século das revoluções e da proliferação das ideologias de pendor racionalizante e cientificizante, que esta espiritualidade afetiva se impôs e foi plenamente consagrada ao mais alto nível da Igreja, e expandida nos países católicos e nas missões, como proposta de devoção renovadora da vida cristã. Pio IX, reconhecendo a importância desta corrente devocional na renovação do fervor dos cristãos na Igreja, instituiu a Festa do Coração de Jesus, definida como solenidade universal de toda a Igreja em 1856.

Neste século de Oitocentos multiplicaram-se as congregações e obras dedicadas ao Coração de Jesus, e também, por extensão, ao Coração de Maria. Recordemos alguns nomes: Congregação dos Sagrados Corações (Picpus) (1800), Sociedade do Sagrado Coração de Jesus (1800), Filhas do Sagrado Coração de Jesus (1831), Padres do Sagrado Coração de Jesus de Bétharram (1832), Missionários do Sagrado Coração de Issoudun (1854), Irmãs Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus (1864), Missionários Combonianos do Coração de Jesus (1867), Escravas do Sagrado Coração de Jesus (1877), Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus (1881), Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus (1894), Padres Rogacionistas do Coração de Jesus (1897), Missionárias Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus (1931).

Cumpra aqui relevar o papel que António Maria Claret (1807-1870) teve na difusão especializada da devoção ao Coração de Maria através da fundação da Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, que tem tido presença em Portugal até aos nossos dias.

Através do movimento do Apostolado da Oração, os Jesuítas reforçaram o seu já tradicional e importantíssimo papel na difusão desta espiritualidade.

Na segunda metade do século XIX, precisamente no período do grande apogeu desta devoção, o francês padre João Leão Dehon funda a Congregação dos Sacerdotes do Coração de Jesus, dedicada carismaticamente à vivência e à difusão desta espiritualidade, assumindo toda a radicalidade que ela implica. Destaca-lhe os valores da entrega, da oblação, da reparação, da disponibilidade total para o serviço e a implantação do Reino de Cristo na sociedade ao serviço da Igreja. No apelo e no compromisso missionário que esta espiritualidade implica, Dehon acentua-lhe a dimensão do risco. Propõe aos seus confrades o alimentar do desejo de arriscar tudo para a difusão do Evangelho, pela escolha das missões mais difíceis nos lugares mais inóspitos.

Neste período de liberalismo e das ideologias herdeiras da Revolução Francesa, marcadas pela preponderância da razão e pouco pelo coração, assistiu-se, como que em reação a este racionalismo absoluto, a uma espécie de globalização da devoção ao Coração de Jesus. Por todo o mundo, em honra do Sagrado Coração de Jesus, os católicos edificaram monumentos, construíram igrejas e basílicas, multiplicaram-se ritos devocionais particulares e públicos, instituíram solenidades, festas populares, cerimónias de coroação do Coração de Jesus, peregrinações, congressos... Países houve que foram consagrados ao Sagrado Coração de Jesus e à sua realza, como aconteceu com a República do Equador e, mais tarde, com a Colômbia.

A Santa Sé não deixou de acompanhar e incentivar o sucesso desta espiritualidade e de consagrá-la de uma forma ainda mais expressiva. Pela influência decisiva de grandes figuras desta espiritualidade, em especial a Beata Maria do Divino Coração, o papa Leão XIII consagrou o mundo ao Sagrado Coração de Jesus em 1899 e publicou a Carta Encíclica *Annum sacrum*, reafirmando a importância deste movimento espiritual na Igreja.

É neste contexto de plena implantação desta devoção na Igreja que se assiste à construção, em 1895, de um grandioso templo dedicado ao Coração de Cristo no norte de Portugal: em Viana do Castelo, no cume do Monte de Santa Luzia.

Ao longo do século XX, esta espiritualidade é aprofundada, clarificada e atualizada não só pelo trabalho das instituições a ela

dedicadas, em resposta aos novos desafios da história e das preocupações do homem contemporâneo, mas também pela edição de documentos do magistério da Igreja. Entre os mais relevantes devemos recordar a publicação, em 1928, da Carta Encíclica *Miserentissimus Redemptor* de Pio XI e, em 1957, da Carta Encíclica *Haurietis aquas* de Pio XII, que manifestam um esforço de aprofundamento, de esclarecimento e um desejo de revitalização do significado mais genuíno da devoção ao Coração de Cristo e de Maria.

Em sintonia com a Santa Sé, os bispos portugueses não deixaram de ser assíduos na publicação de documentos para incentivar, esclarecer e regular a prática da devoção aos Sagrados Corações. Importa realçar historicamente a consagração nacional, em 1928, feita pelo episcopado português ao Divino Coração de Jesus. Este gesto foi repetido com maior solenidade ainda pelo cardeal-patriarca de Lisboa em união com o episcopado português aquando da inauguração do grandioso monumento a Cristo-Rei, em Almada, consagrando Portugal por essa ocasião aos corações de Jesus e de Maria.

O concílio Vaticano II e, na sua esteira, os papas Paulo VI e João Paulo II vão continuar a atualizar a linguagem desta espiritualidade cordial e conferir-lhe um sentido cristológico de raiz bíblica, intimamente ligado ao significado da teologia pascal cristã. A hierarquia da Igreja em cooperação com a reflexão dos grandes teólogos católicos dá plena cidadania a esta espiritualidade do coração, que conquista um dos lugares mais proeminentes entre as correntes de espiritualidade católica.

No seu já citado verbete, o padre Joaquín María Alonso sublinha a novidade de Fátima para a espiritualidade cordimariana nos seguintes termos:

San Juan Eudes estuvo sin duda influido por las revelaciones de María des Vallées, pero no las utilizó nunca en apoyo de sus afirmaciones ni aludió a ellas en sus obras. Quiso hacer una obra rigurosamente teológica, cuyos únicos fundamentos fueran la Escritura, la tradición y el magisterio. Los escritores que gravitaban en torno al ambiente de Paray-le-Monial se dejaron llevar un tanto unilateralmente por las revelaciones de santa Margarita María de Alacoque, olvidando en parte los argumentos teológicos. Hoy la devoción al corazón de María se ha visto espléndidamente reforzada por los acontecimientos de Fátima, que han tenido un reconocimiento oficial (Alonso 1985).

No entender deste religioso, com Fátima, a espiritualidade cordial não só ganha profundidade e interiorização, como assume ainda uma dimensão eclesial e global.

Herança viva da força carismática do legado desta espiritualidade do amor, da sensibilidade e da intuição são as diversas congregações religiosas e institutos seculares, nomeadamente femininos, que atuam hoje no nosso país, cujo carisma bebe do Coração de Cristo e/ou de Maria e que têm forte presença em Fátima, bebendo da sua espiritualidade particular e promovendo-a. Alguns destes institutos de vida consagrada chegaram até a complementar com esta espiritualidade moderna os seus carismas clássicos das grandes ordens de origem medieval. Recordemos alguns nomes: Missionárias Filhas do Coração de Maria, Escravas do Sagrado Coração de Jesus, Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, Irmãs Carmelitas do Sagrado Coração de Jesus, Irmãs Coraçonistas, Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus, Irmãs do Sagrado Coração de Jesus Sacramentado, Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, Missionárias Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus, Oblatas do Divino Coração, Companhia Missionária do Coração de Jesus, Missionárias do Amor Misericordioso de Jesus e Instituto Secular do Coração de Jesus, Instituto das Religiosas do Coração de Maria.

A Mãe de Misericórdia

O tema de Nossa Senhora da Misericórdia – ou *Senhora do Manto* – surgiu no início do século XIII⁽⁵⁾, no contexto de afirmação quer das novas ordens que vieram desenvolver o culto mariano – bernardos (ou cistercienses), dominicanos, franciscanos, carmelitas, etc. (nas famosas visões da Virgem do Manto protegendo os membros de cada uma destas ordens) –, quer ainda, e sobretudo, associado à proteção de confrarias laicas e ao esconjuro de calamidades, mormente a peste. Com rápido desenvolvimento, num primeiro momento, na península itálica (sécs. XIV e XV), ele tornar-se-ia depois «um tema português», espalhando-se, a partir do século XVI, por todos os espaços da lusofonia (Serrão 2015: 639). Como sublinha Vítor Serrão, «a representação tende a transmitir sempre

(5) Porém, ele é herdeiro do antigo culto bizantino à Virgem do Véu, protetora do império e da cidade de Bizâncio. A este propósito, ver Caetano 1995: 26-27.

uma feição maternalista, espécie de simbiose de sentidos fraternais, espirituais e assistenciais das comunidades» (2015: 636).

O contexto em que surgiu esta devoção mariana é o da reflexão teológica acerca da maternidade espiritual de Maria, afirmada pela primeira vez, claramente, por Santo Anselmo: «Ó Senhora, tu és a mãe da justificação e dos justificados [...] a mãe de Deus e nossa mãe»⁽⁶⁾. Mas essa reflexão anselmiana foi preparada por outros autores que o precederam. Deve-se a Fulberto de Chartres – o grande impulsionador da festa da Natividade de Maria (8 de setembro) –, no início do século X, a expressão *Mater omnium*, «[Maria], a mãe de todos»⁽⁷⁾. No final desse mesmo século, o papa Gregório VII descreve Maria como a «mais misericordiosa e doce [das mães] para com os pecadores»⁽⁸⁾. Na sua espiritualidade, os clunícenses referem a função maternal de Maria, para com os fiéis, como «mãe de misericórdia», e São Bernardo, assim como toda a escola cisterciense, têm Maria como *plenitudine gratiae*, ou seja, associada a seu filho, a «cheia de graça» superabunda em graça. É então que começa a afirmar-se, verdadeiramente, o papel corredentor de Maria⁽⁹⁾.

Em Portugal, a representação da *Virgem do Manto* – a Mãe que protege toda a humanidade – veio renovar e prolongar estruturas culturais explícitas das velhas confrarias e hospitais do Espírito Santo, tão comuns nas cidades e vilas portuguesas do século XV (Serrão 2015: 637). Rapidamente, a representação da *Mater Omnium*, com toda a espiritualidade que encarna, multiplicou-se em retábulos, em estandartes processionais, em pinturas a óleo e a fresco, em iluminuras,

(6) O texto latino é o seguinte: «Ergo, o domina, mater es justificationis et justificatorum, genitrix es reconciliationis et reconciliatorum, parens es salutis et salvatorum. O beata fiducia! O tutum refugium! Mater Dei est mater nostra; mater ejus in quo solo speramus, et quem solum timemus, est mater nostra; mater inquam, ejus qui solus salvat, solus damnat, est mater nostra» (*Orationes*, LII, PL 158 [1853], 957; trad. nossa).

(7) A expressão encontra-se no *Sermo VI in festo Nativitatis sanctae Mariae* (cf. PL 141 [1853], 329).

(8) Texto latino: «Hoc tamen procul dubio teneas, quia, quanto altior et melior ac sanctor est omni matre, tanto clementior et dulcior circa conversos peccatores et peccatrices» (*Epistula* 47; PL 148 [1853], 328).

(9) Ilustrativa do papel mediador, e corredentor, de Maria é a miniatura do *Speculum Humanis Salvationis* (c. 1400), no capítulo 37: nela é representado Deus disparando flechas contra um grupo de pecadores, intervindo Maria (acompanhada por S. Francisco e S. Domingos) para os defender. A proteção mariana é reafirmada no capítulo seguinte, onde é representada precisamente a Senhora do Manto. Veja-se Flaherty 2006: 423 e 425.

em gravuras, em baixos-relevos, em azulejos, em têxteis, em peças de ourivesaria e mobiliário, etc.

As primeiras representações, no início do século XVI, ocorrem em círculos de influência da *devotio moderna*, que veiculam também valores do joaquimismo e do franciscanismo: o tríptico de Jan Provost (c. 1515), para a Misericórdia do Funchal (hoje, no MNAA); a xilogravura da edição *princeps* do *Compromisso* (1516) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; na iluminura de António de Holanda para o *Compromisso* de 1520 (Arquivo da SCML); na tábua de Gregório Lopes (c. 1532), na Misericórdia de Sesimbra; o relevo do portal da igreja manuelina da Conceição Velha (c. 1534), primeira sede da Misericórdia de Lisboa⁽¹⁰⁾. As pessoas representadas nestas peças não são figuras históricas – como por vezes se pensou –, mas figuras-tipo: de um lado (à direita da Virgem) temos os representantes do poder espiritual, do outro (à sua esquerda), os representantes do poder temporal.

Nos estandartes processionais, a representação da *Mater Omnium* tem, no reverso, Nossa Senhora da Piedade. Essa iconografia é reveladora, como dissemos, do ambiente da *devotio moderna* em que a devoção surgiu e se desenvolveu em Portugal. Mais tarde, em algumas bandeiras, em vez da *Pietà*, irá surgir representada a *Visitação de Maria a Santa Isabel*. Compreende-se porquê: a visitação (aos enfermos, aos prisioneiros, etc.) faz parte do carisma fundamental das Misericórdias, que tem que ver com o exercício das obras de misericórdia corporais e espirituais.

Reveladora da continuidade do culto ao Espírito Santo é a presença, em grande parte das igrejas da Santa Casa da Misericórdia, da representação do *Pentecostes* (normalmente no retábulo-mor):

a sociedade civil do país profundo [...] ousa intervir nos discursos sobre o novo tempo e os Novos Mundos, no papel que cabe à missão, à abertura dialogal e esbatimento de diferenças, ao convívio com usos e costumes, línguas e culturas distintos, para se perceber a globalização. (Serrão 2015: 648).

A religião tinha um papel unificador do edifício expansionista (África-América-Ásia).

(10) Para uma lista mais completa dessas representações, veja-se o já citado Caetano 1995: 44-47.

Mas não nos iludamos, as Confrarias da Misericórdia tinham um carácter exclusivista, que contrastava com a simbólica da *Mater Omnium*: estatutariamente, não eram admitidos – nem sequer como irmãos – indivíduos de sangue mourisco ou cristão-novo. Por outro lado, o culto manifestava frequentemente sinais de mariolatria: a misericórdia, que é atributo divino, era como que reservada a Maria e contraposta à justiça divina (frequente representação de Deus como justiceiro, como na já mencionada miniatura do *Speculum humanis salvationis*, ou na bem conhecida pintura de Lucas Cranach, *o Velho*, no Museu de Belas Artes de Budapeste, na qual se vê Deus Pai prestes a lançar três setas – a guerra, a peste e a fome –, perante um Cristo suplicante, ajoelhado sobre a cruz, e a *Mater Omnium* que a todos acolhe debaixo do seu manto).

O pontificado do papa Francisco veio colocar novamente o acento na misericórdia divina. Por isso, nos últimos anos, tem-se insistido neste aspeto devocional de Fátima. Nossa Senhora do Rosário de Fátima é «a Mãe», a «Mensageira da Misericórdia», essa misericórdia divina revelada em Jesus Cristo, o Filho de Deus. A teologia subjacente à mensagem de Fátima, portanto, remete para a *Mater Omnium* que acima expusemos: a mãe preocupada pela sorte dos pecadores e pela paz no mundo. Isso é claramente expresso logo na primeira aparição do Anjo, em 1916:

Que fazeis? Oraí! Oraí muito! Os Corações de Jesus e Maria têm sobre vós desígnios de misericórdia. Oferecei constantemente ao Altíssimo orações e sacrifícios [...]. De tudo que puderdes, oferecei um sacrifício em acto de reparação pelos pecados com que Ele é ofendido e de súplica pela conversão dos pecadores. Atraí assim sobre a vossa Pátria a paz. (Lúcia 2007: 170).

Por isso, D. António Marto, bispo da diocese de Leiria-Fátima, na sua carta pastoral preparatória do Centenário das Aparições na Cova da Iria, *Maria, Mãe de ternura e de misericórdia* (2015), afirmava:

O grande protagonista do acontecimento Fátima é o próprio Deus misericordioso que, através de Maria, Mãe de Jesus e da Igreja, envia uma mensagem e um apelo concreto ao mundo numa situação trágica. Maria fala-nos de Deus com a linguagem do seu coração materno (Marto 2015: 3).

As espiritualidades cordial e da divina misericórdia têm efetivamente uma fonte comum: o amor de Deus revelado em Cristo, que deu a sua

vida pela salvação da humanidade inteira (cf. Farias 2017: 215-217; Boublil 2018: 157)⁽¹¹⁾.

A sua presença nos acontecimentos de Fátima não é acessória. Pelo contrário, a espiritualidade cordial (cordimariana) está mesmo no âmago desses acontecimentos: as aparições aos pastorinhos são justificadas, pela Virgem, porque Deus quer estabelecer a devoção do Imaculado Coração de Maria no mundo inteiro (Lúcia 2007: 121)⁽¹²⁾. E não se trata de mais uma devoção, mas daquela que «conduz a Deus»: «O Meu Imaculado Coração será o teu refúgio e o caminho que te conduzirá a Deus» (Lúcia 2007: 83 *passim*). Que conduz, portanto, ao Deus da misericórdia.

Epílogo

Para concluir, é interessante avocar a inspiração dada pela espiritualidade cordial ao padre Manuel Antunes, SJ, pedagogo notável do século XX português, para fundamentar um dos seus textos mais ricos sobre os aspetos do homem contemporâneo. O autor defende que o *homo mechanicus* formado na era industrial e tecnológica deve dar lugar ao *homo misericors*, como caminho para construir uma humanidade nova. Só o modelo do *homo misericors* inspirado nos valores do mistério mais profundo do cristianismo tem condições para reabilitar o homem fraturado interiormente da sociedade contemporânea e fazer emergir o homem novo, transfigurado, capaz de preencher o vazio que o aniquila por dentro. De acordo com este filósofo, o «homem mecânico» da civilização tecnológica e do consumo deu origem ao «homem espuma», hoje mais conhecido por homem *light*:

(11) Depois da beatificação de Faustina Kowalska, a 18 de abril de 1993, a Igreja retomou a devoção ao Coração de Jesus como expressão da divina misericórdia, depois de um breve período – que já havia começado pouco antes da realização do concílio Vaticano II e se acentuou na fase pós-conciliar – de algum esmorecimento quer da devoção mariana, quer ainda da devoção ao Coração de Jesus (Farias 2017: 204-205). Dessa «crise» falava já Alonso (1985), bem como da necessidade de uma «renovação», que aconteceria precisamente com a valorização do tema da misericórdia divina.

(12) O cardeal Cerejeira comparava a revelação de Fátima (devoção ao Imaculado Coração de Maria) à de Paray-le-Monial (devoção ao Sagrado Coração de Jesus), dizendo que aquela é não só a continuação, mas sobretudo a conclusão desta, reunindo «aqueles dois Corações que o mesmo Deus uniu na obra divina da Redenção dos Homens» (Leite 1969: 4).

Representa o *homo mechanicus*, sobretudo o *homo-mechanicus-in puris-artificialibus*, o ponto limite de um certo tipo de homem: esvaziado, exteriorizado, laminado. Mas é, porventura, dessa fundamental demonstração de perda, de objectivação, de aliança, que surgirá o processo inverso de recuperação e humanização. (Antunes 2018: 88).

Pela misericórdia entendida no seu significado mais profundo, enquanto «movimento do coração», redirecionado pelo amor supremo, se dará a transformação do homem e da sociedade no sentido da construção da civilização do amor:

É pela misericórdia que se salvam as relações de pessoa a pessoa, sobretudo quando essas relações, por este ou aquele motivo, têm de ser longas, complexas, triturantes: no parentesco, na vizinhança, na situação profissional, no mais largo espaço social. [...] É pela misericórdia que inveteradas inimizades cessam, convertendo-se, porventura, no seu contrário. É pela misericórdia que diuturnos ressentimentos abrandam, lívidas invejas desaparecem, passos vacilantes se tornam firmes. É pela misericórdia que se abre o coração ao estrangeiro, se olha o insólito sem animosidade, como princípio, se encaram hábitos alheios e alheios sistemas de referência, sem atitudes condenatórias e sem julgamentos sumários. É pela misericórdia que se realiza a melhor apreensão e compreensão do mundo e da vida: a apreensão e compreensão dos místicos. É pela misericórdia – rio acaso subterrâneo – que se ligam mares e continentes, cidades e aldeias distantes, culturas e civilizações separadas por toda a espécie de barreiras.

A misericórdia constitui o fulcro, o eixo, o gonzo de tantas outras coisas que nem o conhecimento direto, nem a facilidade de comunicações, nem qualquer outro meio – mecânico, orgânico ou intelectual – podem proporcionar. Predisposição favorável, espaço livre de acolhimento, força e fundura, serenidade e longanimidade, a misericórdia, no sentido amplo aqui analisado, liga e religa todos os homens entre si e, em última instância, com Aquele a quem todos explícita ou implicitamente vivem referidos. Qualquer que seja o seu nome. A misericórdia é a grande via de acesso à Transcendência. (Antunes 2018: 84-85).

Referências bibliográficas

- Alonso, Joaquín María (1985). “Inmaculado Corazón de María”, in S. Fiores (dir.), *Nuevo Diccionario de Mariología*. Madrid: Paulinas, 941-952. Texto online: https://www.mercaba.org/DicMA/H/0941-0955_I_Cor_M.htm (consultado em 27-06-22).
- Antunes, M., sj (2018). *Compreender o mundo e atualizar a Igreja. Grandes textos do Padre Manuel Antunes*. Coord. de J. E. Franco e L. M. de Abreu. Lisboa: Gradiva.
- Azevedo, Carlos M. (no prelo). “Introdução Geral”, in J. E. Franco e E. Abrantes (dir.), *História da espiritualidade e da mística em Portugal* (vol. 1). Bainvel, J.-V., sj (1911). *La dévotion au Sacré-Cœur de Jésus: doctrine – histoire* (3.ª ed.). Paris: Beauchesne.
- Boublil, Elodie (2018). “Mystique du cœur et vocation de la personne”, *Le Philosophoire*, 49, 151-186.
- Caetano, Joaquim Oliveira (1995). “Sob o manto protector. Para uma iconografia da Virgem da Misericórdia”, in Nuno V. e Silva (coord.), *Mater Misericordiae*. Lisboa: Museu de São Roque/Livros Horizonte, 14-51.
- Farias, José Jacinto F. de (2017). “O coração de Maria e a mística da reparação”, *Didaskalia*, 47, 1, 203-237.
- Flaherty, H. M. (2006). *The Place of the Speculum Humanae Salvationis in the Rise of Affective Piety in the Later Middle Ages*. Dissertação de doutoramento em Filosofia, University of Michigan.
- Franco, José E. (2005). “História de uma espiritualidade quente: O Pe. Dehon e a história da espiritualidade do Coração de Jesus”, in *Colóquio Pe. Dehon – Desafios para uma civilização do amor*, org. Seminário de Alfragide (13 de março de 2005).
- « — » (2007). “Notas para a história da espiritualidade do Coração de Jesus”, *Brotéria*, 165, 29-40.
- « — » (2011). “Uma espiritualidade de feição feminina: Notas para a história da devoção ao Coração de Jesus e de Maria”, in Irene Tomé et al., *Olhares sobre as mulheres – Homenagem a Zélia Osório de Castro*. Lisboa: CESNOVA, 183-192.
- Hamon, A. sj (1925). *Histoire de la dévotion au Sacré-Cœur* (vol. 2: L’aube de la dévotion). Paris: Beauchesne.
- Huften, Olwen (2006). “Que é a história religiosa hoje?”, in David Cannadine (coord.), *Que é a História Hoje?*. Lisboa: Gradiva, 85-110.

- Laviguer, Lyne (2006). “Aux sources de la dévotion au Sacré-Coeur”. Texto online: https://www.cemi.ulaval.ca/sites/cemi.ulaval.ca/files/uploads/Texte_Aux-sources-de-la-dévotion.pdf (consultado em 27-06-22).
- Lécrivain, Philippe (2002). “Liberté et grâce au xvii^e siècle et la part prise par la Compagnie de Jésus dans le débat”, in H. Laux et D. Salin (dir.), *Dieu au xvii^e siècle: crises et renouvellements du discours – une approche interdisciplinaire*. Paris: Éd. Faculté Jésumites de Paris, 191-212.
- Leite, Fernando (1969). “Fátima e os Corações de Jesus e Maria”, *Voz da Fátima*, XLVI, 561, 4.
- Lúcia, Irmã (2007). *Memórias* (13.^a ed.). Fátima: Secretariado dos Pastorinhos.
- Marques, João F. (2000). “Oração e devoções”, in Carlos M. Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2, 603-670.
- Marto, D. António (2015). Carta pastoral *Maria, Mãe de ternura e de misericórdia* (Leiria, 15 de setembro de 2015), preparatória do Centenário das Aparições.
- Michel, Marie-José (2002). “Le Dieu des jansénistes”, in H. Laux et D. Salin (dir.), *Dieu au xvii^e siècle: crises et renouvellements du discours – une approche interdisciplinaire*. Paris: Éd. Faculté Jésumites de Paris, 181-189.
- Migne, Jacques-Paul (1844-1845). *Patrologiae cursus completus*. Série Latina (= PL) (221 volumes). Paris: Migne. Volumes 141 (Fulberto de Chartres), 148 (Gregório VII) e 158 (Santo Anselmo).
- Serrão, Vítor (2015). “Iconografia da Mater Omnium na arte portuguesa: do culto do Espírito Santo ao de ‘Nossa Senhora da Misericórdia’ (séculos xvi-xviii)”. Texto online: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/a-misericordia-de-vila-real-e-as-misericordias-no-mundo-de-expressao-portuguesa/iconografia-da-mater-omnium-na-arte-portuguesa-do-culto-do-espirito-santo-ao-de-nossa-senhora-da-misericordia-seculos-xvi-xviii> (consultado em 27-06-22).

**COMBATER A FOME OCULTA:
ENTENDIMENTOS MÉDICOS SOBRE CONSUMOS
ALIMENTARES E BEM-ESTAR EM PORTUGAL NO SÉCULO XX**
**FIGHTING HIDDEN HUNGER:
MEDICAL VIEWS ON FOOD CONSUMPTION
AND WELL-BEING IN PORTUGAL IN THE 20TH CENTURY**

LEONARDO ABOIM PIRES
Universidade de Lisboa, ICS | Universidade de Coimbra, CEIS20
leonardo.a.pires@uc.pt
<https://orcid.org/0000-0001-6033-350X>

Texto recebido em / Text submitted on: 05/07/2023
Texto aprovado em / Text approved on: 09/01/2024

Resumo:

Como é que os médicos observavam e analisavam a alimentação dos portugueses durante o século XX? Para responder a essa questão, neste artigo revisitamos a presença dos regimes alimentares no pensamento médico durante o Estado Novo. Concluímos que as ideias sobre a alimentação e a nutrição se enquadravam numa lógica de promoção de melhoria da sociedade, em que os médicos surgiam como agentes privilegiados na correção de condutas que eram entendidas como prejudiciais. A construção da sua identidade profissional e intervenção social era assim feita de forma a reconfigurar padrões quotidianos, numa abordagem que ultrapassava classes e regiões, compondo uma noção integradora do país.

Palavras-chave:

Pensamento médico; regimes alimentares; nutrição; Estado Novo.

Abstract

How did doctors view and analyze the diet of the Portuguese in the 20th century? To find the answer to this question, in this article we revisit the presence of the food regimes in Portuguese medical thought during the *Estado Novo*. We conclude that, being in close articulation with scientific development, the ideas about food and nutrition were framed in a logic of promoting the improvement of society, in which doctors emerged as privileged agents in the correction of conducts that were understood as harmful. The construction of their professional identity and social intervention was thus done in a way to reconfigure daily patterns, in an approach that went beyond classes and regions, composing an integrating notion of the country.

Keywords

Medical thought; food regimes; nutrition; *Estado Novo*.

Introdução

A alimentação é uma das bases essenciais e insubstituíveis à sobrevivência dos seres humanos enquanto espécie. Comer e beber constituiu uma força motriz e uma das constantes na história da Humanidade, estando impregnada no quotidiano com variações espaciais, cronológicas e culturais. Sendo óbvias as suas implicações no desenvolvimento físico e biológico dos seres humanos e na saúde das comunidades, a progressiva afirmação da ciência levou a que a alimentação integrasse considerações que se refletiram, com peculiar ocorrência, na medicina.

Este ensaio⁽¹⁾ tem como foco analítico averiguar como os médicos, do ponto de vista das ideias em presença, «estruturaram as práticas, as mais quotidianas, moldaram os corpos e regeram os comportamentos» (Garnel 2003: 214) alimentares no Estado Novo. Os médicos foram um elemento avaliador e mediador sobre os consumos das camadas da população, sendo frequente verificar-se que «todos os balanços calóricos de proteínas, vitaminas e minerais são de facto normalmente comparados com os ótimos alimentos oferecidos por higienistas e nutricionistas» (Aymard

(1) A investigação para o presente trabalho foi financiada pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito de uma bolsa individual de doutoramento (SFRH/BD/06506/2020).

1975: 431). Através dos discursos poder-se-á examinar a percepção desta classe sobre a alimentação, as carências e as formas de as suprir.

Para o cumprimento de tal objetivo seguiu-se o postulado segundo o qual «o corpo social restringe a forma como o corpo físico é percebido» (Douglas 1973: 93), em que é entendido como matéria derivada de uma construção intelectual, assente num discurso científico que serve como mecanismo de diferenciação dos indivíduos na sociedade. A forma física do corpo surge como fronteira entre um e outro sujeito, separando-os a diversos níveis «o privado do público, o invisível do visível, a natureza da cultura» (Brasão 1999: 20). Dada a influência que a alimentação exerce no desenvolvimento da saúde humana, esta pode ser considerada como um pretexto para uma melhor compreensão dos conceitos em torno da regulação do corpo. Historiograficamente, a perspetiva histórica do corpo conhece contributos significativos (Barreiros 2016; Crespo 1990; Braga, Pilla, 2022; Brasão 1999), embora do ponto de vista da relação corpo / alimentação este seja um campo no qual se revela uma ausência de trabalhos.

No que ao período cronológico se refere (as décadas de 1930 e 1970), foi um período no qual o regime alimentar português sofreu alterações, motivadas pelas consequências de um desempenho económico positivo e uma inserção internacional que motivou um maior escrutínio sobre as práticas alimentares (Amaral 1999; Braga 2022; Freire 2011; Pires 2018a). Geograficamente, a nossa análise centrar-se-á no espaço continental, excluindo as investigações produzidas para o contexto colonial embora existissem contribuições nesse sentido para África (Cruz 1950; Xabregas 1952) e Ásia (Figueiredo 1959). Para escrever a história destas visões dispomos, sobretudo, de fontes impressas. Entre as mais relevantes e que constituem a base de artigo são as publicações científicas que orbitaram na esfera da atividade médica, tais como *Clínica, Higiene e Hidrologia, Gazeta Médica Portuguesa, Jornal do Médico, Medicina Contemporânea, Portugal Médico*, entre outras. Também não foram ignorados outros contributos, nomeadamente inquéritos ou relatórios produzidos em ambiente académico, como dissertações e teses.

Discursos do poder médico e práticas políticas face à alimentação

A consolidação do poder médico e o seu empenho militante para a regeneração da sociedade era algo que vinha a consolidar-se desde

os finais do século XVIII, com a crescente credibilização da ciência. Perante as novas consciencializações da imagem do corpo humano, desenvolvidas a partir do objetivo de passar de um entendimento da doença e das respetivas curas para uma promoção da saúde, a importância da classe médica cresceu paulatinamente. A prevenção acabou por se converter num desígnio e para que tal fosse efetivado foi necessário construir as bases para reordenar as práticas sociais que colocavam em causa a saúde pública.

Não foram apenas os avanços científicos, desde os métodos de diagnóstico até aos tratamentos medicamentosos, que proporcionaram cambiantes na intervenção dos médicos. As condições nosológicas exigiam que os médicos tivessem um olhar atento sobre diferentes elementos, «o que implicava ter em conta a política, a economia, as diferenças entre a cidade e o campo» (Garnel 2007: 150). Além da construção de uma identidade profissional, que no segundo pós-guerra levou a um processo de especialização, «no sentido de divisão de competências e responsabilidades» (Costa 2009: 48), o paradigma higienista enformou as atitudes deste grupo. Houve uma valorização social que converteu a medicina num serviço público, cuja visão construída pelos médicos deve ser interpretada como uma forma de melhorar a sociedade. «São os médicos os técnicos a quem incube a defesa da saúde, quer individual quer colectiva» (Correia 1940: 217), assim o afirmava perentoriamente Fernando da Silva Correia. Daí que a preocupação em examinar a alimentação, a nutrição ou as vitaminas tenha sido pretexto para acentuar como estas temáticas eram fundamentais para uma compreensão global dos problemas que afetavam as comunidades.

Apesar dos reptos da classe médica, as entidades estatais seguiram «uma política minimalista no apoio aos mais desfavorecidos» (Alves e Carneiro 2013: 392), não demonstrando um empenho suficientemente convincente para a superação de problemas de saúde pública, alguns dos quais justificados pelos regimes alimentares praticados pela população portuguesa. A alimentação era visivelmente preterida face a outras vertentes. O combate a doenças como o sezonismo, a lepra ou a tuberculose tinha maior preponderância, inserindo-se na perceção do Estado Novo sobre a assistência na saúde⁽²⁾ que favorecia uma lógica

(2) Foram as leis publicadas para conferir cobertura legal à assistência médica como a luta contra a lepra (Decreto-Lei nº 36450, de 2 de agosto de 1947); contra doenças contagiosas

sanitária e de manutenção da ordem. São disso exemplo as campanhas de luta antimalárica das décadas de 1930 e 1940 que acompanhavam a tendência europeia. Uma das críticas apontadas era a dispersão de serviços, repartindo-se entre o Serviço Técnico de Higiene da Alimentação e de Bromatologia da Direcção-Geral de Saúde e outros organismos como o Ministério da Economia, o Instituto de Higiene Dr. Ricardo Jorge, a Inspeção-Geral dos Abastecimentos, entre outros. Aqui se pode vislumbrar a presença de um Estado que tem como finalidade «produzir o social e não proteger o indivíduo» (Rosanvallon 1990: 134), olhando as questões sanitárias como um todo, sem particularizar sujeitos.

Num momento em que a nutrição era entendida «como o «Problema nº 1» da moderna Saúde Pública» (Reis 1960: 25), alguns avanços foram sentidos. Em 1957, no Hospital de Santa Maria, foi criado o curso de dietistas, contando com nove cadeiras na sua estrutura curricular como Técnica Culinária, Tecnologia Alimentar e Bioquímica da Nutrição, justificando-se a pertinência da iniciativa com a «mudança radical na técnica das dietas e necessidade de eliminar técnicas alimentares condenáveis» (Forjaz 1957: 8). O estabelecimento de uma relação mais estreita entre práticas medicinais e hábitos alimentares levou a estudos conduzidos por Francisco António Gonçalves Ferreira e Maria Ernestina da Silva Graça de que resultaria a formação da Tabela de Composição dos Alimentos Portugueses, em 1961.

É desta maneira que se contabilizam convicções defensoras da criação de um organismo nacional coordenador de trabalhos sobre estes assuntos ou a fundação de um Instituto de Nutrição, com a capacidade de fazer investigação laboratorial e ensino (Ferreira 1952a). Anos mais tarde, outras sugestões foram feitas para a criação de um Gabinete de Iniciação e Divulgação Nutricional. Pensado para ficar na tutela do Ministério da Saúde e Assistência, os seus propósitos passariam «pela educação alimentar através de campanhas bem conduzidas por um corpo de médicos e visitadoras» para «ensinar o valor dos alimentos

(Lei nº 2036, de 9 de agosto de 1949); e contra a tuberculose (Lei nº 2044, de 20 de julho de 1950). Ainda antes, fora promulgado o Estatuto da Assistência Social (Lei nº 1998, de 15 de maio de 1944). Neste conjunto legislativo podem distinguir-se três modalidades de intervenção: «a assistência paliativa ou curativa (campo que procurava minorar ou curar os sofrimentos causados pela doença e ou miséria), a assistência preventiva (pelo combate das causas de doença e outros flagelos sociais) e a assistência construtiva (empenhada na melhoria das condições de vida)» (Garnel 2015: 409-410).

mais vulgares [...] entrar no domínio da economia doméstica [...] e procurar actuar sobre o senso administrativo de cada um» (Parreira 1972: 5). Só em 1976, com a criação do Centro de Estudos de Nutrição, é que foi concretizada esta ideia de uma unidade exclusivamente dedicada à vigilância alimentar e nutricional.

O governo do final da ditadura reavaliou o seu campo de ação, cujo terreno para o exercício da sua autoridade tinha de estar centrado na preservação da ordem vigente, e as novas sensibilidades que alastraram às instâncias políticas tornaram a saúde como um objeto político mais definido. A promulgação do Decreto-Lei nº 178/71, de 30 de abril de 1971, criou o Instituto de Acção Social Escolar, na dependência do Ministério da Educação Nacional. Atendendo aos preceitos legais, no artigo 7º, era dado destaque à questão alimentar, salientando-se a sua importância no desenvolvimento físico e cognitivo das crianças e jovens, sendo «constantemente os erros que se cometem. Todos os dias encontramos crianças com deficiências que são causadas por uma má alimentação» (Soares, Monteiro 1972: 1). Para melhorar esta situação, o Estado criou os meios para um consumo alimentar racional nas escolas, solicitando a participação de profissionais de saúde e professores. No mesmo ano, o Decreto-Lei nº 413/71, de 27 de setembro, fez nascer o Serviço de Educação Sanitária. De acordo com o artigo 36º, este pretendia «divulgar e promover a difusão de noções destinadas a ajudar o indivíduo e a família a alcançar e conservar a saúde por meio dos seus próprios actos e esforços», de forma a incutir e promover melhores formas de alimentação no país. Estas iniciativas, inscritas nas políticas sociais marcelistas, atestam uma maior preocupação das entidades estatais na correção dos desequilíbrios dos regimes alimentares. Tal aspiração ia ao encontro da ideia de que «não basta ter mais alimentos para consumir; é preciso também aprender a consumi-los melhor. E a educação do consumo alimentar em Portugal está ainda por fazer» (Pereira 1964: 131).

Em síntese, filiando-se numa linha mais direccionada para a passagem de uma realidade baseada na doença para outra que vislumbrava os contextos socioeconómicos, a atitude estatal fez por abranger, nas suas políticas públicas, problemas até aí pouco relevantes, com incidência local e regional, como era a alimentação. Mais propriamente, foram criadas, organizadas e reformuladas as competências dos organismos públicos, expressão desse maior interesse governativo na interação entre regime alimentar e saúde pública.

Nutrição, padrões alimentares e disciplina do corpo

Da combinação entre «um melhor conhecimento das doenças e da sua patogenia, o crescimento dos recursos económicos e a vontade política» (Tubiana 2000: 347), a correspondência entre alimentação e saúde estreitou-se no século XIX⁽³⁾ notando-se, desde os primeiros anos desta centúria, a publicação de trabalhos em que «uma boa parte dos médicos não hesitou em ver na má alimentação das populações a responsabilidade pela existência de muitas doenças» (Braga 2000: 117). Com o avanço das tendências discursivas e das práticas, já no século XX, novas abordagens foram sendo geradas, fruto de um melhoramento da ciência médica em correlação com as intenções de alterar e corrigir padrões de consumo. Poder-se-á falar na afirmação da medicina social enquanto «aplicação da ciência e da arte da medicina aos agrupamentos humanos, às várias sociedades» (Garrett 1952: 104).

Para estas mudanças contribuiu o impacto de organizações internacionais como a *Food and Agriculture Organization* (FAO) que estabeleceu um quadro normativo sobre a alimentação através das chamadas *Recommended Dietary Allowances*. Seguindo as regras prescritas pela *National Nutrition Conference*, em 1941, estas eram adaptadas a cada estado-membro, onde se incluía Portugal. Mais tarde, em 1957, a Organização Mundial de Saúde e a FAO adotaram esse ano como pretexto para «chamar a atenção do Mundo [sobre] «A Alimentação e a Saúde»» (Forjaz 1957: 13) seguindo-se, em 1963, a organização, sob a égide da FAO, do I Congresso Mundial da Alimentação e da Semana Mundial da Fome, demonstrando como a alimentação se tornava cada vez mais presente no debate público.

Foi após a Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir de 1950, que se deu «a todos os níveis a passagem definitiva para regimes dietéticos baseados nas proteínas «nobres»» (Sorcinelli 2001: 380). Assistiu-se à introdução e divulgação de produtos que até aí se encontravam arredados ou praticamente inexistentes da mesa da maioria dos portugueses, como óleos vegetais, margarinas, peixe congelado, e que podiam ser agrupados em diferentes grupos (Figura 1). Além disto, o aumento do consumo de carne, de leite e de frutas foram algumas das mutações a que se assistiu na fase final do Estado Novo e a que o pensamento médico não ficou alheio, embora a atenção sobre a nutrição já tivesse despertado anos antes.

(3) Para uma análise a este tema ver Crespo 1990: 247-257.

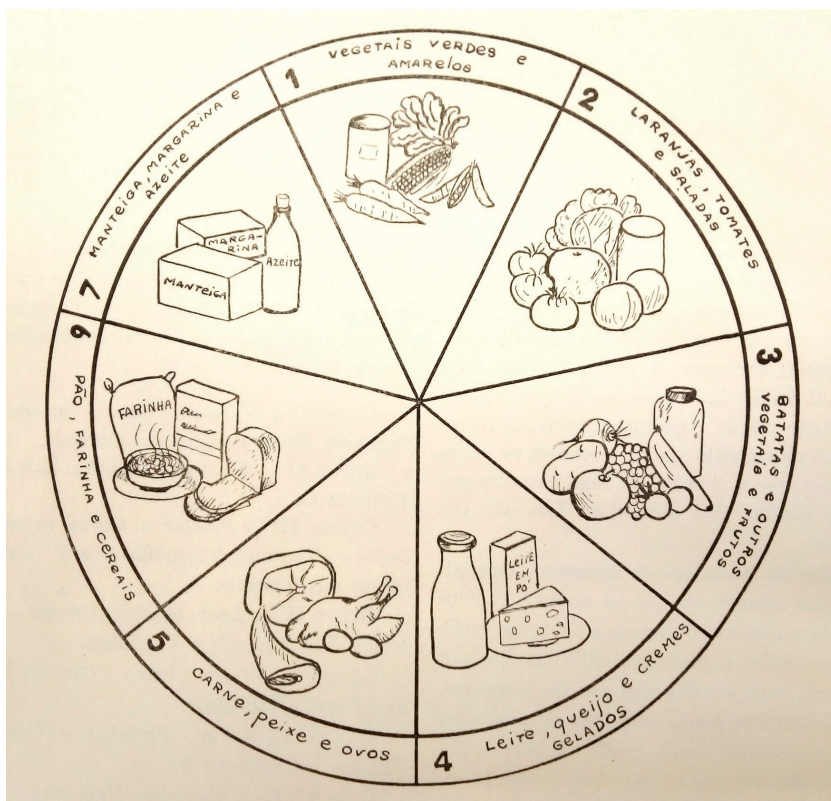


Figura 1 – Os sete grupos básicos da alimentação.
Fonte: Dantas 1956: 123.

No começo do século XX, as observações de nutrição em Portugal encontravam-se num estado muito inicial. Estas estavam inseridas dentro das ideias vegetarianas e naturistas⁽⁴⁾, difundidas por médicos como Augusto Ardisson Ferreira e Amílcar de Sousa, sendo este último fortemente crítico do consumo de álcool, tabaco e carnes e que à data da sua morte preparava uma obra sobre vitaminas que ficou incompleta⁽⁵⁾.

(4) Sobre o vegetarianismo em Portugal ver Braga 2022: 291-319.

(5) Uma abordagem biográfica sobre o médico pode ser lida em Braga 2019.

Os primeiros estudos mais elaborados sobre nutrição foram realizados por João Maia Loureiro que alcançou reconhecimento internacional enquanto investigador em Berlim, Zurique, Londres, Paris e Baltimore, ao abrigo de bolsas do Instituto de Alta Cultura. Desde os anos 30 que este médico examinou estas matérias, redigindo publicações científicas que colocaram a investigação realizada em Portugal no seio da comunidade internacional (Loureiro 1931). Importa evocar a sua participação em certos eventos como a conferência que proferiu no Instituto de Biologia Físico-Química de Paris, em maio de 1934, intitulada *Importância higiénico-social do estudo científico da alimentação*, na qual alertou para o facto de que «a alimentação para a maioria da gente só se apresenta como problema, quando escasseiam os meios financeiros de o resolver» (Loureiro 1934: 221). A sua morte prematura, em 1949, limitou a prossecução de mais investigações, embora certos colaboradores, como Moura Monteiro e Ivone Rodrigues, tenham continuado a ampliar os trabalhos sobre as ciências da nutrição. Nos anos seguintes outros ensaios versaram sobre

os princípios imediatos e alguns minerais dos principais tipos de queijo consumido em Portugal (M^a Ernestina S. Graça e Raquel C. Almeida) [Graça & Almeida 1948] e o da riqueza em vitamina A e caroteno da manteiga de diversas regiões do País (Janz e Gabriela Pinto) [Janz & Pinto 1949] (Ferreira 1952b: 35).

Mais tarde, Fernando da Conceição Rocha Faria, nutricionista do Ministério da Economia, encetou um dos mais sólidos contributos sobre a questão alimentar em Portugal e cujos resultados foram dados à estampa, em 1950, no livro *O Problema Alimentar Português*. Este médico realizou um levantamento estatístico contemplando a dimensão demográfica, a produção e o consumo de produtos desde os cereais panificáveis até ao mel, passando pelo bacalhau seco e salgado, conservas e animais de capoeira. Além do volume de informação recolhida, existiu um claro esforço em realizar uma perspetiva comparada com outros países da Europa Ocidental e Rocha Faria procurou concitar os elementos necessários para fazer uma tabela portuguesa de composição de alimentos, algo já feito em Espanha e França. Entre os aspetos mais relevantes desta obra está a criação de uma ««ementa-tipo» que pode considerar-se suficientemente equilibrada» (Faria 1950: 151) os cálculos do valor nutritivo (por

unidade de consumo e capitação), as porções edíveis e as estatísticas dos géneros alimentícios disponíveis.

A investigação realizada pelo Serviço Técnico de Higiene da Alimentação e Bromatologia da Direcção-Geral de Saúde também deve ser convocada nesta análise. Foi ao abrigo deste organismo que Bernardino de Pinho e Fausto Cruz de Campos fizeram inquéritos alimentares de grande extensão: um entre os operários da Fábrica de Louça de Sacavém (1949); dois entre famílias rurais do Minho e Ribatejo (1950); e um nas cantinas das escolas primárias (1957). Estes esforços apresentam uma preocupação mais sociológica, que se coloca num plano mais generalizado, havendo similitudes com as monografias produzidas pelo Instituto de Serviço Social que foram «a síntese das motivações científicas deste programa de investigação renovado» (Ágoas 2021: 253). Fora do sector estatal outros inquéritos foram feitos, nomeadamente, o que foi realizado por Almeida Soares entre a população rural do Vale d'Este (Braga) (1945-46) e outro junto da população estudantil do Porto (1969-70).

Numa época em que os hábitos de consumo se alteravam, identicamente, as formas de conservação dos alimentos atraiu as atenções. Isto era algo que era debatido há anos e de que o Congresso Internacional para a Repressão das Fraudes, realizado em Genebra, em 1908, é exemplo. Já em Portugal, alguns organismos mostraram iguais preocupações como o Consórcio Português de Conservas de Peixe, onde nos seus laboratórios se fizeram «milhares de análises aos azeites, à sardinha e, sobretudo, ao problema do chumbo presente nas latas depois de esterilizadas» (Henriques 2022: 99), ou a Junta Nacional das Frutas que «começou a fomentar estudos bacteriológicos sobre o tomate, em 1946» (Pires 2018b: 101) para o seu uso em conservas. Perante a importância que os enlatados iam ganhando e demonstrado o valor que as conservas vegetais, de carne ou de peixe tinham na alimentação humana, as preocupações sanitárias e a apologia a uma fiscalização sanitária mais apertada tornaram-se mais presentes no discurso médico. Tratava-se de uma afirmação categórica da defesa do consumidor e da luta contra intoxicações. É neste âmbito que a classe médica entendia que «para combater eficazmente os agentes que alteram os alimentos, é necessário conhecer as suas propriedades, e sobretudo a acção dos agentes físicos e químicos sobre o seu desenvolvimento» (Brazão 1951: 220).

Apesar de alterações significativas, alguns fatores eram elencados para as dificuldades na correção dos hábitos alimentares. Entre estas contavam-se, além das assimetrias sociais e dificuldades de acesso,

costumes ou hábitos alimentares, muitas vezes altamente perigosos e responsáveis em certas regiões por doenças endémicas; ignorância do valor dos alimentos no que respeita aos seus contribuintes para o organismo [...] factores psicológicos, que interferem na escolha dos alimentos (Dantas 1956: 121).

Sendo fatores identitários regionais e culturais, o enraizamento de certas práticas mostrava que a sua aptidão para a mudança seria muito reduzida. Assim, António Almeida Garrett era categórico: «impõe-se, para todos, uma ampla e intensa campanha de higiene alimentar, elucidando sobre os prejuízos das dietas alimentares e sem correspondência energética com as necessidades orgânicas» (Garrett 1957: 413).

Num estudo de Francisco António Gonçalves Ferreira, a alimentação, para as diversas fases de uma pessoa, teria de ser pautada por valores nutricionais, entendidos como equilibrados. Vejamos o caso da infância e adolescência, presente na Tabela 1.

Tabela 1 – Rações alimentares equilibradas para crianças e jovens (gramas por dia)

Idades (anos)	Leite	Carne, peixe e ovos	Azeite	Pão	Legumes secos	Batata	Legumes verdes	Frutos frescos
Crianças								
2/4	750	50	10	60	3	70	130	70
4/6	600	50	10	80	5	100	175	100
6/10	600	105	10	150	10	150	250	150
Adolescentes								
10/12	600	125	10	250	10	200	275	150
12/15	500	160	15	300	20	300	300	150
15/20	500	200	10	400	30	350	350	170

Fonte: Ferreira 1952b: 10.

A alimentação nas escolas primárias estava no seio das preocupações médicas, concluindo-se a insuficiência proteica das refeições feitas em ambiente escolar. Por exemplo, no Porto foi sugerido que «a refeição fosse servida todos os dias da semana, sem exclusão dos sábados, e que se prolongasse desde o início ao final do ano lectivo» (Parreira 1959: 654). Para colmatar as carências nutritivas, era proposto que a farinha de soja fosse incorporada na feitura do pão e da sopa, mas também farinha de peixe, bem como a administração de óleo de fígado de bacalhau, atendendo ao «grande número de linfáticos existentes na frequência escolar» (Parreira 1959: 656).

O enfoque médico alastrava ao período do pós-parto e de lactação das mães. Uma das questões levantadas era sobre a alimentação artificial da lactente. Esta era uma temática discutida no século XIX para «encontrar o mais adequado substituto do leite de peito, sem causar prejuízos às crianças» (Crespo 1990: 254) concluindo-se que uma das opções passaria pela substituição do leite materno pelo de animais como as cabras⁽⁶⁾. Já no período novecentista, em 1923, foi introduzido um leite em pó semi-gordo com adição de hidratos de carbono, o Nestogeno, que demonstrou vantagens neste processo. Em 1955, foram conduzidas experiências com um leite da Casa Nestlé, o Semilco, mostrando que ambos eram melhores que a administração do leite de vaca fresco. As crianças alimentadas a Semilco tinham um aumento semanal de peso de 134 gramas; já as que eram aleitadas por leite de vaca tiveram um aumento de 90 gramas semanais. O leite artificial mostrou ter claras vantagens, mas o seu uso deveria estar reservado «a lactentes assistidas por pediatras ou internistas com conhecimento perfeitos de dietética infantil» (Ferreira, Pimentel 1955: 11). O saber científico apresentava a sua superioridade face a um certo conhecimento empírico das mães.

Retomando o estudo de Gonçalves Ferreira, focando agora os adultos, a configuração da alimentação englobava outros componentes (Tabela 2). Os conselhos médicos reforçavam a utilidade de produtos como os frutos frescos e o leite, adquirindo importância nos diferentes tipos de pessoas analisados, uma vez que «o leite é alimento único para as crianças, indispensável na adolescência e excelente nos adultos» (Pinho 1948: 98). Para as camadas mais velhas da população era sugerido que, à

(6) Sobre este tema ver Abreu 2016.

parte da ingestão de vitaminas, alguns alimentos constituíssem «a chave do problema alimentar das pessoas idosas» (Ferreira 1959: 45) como leite, vegetais verdes, frutos, queijo, peixe e carne magra.

Tabela 2 – Rações alimentares equilibradas para adultos (gramas por dia)

Categoria	Leite	Carne, peixe e ovos	Azeite	Pão	Batata	Legumes verdes	Frutos frescos	Vinho
Actividade média	350	145	30	400	300	300	150	250/500
Trabalhador de força média	400	145	40	600	350	350	200	500/1000
Mulher grávida	750	140	10	400	350	350	250	250/500
Mulher em aleitamento	1000	140	20	400	400	400	300	250/500

Fonte: Ferreira 1952b: 10.

A importância das vitaminas na compreensão das dietas

Como se observou, foram feitos trabalhos elucidativos sobre os benefícios e malefícios da ingestão de produtos e alimentos e aqui surge a importância das vitaminas, tema premente desde a formulação deste conceito, em 1911, por Casimir Funk⁽⁷⁾. Internacionalmente também foram dados passos nesse âmbito com a criação da *Health Organization of the League of Nations*, em 1921, e a publicação de relatórios anuais sobre nutrição.

Em Portugal, as vitaminas foram sendo alvo de reflexão. Em dezembro de 1925, M. Ferreira de Mira proferiu uma conferência na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em que traçou uma sinopse sobre a importância das vitaminas, focando casos de estudo nacionais e internacionais. Sublinhava que era relevante ter em consideração que se realizaram «por motivos de circunstâncias económicas difíceis durante

(7) Sobre o impacto desta descoberta veja-se Piro et al. 2010.

a guerra, e para muitas classes, difíceis também em tempo de paz» e que as «doenças de carência no meio europeu são um produto da civilização» (Mira 1926: 17). As implicações que as carências vitamínicas despoletavam constituíam a base para mostrar a importância de uma alimentação equilibrada. Esta consciencialização ocorria dado o reconhecimento de que «o erro dietético cometido nas crianças e adultos produz consequências graves, quando faltam na alimentação os factores acessórios; compromete-se não só o presente, mas o futuro» (Santos 1929: 3).

Pouco depois, em 1932, foi realizada por António Meliço Silvestre uma dissertação na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra subordinada à *Higiene da alimentação: contribuição ao estudo das vitaminas*. A sua principal preocupação era encarar o provimento das condições para satisfação das necessidades do ser humano, não esquecendo que eram os alimentos as «substâncias introduzidas no nosso organismo para fazer face às despesas resultantes dos actos vitais» (Silvestre 1932: 21). Dessa forma, a alimentação devia

ser abundante em sais minerais e, como faltam alguns nas sementes, nos tubérculos e na carne, necessário se torna completar uma ração alimentar formada por estas substâncias, com folhas de vegetais, ovos, órgãos glandulares, elite e seus derivados (Silvestre 1932: 167).

A atenção sobre vitaminas e dietas alimentares foi reforçada durante a Segunda Guerra Mundial, em que a «sua sonoridade aliciante» tornava as vitaminas no «*alpha* e o ómega da ciência da nutrição» (Loureiro 1941: 100). Ainda que determinados prognósticos vaticinassem que «dentro de alguns anos [vitaminas e avitaminoses] desapareçam do vocabulário científico» (Morato 1941: 100), o interesse permaneceu. O estudo elaborado por Maria de Lourdes Oliveira, intitulado *As vitaminas na alimentação* (1942), é um exemplo dessas preocupações. Além da definição do que são vitaminas, quais as mais importantes e as respectivas propriedades de cada uma, neste trabalho são expostas regras para manter o equilíbrio vitamínico do corpo. Concluía-se que «as refeições devem ser combinadas de modo que em cada uma delas entrem alimentos fornecedores de energia e alimentos protectores» (Oliveira 1942: 8). A autora estava atenta às diferenças sociais pois «para as pessoas com poucos meios nem sempre é fácil obter alguns dos produtos mais caros» (Oliveira 1942: 9). Eram propostas variações como

substituir caldos de carne por caldos de legumes e hortaliças ou certos peixes, como o carapau, «que é muito barato no nosso País, prestam-se a grelhar e com um pouco de manteiga fazem um prato muito saudável e rico para as crianças» (Oliveira 1942: 9).

Um outro exemplo deu-se com a obra de Mário Monteiro Pereira, *As vitaminas*, em 1943, e inserida numa coleção designada «Biblioteca de Iniciação Médica», assinalando um intuito de divulgação científica entre o grande público. Dedicava uma análise aos tipos de avitaminoses existentes em Portugal, fornecendo elementos para a compreensão de como era feita a alimentação. A principal razão para que estas fossem frequentes sobrevinha da «exclusividade ou grande predominância no regime de um só alimento» (Pereira 1943: 177). Como a alimentação da população rural era «pouco rica em gorduras com a vitamina A», em que o leite, a manteiga e os ovos estavam quase ausentes, «a compensação da ausência de gorduras vitaminas deve ser dada pela carotena dos legumes», o que ocorria porque os trabalhadores rurais «comem alguns legumes como as couves e feijão, e é frequente as crianças comerem cenouras cruas, rabanetes e agriões» (Pereira 1943: 171). Na avitaminose D uma das resoluções passava pela «distribuição mais abundante dos ovos pelas populações trabalhadoras» (Pereira 1943: 175). Nas cidades «muitas pessoas têm prisão de ventre habitual e há também bastantes casos de anorexia» (Pereira 1943: 176), o que era causado pela deficiência em vitamina B1, sem esquecer como a falta de vitamina C potenciava casos de escorbuto, além da «falta de resistência às infecções, a má dentição e a insuficiência do crescimento» (Pereira 1943: 180). Por fim, «em muitas terras do Minho, Douro e Beiras, os homens do campo, além do pão, comem apenas um pouco de caldo de couves e feijões e meia dúzia de sardinhas pequenas» evidenciando a ausência da vitamina P.P. que originava o aparecimento de casos da pelagra, principalmente no Minho, «onde os casos se contam por milhares» (Pereira 1943: 178), apresentando características endémicas. Para tal, a introdução de uma porção diária de bacalhau, carne e maior variedade de legumes e vegetais era necessária. A ausência desta doença em algumas localidades, como a de Pombal e de Basto era atribuída «pelo consumo exagerado de vinho que aumenta consideravelmente o consumo de vitamina PP» (Campos 1955: 244).

É relevante verificar que nos anos da Segunda Guerra Mundial os estudos e livros de divulgação sobre as vitaminas ganham um lugar

mais destacado. Num tempo em que os hábitos alimentares foram fortemente condicionados pelas perturbações no abastecimento e consumo, a classe médica encetou um esforço visível para a observação dos fatores determinantes para que as necessidades energéticas e tróficas do corpo não se vissem afetadas por este contexto de confrontação bélica global.

Ideias e olhares médicos sobre a alimentação quotidiana

Se atendermos à realidade social portuguesa do pós-guerra, o que se destaca é o gradual contraste entre as urbes que se expandiam e os meios rurais imersos num atavismo de difícil superação. Tal dualismo encontrava consequências na alimentação, que estava dependente de fatores que a moldam como as atividades profissionais, a gestão pública, as infraestruturas de abastecimento⁽⁸⁾ ou a sazonalidade da produção agrícola. Sociologicamente, se nos grupos mais abastados, em que se «come excessivamente, dilatando o estômago e cansando o fígado e os rins» (Correia 1938b: 134), havia a «necessidade de corrigir a tendência para certos excessos alimentares»; nos estratos mais pobres que eram «uma massa mais considerável» era necessário combater a «subalimentação mais ou menos permanente» (Ferreira 1952b: 59) na qual estavam ausentes produtos como leite, hortícolas, carne, peixe e ovos. As complexidades em mudar tal situação partiam da:

grande variedade de alimentos, especialmente nas cidades em que os novos e rápidos meios de transporte e processos de conservação assim o permitem [...] pouca variedade de alimentos em regiões de difícil acesso, predominando na alimentação alimentos que não correspondem às necessidades básicas do organismo (Dantas 1956: 121).

É neste sentido que se encontram trabalhos que reproduziam lógicas discursivas assentes nas especificidades que caracterizavam os campos e as cidades. Como Gérard Vincent referiu «ao «vapor» das classes superiores opõe-se o carácter «pesado» (em sentido digestivo) das classes

(8) Para uma leitura introdutória sobre esta questão ver Pires 2022.

inferiores» (Vincent 1991: 318). Além das aludidas dificuldades, a classe médica notava que ela própria tinha contingências. Era acentuado que

se querem resolver o problema da assistência médica a todos os portugueses tem de considerar quanto custa ser médico rural e compensá-lo em medida igual à conferida ao médico dos meios urbanos; sem isso nada feito (Garrett 1960: 298).

A importância que foi dada à alimentação nos meios rurais poderia ter outras explicações. Para Fernando Namora, e partindo da sua experiência pessoal, isto advinha do facto de se estabelecer uma relação forte entre médicos e camponeses, levando a que se observe «a complexidade dramática do doente [...] um mundo palpitante que só ao médico se desnuda e que a ele se prende» (Namora 1950: 193).

O conhecimento dos regimes alimentares do campesinato era uma faceta importante na compreensão total das dinâmicas do meio rural. Além de que «a principal característica dos regimes alimentares rurais é a monotonia» (Société des Nations 1939: 5), podia-se acrescentar que esta se devia a uma «costuma miséria ou porque só auferia ganhos suficientes quando trabalha, e só trabalha parte do ano» (Garrett 1957: 406). Esta monotonia resultava de um consumo preponderante de cereais (trigo, centeio, aveia) com pouca diversificação face a outros produtos como carne, peixe ou fruta. A importância dos cereais aponta para um padrão comum na Europa do Sul, onde «a escolha tende a ser uma dieta de alta quantidade (calorias) em vez de uma dieta de alta qualidade (proteínas)» (Stolz, Baten, Reis 2013: 566), o que levava a que em Portugal existisse durante um largo período temporal um grande consumo de pão e um menor de carne. Por exemplo, os trabalhadores agrícolas do Norte (Porto, Vila Real e Braga) incluíam nos seus jantares, tomados ao meio-dia, caldos (de unto, de azeite ou verde), batatas, broa e couves ou feijão (Garrett 1936: 427-437). Por essa razão era indispensável uma modificação da alimentação para uma melhor introdução «de proteínas de origem animal, de fósforo, de cálcio e vitaminas», introduzindo outros elementos nas dietas das populações rurais, abandonando o «consumo de açordas e outros pratos constituídos quase exclusivamente por pão» (Mira 1948: 391-392).

O consumo de vinho é, incontornavelmente, mencionado nos trabalhos médicos. No panorama nacional, e não obstante a tendência

estrutural proveniente das décadas anteriores, foi nos anos 30 que o consumo de vinho aumenta consideravelmente (ver Tabela 3), a que não foi alheia a intervenção do Estado, de modo a cumprir determinados desígnios de cariz autárcico. Como ideia principal encontra-se a de que «os trabalhadores musculares, especialmente nos campos, consomem quantidade de vinho muito superior ao valor do consumo médio e que o consideram um alimento normal» (Ferreira 1956: 18).

Tabela 3 – Consumo médio de vinho comum por habitante

Anos	Quantidade (litros)
1916-1925	50,3
1926-1935	87,2
1936-1945	104,7
1946-1955	92

Fonte: Ferreira 1956: 17.

Sendo um dos elementos mais presentes no quotidiano, as bebidas alcoólicas encerravam uma dimensão social. Em doses excessivas eram potenciadoras de comportamentos disruptores da ordem das comunidades facilitando, estimulando ou exacerbando atitudes que, uma vez exteriorizadas, se precipitavam em transgressões e «a embriaguez era frequente, em especial aos domingos e dias santificados» (Cascão 2011: 68). Surge assim uma certa ambiguidade: se o Estado encorajou o consumo do vinho, com objetivos económicos, a atitude social passou de tolerante a crítica destas dependências. A construção de regras alimentares era feita num duplo sentido: criar regras condicentes com princípios de ordem biológica (preservação da saúde) e formatar questões de ordem cultural (idealização de modelo de convivência que excluísse excessos). Os médicos foram convocados neste esforço de equilíbrio entre as esferas pública e privada, esboçando considerações reveladoras dos impactos nocivos do consumo desmesurado de álcool. Já no século XIX, a ideia prevalecente entre a classe médica era a que os males do alcoolismo se deviam não ao vinho, mas sim às bebidas destiladas.

Fernando da Silva Correia, além do mapeamento nacional do alcoolismo (Figura 2), demonstrou que se bebia mais nas regiões onde a colheita de vinho era maior, mas que eram «as classes marítimas, os operários e os trabalhadores

rurais são dos que mais abusam do vinho», que «o abuso de destilados predomina nas classes menos pobres» e, por fim «a luta contra o uso de vinho em crianças é um dos elementos mais importantes da puericultura» (Correia 1938a: 24). Este flagelo era potenciado pela «alcoholização das mulheres» e «de crianças e a impunidade dos pais que para ela contribuem» (Correia 1938b: 276). Aqui se observa como os conselhos dos agentes sanitários partiram de «um discurso higienista mais amplo, que condenava o alcoolismo e pretendia erradicar esse e outros vícios» (Freire 2010: 320).

Conclusões

As mudanças decorrentes da evolução científica criaram as bases para que práticas quotidianas, enraizadas pela passagem do tempo e condicionadas por diferentes fatores, fossem vistas como prejudiciais para a saúde pública. Os corpos passam a ser compreendidos por «um olhar anátomo-fisiológico» (Brasão 1999: 171) e um dos observatórios para isso foi a alimentação. No âmbito da ordenação e manutenção do corpo, o poder médico, quase como arauto da modernidade, pretendeu disciplinar regimes alimentares através de um saber científico que se foi apurando e que estava contextualizado nas mudanças socioeconómicas operadas no período em estudo. A construção de um equilíbrio entre consumo alimentar e condições de saúde foi sendo formulada por um conjunto de especialistas que não esgotaram os seus trabalhos numa classe social, numa região ou numa faixa etária.

Quando o centro da análise era a alimentação sobressaíram duas vertentes: os impactos na biologia humana e o estudo do modo de vida, sendo os corpos o mirante ideal para esboçar uma moderna abordagem sobre aspetos da vida privada e das comunidades. Vínculos antigos que os hábitos alimentares tinham consolidado, como o consumo de vinho, foram sendo abordados com uma preocupação, já consideravelmente enunciada nos séculos XVIII e XIX, na qual se sugere um esforço de reordenação do quotidiano. Entre o público e o privado, os médicos constituíram-se como figuras determinantes na reprodução de entendimentos técnico-científicos sobre como a comensalidade e a alimentação deviam ser praticadas. Foram similarmente as variações alimentícias entre grupos, nas quais entravam em conta fatores regionais, que ofereceram o subterfúgio para observações médicas sobre a realidade social, em que a crescente intervenção do Estado foi justificando as leituras feitas pela classe médica.

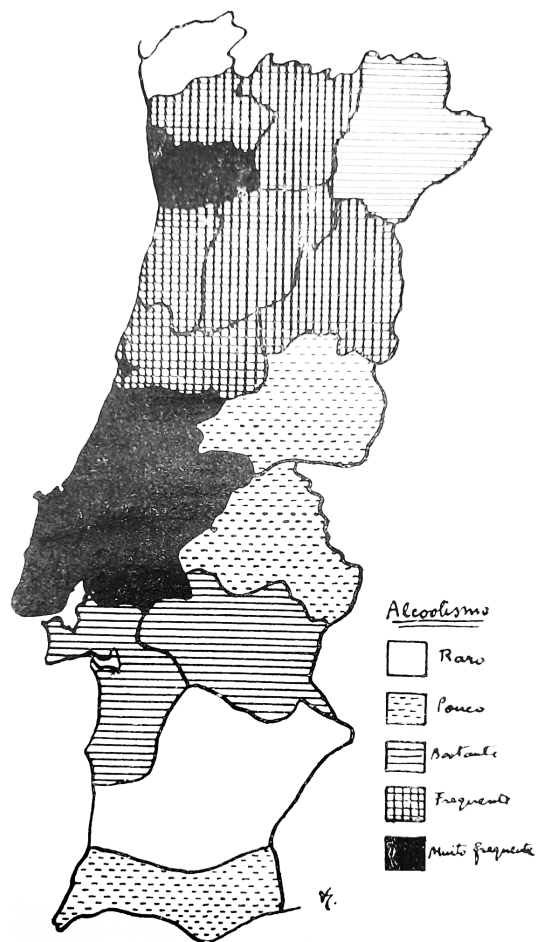


Figura 2 – Distribuição do alcoolismo por distritos.
Fonte: Correia 1938: 8.

Em síntese, e do ponto de vista dos conceitos sobre esta faceta do cotidiano, pode ser depreendido que os regimes alimentares constituíram um campo sujeito a modificações significativas. Para fundamentar as suas ideias, os médicos abriram um leque de investigações, não se esgotando nos temas estritamente científicos, que

num esforço persistente, formaram um quadro analítico, apresentando provas inequívocas de quais os caminhos a percorrer para a melhoria da alimentação e do bem-estar em Portugal.

Referências Bibliográficas

Fontes impressas

- Brazão, Luís Navarro (1951). "O calor na conservação dos alimentos", *Imprensa Médica*, XV, 12, 219-226.
- Campos, F. L. Cruz de (1955). "Carências alimentares no continente português", *Clínica, Higiene e Hidrologia*, XXI, 8, 237-245.
- Correia, Fernando da Silva (1938a). *Alguns aspectos do problema do alcoolismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Médica.
- « — » (1938b). *Portugal sanitário (subsídios para o seu estudo)*. Lisboa: Direcção-Geral de Saúde Pública.
- « — » (1940). "A responsabilidade dos universitários na sanidade da nação", *A saúde escolar: revista médica e pedagógica*, 5, 35, 209-226.
- Cruz, João Agostinho (1950). "Regime alimentício em Cabo Verde e o seu valor biológico", *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, 7, 337-395.
- Dantas, Louise Cohen da Cunha Telles (1956). "Os sete grupos básicos da alimentação", *Gazeta Médica Portuguesa*, IX, 1, 121-123.
- Faria, Fernando da Conceição Rocha (1950). *O problema alimentar português: subsídios para a sua resolução*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Agrícolas.
- Ferreira, Nuno Cordeiro, Pimentel, Francisco Varela (1955). "O leite em pó semi-gordo na alimentação artificial do lactente", *Jornal do Médico*, XXVIII, 802-805, 3-11.
- Ferreira, Francisco António Gonçalves (1952). "Panorama dos estudos da nutrição em Portugal", *Clínica, Higiene, Hidrologia*, XVIII, 2, 35-37.
- « — » (1952). "Normas gerais da alimentação racional nas diferentes idades e situações fisiológicas", *Clínica, Higiene, Hidrologia* XVIII, 3, 59-71.
- « — » (1956). *O vinho e o problema alimentar do álcool*. Lisboa: Tipografia da L.C.G.G
- « — » (1959). "As bases da nutrição e da dietética em geriatria", *O Médico*, X, 383, 37-45.

- Figueiredo, J. M. Pacheco de (1959). "Contribuição para o estudo do problema de alimentação na Índia portuguesa e a sua influência sobre a saúde", *Arquivos da Escola Médico-Cirúrgica de Goa*, 32, 105-205.
- Forjaz, António Pereira (1957). "Alimentos-Medicamentos", *Anais Azevedos*, IX, 1, 8-14.
- Garrett, Almeida (1936). "Hábitos alimentares no Norte de Portugal", *Portugal Médico*, XX, 10, 427-437.
- « — » (1952). "Estruturação da medicina social", *Portugal Médico*, XXXVI, 2, 104-115.
- « — » (1957). "Para uma alimentação racional", *Portugal Médico*, XLI, 7, 389-413.
- « — » (1960). "Assistência e médicos rurais", *Portugal Médico*, XLIV, 4, 298.
- Graça, Maria Ernestina S., Almeida, Raquel C. (1948). "Contribuição para o estudo da composição química e valor nutricional dos queijos nacionais", *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*, III, 81-186.
- Janz, Gonçalo J., Pinto, Gabriela C. (1949). "Contribuição para o estudo do teor em caroteno e vitamina A das manteigas portuguesas", *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*, IV, 83-96.
- Loureiro, João Maia (1931). "Quelques points importants à considérer dans l'étude expérimentale de l'alimentation", *Arquivo de Patologia*, III, 1, 72-102.
- « — » (1934). "Importância higiénico-social do estudo científico da alimentação", *Medicina Contemporânea*, LII, 27, 221-224.
- « — » (1941). "Como deve ser hoje encarado o conceito de vitaminas", *Clínica, Higiene, Hidrologia*, VII, 4, 95-100.
- Mira, Ferreira de (1926). *As vitaminas*. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa.
- « — » (1948). "Inquérito à alimentação e condições sanitárias do pessoal numa exploração agrícola", *Gazeta Médica Portuguesa*, 2, 371-393.
- Morato, Xavier (1941). "Noções gerais acerca de vitaminas e avitaminoses", *Clínica, Higiene, Hidrologia*, VII, 4, 100-104.
- Namora, Fernando (1950). "Profissão médica – varanda sobre a vida", *Portugal Médico*, XXXIV, 8, 192-194.
- Oliveira, Maria de Lourdes (1942). *As vitaminas na alimentação*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas/Ministério da Economia.
- Parreira, Ludgero Lopes (1959). "A refeição nas cantinas escolares do Porto", *Jornal do Médico*, XL, 880, 654-656.

- « — » (1972). “A alimentação e a produtividade: Gabinete de Iniciação e Divulgação Nutricional”, *Jornal do Médico*, LXXVIII, 1505, 288-289.
- Pereira, Mário Monteiro (1943). *As vitaminas*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Pereira, Raul da Silva (1964). “O Problema Mundial da Alimentação e o caso português”, *Análise Social*, 2, 5, 119-131.
- Pinho, Bernardino de (1948). “O leite alimentar como problema sanitário”, *Boletim do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge*, IV, 97-122.
- Reis, Carlos Santos (1960). *A nutrição e a saúde pública portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos.
- Santos, João António Correia dos (1929). *O que são as vitaminas*. Lisboa: Laboratório do Iodal.
- Silvestre, António Melo (1932). *Higiene da alimentação: contribuição ao estudo das vitaminas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Soares, Manuel Júlio Filgueiras, Monteiro, Maria Helena Brito (1972). *Alimentação racional*. Lisboa: Instituto de Acção Social Escolar / Ministério da Educação Nacional.
- Société des Nations (1939). *L'alimentation des populations rurales en Europe*. Geneve: Comité d'Hygiène.
- Xabregas, Joaquim (1952), “Considerações sobre a alimentação dos indígenas de Angola”, *Actividade Económica de Angola*, 31-32, 133-157.

Bibliografia

- Abreu, Laurinda (2016). “Portuguese experiences of artificial infant feeding in the late eighteenth century”, *Food & History*, 14,1, 55-79. <https://doi.org/10.1484/J.FOOD.5.113855>
- Ágoas, Frederico (2021). “Continuity through change: State social research and sociology in Portugal”, *History of the Human Sciences*, 34, 3-4, 243-265. <https://doi.org/10.1177/0952695120922099>
- Alves, Jorge Fernandes, Carneiro, Marinha (2013). “Estado Novo e discurso assistencialista (1933-1944)”, *Estudos do Século XX*, 13, 333-353.
- Amaral, Luciano (1999). “Alimentação”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal: suplemento (1926-1974)*. Porto: Figueirinhas, v. 7, 87-89.
- Aymard, Maurice (1975). “Pour l’histoire de l’alimentation: quelques remarques de méthode”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 30, 2-3, 431-444.

- Barreiros, Bruno (2016). *Concepções do corpo no Portugal do século XVIII: sensibilidade, higiene e saúde pública*. Famalicão: Húmus.
- Braga, Isabel Drumond (2000). *Portugal à mesa: alimentação, etiqueta e sociabilidade (1800-1850)*. Lisboa: Hugin.
- Braga, Isabel Drumond (2019). *Das origens do vegetarianismo em Portugal*. Lisboa: BNP.
- « — » (2022). *Vida familiar à mesa: Portugal, 1914-1945*. Lisboa: CTT - Clube de Colecionadores dos Correios.
- « — »; Pilla, Maria Cecília Barreto Amorim (eds.) (2022). *O corpo feminino em revista: alimentação, higiene e cosmética em Portugal e no Brasil (séculos XIX- XX)*. Évora: CIDEHUS.
- Brasão, Inês (1999). *Dons e disciplinas do corpo feminino: os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo*. Lisboa: ONGCCCIDM.
- Cascão, Rui (2011). “À volta da mesa: sociabilidade e gastronomia”, in Irene Vaquinhas (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: a Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas & Debates, 56-91.
- Costa, Rui Manuel Pinto (2009). *O poder médico no Estado Novo (1945-1974): afirmação, legitimação e ordenamento profissional*. Porto: Universidade do Porto Edições.
- Crespo, Jorge (1990). *A História do Corpo*. Lisboa: Difel.
- Freire, Dulce (2010). *Produzir e beber: a questão do vinho no Estado Novo (1929-1939)*. Lisboa: Âncora Editora.
- « — » (2011). “Produzir mais e melhor: Estado, agricultura y consumo alimentario en Portugal (1926-1974)”, *Ayer: Revista de Historia Contemporânea*, 83, 3, 101-126.
- Garnel, Rita Lino (2003). “O poder intelectual dos médicos: finais do século XIX - inícios do século XX”, *Revista de História das Ideias*, 24, 213-253.
- « — » (2007). *Vítimas e violência na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- « — » (2015). “Prevenir, cuidar e tratar: o ministério e a saúde dos povos (1834-1958)”, in Pedro Tavares de Almeida e Paulo Silveira e Sousa (coord.), *Do Reino à Administração Interna: História de um Ministério (1736-2012)*. Lisboa: INCM, 389-413.
- Henriques, Francisco (2022). *Indústria, comércio externo e intervenção pública: as conservas de peixe no Estado Novo (1927-1972)*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Pires, Leonardo Aboim (2018a). “As mudanças económicas do pós-guerra e a questão alimentar em Portugal: padrões de consumo, tendências

- sociais e assimetrias regionais”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 18, 251-272. https://doi.org/10.14195/1645-2259_18_12
- « — » (2018b). *A Junta Nacional das Frutas: corporativismo, desenvolvimento industrial e modernização agrícola no Estado Novo (1936-1974)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- « — » (2022). “Alimentação e Abastecimento”, in Ana Isabel Queiroz, Bárbara Direito, Helena da Silva e Lígia Costa Pinto (eds.), *Pobreza e fome: uma história contemporânea*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 41-50.
- Piro, Anna, Tagarelli, Giuseppe, Lagonia, Paolo, Tagarelli, Antonio, Quattrone, Aldo (2010). “Casimir Funk: his discovery of the vitamins and their deficiency disorders”, *Annals of Nutrition & Metabolism*, 57, 2, 85-88. <https://doi.org/10.1159/000319165>
- Rosanvallon, Pierre (1990). *L'État en France*. Paris: Éditions du Sueil.
- Sorcinielli, Paolo (2001). “A alimentação e a saúde”, in Jean Louis Flandrin e Massimo Montanari (coord.), *História da Alimentação: da Idade Média aos tempos actuais*. Lisboa: Terramar, 371-381.
- Stolz, Yvonne, Batten, Joerg, Reis, Jaime (2013). “Portuguese living standards, 1720-1980, in European comparison: heights, income, and human capital”, *Economic History Review*, 66(2), 545-578. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0289.2012.00658.x>
- Tubiana, Maurice (2000). *História da Medicina e do Pensamento Médico*. Lisboa: Teorema.
- Vincent, Gérard (1991). “O corpo e o enigma sexual”, in Antoine Prost e Gérard Vincent (dir.), *História da Vida Privada: da Primeira Guerra Mundial aos nossos dias*. Porto: Afrontamento, 307-389.

**PAUL ZUMTHOR: ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA.
UM ESTUDO CRÍTICO DA OBRA A LETRA E A VOZ.
A “LITERATURA” MEDIEVAL.**

**PAUL ZUMTHOR: BETWEEN HISTORY AND LITERATURE.
A CRITICAL STUDY OF THE WORK *THE LETTER AND THE
VOICE*. MEDIEVAL “LITERATURE”.**

BEATRIZ A. CALDEIRA
Universidade de Lisboa, Centro de História
Beatrizcaldeira1@edu.ulisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0001-6137-4485>

Texto recebido em / Text submitted on: 28/08/2023
Texto aprovado em / Text approved on: 17/01/2024

Resumo

Dos contributos historiográficos que concorreram para a oralidade ser hoje reconhecida, em meios especializados, como uma realidade inerente à «literatura» na Idade Média, nenhum se revelou tão determinante como o de Paul Zumthor, eminente medievalista da segunda metade do século XX. Neste ensaio, reflete-se, tendo por base uma das suas obras cimeiras, *La lettre et la voix*, sobre a importância central que assumiu o diálogo interdisciplinar entre a história e os estudos literários, tanto na génese do conceito de Idade Média de Zumthor, como na sua investigação sobre a voz na «literatura» medieval. Assim, depois de se situar a referida obra no âmbito do despontar novecentista dos estudos sobre a oralidade medieval, e do percurso académico do autor, analisam-se as concepções que nela se consubstanciam em torno da ideia de «medievalidade», bem como o universo conceptual em que se desdobra o estudo do medievalista suíço sobre a voz.

Palavras-chave

Historiografia; Interdisciplinaridade; Idade Média; Oralidade; Paul Zumthor.

Abstract

Of the historiographical contributions that have converged to the recognition, within specialized circles, of orality as an inherent reality to «literature» in the Middle Ages, none proved as pivotal as that of Paul Zumthor, an eminent medievalist of the latter half of the 20th century. In this essay we reflect, based on one of his seminal works, *La lettre et la voix*, on the central importance assumed by the interdisciplinary dialogue between history and literary studies, both in the genesis of Zumthor's concept of the Middle Ages, and in his research on the role of voice in medieval «literature». Thus, after situating the aforementioned work within the context of the 20th century burgeoning of the studies on medieval orality, and the author's academic trajectory, this article analyzes the conceptions embodied within it concerning the idea of «medievalness», as well as the conceptual universe in which the Swiss medievalist's study on the voice unfolds.

Keywords

Historiography, Interdisciplinarity, Middle Ages, Orality, Paul Zumthor

O passado da oralidade medieval: de Petrarca aos finais do século XX

Os estudos sobre a oralidade na Idade Média instituem-se como um fenómeno próprio do século XX. A centúria que testemunhou a revolução disciplinar do historiar, com a consolidação da história como ciência universitária autónoma, a complexificação dos seus questionários, e o estabelecimento de placas interdisciplinares e transdisciplinares entre as Ciências Sociais e Históricas, foi também cenário do florescimento geral dos trabalhos de reconstrução histórica do passado oral medieval, lastrados em princípios metodológicos complexos, *grosso modo* divergentes daqueles que haviam orientado as práticas de investigação histórica até finais do século XIX. Não obstante, é aos trabalhos dos românticos do início da mesma centúria que devemos recuar para, pela primeira vez na história da escrita da história, assistir à reversão da hostilidade com que até então, desde Francesco Petrarca (1304-1374), tendera a ver-se encarada nos círculos historiográficos, não só a oralidade, mas a própria Idade Média (Cantor 1991: 29-30).

Associando as trevas à ausência da cultura clássica, que teria marcado o período compreendido entre o colapso do Império Romano do Ocidente e o seu tempo, e a luz ao reavivamento da cultura antiga, que caracterizaria a sua própria era, o humanista italiano rompe com o padrão histórico linear de contagem do tempo, desde a criação até ao final dos tempos, originando um novo modelo de periodização padronizado, assente no tríptico *Antiguidade – Idade das Trevas – Idade Moderna* (Bod 2013:161). A depreciativa designação «Idade das Trevas», apontada por Petrarca ao período que media entre a Antiguidade e a Modernidade, viria a ser recuperada por humanistas como Leonardo Bruni (1369-1444) e Flavio Biondo (1392-1463), triunfando ao longo dos séculos XVI e XVII como uma categoria didática normalizada, que evoluiria para dar origem à nomenclatura atualmente prevalecente nos meios especializados: «Idade Média» (Ibidem: 162-164).

O Século das Luzes, historiograficamente marcado pela emergência da noção da razão como força motriz do progresso, da marcha da humanidade em direção a um fim universal cuja plena concretização se traduziria no alcance da perfeição e da felicidade, não só não reverteu o despreço pela medievalidade, encarada pelos historiadores iluministas como um período definido pela superstição e pelo fanatismo religioso – mera interrupção temporária da marcha humana iniciada na Antiguidade em direção ao progresso (Ibidem: 175) – como contribuiu para instituir a fonte escrita como princípio fundamental de todo o conhecimento histórico, e para a marginalização de fenómenos definidores das culturas antiga e medieval, como a oralidade e as tradições orais, abertas à mudança constante e, nesse sentido, impossibilitadoras da racionalização ou da superioridade de prova e de lógica oferecidas pela permanência da escrita. A autenticidade de múltiplas peças épicas oriundas do período medieval viu-se desacreditada pelos estudos filológicos e, sobretudo, pelas convicções de intelectuais descrentes quanto à racionalidade de prova de tais testemunhos, apreensivos perante a probabilidade da sua distorção nas durações, ao mesmo tempo que historiadores como o inglês Edward Gibbon (1737-1794) contribuíam para a consolidação da noção de oposição entre escrita e oralidade como marcador entre civilização e barbárie, entre o histórico e o não histórico (Woolf 2011: 350-351).

Com a aclamação romântica da cultura medieval, durante a primeira metade do século XIX, em reação ao racionalismo iluminista, o passado oral medieval, desta feita encarado como indissociável das «origens»

nacionais, adquiriu um interesse até então inédito, patente na realização de importantes trabalhos de compilação, «reconstrução» e publicação de contos e poemas épicos medievais, bem como na redação de romances que exploravam o imaginário do medievo, induzindo à folclorização e à idealização da sua cultura (Ibidem: 357), distante da mentalidade iluminista, do estado centralizado e burocratizado, e da mecanização industrial (Cantor 1991: 22). Esta literatura, dada a grande popularidade no século XIX, em conjunto com os postulados rankeanos, que continuavam a advogar a noção de progresso contínuo (embora já não à custa do desapareço por certos períodos históricos), e a reclamar o método filológico lachmanniano de busca pelo arquétipo como metodologia possibilitadora da objetividade do historiar e da concretização da sua finalidade de reconstituição fidedigna do ocorrido, não tardaram a contribuir com o fundo necessário para que logo a partir da década de 1840, na esteira da emergência dos nacionalismos, comesçassem a procurar-se nas fontes literárias medievais as origens e os fundamentos das identidades nacionais, consubstanciadas nas virtudes das figuras heróicas fundadoras (Woolf 2012: 413-414).

Com efeito, pela segunda metade do século XIX escreviam-se histórias literárias de pendor nacionalista, que visavam provar a possibilidade de explicação dos textos literários através do «espírito do tempo» e do trajeto pessoal do autor, com base em metodologias tributárias do positivismo de Comte (1798-1859) e Buckle (1821-1862), influenciado pelas filosofias organicistas e darwinistas, que propunham modelos de análise textual excessivamente simplificados, assentes em categorizações e esquemas evolutivos deterministas generalizáveis, e no princípio comum da lógica casualística, que ecoaria entre a historiografia dos primeiros anos do século XX, até à emergência do novo programa de história proposto pela escola dos *Annales* (Woolf 2011: 356).

O século XX assistiria à emergência das obras de notáveis medievalistas, como Henri Pirenne (1862-1935) que contribuiu, não só com teses fundamentais de discussão sobre a medievalidade, mas também com reflexões sobre o estatuto da história, que influenciaram o programa proposto pela escola dos *Annales*, e os trabalhos de um dos seus eminentes fundadores: Marc Bloch (1886-1944) (Bourdé e Martin 1983: 120-124). Alguns dos avanços mais originais no âmbito da história medieval durante o século XX, partiriam da iniciativa de historiadores da literatura e de críticos literários, sobretudo a partir da década de

1960 (Cantor 1991: 32), que testemunha uma evidente reaproximação entre os estudos literários e a história, com o advento do postulado de que o contexto sociocultural do autor e da recepção das obras é tão determinante à gênese literária quanto o estilo/forma, que até então merecera a atenção exclusiva dos formalistas, empenhados na procura de regularidades e tipologias internas nos trabalhos literários, com base nas teses estruturalistas de Ferdinand Saussure (1857-1913) (Bod 2013: 326-328). Múltiplas derivações dos estudos literários, assentes nesta visão mais pluralista, encontraram afinidades com o novo programa de história total e transdisciplinar dos *Annales*, merecendo especial destaque o campo dos estudos da oralidade na Idade Média, que conheceria, no decurso do século XX, desenvolvimentos assinaláveis.

Paul Zumthor: o homem e a obra

Em 1987, Paul Zumthor (1915-1995), eminente medievalista, historiador da literatura, crítico literário, antropólogo, linguista, poeta e romancista suíço do século XX, publicou uma obra intitulada *La lettre et la voix. De la “littérature” médiévale*, redigida entre os anos de 1982 e 1985 (Zumthor 1987). Inscrita na coleção *Poétique*, dirigida pelo consagrado crítico literário francês, Gérard Genette (1930-2018), pelo proeminente filólogo e linguista búlgaro, Tzvetan Todorov (1937-2017), e pela crítica literária francesa Hélène Cioux (1938 –), a pequena obra (trezentas e quarenta e sete páginas no formato clássico), mereceu a sua primeira e única edição pela prestigiada editora *Seuil*, a que se sucedeu, em 1993, a sua publicação em português pela editora brasileira *Companhia das Letras*, sob o título *A letra e a voz. A “literatura” medieval* (Zumthor 1993). Produto de um longo percurso académico devotado ao estudo da civilização e da «literatura» medieval, a obra tornou-se um clássico imediato, uma referência obrigatória no âmbito dos estudos sobre a oralidade e a poesia medieval, dois eixos que se unem no que Zumthor apelida de «poesia oral» (Ibidem: 7).

A inusitada aproximação de Paul Zumthor à medievalidade dá-se pelo ano de 1933, quando frequentava o curso de Direito na Sorbonne, e se mostrava fascinado com as problemáticas em torno do direito consuetudinário medieval, então abordadas na cátedra de história do direito (Zumthor 2009). É a ela que faz remontar o gosto que pelos

anos de 1942-1943 viria a experimentar pela civilização medieval, mais concretamente pelas suas estruturas linguísticas e manifestações poéticas, a que devotaria uma carreira de mais de cinquenta anos de investigação, marcada por cruzamentos, trocas, aproximações e afastamentos intelectuais face às obras e posições de alguns dos medievalistas de maior renome no âmbito dos estudos literários do século XX, entre os quais Gustave Cohen (1879-1958) e Edmond Faral (1882-1958) (Zumthor 1988: 4). É justamente de Cohen, professor na Sorbonne entre 1922 e 1940, que parte o tema para a sua tese de doutoramento, *Merlin, le Prophète*, defendida em Genebra, no outono de 1942, e publicada em Lausanne pela Payot, no ano seguinte (Ibidem: 5).

Nos anos compreendidos entre 1943 e 1948 Zumthor redige várias entradas no *Französisches Etymologisches Wörterbuch* (FEW), a convite de Walther von Wartburg (1888-1971), e desenvolve atividade de lecionação na Universidade de Basileia, entre 1946 e 1948, e na Universidade de Groningen, na Holanda, entre 1948 e 1951, ano em que ocupa a posição de Cohen na Universidade de Amesterdão, onde permaneceria até ao outono de 1968 (Rousset 1998: 10). Durante este período, redige *Histoire littéraire de la France médiévale*, publicada em 1954 pela Presses Universitaires de France, e *Langue et techniques poétiques à l'époque romane (XI^e-XIII^e siècles)*, que sai na Klincksieck, em 1963 (Cerquiglini-Toulet 2019: 315).

O curto período compreendido entre 1969 e 1971 revelar-se-ia um dos mais determinantes no percurso académico de Zumthor, que leciona na Universidade de Vincennes, cruza o seu caminho com os de Roland Barthes (1915-180), Gérard Genette, Tzvetan Todorov, Algirdas Julius Greimas (1917-1992), e Henri Meschonnic (1932-2009), vê publicado o seu ensaio “De la circularité du chant” no número inaugural na revista *Poétique*, em 1970, em conjunto com os trabalhos de Roland Barthes e Hans Robert Jauss (1921-1997), e finaliza a redação daquele que viria a revelar-se o seu mais marcante contributo teórico para os estudos literários medievais: o *Essai de poétique médiévale*, publicado pela Seuil, em 1972 (Zumthor 1972). Atraído pela possibilidade de cientificidade nos estudos literários, ensaia uma primeira rutura com o método filológico clássico, e uma aproximação ao formalismo estruturalista, empregando metodologias dos domínios da linguística e da semiótica de Greimas, e forjando conceitos tão determinantes como o de «*mouvance*» do texto poético medieval (Ferreira 2007: 145).

Em 1971, Zumthor aceita uma posição no departamento de literatura comparativa da Universidade de Montreal. Publica, nos anos seguintes, peças fundamentais como *Langue, texte, énigme* (1975), *Anthologie des grands rhétoriciens* (1978), *Le masque et la lumière: la poétique des grands rhétoriciens* (1978), e inicia um período de viagens pelo Brasil e por África, onde o contacto direto com culturas que preservavam ainda os princípios da tradição oral e as antigas práticas de discurso improvisado, despoletou o entusiasmo com que a partir de finais da década de 1970, já distante da perspectiva estruturalista e do sonho de cientificidade da linguística e da semiótica, Zumthor se internaliza por domínios de investigação afetos ao estudo da natureza oral dos textos poéticos medievais (Rousset 1998: 14; Cerquiglini-Toulet 2019: 317-318; Vaillant 2019: 193; Zink 2019: 231), que o conduzem à obra surgida em 1983, *Introduction à la poésie orale* (Gingras 2019: 146-147). Seguem-se dois livros nos quais a investigação sobre a oralidade se opera a partir de uma perspectiva mais histórica, incidindo sobre o período medieval: *La poésie et la voix dans la civilisation médiévale* (1984), resultante de quatro lições proferidas no Collège de France em fevereiro e março de 1983, a convite de Yves Bonnefoy (1923-2016) e, finalmente, *La lettre et la voix* (1987), que resulta da reescrita da obra de 1984, a que é acrescentado um novo prefácio. Paul Zumthor pensava como um historiador: a sua introdução ao universo da oralidade medieval é, porventura, exemplo paradigmático do modo como, na esteira da história problemática, a investigação e reconstrução do vivido partem das interrogações suscitadas pela época do historiador, da procura racional e factual de invisíveis de sentido ocultados na matéria e nas ações visíveis do quotidiano, sendo a história, nesse sentido, um perpétuo não-acabamento, inseparável da atividade do historiador (Bourdé e Martin 1983: 193).

Zumthor foi um medievalista entusiasta e um homem de fronteiras cruzadas no universo das ciências sociais, como se depreende da sua vasta obra e da sua formação académica. Acreditava firmemente na necessidade de superar os entraves impostos ao saber histórico e ao avanço do conhecimento pela insistência nas abstrações de domínio que representavam os campos disciplinares enquanto existências conceptual e metodologicamente isoladas. A história, inapta a fornecer os instrumentos necessários à análise do objeto literário é, não obstante, crucial à sua plena inteligibilidade (Zumthor 1993: 32). Da vastíssima produção intelectual de Zumthor, nenhuma obra exemplifica melhor esta sua posição do que *A letra e a voz*, sobre a qual nos deteremos em seguida.

A Idade Média e o universo conceptual de Paul Zumthor

A obra, uma antropologia histórica da voz e das experiências de comunicação na longa duração, centra-se sobre a questão fundamental do campo de interferências prevalecente entre a escrita e a oralidade na tradição literária e na cultura medieval, de que, segundo Zumthor, a voz se instituía, por oposição à escrita, como fator verdadeiramente definidor, manifestando-se num plano ontológico, enquanto fenómeno invasivo de todas as práticas sociais, culturais e institucionais. O papel social da voz numa cultura da teatralidade e da festa, como era a da Idade Média, a sua funcionalidade ao serviço de séries institucionais como a Igreja e a Coroa, e as reflexões em torno da dicotomia oralidade/escrita, e da hierarquia erudito/popular, afiguram-se como questões centrais na primeira parte da obra, que Zumthor intitula elucidativamente de *O contexto*. Nesta cultura do oral e da oralidade, em que todo o texto poético visava ser transmitido, enunciado ou cantado, perante um público concreto, a voz seria constituinte e constitutiva de todas as obras que, em virtude de um conceito nascido e consolidado somente entre os séculos XVIII e XXI, após a emergência da imprensa no mundo ocidental – o de «literatura» – classificaríamos hoje erroneamente enquanto «literárias» (Ibidem: 277-278). Zumthor sublinha bem este ponto ao longo da obra, alertando para os anacronismos decorrentes do não entendimento das palavras – o termo “literatura” merece a sua atenção particular (Méchoulán 2019: 308) – enquanto construtos históricos da mais longa duração (Ibidem: 277-278). Por seu turno, a ênfase na indissociabilidade entre a voz e as obras produzidas na Idade Média desdobra-se num universo conceptual em que jogam termos como «intervocalidade», «*mouvance*» e «performance», em torno dos quais Zumthor elabora na segunda parte do livro, *A Obra*.

Deve, desde logo, relevar-se o carácter ambicioso do projeto, manifesto não só na significativa abertura do arco cronológico considerado para o estudo do fenómeno, os séculos XII-XVI, mais concretamente o período compreendido entre 1150-1550, no qual se situa «o que comumente se designa com o nome “literatura medieval”» (Zumthor 1993: 26), mas também na amplitude dos limites espaciais, que abrangem os territórios «do Império Carolíngio, com prolongamentos na Península Ibérica, na Itália central e meridional, na Inglaterra central e sudeste.» (Ibidem: 31). Relativamente à amplitude dos marcos cronológicos, a Idade Média – literalização epocal arbitrária face à qual o autor manifesta desde logo

o seu distanciamento crítico (Ibidem: 24) – tal como concebida por Zumthor (Cerquiglini-Toulet 1998: 27), encontra-se plenamente alinhada com a noção de «longa Idade Média» de Jacques Le Goff (1924-2014) (Le Goff 2008: 14), formulada com base na *long durée* de Fernand Braudel, cuja trilogia temporal, desenvolvida no prefácio ao seu *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II* (1949) (Braudel 1966), invocava o *Cours de linguistique générale* (1916) de Ferdinand de Saussure (Saussure 2002), não deixando passar o acontecimento, (história individual-política), o conjuntural (história sociocultural), e o estrutural da mais longa duração (geohistória), atendendo às sincronias e diacronias, aos tempos longos e curtos, aos acontecimentos e aos processos, às continuidades e descontinuidades. Segundo Le Goff, o Renascimento do século XVI teria representado menos uma rutura do que uma continuidade face ao passado medieval, e ter-se-ia instituído apenas como um dos muitos «renascimentos» observáveis na Idade Média desde o Renascimento Carolíngio, motivo pelo qual, tanto o tempo de Petrarca, que se considerara inserido num período de recuperação e superação da cultura clássica, depois do obscurantismo da «Idade das Trevas», como o Iluminismo, que retoma pejorativamente a padronização temporal do humanista italiano, se encontrariam ainda inseridos no hiato cronológico da medievalidade, que se prolongaria até à emergência da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, no século XVIII (Le Goff 2008: 1415). Partilhando da visão de Le Goff, tributária do debate instalado na década de 1920 em torno dos critérios de periodização da modernidade e da medievalidade, Zumthor defende que «Seria falso atribuir ao séc. XII, como se fez a partir de Haskins, ou ao séc. XV, como sugeriu J. Bukhardt, o início da era moderna.» (Zumthor 1993: 26). Charles Homer Haskins (1870-1937) teria, de facto, sido um dos grandes precursores do conceito de recuo da modernidade ao século XII, tendo apresentado como principal argumento neste sentido a ideia de que a continuidade da história rejeitava ruturas absolutas entre períodos que se sucedem, e que os trabalhos de investigação contemporâneos colocavam a descoberto uma Idade Média menos negra e estática, e um Renascimento menos brilhante do que se tinha suposto desde Petrarca (Haskins 1927: 26-28). A tese de Haskins assenta, ultimamente, na noção de que o Renascimento Italiano, tal como definido por Jakob Buckhardt no seu *Die Cultur der Renaissance in Italien* (1860), teria, na verdade, sido precedido por movimentos semelhantes, mas mais abrangentes e marcantes, como o «renascimento do século XII»,

pelo que o início da modernidade deveria ser fixado na centúria ducentista (Ibidem: 27). Como veremos, Zumthor demonstra n' *A letra e a voz* que tais propostas de periodização, apostadas em fixar estaticamente o início da «modernidade», ao invés de admitirem, como faria Le Goff, uma «longa Idade Média», resultaram da perpetuação de preconceitos historiográficos herdados das centúrias anteriores. As teorias de configuração histórica devem, afinal, ser lidas como os construtos ideológicos que são, e as periodizações, metodologicamente necessárias à prática do historiador, entendidas dentro dos moldes da artificialidade que representam, e ultrapassadas para apreensão do fenómeno na longa duração.

Quanto à amplitude dos limites espaciais, «Permanece o facto de que nenhuma visão da “Idade Média” é justificável se não engloba vastos rincões do Ocidente. Até onde estender o olhar sem arriscar imprevisíveis distorções de perspectiva?» (Zumthor 1993: 32). No sentido de averiguar os limites espaciais da aplicabilidade do termo «Idade Média», questão com ampla tradição entre as ciências históricas e sociais, largamente explorada pela sociologia de Max Weber (1864-1920) (Mitterauer 2010: 11-12), Zumthor fundamenta-se nas perspetivas historiográficas defendidas por George Duby (1919-1996) em *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme* (1978), por Aaron J. Gurevich (1924-2006) em *Les catégories de la culture médiévale* (1972), e por Pierre Chaunu (1923-2009), em *Le temps des Réformes* (1975), que convergem no que respeita à pertinência da sua restrição ao contexto da Europa ocidental, apoiando-se na noção de que a medievalidade europeia se teria pautado por características histórico-culturais individualizantes (Ibidem: 12), formando uma unidade cultural que, repleta de particularidades, converteria os fenómenos estudados numa realidade passível de comparabilidade (Zumthor 1993: 32).

A amplitude dos limites cronológicos e geográficos encontra paralelo na abrangência do núcleo documental sob escrutínio, que engloba desde canções de gesta, a poesia lírica e trovadoresca, fábulas, parenética, e peças litúrgicas e hagiográficas, tanto em latim como em língua vernácula. Só a perspetivação da problemática na longa duração, a abstração dos contextos locais, e a variabilidade da amostragem documental considerada pode, afinal, sustentar a generalização ousada implícita à afirmação da voz como princípio inerente a toda a «literatura medieval» que, segundo Zumthor, não agradava a alguns historiadores (Ibidem: 7). A questão prender-se-ia tanto com a problemática do permanente questionamento da racionalidade de prova da oralidade, como com a

discussão instalada em torno das escalas de observação do fenómeno, e as divergências das correntes historiográficas neo-Rankeanas face à possibilidade de generalização histórica, mesmo ao nível da *long durée*, como defendia Braudel, já que a especificidade própria de cada contexto impossibilitaria a identificação de padrões ou tendências gerais, universais. Duas posições que, contudo, não se excluem mutuamente, desde que admitamos transições graduais entre os níveis de observação macro, que tende à generalidade, e micro, que possibilita a especificidade (Bod 2013: 258-259).

Tratando-se de um estudo assente sobre o postulado da presença inalienável da voz na poesia medieval, o dialogismo entre a oralidade e a escrita ocupa uma posição de grande centralidade nas reflexões de Zumthor, que avança no sentido de romper com muitas das categorizações, metodologias, e conceções próprias da história literária tradicional face à cultura medieval, tomando como ponto de partida para a sua tese os conceitos de «indício de oralidade» e «presunção de oralidade». Se por «indício de oralidade» entende «tudo o que, no interior de um texto, nos informa sobre a intervenção da voz humana na sua divulgação» (Zumthor 1993: 35), desde o emprego de verbos como *dicere* e *audire*, à identificação de notações musicais e interjeições consubstanciadas na tessitura textual; por «presunção de oralidade» compreende «a margem de manobra propícia às iniciativas dos recitadores, isto é, ao desdobramento da sua arte vocal» (Ibidem: 43), implícita na sobrevivência de duas ou mais tradições do mesmo texto, subentendendo-se aqui a leitura da multiplicidade de versões e de variâncias retóricas e estilísticas dos textos escritos, enquanto produto de uma cadeia de transmissões orais e receções da peça. Cada texto, cada versão, surge como um construído de passado presente, como indício de um horizonte de expectativa, de uma intencionalidade pretendida de adaptação do conteúdo comunicado à moldura mental de um público idealizado por parte do recitador, e simultaneamente, como produto da plurivocidade de leituras, interpretações e apropriações que desse enunciado opera a dita audiência, aquando da sua receção. Trata-se de um princípio basilar da hermenêutica histórico-literária do século XX, assente sobre as teorias e estéticas da receção de Hans Robert Jauss (Jauss 1994), que em conjunto com as investigações conduzidas por Roland Barthes, acentuaram a multiplicidade de sentidos do texto em função da identidade do público recetor, e representaram um avanço significativo

no sentido da rutura com a centralidade ocupada pela identidade do autor no método de *interpretatio* textual até ao século XX, tendo fornecido os fundamentos de toda a teorização de Zumthor em torno da permanência de um modelo textual vocal (Zumthor 1993: 23). A Teoria da Recepção constituiu um dos argumentos basilares da crítica dirigida ao estruturalismo narrativo pelos ditos «pós-estruturalistas» – entre os quais Zumthor – que apontavam para a impossibilidade de estabelecer qualquer parâmetro universal e absoluto na caracterização dos discursos literários, já que o sentido e valoração artística dos textos, não obstante associados a uma dimensão estrutural, encontravam-se invariavelmente na dependência da multiplicidade de leituras e interpretações que deles faziam as audiências a que eram dirigidos (Ceia 2013), realidade válida igualmente para os fenómenos históricos, que remetem sempre para realidades plurívocas e heterogêneas, surgindo a história como o sistema que relaciona a multiplicidade de posições (Bod 2013: 333).

Encarando a problemática da oralidade à luz dos «indícios de oralidade» e das «presunções de oralidade»,

Admitir que um texto, num momento qualquer da sua existência, tenha sido oral é tomar consciência de um facto histórico que não se confunde com a situação de que subsiste a marca escrita, e que jamais aparecerá “a nossos olhos”. (Zumthor 1993: 35).

A história da oralidade na Idade Média não é, pois, um arbitrário imaginário, como acreditaram os historiadores até ao século XX, mas uma realidade histórica passível de fundamentação de prova, através de uma análise sistemática levada a cabo de forma empírica, com base em traços passíveis de significação, que possibilitam, no limite, a confirmação da existência oral do texto como mais do que um sucedido abstrato. Encontramo-nos indubitavelmente perante um dos grandes pilares do contributo de Zumthor para a inversão da ideia de oposição binária entre a cultura oral e a civilização escrita, e para a rutura definitiva com a subvalorização sistemática do oral em favor do escrito, que prevalecera como uma constante historiográfica até ao século XX, tendo contribuído para a observação da Idade Média através de um «preconceito que faz da escrita a forma hegemónica de linguagem» (Ibidem: 18 e 123). Os «indícios de oralidade» atestam justamente que a sobrevivência textual das obras medievais não oblitera a evidência da sua anterior existência oral: os

traços da comunicação vocal dos textos persistem bem para além da sua prosificação, cristalizados nas marcas do discurso escrito, indiciando que o advento gradual da escrita como forma de comunicação significou mais um processualizar do que uma rutura abrupta, tendo implicado sincronia de funcionamento entre a voz e a escrita (Tanniou 2018: 3-5). Já no seu *Essai de poétique médiévale* (1972) Zumthor assumia um posicionamento crítico face à conceção de uma cultura medieval pautada pela oposição binária entre oralidade e escrita, admitindo a coexistência das duas realidades, e uma transição gradual, um «deslizamento controlado», da predominância da oralidade à emergência da escrita enquanto meio de comunicação privilegiado (Zumthor 1972: 73). A demonstração que das interferências prevaletentes entre a escrita e a voz na cultura medieval realiza n’*A letra e a voz*, para a qual se fundamenta nos trabalhos desenvolvidos no âmbito da etnologia por Jack Goody (1919-2015), que ajudaram a afinar o vocabulário para exprimir a complementaridade da relação que sabemos opôr a escrita e a voz (Zumthor 1993: 96) vem, em última análise, comprovar que a oposição de exclusão entre as duas realidades constitui verdadeiramente uma radicalização sem fundamento, uma simplificação ousada que falseia as questões colocadas pela história, à semelhança das teses que sustentam o mito da oralidade e da escrita enquanto marcadores entre uma cultura popular laica, e uma cultura erudita eclesiástica, ambas em coexistência, mas perpétua incomunicabilidade na Idade Média (Ibidem: 117). Por seu turno, a associação do monopólio cultural do latim, enquanto língua erudita, do domínio da escrita, aos *litteratus*, e da língua vernácula, enquanto língua popular, da esfera da oralidade, aos *illiteratus*, admitindo-se a inferioridade da última em relação à primeira, e a ausência de transferências e intercomunicações entre ambas, resultaria, segundo Zumthor, de um equívoco/preconceito historiográfico da mesma ordem, a que surgiriam estreitamente associados os múltiplos «renascimentos» identificados pelos historiadores ao longo da «Idade Média» (Ibidem: 120). Verifica-se, portanto, a total rejeição da prevalência das dicotomias que associavam, na história narrativa, certos níveis culturais a estratificações sociais específicas, sem que se admitisse a coexistência de vários níveis culturais no mesmo ambiente social, grupo ou indivíduo (Ibidem: 124).

A estruturação do estudo em duas partes – *O contexto* e *A obra* – é elucidativa do modo como, fundamentando-se nas teses desenvolvidas por Mikhail Bakhtin (1895-1975), Zumthor parte da observação da realidade histórica e etnográfica do medievo para a hermenêutica

textual: é, em parte, com base nos estudos desenvolvidos no âmbito da antropologia e da história, que apontam para um predomínio da oralidade enquanto meio de comunicação privilegiado num período em que os índices de iliteracia prevaleciam esmagadoramente elevados e, nesse sentido, para a voz enquanto fenómeno estruturante das práticas, costumes e rituais, que Zumthor proclama a oralidade enquanto princípio subjacente à existência de todas as obras ditas «literárias» no medievo, cuja comunicação e receção se operavam, não pela escrita, mas por via oral-auditiva-visual, através da «performance», em que o principal ator era o jogral ou o menestrel, o intérprete, e desempenhavam um papel central os impulsos corporais e as percepções sensoriais (Ibidem: 222). A voz afigurava-se então como elemento constituinte e constitutivo das obras medievais, que não eram produzidas para a «performance», mas no próprio ato performativo, implicando-se a sua composição e comunicação como simultâneos do mesmo processo (Ibidem: 19).

É justamente no sentido de sublinhar o cariz ontológico da voz e a sua função social coesiva na cultura medieval, que ao conceito de «oralidade», tomado do antropólogo Walter J. Ong, Zumthor diz preferir antes o de «vocalidade», já que «*Vocalidade é a historicidade de uma voz: o seu uso.*» (Ibidem: 21). Explicita-se aqui o posicionamento de Zumthor face uma das grandes questões resultantes do debate teórico prevalecente no âmbito dos estudos literários no século XX, que aponta para as limitações inerentes a uma hermenêutica textual exclusivamente imanente à obra, orientada apenas no sentido da forma e do estilo, sem que ao contexto sociocultural e às circunstâncias de receção fosse reconhecida relevância, sem que se admitisse a indissociabilidade entre o sentido textual e o tecido contextual, a historicidade (Dessons 2019: 158-159).

Uma historicidade que, não obstante a sua singularidade irreduzível, o seu carácter contingente, efémero, e fugaz, a voz encontra no que Zumthor intitula de «tradição oral», conceito nuclear na sua teorização, remetente para um *a priori* da poesia oral que a liga ao *continuum* da memória humana coletiva na longa duração, para uma herança que converteria os conteúdos dos enunciados comunicados pela voz no ato da «performance» numa realidade rapidamente apreensível pelas audiências recetoras das peças (Zumthor 1993: 149). O conceito surge em estreita relação com a noção de «formulismo literário», ou regulação dos temas, estéticas e formas discursivas da obra medieval, que se verificaria graças à existência de fórmulas congeladas, simultaneamente operacionais à

memorização e ao imprevisto inerentes à criação da obra medieval pelo jogral ou pelo trovador durante a «performance», e familiares ao público recetor em presença (Ibidem: 193; Lucken 2019: 39-43). Tal como a concebe Zumthor, a «tradição» não é, contudo, reduzível a um esquema rígido, determinista, imutável na duração, já que admitiria a gradual renovação das formas literárias, dos *topoi*, dos vocábulos, dos sintagmas e dos fonemas, não de modo arbitrário, mas em conformidade com uma lógica processual, alinhada com a continuidade antropológica das sociedades e dos homens, avessa a ruturas abruptas. A especificidade e o caráter fundamental da arte poética medieval assentavam assim, para Zumthor, no permanente dialogismo entre as restrições impostas à criação poética pela «tradição», e as variações associadas ao papel do indivíduo na génese da obra, variações combinatórias individuais que consistiriam menos na introdução de elementos originais do que no rearranjo e reordenamento de elementos expressivos herdados, durante a «performance». Deste modo, a «tradição oral» e a «transmissão oral» não se confundem (Ibidem: 17), mas afiguram-se como dois processos indissociáveis do devir da obra poética, constituída pela corrente das suas transmissões e receções (performances), um refazer sucessivo, uma cadeia de irregularidades, descontinuidades e mudanças que se articulam na duração, no *continuum* da memória, da permanência (tradição) (Ibidem: 162). Na medida em que remete para uma ocorrência revestida de signos, a «performance» surge simultaneamente como um acontecido e um relacional tipológico, e a «tradição» emerge num sentido aproximado ao de arquivo, tal como o concebeu Michel Foucault (1926-1984), um dos responsáveis pelas mutações observáveis nas lógicas de continuidade e descontinuidade nas décadas de 1960 e 1970, cuja investigação se prendeu sobre a questão das dinâmicas do surgimento inesperado dos eventos discursivos e dos mecanismos de regulação do seu aparecimento. Para Foucault, estes não implicariam qualquer relação de causalidade antecedente-consequente, mas a conceção do presente enquanto constitutivo de passado e constituído de acumulação, sedimentação estratigráfica de descontinuidades, ou processos de estrato (Méchoulan 2008). Ultimamente, segundo Zumthor «A obra existe no tempo de duas formas: pela duração da performance, o que já anteriormente designei por tempo integrado, e pelo momento em que ela própria se integra na duração social.» (Zumthor 1993: 252). Na simultaneidade da «performance» encontrar-se-ia, portanto, integrada uma multiplicidade inextensa de transmissões orais passadas e futuras,

por seu turno incorporadas no tecido da memória humana coletiva, noção que se traduz numa conceção do cone temporal ao nível das ciências históricas, distante da temporalidade linear da história positivista.

Na medida em que resulta de uma corrente de transmissões orais, de um refazer e recrear sucessivo no ato da «performance», a obra medieval é fundamentalmente movimento dinâmico, é *mouvante*. A «mouvance», a variabilidade perpétua, seria, numa cultura da oralidade, definidora da maioria das peças «literárias» medievais, tecidas entre os discursos atualizados pelos intérpretes, e respetivas apropriações pelas audiências, no momento da «performance», e a «tradição», ou seja, a filiação temporal dos vários estados de constituição da obra na duração (Zumthor 1993: 143). Os textos manuscritos da obra *mouvante*, seriam cristalizados espaço-tempo, passados presentes de estados da obra numa ou várias correntes ininterruptas de transmissões orais e receções, que se cruzavam na duração, formando redes «intervocais», e refletindo a prevalência de uma interação contínua entre as culturas escrita e oral. Segundo Zumthor, o elevado grau de variabilidade observável nos fragmentos manuscritos de uma peça «literária» medieval, resultava justamente do fenómeno que intitula «intervocalidade», conceito que, numa cultura da oralidade, como era a medieval, caracterizaria de modo mais assertivo os movimentos de trocas e influências subjacentes ao processo de génese da obra do que o termo «intertextualidade», tomado de Bakhtin (Ibidem: 145).

Atendendo a que a génese da obra medieval derivava mais da sedimentação das transmissões e reinterpretações que dela se realizavam no ato da «performance» do que de uma origem única, e que não se aplicava ao período o seu entendimento enquanto propriedade intelectual de nenhum autor em concreto, uma vez que cada «performance» era uma origem e a origem, e cada intérprete era simultaneamente um autor e o autor, não é possível, nem se justifica, traçar a genealogia dos fragmentos textuais sobreviventes de uma obra medieval em busca de um «autor» e de uma «origem», termos caros à filologia clássica e à história da literatura tradicional. A projeção retrospectiva de conceitos definidores da cultura contemporânea – uma cultura da escrita – como o de «autenticidade» e o de «direito de autoria» num período como o medieval, redundam, segundo Zumthor, num grave anacronismo, resultante da tentativa de escapar aos constrangimentos causados pela variabilidade («mouvance») enquanto característica essencial de qualquer obra «literária» medieval (Ibidem: 149; Boutet 2019: 28).

Tocamos um ponto fundamental da crítica de Zumthor, que visa atingir os princípios metodológicos da filologia clássica de Karl Lachmann (1793-1851), em que se alicerçou Rank, no sentido de alcançar a objetividade na prática do historiar (Bod 2013: 250). O filólogo alemão contribuiu largamente para a consolidação da teoria da reconstrução textual, ou filologia estemática, que buscava justamente, através de uma família de textos – um estema – proceder à reconstrução do original (Ibidem: 272-273). O método tendia a conceber a Idade Média como uma cultura da escrita, assentando no princípio da unidade primária, da monogénese fundamental, mediante a qual, a partir dos vários fragmentos textuais sobreviventes de uma peça medieval seria possível reconstruir a obra, ou seja, a acumulação racional da multiplicidade de fragmentos textuais, que só valiam individualmente pela sua integração no todo (Lagorgette 2019: 113-129). Esta teoria não deixava, portanto, lugar ao conceito de origens múltiplas, nem à evidência da oralidade e da «performance» enquanto princípios inerentes a todas as obras «literárias» medievais (Zumthor 1993: 8). Lachmann aplicou esta metodologia, assente numa crítica textual dissociada do contexto histórico e das regras de composição das obras medievais, ao estudo dos fragmentos manuscritos sobreviventes de peças épicas medievais bem conhecidas como a *Canção de Hildebrando e a Canção dos Nibelungos*, cujos respetivos arquétipos e autores originais procurou identificar, tendo ordenado hierarquicamente os restantes fragmentos em função desses «manuscritos autênticos» (Bod 2013: 252), ignorando, contudo, que

Por detrás das evidências do nosso presente e da racionalidade dos nossos métodos há o múltiplo sem origem unificadora nem fim totalizante, a “discórdia” de que fala Michel Serres e cujo conhecimento pertence ao ouvido. É apenas aí que se situa para nós a oralidade da nossa “literatura medieval”: vocalidade-resíduo das nossas filologias, indócil aos nossos sistemas de conceptualização. (Zumthor 1993: 35).

Curiosamente, o repúdio pela busca vã das origens – que por outras palavras Zumthor intitula de «preconceito historicista» (Tilliette 2019: 63) – parece ser duplo, indo igualmente no sentido da crítica à fixação da história positivista no que François Simiand (1873-1939) chamou, tomando a metáfora do empirismo da filosofia inglesa,

mais concretamente da obra de Francis Bacon (1561-1626), o «ídolo cronológico», um dos três grandes «ídeos da tribo dos historiadores» – político, individual e cronológico – que impediam a história contar com qualquer dimensão de racionalidade científica, condenando-a à extinção (Simiand 1987: 113-137). O ídolo cronológico dos historiadores, ou seja, o «costume de se perderem em estudos sobre as origens», remete justamente para a obsessão da história positivista com as origens e continuidades. O que conhecemos do programa dos *Annales*, em que se fundamenta claramente Zumthor, deriva da imediata incorporação desta crítica, fundamental no sentido da rutura com o mito do tempo linear, que começou a recuar no início do século XX, com a formulação da teoria dos tempos múltiplos de Braudel, a emergência da conceção de tempo histórico como coexistência temporal múltipla, e não apenas como antecedente e conseqüente separáveis, e com ela o advento de uma nova forma de entendimento da ação humana no tempo. As origens, como bem o demonstrou Zumthor, são sempre múltiplas, e remetem, antes de mais, para um processualizar, tal como a alteridade, o Outro temporal – período, fenómeno ou obra – é sempre plurívoco e heterogéneo. Considerá-lo como unívoco, atribuir-lhe sistemas de pensamento que o seu tempo não conheceu, e proceder à sua fragmentação, hipercategorização, sistematização conceptual e abstração metódica a bem da busca cega pela cientificidade, não se afigura como um método operativo ao conhecimento, conduzindo ultimamente à sua destruição (Zumthor 1993: 22).

Considerações finais

Como medievalista entusiasta que era, Paul Zumthor temia a utilização política, «nacionalista», do retorno ao passado medieval. O seu contributo n' *A letra e a voz* no sentido da rutura definitiva com a subvalorização sistemática da oralidade em favor da escrita, e do reconhecimento da voz enquanto princípio inerente à existência das peças «literárias» na Idade Média, esteve ao nível dos avanços que representaram os trabalhos de Roland Barthes, Erich Auerbach e Mikhail Bakhtin para a progressão do conhecimento no âmbito dos estudos literários medievais, ou de Jacques Le Goff e Georges Duby para a consolidação das concepções em torno das dimensões culturais da Idade Média, tendo-se traduzido numa evidente

aproximação à hermenêutica histórico literária pós-formalista do século XX, ao programa de história da Escola dos Annales e à antropologia interpretativa, e na formulação de uma crítica acesa às metodologias prevalentes no domínio da filologia clássica.

Não obstante a pertinência das suas observações sobre o campo de interferências prevalente entre a escrita e a oralidade na Idade Média, que conduziram à desconstrução de mitos sustentados na oposição de exclusão entre a escrita e a voz, ou na hermeticidade entre duas culturas em coexistência no mesmo período, foram conceitos como o de «intervocalidade» e «mouvance» da obra «literária» medieval que contaram com consequências mais imediatas e profundas, formando o núcleo de uma tese sobre a vocalidade que – em tudo compaginável com o mais amplo movimento de recusa da teoria que ao tempo da sua idealização atravessou certas áreas dos estudos literários – está hoje longe de gerar consenso nos círculos de estudos medievais. Uma circunstância para a qual concorre, em boa medida, o facto de ao argumento de Zumthor subjazer o que foi por Jacques Derrida (1930-2004) intitulado de fonocentrismo (Derrida 1967), esse pressupor do privilégio da fala sobre a escrita em que assenta, segundo o autor, toda a tradição metafísica que domina o pensamento ocidental (Cardoso 2009). Sem dúvida mais significativa do que, na sua procura por escapar à teoria, admitiu o medievalista suíço – não isento assim do que Américo Lindeza Diogo intitulou de «preconceito anti-preconceito do antropólogo» (Diogo 1994: 10) –, a contaminação da cena da voz pela da letra na cultura medieval obriga, naturalmente, a pôr em perspectiva a relativização antropológica que a voz traz à «literatura» do período.

Estas críticas à tese zumthoriana em nada beliscaram, contudo, o mérito que, pelo menos em parte, lhe foi reconhecido no domínio filológico, onde obrigou à revisão das metodologias de edição dos fragmentos manuscritos de certas peças medievais. Uma vez que, como mostrou Zumthor, a obra «literária» medieval é tantas vezes um co-construído entre intérprete e público recetor, e que as variações observáveis entre os fragmentos manuscritos se traduzem em cristalizados espaço-tempo de presenças distintas da mesma obra, que variava em espaço, tempo e impacto de receção, questiona-se hoje se os procedimentos editoriais dos textos medievais não deveriam enveredar pela edição de todos os manuscritos conhecidos, ao invés de se limitarem à edição de uma reconstrução ilusória do «original», ou de um único manuscrito – «o

melhor texto» – relegando o aparato crítico da comparação com as restantes variantes a uma nota de rodapé.

Referências bibliográficas

- Bod, Rens (2013). *A New History of the Humanities. The Search for Principles and Patterns from Antiquity to the Present*. Oxford: Oxford University Press.
- Bourdé, Guy, Martin, Hervé (1983). *As Escolas Históricas. Da Idade Média aos nossos dias*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Boutet, Dominique (2019). “Paul Zumthor et les études sur l’épique au Moyen Âge”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 27-36.
- Braudel, Fernand (1966). *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l’Époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin.
- Cantor, Norman F. (1991). *Inventing the Middle Ages: The Lives, Works, and Ideas of the Great Medievalists of the Twentieth Century*. Nova Iorque: William Morrow.
- Cardoso, Miguel (2009). “Fonocentrismo”, in Carlos Ceia (ed.), *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*. Disponível em FONOCENTRISMO | cceia (unl.pt) (consultado 10/12/2023).
- Ceia, Carlos (2013). “Pós-estruturalismo”, in Carlos Ceia (ed.), *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*. Disponível, em PÓS-ESTRUTURALISMO | cceia (unl.pt). (consultado em 3/5/2022).
- Cerquiglino-Toulet, Jacqueline (1998). “Le Moyen Age de Paul Zumthor”, in Jacqueline Cerquiglino-Toulet e Christopher Lucken (eds.), *Paul Zumthor ou L’invention permanente*. Geneva: Recherches et Recontres, 27-33.
- « — » (2019). “Une histoire intellectuelle du XX siècle. Paul Zumthor ou le parcours d’un curieux”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 327-328.
- Derrida, Jacques (1967). *De la Grammatologie*. Paris: Minuit.
- Dessons, Gérard (2019). “La question de l’oralité chez Paul Zumthor et Henri Meschonnic”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 155-166.

- Diogo, Américo António Lindeza (1994). “O Antropólogo e a Teoria: sobre um artigo de Paul Zumthor e um artigo de Stanley Fish”, in Maria Cristina Álvares e Américo António Lindeza Diogo (eds.), *Gravitações: sobre literatura medieval portuguesa e francesa*. Braga: AN, 5-11.
- Ferreira, Jerusa Pires (2007). “O universo conceitual de Paul Zumthor no Brasil”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 45, 141-152.
- Gingras, Francis (2019). “Dans l’atelier du poéticien. Lire et écrire sur la voix, analyse des archives de Paul Zumthor pour la préparation de l’Introduction à la poésie orale”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 145-153.
- Haskins, Charles Homer (1927). *The Renaissance of the Twelfth Century*. Cambridge: Harvard University Press.
- Jauss, Hans Robert (1994). *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática.
- Lagorgette, Dominique (2019). “Paul Zumthor et la mouvance”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 113-129.
- Le Goff, Jacques (2008). *Uma longa Idade Média*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lucken, Christopher (2019). “Paul Zumthor et la poésie lyrique. Style formulaire, mouvance du chant et présence de la voix”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 113-129.
- Méchoulan, Éric (2008). “Les archives et la question de la tradition: Paul Zumthor”, in *La Culture de la mémoire: Ou comment se débarrasser du passé?*. Montréal: Presses de l’Université de Montréal. Disponível em <http://books.openedition.org/pum/9139>.
- « — » (2019). “Peur et littérature”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 307-314.
- Mitterauer, Michael (2010). *Why Europe? The medieval origins of its special path*. Chicago: University of Chicago Press.
- Rousset, Jean (1998). “Présence de l’autobiographie chez Paul Zumthor”, in Jacqueline Cerquiglini-Toulet et Christopher Lucken (eds.), *Paul Zumthor ou L’invention permanente*. Geneva: Recherches et Recontres, 9-15.
- Saussure, Ferdinand de (2002). *Cours de linguistique generale*. Paris: Payot.

- Simiand, François (1987). *Méthode historique et science sociale*. Paris: Éditions des archives contemporaines.
- Tanniou, Florença (2018). “La lettre et la voix: usages médiévaux et pratiques de la langue dans l’enseignement secondaire”, *Perspectives médiévales*, 39, 1-18.
- Tilliette, Jean-Yves (2019). “Paul Zumthor et l’histoire littéraire”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 63-73.
- Vaillant, Alain (2019). “La Voix de la lettre. À propos de la renaissance poétique du XIX siècle”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 193-205.
- Woolf, Daniel (2011). *A Global History of History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- « — » (2012). *The Oxford History of Historical Writing*, vol. 4. Oxford: Oxford University Press.
- Zink, Michel (2019). “Paul Zumthor et l’écriture nomade”, in Idelette Muzart-Fonseca dos Santos e Jean-René Valette (eds.), *Poétiques de Paul Zumthor (1915-2015)*. Paris: Classiques Garnier, 229-236.
- Zumthor, Paul (1972). *Essai de poétique médiévale*. Paris: Seuil.
- « — » (1987). *La lettre et la voix. De la “littérature” médiévale*. Paris: Seuil.
- « — » (1988). “Paul Zumthor: (auto)-biographie”, in Emmanuèle Baumgartner e André Beaudet (eds.), *Le nombre du temps en hommage à Paul Zumthor*. Paris: Champion, 3-14.
- « — » (1993). *A letra e a voz. A “literatura” medieval*. Tradução de Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras.
- « — » (2009). *Falando de Idade Média*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Perspectiva.

RECENSÕES CRÍTICAS

Seth, Sanjay (2022). *História e Pós-Colonialismo. Ensaios sobre conhecimento ocidental, Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Traduções de Rita Narra Lucas, Elisa Lopes da Silva, Marcos Cardão, José Miguel Ferreira e José Neves. Revisão de Miguel Cardoso. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 278 p., ISBN: 978-989-8956-38-5, DOI: <https://doi.org/10.34619/wmsg-ryrm>

A obra, da autoria de Sanjay Seth, incorpora a compilação e tradução para português, de uma série de ensaios publicados, em inglês, no período compreendido entre 1995 e 2018. A publicação, que se encontra impressa, mas também disponível em formato digital e em livre acesso, traça o itinerário intelectual do seu autor, conforme é assumido na Introdução. Ela reflete a sua formação, o seu alinhamento ideológico, nomeadamente com correntes marxistas, e o seu realinhamento e interseção com as mais recentes tendências historiográficas identificadas como pós-coloniais.

Sanjay Seth, habitual colaborador do Instituto de História Contemporânea, entidade que edita a obra, assumido historiador e teorizador da História, assegura atividade letiva na área da Política ou dos Estudos Políticos, afirmando-se, contudo, avesso à *praxis* da Ciência Política *tout-court* ou ao guião das Relações Internacionais. É este alinhamento que conduz o seu excursus reflexivo sobre a natureza e as limitações das Ciências Sociais, a História incluída.

O autor, indiano por nascimento, mas com um percurso abrangente e internacionalmente reconhecido, depois de completar a sua formação em Sydney e Camberra, ocupou cargos na Universidade de Sydney e na Universidade La Trobe (Melbourne). Mudou-se para o Goldsmiths College, UK, em 2007, para assumir a cadeira de Política. É autor, entre outros, de *Subject Lessons – The Western Education Of Colonial India* (Duke University Press, 2006) e *Beyond Reason – Postcolonial Theory and the Social Sciences* (Oxford

University Press, 2020), mas também de *Marxist Theory and Nationalist Politics: The Case of Colonial India* (Sage Publications, 1995); *Subject Lessons: The Western Education of Colonial India* (Duke University Press, 2007), sendo ainda editor de *Postcolonial Theory and International Relations: A Critical Introduction* (Routledge, 2013). Os capítulos da obra agora em análise retomam tópicos e argumentos das obras que aqui se citam.

Os estudos compilados, nove no total, equitativamente distribuídos em três blocos que o autor justifica na Introdução, encontram-se publicados em revistas como *Comparative Studies in Society and History* (Cambridge University Press); *International Political Sociology* (Oxford University Press); ou *Third World Quarterly* (Routledge), entre outras.

Do ponto de vista formal, com inevitáveis reflexos no conteúdo, a obra merece alguns reparos: por um lado, o seu caráter compilatório é responsável por uma inegável fragmentação e por redundâncias argumentativas que reduzem a fluidez da leitura; por outro lado, sentem-se as várias «mãos» que com generosidade traduziram os textos, a despeito do trabalho de revisão efetuado.

Do ponto de vista do seu teor, a obra gira, e gira de facto, por vezes de forma algo redundante, em torno de alguns eixos, identificados ou subsumidos no título: o colonialismo é o primeiro desses eixos; os processos de globalização sob a égide do eurocentrismo o segundo. Estes eixos ativam três vertentes de discussão, também elas transversais aos vários capítulos, ainda que assumindo pesos diversos: Nacionalismo(s); Racionalismo(s) e Modernidade. Se as primeiras devem ser lidas no plural, e as práticas que envolvem revistas e superadas, o autor assume que a Modernidade, imposta por processos de colonização desenvolvidos na longa duração, se tornou transversal, para não dizer universal, na medida em que terá sido oficialmente adotada e assimilada, em meios académicos e políticos de todas as latitudes e continentes, afirmando-se, como tal, incontornável. Este é apresentado como um axioma, ou postulado, que o autor apresenta a contragosto, todavia assumindo-se como um partícipe dessa construção. Nem poderia ser de outro modo, assume o próprio, se considerarmos os meios académicos em que desenvolveu e desenvolve investigação e ensino...

O livro contém uma *Introdução*, dividida em duas partes, que apresentam e justificam, primeiro, o «mapa», a estrutura do livro, e depois a sua inserção no itinerário intelectual do seu autor, mas não uma *Conclusão*, ou sequer um *Posfácio*. Nem poderia, pois, como se disse, esta é uma compilação de trabalhos já publicados, organizados de forma nem sempre bem articulada ou suficientemente convincente. Assim acontece com os capítulos 1 e 2: *Mudando de Assunto, Mudando de Sujeito: Conhecimento Ocidental e a Questão da Diferença* e *Interpretando o Excesso Revolucionário: o Movimento Naxalita na*

Índia, 1967-1971, os quais se encontram integrados na *Primeira Parte*. Em limite, o livro dispensaria estes dois capítulos, que discutem apenas de forma muito marginal os dois conceitos centrais a que se dedica a *Primeira Parte: Pós-colonialismo e Estudos Subalternos*. A definição desses conceitos e a caracterização desses movimentos acaba por ser posterior a estes capítulos iniciais, o que cria algum débito de compreensão, em particular para estudantes ou para leitores menos familiarizados com esses movimentos. O 3º capítulo da *Primeira Parte*, breve mas incisivo, procede, de facto, a uma caracterização da essência epistemológica dos estudos pós-coloniais e dos estudos subalternos, articulando-os com a análise dos nacionalismos, com uma tónica de análise predominantemente centrada na Índia.

Este capítulo introduz já o tópico que o autor vai insistentemente prosseguir/ perseguir ao longo dos restantes estudos: o da Modernidade, visto como fruto do Colonialismo e do Capitalismo, sendo este visto, em simultâneo, como alavanca e como resultado dessa Modernidade, de essência comprovadamente eurocêntrica.

O Eurocentrismo, nas suas expressões múltiplas e plurais, será explorado na II Parte da obra, intitulada *Contra o Eurocentrismo*, título que não surpreende numa obra dedicada aos contributos dos estudos pós-coloniais. O capítulo com que abre esta componente «*Era cego e agora vejo*»: *Modernidade e Ciências Sociais*, poderia estar também na III Parte, dedicada aos *Limites das Ciências Sociais* e é, no nosso entendimento, o mais conseguido capítulo da obra, pela reflexividade conceptual e teórica que apresenta. Publicado em outros espaços, a sua versão original corresponde à lição inaugural proferida em Goldsmiths, Universidade de Londres.

Aí encontramos alguns dos axiomas do pensamento do autor, com os quais muitos dos seus leitores, não importa de que nacionalidade ou continente, se identificarão. Tomemos como exemplo, a reflexão segundo a qual

as formas de entendimento disponíveis nas ciências sociais, por mais variadas que possam ser, assentam sempre na tradução, para os nossos próprios termos, das explicações e formas de auto-entendimento daqueles que são objecto do nosso escrutínio. E, na verdade, não só traduzimos como substituímos, já que assumimos que as nossas descrições e explicações permitem um entendimento superior ao dos próprios (p. 119).

Este é o raciocínio que leva o autor a questionar a universalidade do conceito de «sociedade» e, por arrasto, o de Ciências Sociais que dele vive, pois tem na «sociedade» o seu objeto de estudo. A História, como disciplina,

é também vivamente escrutinada. Ainda que o autor se assuma como um praticante convicto, não deixa, todavia, de submeter a disciplina e os «historicismos» a uma dura análise crítica.

Esta orientação é explicada na apresentação da obra pelos editores:

porque tais conceitos e categorias, ao contrário do que tende a ser presumido pelas disciplinas que os empregam, não transcendem as suas particularidades históricas e culturais, precisamos de os submeter a uma crítica pós-colonial. Esta crítica implica, não a rejeição da História e das Ciências Sociais, mas o dever de, ao praticarmos as nossas disciplinas e ao mobilizarmos os nossos conceitos e categorias, cultivarmos um elevado sentido de auto-reflexividade (contracapa).

Esta corresponde, em essência, à hermenêutica de toda a obra....

Uma questão permanece, depois de termos escrutinadas, por vezes fustigadas, as práticas da História e de outras Ciências Sociais: quais as alternativas às nossas práticas como cientistas sociais ou do social (presunçosa etiqueta com que tendemos a identificar-nos)? A esta questão o autor não dá resposta, para além de sublinhar a necessidade de se desconstruírem modelos analíticos que o não são, porque lhes falta a universalidade, e que devem viver necessariamente da diferença, da especificidade, da relatividade.

Em relação à Modernidade, tratada no Capítulo 5, que define uma nítida continuidade com os anteriores, fornecendo respostas para as questões previamente colocadas, o autor enfatiza duas estratégias para lidar com o conceito e com as práticas interpretativas que o envolvem:

a estratégia de criar narrativas históricas da modernidade em que esta não surge como um produto meramente europeu, e a estratégia de pluralizar a modernidade, de modo a que a modernidade «europeia» ou ocidental surja como apenas uma de entre muitas formas ou variantes da modernidade (p. 147).

Aqui, o autor remete-nos para a existência de «modernidades alternativas» (p. 155). Encontramo-nos, indiscutivelmente perante um adepto do discurso pós-colonial, de que esta citação dá provas.

A obra está povoada de «clássicos» que pontuam o pensamento do Norte Global, mas não só: Bruno Latour, Claude Levi-Strauss, Jacques Derrida, Michel Foucault, Andre Gunder Frank, Edward Said, encontram-se entre eles, como referências, a par de uma panóplia de escritores indianos com os quais o autor familiariza os seus leitores. Se mais não fosse, esta obra

introduz no cardápio dos pensadores ocidentais, neste caso no universo português, propostas que integram outras leituras, alternativas porventura às tendencialmente eurocêntricas. E note-se que o ceticismo contido na palavra «porventura» nos é incutido pelo próprio autor, que não considera a investigação e a literatura académica produzida no Sul Global isentas da inevitável «contaminação» de muitas formas de Eurocentrismos, ainda que alternativas sejam propostas e vivamente incentivadas. Com efeito, o leitor encontra nesta obra, a título exemplificativo, o pensamento de Dipesh Chakrabarty, Partha Chatterjee, Vinayak Chaturvedi, Gayatri Chakravorty Spivak, cujas obras nos conduzem através de itinerários alternativos, propostos, entre outros, pelos «estudos subalternos», em que a Índia pontua de forma assinalável.

Se, por fim, quiséssemos fazer a tentativa temerária de criar uma micro-conclusão onde ela não existe, poderíamos tomar, de novo, as palavras do autor:

O que distingue a crítica que elaboro aqui (...) é que ela procura ‘provincializar a Europa’ sistematicamente – num triplo sentido: desafiando a centralidade atribuída à Europa como fonte histórica e origem da ordem internacional; questionando a universalidade atribuída às perspectivas morais e legais que reflectem e reproduzem as relações de poder características do encontro colonial, e por isso longe de serem universais; e questionando o privilégio epistemológico atribuído a um entendimento do conhecimento que é cego ao papel constitutivo, e não apenas representativo, do conhecimento (p. 229).

AMÉLIA POLÓNIA

Universidade do Porto

amelia.polonia@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7798-6088>

Lopes, Quintino (2020). *Uma periferia global. Armando de Lacerda e o Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra (1936-1979)*. Lisboa: Caleidoscópio, 176 p., ISBN 978-989-658-698-0

Entre os anos 30 e 70 do século XX, funcionou, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Laboratório de Fonética Experimental. A sua história é indissociável da do seu diretor, Armando de Lacerda, responsável pela criação do Laboratório, que não sobreviveu à sua aposentação, em 1972. É esta história que Quintino Lopes reconstitui na obra recenseada.

O autor filia o seu trabalho em «actuais agendas historiográficas [que] advogam a importância dos *outsiders* na produção e circulação do conhecimento» (p. 27), considerando o Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra um exemplo de «excelência científica na periferia» (p. 53), que contraria modelos (dominantes) que defendem «a ideia de transferências unidireccionais de saberes e práticas científicas do centro para a periferia» (p. 27). O título da obra, *Uma periferia global*, feliz recriação de um título de G. Gemelli, reflete essa conceção e traduz de forma expressiva o que esta instituição e o seu mentor representaram no mundo científico.

Quintino Lopes «descobriu» Armando de Lacerda no âmbito da sua pesquisa de doutoramento, em que se debruçou sobre o papel da Junta de Educação Nacional no financiamento da ciência em Portugal, tendo em vista a convergência científica com a Europa. É fácil compreender o fascínio do autor por este cientista, com um percurso ímpar nos estudos linguísticos em Portugal. Armando de Lacerda licenciou-se em Filologia Germânica na Universidade do Porto e, em 1931, iniciou, com uma bolsa da JEN, a sua especialização no Laboratório de Fonética Experimental da Universidade de Hamburgo, tendo sido convidado para prosseguir a investigação no Instituto de Fonética Experimental da Universidade de Bona, onde se manteve até ao verão de 1933. Durante a sua estadia na Alemanha,

inventou dois instrumentos de registo sonoro para análise de sons de fala – o labiógrafo-inscritor-oral e o policromógrafo –, que constituíram, à época, um extraordinário progresso no domínio da fonética experimental, por permitirem a identificação dos efeitos de coarticulação e maior precisão na segmentação de sons.

A notoriedade internacional da sua investigação justificará a solicitação de orientações para a instalação de um Laboratório de Fonética em Portugal, que, em 1932, lhe é feita pela JEN. O Laboratório de Fonética Experimental será criado pelo Decreto-lei n.º 26994, de 10 de setembro de 1936, financiado pelo Instituto de Alta Cultura e será, desde os seus primórdios, uma infraestrutura de referência internacional no seu domínio, sendo considerado um espaço com «esplêndidas instalações técnicas» (p. 47), classificado pelo seu diretor como «o terceiro do mundo» (p. 50). No novo edifício da Faculdade de Letras, inaugurado em 1951, o Laboratório ocupa dez salas, toda a ala poente do piso 2, equipadas com a tecnologia mais avançada da época.

Durante as décadas em que esteve em funcionamento, o Laboratório foi um polo de atração de cientistas provenientes de geografias diversas, alguns deles nomes incontornáveis da Fonética e da Linguística, que aí desenvolveram investigação em estadias longas ou em visitas mais breves. Foi também um modelo seguido noutras instituições internacionais: Armando de Lacerda tem um papel fundamental na montagem do Laboratório de Fonética Experimental da Universidade da Bahia, dirigido por Nelson Rossi, que antes tinha estagiado em Coimbra; é também convidado para instalar um «Gabinete de Fonética Experimental» no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, equipado com os instrumentos de que foi inventor.

O declínio e desmantelamento do Laboratório de Fonética Experimental da Universidade de Coimbra ocorre na sequência da aposentação do seu diretor, em 1972. Apesar do reconhecimento internacional e do caráter inventivo, inovador e pioneiro da sua obra (em todas as suas dimensões), não houve investimento num quadro de investigadores que lhe dessem continuidade. Por outro lado, não se estabeleceu um diálogo entre o estudo experimental da fala e os estudos de linguística teórica e descritiva que eram desenvolvidos na Faculdade de Letras, que poderia ter permitido a sobrevivência do Laboratório.

Para escrever a história do cientista e da sua obra maior, Quintino Lopes socorreu-se de documentação abundante e muito diversa, assim como de fontes orais. «Correspondência particular, fotografias, cartões-de-visita, requerimentos, pareceres, ofícios, facturas, recibos, passaporte, imprensa, certificados, relatórios, publicações, instrumentos científicos, desenhos, diários e memórias» (p. 141) foram pesquisados em numerosos arquivos, muitos deles arquivos familiares, a que afortunadamente teve acesso

privilegiado, pois, de outro modo, não lhe teria sido possível apresentar a dimensão múltipla do «genial e afável» (p. 143), nas palavras de Francis Millet Rogers, Dr. Armando de Lacerda.

A obra está organizada em oito “partes”, que apresentam facetas particulares da biografia científica do foneticista, uma introdução e um epílogo. Inclui ainda três textos introdutórios: «Fonética Experimental, Linguística e Engenharia nos anos de 1930», do foneticista Francisco Lacerda, faz um enquadramento da obra de Armando Lacerda; «Laboratório, materialidades e História da Ciência», de Maria de Fátima Nunes, integra o estudo na perspetiva historiográfica seguida; finalmente, «Na inversão da rota do esquecimento», apresenta um testemunho pessoal e afetivo de um descendente do biografado, Paulo de Lacerda, que, na busca do reconhecimento do seu familiar, (re)descobre a grandeza da sua obra.

As oito partes do livro estão organizadas de forma semelhante: são introduzidas por um texto que apresenta a temática do capítulo e, nas páginas seguintes, são tratados factos, opiniões, objetos que se enquadram no tema, sempre acompanhados de fotografias ou reproduções de documentos de diversa natureza, em que o texto se assemelha a uma legenda alargada. Apesar de os capítulos não serem constituídos por uma sequência textual única, o leitor apreende o seu sentido e reconstitui a biografia, que o texto multimodal torna mais vívida.

Na parte I, «Um pioneiro da fonética experimental», apresenta-se a investigação inicial de Armando de Lacerda, com incidência nos instrumentos de registo de sons de fala que criou, que constituíram um avanço tecnológico importante e que estão na base do seu prestígio internacional. A parte II, «Os portugueses [...] possuem o melhor estabelecimento para os estudos de fonética que [...] existe na Europa: o de Coimbra», debruça-se sobre a criação do Laboratório de Fonética Experimental e a excelência das suas condições técnicas. Na parte III, «Para além da “excelência científica na periferia”», refere-se a atratividade do trabalho no Laboratório junto de cientistas estrangeiros. A difusão dos métodos e instrumentos criados por A. de Lacerda por instituições estrangeiras é objeto da parte IV, «A internacionalização da escola de investigação de Armando de Lacerda». A internacionalização é também o foco da parte V, «Outros itinerários e redes de comunicação em ciência», que menciona participações em congressos, convites de universidades estrangeiras, troca de correspondência com pares. A parte VI, «O território rural como laboratório», incide sobre o trabalho de campo com vista a recolhas para o Arquivo Sonoro dos falares regionais portugueses. A parte VII, «*Ethos* científico» reflete a vertente ética do seu trabalho e, finalmente, a parte VIII, «Resistência, resiliência, ressentimento e (o apagar da) memória», expõe as resistências, dentro da Faculdade de Letras,

ao trabalho desenvolvido no Laboratório e o ressentimento de que era alvo o seu diretor, que têm o seu corolário no encerramento e desmantelamento do Laboratório, após a sua aposentação.

Armando de Lacerda é uma figura injustamente esquecida da ciência portuguesa e, muito particularmente, pela Universidade de Coimbra. Esta obra de Quintino Lopes vem resgatá-lo desse esquecimento.

ISABEL PEREIRA

Universidade de Coimbra, CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras

mipp@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0003-3553-366X>

Queiroz, Ana Isabel, Direito, Bárbara, Silva, Helena da, Pinto, Lúcia Costa (coords.) (2022). *Pobreza e fome, uma história contemporânea. Temas, metodologias e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 329 p., ISBN: 978-989-8956-42-2

O livro, cujo título é elucidativo sobre a temática que nele é tratado, é composto por vinte e cinco textos, repartidos por três partes, que, apesar das especificidades de cada abordagem, apresentam um conjunto de preocupações comuns. Resultado da materialização de um projeto transdisciplinar, envolvendo investigadores de diferentes áreas do saber, designadamente cientistas sociais, constitui um importante contributo para a história da pobreza e da fome no Portugal contemporâneo, bem como para o desenvolvimento do conhecimento sobre outras matérias com as quais se relaciona, casos do desemprego, das doenças, das migrações, das calamidades, entre outras.

A pobreza e a fome são realidades multifacetadas do tempo presente, cuja profundidade histórica remonta a tempos de antanho. Mais do que precisar os seus primórdios, urge analisar a sua complexidade, variabilidade e múltiplas formas de materialização, que convergem para diferentes cenários e causas explicativas. Se, no contexto português, muito se tem escrito sobre a temática, sendo de destacar os estudos no campo da história religiosa e da história social, nomeadamente acerca das Misericórdias, há, no entanto, vários domínios que ainda precisam de ser desbravados, sobretudo os relativos a Portugal Contemporâneo, em particular os que pertencem ao século XX. Importa, ainda, reconhecer que não é fácil rastrear a pobreza envergonhada, a pobreza que se esconde dos olhares públicos e que é acudida por solidariedades informais e inidentificáveis. Assim, estudar realidades que se querem esconder é um dos desafios que se impõe a quem toma as margens como matéria de investigação.

A primeira parte do livro, denominada «Temas», reúne nove textos que, no essencial, evidenciam a exposição dos mais pobres a doenças e epidemias, ao desemprego e à miséria e a muitos outros males que afetam a sociedade. O primeiro, intitulado «Vulnerabilidade e risco», de Lígia Costa Pinto, mostra, entre outros aspetos, como os desastres naturais afetam a população mais carenciada e, por outro lado, realça a necessidade de medir não a pobreza, mas sim o bem-estar, dado que este conceito não se esgota nas dimensões de carácter económico. Leonardo Aboim Pires, no texto sobre «Alimentação e Abastecimento», escreve sobre a(s) fome(s), as transformações que houve nas dietas dos portugueses e as mudanças trazidas pelo Estado Novo, evidenciando, ainda, os avanços conseguidos pela Agronomia e pela Medicina, sobretudo no campo da Nutrição. Inês Gomes, por seu lado, no trabalho a que deu o título de «Calamidades-Perdas de Culturas», trata das pragas que prejudicam as culturas agrícolas e, consequentemente, o abastecimento de géneros alimentares, além de aludir à ação do Estado na resolução desse problema. Filipa Soares é autora do estudo sobre «Perturbação Ambiental». A partir de um acontecimento em particular – as cheias de Lisboa, ocorridas em 1967 –, faz uma reflexão, reconhecidamente cada vez mais urgente, sobre os fenómenos naturais extremos e sobre a intervenção da mão humana nas catástrofes naturais. A propósito do tema da «Saúde», Helena da Silva, apoiando-se em dados da OMS, evidencia a persistência da fome e até o seu crescimento na atualidade, bem como o facto de, ao mesmo tempo, sobretudo no mundo ocidental, se registarem problemas de saúde associados a excessos alimentares, como é o caso da obesidade. Celia Miralles Buil, no texto sobre «Doenças Coletivas», reafirma a conexão, há muito reconhecida, entre a pobreza e as doenças/epidemias. Mariana Reis de Castro, no estudo intitulado «Fronteira», apresenta uma perspetiva deveras interessante sobre o conceito que serve de título, focando, designadamente, a sua complexidade e a relação com os conceitos de pobreza e de fome. Marta Silva e Yvette Santos debruçam-se sobre o tema da «Migração», dando particular relevo, entre outros aspetos, aos motivos que, habitualmente, justificam a decisão de migrar. No texto de Elisa Lopes da Silva, intitulado «Precarizar o desemprego: a longa história de uma categoria», são apresentadas respostas do Estado Novo ao problema do desemprego e é evidenciada a sua ligação à pobreza.

A segunda parte do livro é preenchida com oito textos que tratam, essencialmente, de fontes e metodologias. Começa com o trabalho intitulado «Dados meteorológicos e *proxies* para o estado de eventos climáticos extremos e os seus impactos na época moderna», da autoria de Inês Amorim e Luís Pedro Silva. Consiste num estudo sobre problemas colocados pelas fontes e os cuidados que as suas limitações requerem, quando se pretende reconstruir

quadros climáticos de tempos mais recuados. Seguindo uma linha próxima, Cristina Joanaz de Melo, autora de «Fontes Manuscritas do século XVIII: “Intendência das Lezírias e obras do Tejo” e “Correspondência do Conde de Valadares”», escreve sobre as inundações acontecidas no século XVIII, na bacia hidrográfica do Tejo, tomando em consideração a subjetividade que contamina algumas fontes e até a interferência da emoção quando se trata de descrever catástrofes naturais. Joana Vieira Paulino, por sua vez, em «Róis de Confessados, Registos Paroquiais e a secção Criação dos Expostos do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa», explica as fontes usadas para estudar um tema muito presente na historiografia portuguesa: o abandono e a exposição de crianças. Bárbara Direito, no texto sobre a «Imprensa Africana em Moçambique», mostra a importância da imprensa enquanto fonte para o estudo e a compreensão das crises que afetaram o sul de Moçambique, nas primeiras décadas do século XX. Carlos Augusto Ribeiro e Ana Paula Guimarães, autores de «Contos, provérbios e receitas tradicionais», partem das fontes mencionadas no título para escreverem sobre a pobreza, a medicina popular e a alimentação, entre outros assuntos. O trabalho de Ana Isabel Queiroz, intitulado «Literatura portuguesa finissecular: Fialho de Almeida, Abel Botelho, Alfredo Gallis e Raúl Brandão», propõe uma reflexão sobre a relevância do romance para analisar a fome e a pobreza em Portugal na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Luís Pereira, em «Impressões sobre a escassez: notas sobre o arquivo fotográfico», aborda os usos da fotografia e o seu aproveitamento como recurso para o estudo da fome e da pobreza em Portugal. A segunda parte da obra fecha com o estudo de Maria Alice Samara e Raquel Pereira Henriques, a que deram o título de «Contributos da História Oral. A Questão da fome no Estado Novo», que incide precisamente sobre a pobreza e a fome no Estado Novo, recorrendo a um conjunto de entrevistas.

A terceira e última parte do livro, que engloba oito textos, é dedicada a estudos de caso, que se relacionam com as duas primeiras partes da obra através da base conceptual ou das fontes e metodologias utilizadas. Começa com o texto de Frederico Ágoas sobre «Inquéritos sociais em Portugal (1880-960: contributo para a história das condições de vida)», no qual o autor evidencia a importância da fonte mencionada no título para o estudo das condições de vida em Portugal. De seguida, Ana Alcântara, no estudo que intitulou «As mulheres operárias na Lisboa do final do século XIX: caracterização dos locais de trabalho fabril feminino», aborda o trabalho das operárias na capital, com base num conjunto diversificado de fontes. David Conde Caballero, autor de «Los años del hambre en España. Una etnografía de la(s) memoria(s) de escasez de posguerra», propõe-se resgatar memórias sobre a escassez alimentar e a fome na Espanha do pós-guerra.

Mónica Truninger, que escreve sobre a «Pobreza alimentar em famílias com crianças na região de Lisboa», desenvolve um estudo comparativo, procurando identificar fatores que levaram a situações de carência alimentar em famílias da região de Lisboa. O estudo seguinte, que leva o título «A miséria pode ter piada? Representações da fome e da pobreza no humor gráfico contemporâneo», da autoria de Paulo Jorge Fernandes, propõe uma abordagem da pobreza e da fome bem diferente da tida como habitual, já que procura mostrar de que forma temas como estes podem ser objeto de trabalhos humorísticos e como uma investigação historiográfica pode ser feita a partir de *cartoons*. Pedro Aires Oliveira é autor do trabalho intitulado «Estado, seca e fome em Cabo Verde: algumas respostas públicas no século XX (c. 1920-1990)», que versa sobre as respostas aos tempos de seca e de fome que se verificaram em Cabo Verde. Philip J. Havik escreve sobre «A nutrição como problema de saúde pública na África colonial tardia: o caso português», procurando mostrar a crescente importância conferida à nutrição no contexto colonial português em África depois de 1945, refletindo sobre as causas que justificaram a intervenção de Portugal nesse domínio, sobretudo em Angola e Moçambique. O livro fecha com o texto de Inês Ponte, com o título «Circunscrever a fome: notas sobre uma sociabilidade de escassez no Sul de Angola», no qual a autora procura explicar o problema da escassez alimentar no mundo rural do sul de Angola, tendo em conta as vivências das próprias populações.

A concluir, afigura-se pertinente referir que a obra em apreço, que se apresenta bem estruturada e faz uso de uma linguagem acessível a um público não especializado, sem que sejam postos em causa o rigor e a objetividade que se exigem, convoca o leitor para (re)conhecer e refletir sobre uma realidade incontornável que, apesar da indiferença ou até do desdém com que, muitas vezes, é encarada no tempo presente, não pode deixar de interpelar consciências.

ALEXANDRA ESTEVES

Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais,
Departamento de História | Lab2PT/In2PAST
alexandraesteves@ics.uminho.pt
<https://orcid.org/0000-0003-0660-9485>

Oliveira, Ana (2022). *Assédio: abordagens sociojurídicas à sexualidade*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 527 p., ISBN versão impressa: 978-989-8956-32-3 / PDF: 978-989-8956-31-6 / ePUB: 978-989-8956-29-3 / mobi: 978-989-8956-33-0

Ana Oliveira é socióloga e investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É doutorada em Estudos Feministas pela Universidade de Coimbra, com uma tese na área dos estudos feministas do direito (2018). Com o objetivo de compreender como se tem vindo a estabelecer, no contexto português, o conceito de assédio nas fontes do direito penal e laboral, a tese viria, posteriormente, em 2022, a ser publicada pela Imprensa de História Contemporânea, com o título *Assédio: abordagens sociojurídicas à sexualidade*. Tem investigado e publicado nos campos da violência doméstica, do tráfico de seres humanos, da discriminação sexual e do estatuto jurídico da sexualidade. Colaborou em diversos projetos, quer nacionais, quer internacionais, no âmbito dos estudos sociais do direito⁽¹⁾.

É autora de, entre outras publicações, *Violência doméstica. Estudo avaliativo das decisões judiciais* (2016), *Prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica nas entidades empregadoras: guião de boas práticas* (2019), *Amor Fati: On 'Crimes of Passion' in Portuguese Law* (2022) e *Twitter, chá e biscoitos: recensão ensaística de The New Sex Wars de Brenda Cossman* (2023)⁽²⁾.

(1) Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. Ana Oliveira, nota biográfica. [Consult. 14 Nov. 2023]. Disponível em: <https://ces.uc.pt/pt/ces/pessoas/investigadoras-es/ana-oliveira>.

(2) Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. [Consult. 14 Nov. 2023]. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/investigadores/cv.php?id_investigador=403&id_lingua=1.

O assédio é uma categoria que tem vindo a afirmar-se no debate normativo contemporâneo, ao nível da produção académica e científica, nas reivindicações dos ativistas sociais e nas agendas políticas⁽³⁾. Nesta obra, Oliveira procura problematizar as diferentes formulações do conceito de assédio e demonstrar o modo como o direito e os tribunais portugueses têm recebido, interpretado e julgado as diferentes formas de assédio (sexual e moral). Assim, estabeleceu como questão de partida: «o que e como estão os tribunais a julgar quando é convocada a categoria assédio?» (p. 22-23).

Para conseguir dar resposta ao objetivo principal do projeto analisou: fontes documentais – legislação, doutrina e jurisprudência: processos laborais e de decisões das instâncias formais não judiciais (Autoridade para as Condições do Trabalho – ACT, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – CITE e ofícios do Provedor de Justiça), processos de 1.ª instância e jurisprudência –; fontes orais – observação de julgamentos e entrevistas a diferentes aplicadores do direito. Desta forma, depreende-se que a autora, para uma análise aprofundada do objeto de estudo, recorreu a uma abordagem qualitativa.

A obra divide-se em três partes. Na primeira parte, sobre regimes jurídicos da subordinação e da proteção: tradições e traduções socio-legais, a autora procede à análise dos regimes jurídicos em Portugal – recua às últimas décadas da monarquia constitucional, passando pela I República, o Estado Novo e o período pós-25 de abril de 1974 e reflete sobre algumas dimensões dos quadros legais, sobretudo no que concerne à legislação laboral e sexual. Percebe-se que, no ordenamento legal português, apesar de existirem na regulação penal condutas consideradas sexualmente ofensivas (coaço sexual, perseguição e importunação), a condenação do assédio surge apenas na «jurisdição laboral, remetido para dinâmicas de perturbação, constrangimento, intimidação e hostilização» (p. 92).

Na segunda parte, a governamentalização do assédio: normação, receção e verificação, Oliveira através da análise dos processos laborais da CITE, dos inquéritos desenvolvidos sobre a temática no país e entrevistas, procura compreender o que é considerado assédio, explorando terminologias como: assédio, discriminação, *mobbing*, *bullying* e *burnout*. A autora identifica «silêncios sobre o assédio», que podem estar relacionados com a dificuldade de definir os contornos e os critérios das condutas que podem, ou não, ser consideradas assédio (p. 310).

(3) Imprensa de História Contemporânea. *Assédio: Aproximações Sociojurídicas à Sexualidade*. [Consult. 14 Nov. 2023]. Disponível em: <https://imprensa.ihc.fcsh.unl.pt/oliveiraa2022/>.

Por último, na terceira parte, a judicialização do assédio: vícios, dilemas e contradições epistemológicas, a autora procura dar resposta à questão de partida da investigação. A partir da análise documental de jurisprudência e de processos judiciais, conclui que não existe um «consenso sobre o que é assédio sexual» (p. 386). Colocando em evidência as diferenças entre «o modo como se pensa, se prescreve e se tutela o campo da sexualidade» (p. 322)⁽⁴⁾.

Em seguida, revela-se crucial destacar, de entre os sete capítulos que compõem a obra, aqueles que se distinguem pela sua qualidade, rigor e aprofundamento científico. No capítulo cinco, a verificação institucional do assédio, Oliveira procura estudar as respostas governamentais a processos laborais de denúncias de assédio em três instituições – ACT, CITE e o Provedor de Justiça. Este faz-se acompanhar de uma interessante e útil referência a alguns exemplos de processos, desde a denúncia, ao desenvolvimento e desfecho dos mesmos. Os capítulos seis – o assédio no plano jurídico-discursivo laboral: análise dos processos laborais – e sete – o assédio sexual no plano jurídico-discursivo criminal: análise de processos penais –, resultam também numa exposição exímia por parte da autora. O estudo de jurisprudência, processos judiciais e entrevistas, acompanhado pela apresentação de casos específicos sobre assédio dá resposta ao objetivo que presidiu à realização da investigação: como estão os tribunais portugueses a julgar casos em que a categoria de assédio é convocada.

Em conclusão, pode considerar-se que esta obra constitui um excelente contributo à historiografia portuguesa contemporânea, colocando no foco de análise um tema atual e que tem vindo a ganhar espaço nos debates públicos e políticos. A seleção das fontes, documentais e orais, revelou-se uma escolha apropriada e interessante. O trabalho apresenta uma estrutura clara e organizada. A autora cita as obras de referência histórica na matéria. Destaca-se também a linguagem adequada, ainda que com alguns termos técnicos ou abstratos – sobretudo no que concerne à área do direito.

ANDREIA NUNES

Universidade do Minho | Instituto de Ciências Sociais

andreiadj2000@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0001-3534-3033>

(4) Em 2023, o Bloco de Esquerda apresentou um projeto de lei com o intuito de tipificar o assédio sexual. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=172850>.

NORMAS PARA OS AUTORES

1. Submissão de artigos e resenções

Os artigos e as resenções propostos para publicação devem ser originais e seguir as normas de redação para autores adotadas pela revista. Serão objeto de rigorosa arbitragem científica, que compreende a triagem inicial da direção editorial e a revisão anónima de, pelo menos, dois pares. Todo o processo seguirá o Código de ética. Guia de boas práticas para editores de revistas da Universidade de Coimbra (Políticas editoriais)

Deverão ser submetidos através da plataforma Open Journal System (<http://impactum-journals.uc.pt/rhi/submission/wizard>) com explicitação dos seguintes dados:

- nome do autor;
- afiliação académica;
- ORCID do autor
- endereço electrónico;

Materiais em formato não digital serão enviados para:

Revista de História das Ideias - GAPCI

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Largo da Porta Férrea

3004-530 Coimbra (Portugal)

2. Publicação de artigos

2.1. Apresentação e extensão do texto

Admitem-se artigos escritos em português, inglês, francês, espanhol e italiano. A sua extensão não deverá exceder os 50 000 caracteres com espaços no total, compreendidos resumo, notas, bibliografia, etc.

No início do artigo, constarão:

a) título, na língua em que o artigo é escrito e em inglês, alinhado ao centro ou justificado, a negrito, e tipo de letra Arial Bold com o tamanho de 14 pontos;

b) Nome do autor, endereço de correio eletrónico, ORCID e instituição a que pertence (no caso de o autor pertencer a várias instituições, podem ser referidas duas delas) em parágrafos sucessivos;

c) Resumo, até 150 palavras, em Arial tamanho 10 pt, escrito na língua em que o artigo é escrito e em inglês, ou, caso o artigo seja escrito em inglês, numa outra língua admitida pela revista;

d) Lista de cinco palavras-chave em inglês e na língua utilizada no resumo.

e) No final do artigo, constará uma bibliografia limitada aos títulos citados.

f) As notas de rodapé serão breves, introduzindo esclarecimentos ou comentários pontuais, e a matéria essencial ficará contida no próprio texto. A chamada surge antes do sinal de pontuação

2.2. Formatação do texto

Deve ser formatado em Microsoft Office Word, tamanho A4 com margens superior e inferior a 22 mm e laterais a 24 mm, alinhamento do texto justificado, início de parágrafo a 5 mm e espaçamento entre as linhas de 16.36 pontos, tipo de letra Arial, com o tamanho de 10 pontos e numeração de páginas e de notas sequencial.

Os subtítulos, sem qualquer numeração, serão formatados em Arial Bold, tamanho 9,5 pt, alinhamento à esquerda.

Não haverá sublinhados, nem outros negritos além dos títulos.

As citações serão feitas entre aspas portuguesas (« »), exceto se excederem as três linhas, caso em que devem ser destacadas do texto por um espaço, com o tamanho de letra de 9 pontos, acompanhadas pela referência à obra citada de forma abreviada.

As notas de rodapé deverão ser apresentadas em Arial, tamanho de 8 pontos, espaçamento de 10 pontos, alinhamento justificado e numeração seguida.

Todas as hiperligações deverão ser removidas.

Gráficos, tabelas, mapas e eventuais ilustrações serão executados em Ilustrador e gravados no seu formato nativo (extensão.ai <<http://xn--extenso-2wa.ai>>). Os gráficos também poderão ser executados em Excel, desde que os mesmos sejam gravados como imagem em formato TIFF. Para fotografias, requer-se o modo CMYK, em formato TIFF e com 300 dpi de resolução e a dimensão de 16x23cm.

Cada item será remetido em ficheiro autónomo com indicação, no texto, do local onde deve ser inserido.

Cabe ao autor a responsabilidade de obter a competente autorização para publicação de imagens sujeitas a direitos de autor.

2. 3. Organização da bibliografia final

Na bibliografia final, sempre que o mesmo autor é citado mais do que uma vez, em vez do nome deve figurar « – ».

Monografias:

Benrekassa, Georges (1995). *Le Langage des Lumières. Concepts et savoir de la langue*. Paris: PUF.

Simões, Ana, Diogo, Maria Paula, Carneiro, Ana (2006). *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora.

Sousa, Manuela Augusta Pereira, Feliciano, José da Rocha eds. (2003). *A filologia na era da informática*. Porto: Associação de Livrários.

Artigos:

Figueiredo, António (1988). "Alterações climáticas em Portugal", in Antónia Vieira Simões (ed.), *Impactos da oscilação climática no Atlântico Norte*. Évora: Muralha, 3-34.

Moreira, Alberta Maria Reis (1994). "D. Miguel do Couto e a arquitectura militar do Renascimento em Portugal", *Revista de História da Arte*, 13, 111-123.

Os itens são ordenados alfabeticamente pelo apelido do autor, sem maiúsculas nem versaletes, respeitando o nome com que o autor se apresenta. Será evitada a numeração romana.

Páginas e sítios em linha devem, tanto quanto possível, conter as indicações bibliográficas de autor, título e data. É imprescindível a indicação do URL e da última data de acesso.

2. 4. Citação abreviada

A indicação de um passo ou de uma obra será feita de forma abreviada preferencialmente no texto segundo o modelo autor e data (apelido do autor data: página). Por exemplo (Anunciação 2003: 25).

Serão usadas as abreviaturas: id., et al., ed., eds., coord., trad., org., intr., pref., posf., ib., cit., ad loc., cf., v., in (reservado a obras coletivas), apud, s.d., s.l, s.n., s.p.

3. Publicação de resenhas

A obra recenseada será identificada de acordo com o modelo usado na bibliografia. As resenhas não devem exceder os 8 000 caracteres com espaços.

GUIDELINES FOR AUTHORS

1. Submission of articles and critical reviews

The articles and reviews submitted for publication must be original works and follow the editorial standards adopted by the journal. Texts will undergo a rigorous peer-review, including an initial editor screening and a blind review by at least two referees. The whole process is carried out in accordance with the Code of Ethics. Best Practices Guide for editors of journals of the University of Coimbra (Editorial policies)

All submitted papers must be submitted at Open Journal System (<http://impactum-journals.uc.pt/rhi/submission/wizard>) and include the following data:

- author's name;
- academic affiliation;
- author's ORCID
- email address.

Printed texts should be sent to:

GAPCI - Revista de História das Ideias
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra (Portugal)

2. Publication of articles

2.1. Text format and length

Articles can be written in Portuguese, English, French, Spanish and Italian. Texts must not exceed a maximum of 50 000 characters with spaces, including abstract, footnotes, bibliography, etc.

The beginning of the article must include:

i) a title, both in English and in the language of the article (14-point Arial Bold, centered or justified);

ii) the author's name, email address, ORCID and institutional affiliation (if the author is affiliated with several institutions, two of them can be mentioned) in successive paragraphs;

iii) an abstract with a maximum of 150 words (10-point Arial) both in English and in the language in the article. If the article is in English, the abstract shall also be written in any of the other languages accepted by the journal;

iv) a list of five keywords in English and in the language of the abstract.

The end of article must include a bibliography limited to the quoted works;

Footnotes must be brief and shall be used just for explanations or occasional comments. The core subject must be included in the body of the text. Footnote callouts must be inserted before punctuation marks.

2.2. Text Formatting

The text must be formatted using Microsoft Word, in the A4 size and according to the following page settings: 22 mm top and bottom margins, 24 mm left and right margins, 10-point Arial, justified, 16.36 line-spacing, 5 mm first line indentation. Pages and notes shall be numbered sequentially.

Subtitles shall have no numbers and must be left-aligned and formatted in Arial Bold, size 9.5.

Apart from titles, no other text should be underlined or in bold.

Quotes must be presented between Latin quotation marks (« »), except if they exceed three lines. In this case, they should be separated from the text by one space and written in a 9-point font, followed by an abbreviated reference to the quoted work.

Footnotes must be formatted in 8-point Arial, justified with 10-point line spacing, and shall be numbered sequentially.

All hyperlinks must be removed.

Graphics, tables, maps and illustrations must be created in Adobe Illustrator and saved in its native format (.ai extension <<http://xn--extenso-2wa.ai>>). Graphics can also be created in Microsoft Excel, as long as they are saved as pictures in the TIFF format. Photographs must be saved in the CMYK mode and TIFF format, and have a 300 dpi resolution and a size of 16x23cm.

Each item shall be sent in a separate file and the text must mention where it should be inserted.

It is the author's responsibility to obtain permission to publish images subject to copyright laws.

2.3. Organization of the final bibliography

In the final bibliography, whenever the same author is mentioned more than once, their name should be replaced with << – >>

Monographs:

Benrekassa, Georges (1995). *Le Langage des Lumières. Concepts et savoir de la langue*. Paris: PUF.

Simões, Ana, Diogo, Maria Paula, Carneiro, Ana (2006). *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora.

Sousa, Manuela Augusta Pereira, Feliciano, José da Rocha eds. (2003). *A filologia na era da informática*. Porto: Associação de Livreiros.

Articles:

Figueiredo, António (1988). "Alterações climáticas em Portugal", in Antónia Vieira Simões (ed.), *Impactos da oscilação climática no Atlântico Norte*. Évora: Muralha, 3-34.

Moreira, Alberta Maria Reis (1994). "D. Miguel do Couto e a arquitectura militar do Renascimento em Portugal", *Revista de História da Arte*, 13, 111-123.

The items must be alphabetically sorted by the author's surname, without caps or small caps, observing the name by which the author is known. Roman numerals should be avoided.

Whenever possible, webpages and sites should include the author's bibliographical information, title and date. It is essential to indicate the URL and the date of last access.

2.4. Abbreviated quotes

References to a passage or a work must be made in abbreviated form, preferably within the text, following the author and date model (name of the author date: page). For example: (Anunciação 2003: 25).

The following abbreviations shall be used: id, et al., eds, eds., coord., trad., org., intr., pref., posf., ib., cit., ad loc, cf., v., in (for collective works only), apud, wd., wp., wn.

3. Publication of critical reviews

The reviewed work must be identified according to the model used in the bibliography.

Critical reviews must not exceed 8000 characters with spaces.

Bruno Madeira, Conceição Meireles Pereira, Manuel Loff, Nota de apresentação
César Rina Simón, Cómo el nacionalcatolicismo se impuso al fascismo en los imaginarios culturales del franquismo. Análisis microhistórico de la ciudad de Sevilla, 1937-1945
Andrea Martini, The circulation of a «fascist literature» in the italian democracy. The case studies of Graziani's «I defended the Fatherland» and Bottai's «Twenty years and one day»
Susana Borges, Sérgio Gonçalo Neto, Clara Serrano, Uma fénix à procura das cinzas? Palingénese e comunidades imaginadas no jornal *A Nação* (1946-1948)
Leandro Pereira Gonçalves, Gabriela Santi Pacheco, Plínio Salgado e o fascismo brasileiro pós-Segunda Guerra Mundial: a coluna «Carta de Princípios» no semanário português *A Nação*
Javier Muñoz Soro, Posfascismo en España: el franquismo después del fascismo (1945-1975)
Riccardo Marchi, Conspiracionismo de extrema-direita entre Estado Novo e transição democrática (1945-1975)
Pierre Marie, António de Spínola e a democracia portuguesa. Narrativas sobre o processo revolucionário
Afonso Silva, Do pensamento à estratégia na metapolítica do radicalismo de direita

Varia

José Eduardo Franco, Porfirio Pinto, Origens da sensibilidade devocional da narrativa de Fátima
Leonardo Aboim Pires, Combater a fome oculta: entendimentos médicos sobre consumos alimentares e bem-estar em Portugal no século XX
Beatriz A. Caldeira, Paul Zumthor, Entre a História e a Literatura. Um estudo crítico da obra *A letra e a voz. A "literatura" medieval*

Recensões Críticas

Normas para Autores

Guidelines for Authors



ISSN: 0870-0958